

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA E TEMPO
PRESENTE EM MARX ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA
POLÍTICA DE 1859**

Marília
Agosto de 2015

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE EM
MARX ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE 1859**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília – para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Deo.

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília

Agosto de 2015

Menezes, Jean Paulo Pereira de.
M543e Um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em
Marx através da crítica da economia política de 1859 / Jean Paulo
Pereira de Menezes. – Marília, 2015
272 f. ; 30 cm.

Orientador: Anderson Deo.
Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia
e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2015.
Bibliografia: f. 248-257

1. Marxismo - História. 2. Crítica. 3. Capitalismo. I. Título.

CDD 335.4

JEAN PAULO PEREIRA DE MENEZES

**UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE EM
MARX ATRAVÉS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE 1859**

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR

Presidente e orientador Prof. Dr. Anderson Deo (UNESP/Marília)

2º Examinador(a) Prof. Dr. Rosângela de Lima Vieira (UNESP/Marília)

3º Examinador(a) Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo (USP/São Paulo)

4º Examinador(a) Prof. Dr. Antonio Rodrigues Belon (UFMS/MS)

5º Examinador(a) Prof. Dr. Valério Arcary (IFSP/São Paulo)

Marília, 18 de agosto de 2015.

RESUMO

A tese apresentada trata de um estudo sobre o conceito de história e tempo presente. Nosso ponto de partida foi a publicação de Karl Marx em 1859 intitulada *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Para Crítica da Economia Política). O objeto apresentado a seguir não pretende se ocupar de um estudo situado no tempo presente (embora parta dele claramente) tão pouco de entender Marx como historiador, menos ainda, um historiador do tempo presente. Trata-se de um estudo teórico, classificado como bibliográfico-documental, localizado em meados do século XIX e isso apresenta o tipo de fonte que utilizamos. Entretanto, torna-se imprescindível levar em consideração o conceito de história e tempo presente em sua totalidade histórica, nos ocupando de parte da trajetória de Marx e a construção destes dois conceitos centrais. No século XX, parte da historiografia francesa se dedicou ao estudo do tempo presente, sintetizando um quadro teórico-metodológico nos anos setenta, porém, distante de Marx, por suas particularidades. Marx, antes de todas as importantes formulações institucionalizadas no *Centre National de la Recherche Scientifique*, através do *Institut d'histoire du temps présent*, já trabalhava com uma concepção de história e tempo presente fora da universidade, o que lhe possibilitou um tipo de produção intelectual improvável se o fizesse em uma academia. Esta questão é central na construção do conceito de história e tempo presente no autor e tão significativa que teve repercussão histórico-social até mesmo na academia. Estudamos aqui dois conceitos intrinsecamente ligados e que mesmo tendo como ponto de partida uma obra de Marx não pudemos nos restringir a ela para que pudéssemos sistematizar o seu próprio entendimento. O estudo sobre Marx tematicamente é bastante vasto, entretanto, postulamos que ainda há muito que se explorar da perspectiva teórica e metodológica desenvolvida por Marx em sua trajetória intelectual, sobretudo nas últimas décadas, por uma nova geração que não foi educada pelo stalinismo, embora o seja por outras ideologias como a pós-moderna, pelos governos de frente populares, etc.. Desta forma concebemos a pesquisa que tem a pretensão de contribuir no diálogo entre História e Ciências Sociais, considerando a imensidão no oceano que navegamos e as limitações de nossa embarcação.

Palavras-chaves: Marx – história - tempo presente - capitalismo - crítica.

RESUMEN

El objeto presentado no tiene la intención de participar en un estudio situado en lo tiempo presente (aunque empezando de él con claridad), no tienen Marx como historiador, y mucho menos uno historiador de lo tiempo presente. Este es un estudio teórico, clasificado como bibliográfica y documental, que se encuentra en la mitad del siglo XIX y muestra el tipo de fuente que utilizamos. Sin embargo, es fundamental tener en cuenta el concepto de la historia y el tiempo presente en su totalidad histórica, tomando en parte de la trayectoria de Marx y la construcción de estos dos conceptos clave. En el siglo XX, parte de la historiografía francesa se dedicó al estudio de lo tiempo presente, productor de una síntesis de un marco teórico y metodológico en los años setenta, sin embargo, lejos de Marx, por sus peculiaridades. Marx, en primer lugar de todas las formulaciones institucionalizadas en el Centro Nacional de Investigación Científica, a través del Institut d'histoire du temps présent, estaba trabajando con una concepción de la historia y tiempo presente fuera de la universidad, que él una especie de producción intelectual hizo poco probable si estuviéramos en la academia. Esta cuestión es fundamental en la construcción del concepto de la historia y tiempo presente autor y tan significativa que tuvo repercusiones históricas y sociales, incluso en el universidad. Estudiamos aquí dos conceptos íntimamente vinculados y que, incluso tomando como punto de partida una obra de Marx no podíamos limitarnos a ella por lo que podría sistematizar su propia comprensión. El estudio de Marx tematicamente es amplio, sin embargo, postulamos que todavía hay mucho que explorar el enfoque teórico y metodológico desarrollado por Marx en su trayectoria intelectual, especialmente en las últimas décadas, una nueva generación que no fue educado por el estalinismo, aunque el por otras ideologías como la pos-moderna, los gobiernos de frente popular, etc.. Así que diseñamos la investigación que pretende contribuir al diálogo entre la Historia y Ciencias Sociales, teniendo en cuenta la inmensidad del océano que navegó y las limitaciones de nuestra embarcación.

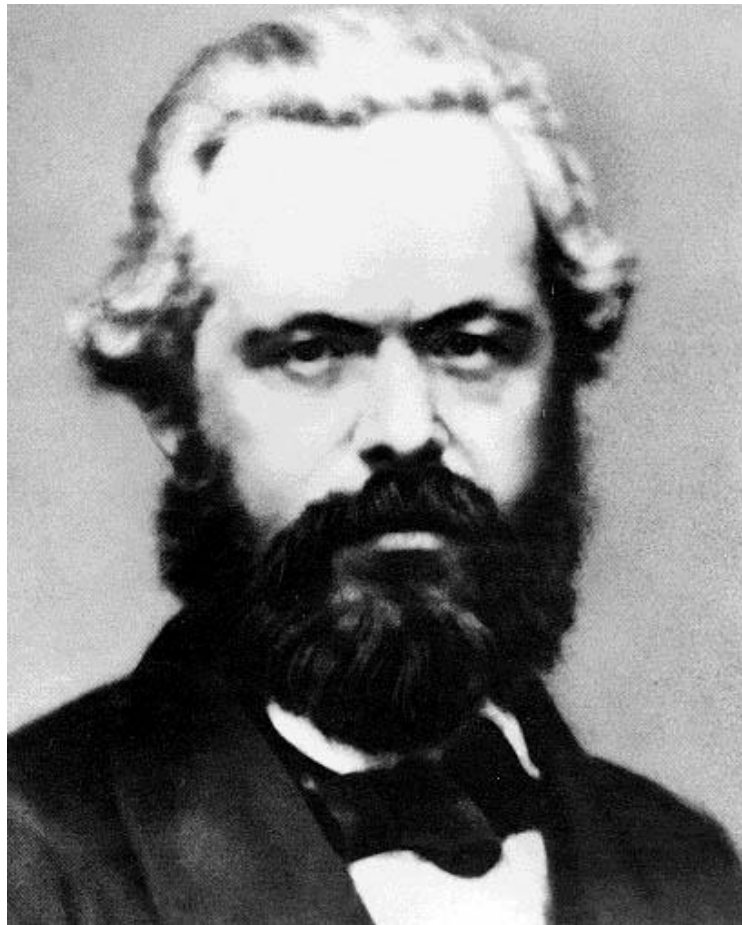
Palabras-clave: Marx - historia - tiempo presente - capitalismo - crítica.

ABSTRACT

The submitted thesis deals with a study about the concept of history and present time. Our starting point was the Karl Marx's publication of 1859 entitled *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (For the Critic of the Political Economy). The following presented object does not pretend to occupy itself with a study situated in the present time (although clearly departs from it) neither of understanding Marx as a historian, even less, a historian of present time. This is a theoretical study, classified as bibliographical-documental, located in the whereabouts of XIX century, and this present the font's type we utilize. However, it becomes indispensable to take in consideration the concept of history and present time in its historical totality, occupying us of a part of Marx's trajectory and the construction of these central concepts. In XX century, a part of the French historiography dedicated itself to the study of present time, synthesizing a theoretical-methodological frame in the sixties, although, distant from Marx, because of its particularities. Marx, before all the important formulations institutionalized in the Centre National de la Recherche Scientifique, through the Institut d'histoire du temps present, already worked with a concept of history and present time outside the university, which enabled him a kind of intellectual production improbable if done in the academy. This is a central question in the construction of the concept of history and present time in the author and so significant it had historic-social repercussion even in the academy. We study here two concepts intrinsically connected and even though having as starting point a Marx's work we couldn't restraint ourselves to it for so we could systematize his own understanding. The study about Marx thematically is really vast, however, we postulate that there is still much to explore about the theoretical and methodological perspective developed by Marx in his intellectual trajectory, especially in the last few decades, by a generation not educated by Stalinism, although it is by other ideologies as the post-modernism, by the popular front governments, etc. In this way we conceive the research that has the pretention to contribute in the dialogue between History and Social Sciences, considering the immensity of the ocean we navigate and limitation of our ship.

Keywords: Marx –history –present time – capitalism – critic.

Figura 1: Karl Marx em 1861



Fonte: Coleção de imagens digitalizadas (MARX, 2015).

Dedico este trabalho à todos meus alunos, camaradas e amigos. Sobretudo àqueles que tombaram lutando na árdua tarefa de constante construção da IV Internacional.

Agradecimentos

Agradecer todos que contribuíram nesta pesquisa não é tarefa fácil, pois foram muitos os que tiveram papel fundamental na constituição deste trabalho. Alguns já não estão mais entre nós, outros mais distantes e há ainda aqueles que jamais se distanciaram. Sou grato a todos eles, sem distinção de quilometragem ou de espírito.

O desafio de escrever uma tese em nosso tempo presente é um desafio de se fazer entendido no mundo dos homens onde impera a vaidade, a arrogância e a mais absurda vontade de receber holofotes onde nem mesmo há eletricidade disponível.

Entretanto há muita gratidão para expressar e elencar nomes aqui é também cometer injustiças que a mente entorpecida de satisfação certamente cometerá para com muitos, que, como Virgílio, me acompanharam nesta jornada.

Há beatrizes por partes desta caminhada dantesca que já se foram, mas ficam aqui marcadas como companheiras de uma construção, construção do devir histórico que não se esfacela e que as vezes comparece na memória como ninfas e rainhas do pretérito e que jamais poderiam deixar de serem mencionadas, pois foram fundamentais e determinantes na construção da superação dos demônios de uma relação humana. Foram responsáveis por me fazerem acreditar que a confiança não é algo dado de cara ou que se apresenta suavemente repousando em uma nuvem de sublimidade. Agradeço as ninfas e rainhas que contribuíram para o amadurecimento enquanto homem no mundo do macho.

Um agradecimento especial as minhas camaradas que há anos vem participando direta ou indiretamente na minha constante reeducação diante do mundo predominantemente machista me fazendo refletir, muitas vezes de modo sutil e também de forma constrangedora, sobre a ideologia machista que nos é imposta desde que nascemos. Em especialmente refiro as beatrizes e as camaradas de Partido e do Movimento Mulheres em Luta,

sem vocês o homem que sou seria ainda mais macho, e quanto menos macho, mais me sinto digno de olhar para o espelho da vida e identificar que há aqui um homem em formação e esta formação humana sem as camaradas seria algo muito mais retardado e inconsciente! Gratidão constante à todxs!

A história são movimentos contraditórios como veremos nesta tese, e não deixa de ser contraditório o movimento mais particular da vida de um homem que possui sonhos, desejos e que aspira a possibilidade de ser feliz ao lado de pessoas que também partilham estas aspirações. Nesta trajetória, nenhuma paixão e amor ficou para trás. Todos se apresentam vivos, embora distantes, deste coração que ainda não desistiu de ser romântico neste mundo desgraçado, neste mundo monogâmico e que trata como propriedades privadas os sentimentos mais sublimes que conseguimos construir. Mas o devir, com seu movimento, nos apresenta vários passos e diante do otimismo da vontade escolhemos caminhar e na estrada da história novas relações são desenvolvidas, com insegurança ou não, e nos entregamos a novos sonhos, a novas perspectivas, a novas construções, e, que estas jamais percam o pessimismo da razão, que jamais percam as flores e nem um só dia de todas as estações.

Neste percurso muitas brigas se fizeram presentes e brigas com pessoas que amamos da forma mais verdadeira, na forma mais revolucionária, amigos e amigas que foram fundamentais na constituição do meu ser e que por motivos candentes se distanciaram de certa forma, mas que jamais deixaram de estar presente em uma só linha desta tese. Com efeito, um amigo, irmão e camarada, dono de uma subjetividade que desgraçadamente se manifesta em um subjetivismo ignorante e que provavelmente ainda não possui a devida dimensão de como suas palavras afetam a formação humana que tanto defendemos durante anos de militância. Um subjetivismo que fere e que procura construir da pior forma possível uma inferência, uma intervenção que mais manifesta o seu desespero de dirigente de uma luta vital contra a burguesia. Assim mesmo, lhe devo tanto que jamais o deixarei para trás, meu grande amigo, irmão e

camarada, você continua sendo tudo isso, mais terá que criar coragem para reconhecer que o subjetivismo é a sua pior característica, porém, fico aqui com as suas qualidades tão importantes da direção do nosso propósito.

Agradeço aos alunos que sempre estiveram comigo nesta jornada, eles também são o Virgílio de quatro apoios de sempre. Os nomes são muitos e a mente entorpecida de felicidade cometerá injustiças se tentar citar no nome de todos aqui, não farei isso. Entretanto, os alunos do 4º Movimento de Ocupação da Unesp de Marília, jamais poderiam deixar de serem citados aqui. Se o campus de Marília é considerado de vanguarda, crítico, e ainda, que o marxismo reina por esses lados, é fundamental por na conta destes alunxs que fazem da luta a maior forma de resistência no tempo presente, não pelos relatórios ditatorialmente cobrados e encaminhados ao CAPES! Avante a resistência operário-estudantil! Acreditem, gostaria citar todos os nomes aqui, mas fico neste agradecimento dos que foram ou não meus alunos, vocês são o meu orgulho de professor a minha alegria na luta e no desmascaramento daqueles que se dizem lutadores, mas que na verdade não passam de coxinhas e marxistas de groselha. Você legitimaram tudo o que ensinei em sala, mostrando para todos que teoria e prática, para os que se reivindicam revolucionários são uma coisa só!

Às minhas filhas, fonte da minha força para buscar a verdade (isso mesmo, a verdade em movimento!). São essas as que mais sofreram todos esses anos com a distância do pai que não pode estar todos os dias as colocando na cama para ali ficar observando sua respiração, aquelas roladas desesperadoras que quase faziam cair da cama... que não tiveram o papai por perto todos os dias para cobri-las quando o cobertor ia parar nos pés da cama. Vocês duas, Letícia e Lenita, são as que mais sofreram com todo esse processo. Meus maiores amores espero que um dia consigam entender melhor o tamanho das necessidades de organização da luta revolucionária e os custos irreparáveis que ela exige. Uma luta que jamais poderá se restringir as historinhas que o papai sempre contou na hora de

dormir à apenas vocês, pois é necessário lutar por uma sociedade onde todos os papais e mães possam cantar as canções mais vermelhas para os seus filhos e filhas. Por isso o papai nem sempre estará ai pertinho como nós desejamos. Letícia, finalmente aquele dia que há muitos anos o papai te falava chegou, desculpe por não ser o pai judaico que talvez desejasse, o papai é comunista. Lenita, acredito que você já aprendeu o que é uma tese de doutorado mais do que muitos alunos da graduação, minha camaradinha trotskysta que por dias passou lendo esta tese, ao seu modo, me ajudando a escrever e explicar o conceito de história para ver se estava entendendo sobre o que era a minha pesquisa científica. Vocês são os meus grandes amores nesta única vida que tenho. Isso tudo cabe ao meu querido netinho, Luís Miguel, que ainda é novo demais para entender tudo isso e espero realmente que *el miguelito* exista em uma outra realidade da história onde eu possa, todos os dias, cantar e contar para ele a história dos homens, mulheres e GLBTS com mais frequência e com mais ternura do que hoje. Amo todos vocês minhas queridas!

Aos meus pais, apoiadores de sempre, que jamais demonstraram desacreditar um só dia em nossa luta. Sempre preocupados com tudo, foram minha fonte de fortalecimento mais íntima, onde todos os orgulhos são jogados no chão. Sempre os tive como os primeiros referencias de leitores, Minha mãe, Sueli, sempre mantinha livros em sua estante do quarto... e aqueles livros são as memórias mais antigas que reivindico como a minha referência primeira de leitora, que orgulho poder escrever isso minha mãe, pois você é a minha primeira referência de leitor... e se desenvolvi aptidão para isso foi graças a você e a sua responsabilidade nas leituras que dão vida a esta tese, inicialmente, é da sua inteira responsabilidade. Ao meu pai, DUDU, que não se chama Eduardo, mas Jesus. Tenho uma memória permanente... um homem, um caderno debaixo do braço, todos os dias indo para o ponto de ônibus e que voltava mais ao anoitecer para casa... todos os dias, cresci com este movimento. Trata-se de meu pai indo à faculdade... todos os dias... na minha memória isso ficou tão fixo que não vejo outra forma de explicar porque eu também vim para aqui na universidade. Meus pais foram a minha primeira referência de

estudos fora de casa... de estudo em uma tal de faculdade, em um tal de SENAC, que pra mim, quando jovem, não passava de uma grande abstração (na verdade a palavra abstração nem fazia parte da minha vida), mas que aos poucos fui entendendo que quando chegasse o momento eu também teria que fazer a tal da faculdade. Assim o Sr. Jesus, hoje, Dr. Jesus Menezes, foi e ainda é o meu maior orientador! Amo vocês meus pais, meus irmão Fábio, Janaína e Rose, obrigado por tudo. Devo agradecer também as minhas maravilhosas sobrinhas, Lorena, Kauane e Luane que sempre me perguntavam se a tese estava acabando, por conta da vontade de brincar comigo agora o tio vai ter mais tempo para fazer as “mágicas” para todas vocês. Os meus sobrinhos Wesley e Renan que hoje já são adultos e que os tenho com amor como se ainda fossem as crianças de ontem, o tio ama muito vocês dois e terão sempre o meu apoio em tudo que for importante.

A equipe que auxiliou nas traduções do inglês, Júlio César Rodrigues Costa e Gustavo Garcia Martins; de textos que ainda não existiam traduzidos para o nosso idioma e que agora pudemos disponibilizar, toda gratidão pelo trabalho e assumo toda responsabilidade aos leitores de língua portuguesa.

Aos colegas da fábrica na cidade de Olímpia, que ficaram naquele chão e que me faz pensar todos os dias de onde vim e onde estou com um forte objetivo de lutar com todas as armas do trabalho revolucionário.

Existe aqui um núcleo forte de camaradas fundamentais na minha vida e que jamais poderia deixar de mencionar, mesmo sabendo que outros camaradas fundamentais ficarão para trás (apenas aqui neste texto): Marcelo, Vanessa e Marcos. São anos de debates e problematizações da maior importância na minha vida. Só posso realmente agradecer tudo que me fizeram com a minha própria vida, e nós sabemos que a vida aqui é a vida de militância diuturna, por uma outra sociedade, a sociedade socialista! Os trabalhos teóricos dos dois primeiros e o exemplo de militância sempre me conduziram de forma inteligente e revolucionária na luta contra o capital, o terceiro, esse terceiro já é mais complicado, pois sempre quer confetes e adora um espetáculo subjetivista, mas tenho

certeza que a história te mostrará que a nossa amizade e camaradagem sempre foi muito maior do que as classificações idiotizantes que direcionou à mim nestes últimos tempos e saiba que a sua falta em minha vida e nos meus estudos é irreparável, assim mesmo guardo à ti o amor revolucionário que juntos desenvolvemos e por isso mesmo há que se entender os conflitos como parte da história. Uma história sem crise não é uma história de seres humanos, mas de personagens metafísico, e nós não vivemos com os pés cravados neste terreno, à tí, somente com a vida poderia retribuir a tudo que fez, meu camarada!

Aos meus camaradas da Regional de Jales, Belon, Diego, Aline, Caio e Cidinha, pelos debates e orientações e por tudo que puderam fazer em um momento de constante crise diante a gestão bandida da Fundação Educacional de Fernandópolis onde até mesmo os salários dos funcionários não eram pagos e sempre me apoiaram na luta contra esse calote, hoje, tendo seus diretores presos por formação de quadrilha. Isso mostra que nossas críticas eram radicalmente fundadas e toda luta valeu a pena. Aos camaradas da Regional de Bauru, Fram, Gisele Costa, Áurea, Paulinho, Maria, Reinaldo Cervati Dutra, Maria Bueno de Camargo. À regional de Marília, João, Laura, Karina, que me apoiaram até mesmo quando não tinha grana para imprimir a cópia desta tese para protocolar junto ao Programa, minha gratidão!

À minha camarada Iraci Borges, que me orientou sobre a normatização e se empenhou em colaborar prontamente com esse trabalho e que agora, qualquer falha é só por minha conta, muita gratidão camarada, pois além disso o trabalho com o Arquivo Leon Trotsky possibilitou o desenvolvimento deste trabalho, principalmente no que se refere aos documentos críticos ao stalinismo.

À Reinhard Harms, da Niedersächsische Staats-und Universitätsbibliothek Göttingen, por contribuir ao acesso ao documento central da tese; à Steffen Büttner e Rowena Szymanski da Deutsche Zentralbibliothek für Wirtschaftswissenschaften, Leibniz e Stefanie Pohl, da Bayerische Staatsbibliothek de Munique, Alemanha, por ter disponibilizado uma cópia

original digitalizada do livro de Marx de 1859 “*Zur Kritik der Oolitischen Oekonomie*”.

Aos alunos do curso de História e Serviço Social da FEF, sempre engajados e que jamais me esquecerei de todo apoio e troca de conhecimentos; foram anos de tristezas no coração e foram vocês, digo, ao lado de vocês, que encontrei o conforto de camaradas e me fortaleci!

Não me esquecerei aqui dos alunos e camaradas da cidade de Frutal em Minas Gerais, onde lutamos ombro a ombro contra a precarização do ensino, meus orientandos ou não, jamais desistimos, ao lado de camaradas como Rodrigo Furtado, José Ricardo, Leandra Domingues e todos que não pelegaram diante a picaretagem de empresários que tratam a educação como mercadoria e professor como salsicha!

Aos alunos da Unilago, outra faculdade cretina, que persegue politicamente e demite professores que defendem a aliança operária estudantil contra os tubarões da educação mercantilizada. Jamais me esquecerei do ato que vocês realizaram nesta faculdade privada! Vocês, alunos do Serviço Social, mobilizaram centenas e demonstraram que a luta organizada é necessária é possível!

À Mariza De Nadai, que sustentou até quando possível a nossa presença na formação dos futuros assistentes sociais; às colegas Denise Rack, Cida, Leslieane, Lucimara, Onilda e todos os professores que passaram por este curso e não capitularam à defesa do capital e uma formação mesquinha e idiotizante.

Agradeço aos camaradxs da moradia que me acolheram durante esta fase final onde não tinha onde nem como residir em Marília! Emblematizo este agradecimento através do Renan Kell, Henrique, Dominique, Simão, Sertão, Fraturinha, Sammy, Grabriel, Jeferson, Gabriela, Thais, Jakeline, Frenético, Melina, Breno (são muitos, me perdoem); à casa 11 que me acolheu da forma mais camarada que poderia esperar.; dos cafés na casa 1 e casa 7; à todos os camaradxs da moradas que me ensinaram mais do que qualquer outra coisa o que é ser aluno em uma universidade cada vez mais precarizada e que também mostraram que só a luta liberta e eu diria

que só a luta que advém da união da juventude e dos trabalhadores pode mudar esta sociedade! Sei o que é dormir no sarcófago, sei o que é se alimentar de macarrão e sei o que muitos professores não aceitarão tão breve: que vocês produzem conhecimento lutando! Avante meus camaradas!

Aos companheiros de trabalho, professores que se dispuseram depor na sindicância imposta pela reitoria da Unesp, por ocasião de minha “Carta de Repúdio à Reitoria”, Jair Pinheiro, Anderson Deo, Fábio Ocada, Áurea, Mazzeo e todos os docentes representados pela ADUNESP que se colocaram em Assembleia Estadual, realizada em Rio Claro, manifestando seu apoio através da Carta de Solidariedade.

Devo agradecer a todos os camaradas e movimentos que se manifestaram diante da sindicância imposta autoritariamente a mim por ter escrito esta carta de repúdio à reitoria diante das perseguições aos alunos que lutam por permanência estudantil e que também foram sindicados e perseguidos; aos mais de cem lutadorxs sindicados! Ninguém fica para trás!

À Izabella Lucia de Souza Alvares por toda assistência na transcrição de cursos relativos a esta tese, na leitura dos manuscritos e apoio nos momentos mais singulares de um pesquisador cheio de espinhos e de um homem cheio de falhas, mas que se reeduca todos os dias no mundo do maldito macho para apenas conseguir ser um homem e o seu melhor companheiro na estrada de nossa vida, um ao lado do outro. Tenho orgulho da camarada e companheira que é! Gratidão por tudo.

Esta pesquisa não teve financiamento algum! A minha venda de força de trabalho é que garantiu a questão financeira, assim, não devo nada à ninguém, além da gratidão apresentada acima.

.

“Vê-se assim, portanto, que as grandes frases contra a fossilização do pensamento etc. dissimulam o desinteresse e a impotência para fazer progredir o pensamento teórico. O exemplo dos sociais democratas russos ilustra, de uma forma particularmente notável, esse fenômeno comum à Europa (e de há muito assinalado pelos marxistas alemães), de que a famosa liberdade de crítica não significa a substituição de uma teoria por outra, mas a liberdade com respeito a todo sistema coerente e refletido; significa o ecletismo e a ausência de princípios. Quem conhece, por pouco que seja, a situação de fato de nosso movimento não pode deixar de ver que a grande difusão do marxismo foi acompanhada de certo abaixamento do nível teórico. Muitas pessoas, cujo preparo era ínfimo ou nulo, aderiram ao movimento pelos seus sucessos práticos e importância efetiva. Pode-se julgar a falta de tato demonstrada pelo Rabótcheie Dielo, pela definição de Marx, que lançou de forma triunfante: ‘Cada passo avante, cada progresso real valem mais que uma dúzia de programas’. Repetir tais palavras nessa época de dissensão teórica equivale a dizer à vista de um cortejo fúnebre: ‘Tomara que sempre tenham algo para levar!’ Além disso, essas palavras são extraídas da carta sobre o programa de Gotha, na qual Marx condena categoricamente o ecletismo no enunciado dos princípios. Se a união é verdadeiramente necessária, escrevia Marx aos dirigentes do partido, façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem, ao ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam ‘concessões’ teóricas. Tal era o pensamento de Marx, e eis que há entre nós pessoas que, em seu nome, procuram diminuir a importância da teoria!

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Não seria demasiado insistir sobre essa idéia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo”. [...]

(LENIN, 1902)

SUMÁRIO

RESUMO
RESUMEN
ABSTRACT
LISTA DE ABREVIATURAS
LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I - Posição do problema	26
1. Sobre a proposta de trabalho	26
1.2. Sobre a escrita	31
1.3. Sobre as fontes	40
CAPÍTULO II – Marx, o presente e a sociedade de classes	44
2. Breve percurso de nosso sujeito de investigação	44
2.1. Por que Karl Marx?	47
2.2. Gozar ou agonizar: a evanescência do presente	64
2.3. O subjetivo e o objetivo: o espírito na sociedade de classes	74
CAPÍTULO III - A história, o tempo e a tradição historiográfica	82
3.1. Uma chave para a anatomia do macaco	82
3.2. O conceito de história e tempo presente	83
3.3. Filosofias da história e grandes narrativas no século XIX	84
3.4. Breve avanço aos franceses	91
CAPÍTULO IV - A história em Marx	98
4.1. A escrita do conceito de história de Marx	98
4.2. A primeira Crítica à Economia Política	106
4.3. A vulgarização do conceito de história na tradição marxista	120
CAPÍTULO V – A história, tempo presente e a obra “Para a Crítica da Economia Política” de 1859	137
5.1 Breves “metáforas” para uma “metáfora” breve do tempo presente	138
<i>a)- Da primeira metáfora-problema: o dissipar-se do salário nas mãos de quem trabalha.</i>	140
<i>b)- Da segunda metáfora-problema: uma introdução ao conceito de salário em Marx</i>	144
<i>c)- Da terceira metáfora-problema: os desafios de organização política no tempo presente</i>	151
c.2)- O autonomismo	151
c.3)- O ativismo romântico	152
c.4)- O sectarismo	153

c.5)- Qual Partido?	156
5.2. O presente imediato	159
5.3. A apresentação fulminante do conceito de história (a dialética da História)	186
5.4. A manifestação do conceito de história e tempo presente no capítulo sobre a mercadoria e o dinheiro	216
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
FONTES	248
I - FONTES DOCUMENTAIS	248
a) <i>Impressas</i>	
b) <i>Digitalizadas</i>	
II - FONTES BIBLIOGRÁFICAS	248
III - REFERÊNCIAS DISPONIBILIZADAS ELETRONICAMENTE	248
IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	250
ÍNDICE ONOMÁSTICO	258
ANEXOS	
a) <i>Esboço biográfico em 1914 por Lênine. In: LENINE, Vladimir I. Obras escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, Tomo I. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo, 1986</i>	261
b) <i>Capa e sumário digitalizado da primeira edição de “Zur Kritik der...”, fornecido pel Bayerischen Staatsbibliothek, (Biblioteca Estadual da Baviera) Munique – Alemanha, durante o levantamento de fontes da pesquisa</i>	265
c) <i>c)- Breve levantamento quantitativo sobre Marx e seu pensamento através das redes sociais:</i>	267

LISTA DE ABREVIATURAS

/

CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique
CSP-CONLUTAS- Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional de Lutas
EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração
GPU - Polícia Política Soviética
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHTP - Institut d'histoire du temps présent
IUFM - Institut Universitaire de Formation des Maîtres
LIT – CI - Liga Internacional dos Trabalhadores – IV Internacional
PCB - Partido Comunista Brasileiro
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Karl Marx em 1861, dois anos após a publicação de sua Crítica	09
Figura 02- Lenin y Trotsky, fotos manipuladas por el stalinismo	121
Figura 03- Lenin, falsificaciones del estalinismo. En la imagen de la derecha el estalinismo eliminó a Trotsky	122
Figura 04- Capa e sumário digitalizado da primeira edição de “ <i>Zur Kritik der...</i> ” de 1859	231

INTRODUÇÃO

As preocupações iniciais desta investigação tiveram início durante o mestrado onde nos debruçamos sobre “Os intelectuais, a política e suas perspectivas” (MENEZES, 2009) desenvolvemos um estudo de caso sobre um grupo de intelectuais, da Unesp de Araraquara, que durante o regime militar se propuseram a escrever a história de povos indígenas no interior do Brasil. A dissertação tinha como princípio teórico-metodológico o materialismo histórico dialético e foi neste período que iniciamos um conjunto de problematizações sobre o método em Karl Marx e que viria compor parte do nosso objeto de investigação no futuro que agora se faz presente. No mestrado nos apoiamos em Marx para entendermos uma escrita da história que nos anos oitenta, tinha como perspectiva bastante difusa o marxismo. Nesta pesquisa propomos nos anos de 2009 que Marx e o tempo presente fossem objeto de nossas investigações futuras e assim o fizemos. Agora, os nossos princípios teórico-metodológicos do mestrado se faz preocupação central no doutoramento.

Esta pesquisa foi realizada sob diversas problematizações a partir da sociedade de classes que ainda vivenciamos. Tivemos como sujeito central de pesquisa: Karl Marx. Como objeto de nossa investigação: o livro “*Para a Crítica da Economia Política*” publicado em junho de 1859, redigido entre agosto de 1858 e janeiro de 1859. Como problemas centrais: o conceito de história e tempo presente na construção desta crítica, sobretudo como estes dois conceitos comparecem na construção da crítica à economia política que atravessa a obra de 1859. A banca observará que este parágrafo esquemático não dá conta de expressar estas delimitações necessárias sobre um trabalho científico na perspectiva epistemológica, pois se tratou aqui de outra perspectiva que não ignora a gnosiologia, mas que considera o sujeito, o objeto e as problematizações em sua totalidade em movimento histórico e permanentes transformações. Assim,

atendendo uma formalidade, não passivamente, delimitamos o que não respeita delimitações estáticas ou absolutas, e que também está distante do vale tudo pós-moderno expresso no pluralismo metodológico.

Assim, feita estas advertências iniciais, no sentido de sermos melhores entendidos e questionados, prosseguimos.

O capítulo inicial intitulado “Posição do problema” procura apresentar nosso objeto em uma perspectiva ontológica sobre Karl Marx a partir de questionamentos do nosso presente histórico, se ocupando ainda em apresentar nesta perspectiva o presente em sua evanescência diante do processo de construção do conceito¹ e não o conceito de construção de categorias no pensamento de Marx. Também neste capítulo, preocupamos em entender a objetividade e a subjetividade diante da luta de classes antagônicas, problematizando as relações da construção do conceito e sua realização neste tipo de sociedade polemizando com parte da tradição pós-moderna, e, buscando a finalização deste capítulo que pretende posicionar o problema da tese, abrimos o debate sobre história e tempo presente a partir da academia, visando o segundo capítulo onde outro conjunto de problematizações que se focalizam no campo das ciências históricas.

O segundo capítulo, “A história, o tempo e a tradição historiográfica” propusemos a discussão da problematização da pesquisa apresentando-a de forma enfática, tendo como questão central o debate sobre história e presente, onde inferimos de modo a provocar um debate entre História (historiografia)² e

¹ É necessário dar ênfase em “construção do conceito” em Marx, pois o ponto inicial para ele não é a ideia ou o conceito já elaborado a partir de uma perspectiva metafísica. O conceito é construído historicamente e em constante movimento. O conceito em constante construção tem força de categoria histórica, não se limitando a fixação no tempo e espaço, pois o conceito é o conjunto das relações sociais no devir, assim como apresentou Marx na sexta tese sobre Feuerbach: *"Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não penetra na crítica dessa essência real, é forçado, por isso: 1. a fazer abstração do curso da história, fixando o sentimento religioso para si mesmo, e a pressupor um indivíduo humano abstrato – isolado. 2. por isso, a essência só pode ser apreendida como "gênero", como generalidade interna, muda, que une muitos indivíduos de modo natural"* (MARX, 2007, p. 534). Aqui em nosso estudo “conceito” deve ser entendido desta maneira, do contrário, estaríamos em discordância com Marx em relação à teoria e filosofia da história que nos detivemos em investigar.

² Rosângela de Lima Vieira apresenta uma breve discussão sobre estes dois termos (histórico e historiográfico) na introdução geral de sua tese de doutoramento sobre Fernando Braudel (VIEIRA,

Ciências Sociais já a partir de considerações marxianas e parte da historiografia francesa pós-Marx. Análise onde apresentamos alguns aportes acerca da temática e perspectivas do tema nos séculos XX e XIX, de forma regressiva, objetivando apresentar o que a investigação considerou em Marx, singular ao que costumeiramente se entende na academia sobre história do tempo presente, falamos de uma sutileza necessária entre história e tempo presente em Marx distanciando-se do emblemático postulado historiográfico dos anos setenta, o que coloca Marx para frente de seu tempo no que tange o conceito de história e tempo presente. Abordamos também como parte dos círculos intelectuais mais emblemáticos se posicionavam sobre a questão no século XIX, onde o sujeito central de nossa tese se coloca de forma também singular e radicalmente crítico diante daquela realidade elogiada por outros pensadores.

O capítulo terceiro, “A história em Marx”, apresenta parte do debate já realizado acerca do conceito de história em Marx, sobretudo da forma clássica entre as categorias forças produtivas e relações sociais de produção, debatendo com importantes autores que também se ocuparam de nossa temática, mas com problematizações diferentes das nossas, que, apresentamos ao passo que polemizamos com estes pesquisadores de Marx. Neste capítulo apresentamos a primeira crítica à economia política que fora realizada por Engels e não por Marx e em que medida esta crítica influi na formação de Marx ao ponto de ser o seu primeiro passo de partida na construção da sua crítica que se tornou pública pela primeira vez em 1859. Finalizando este capítulo, problematizamos a vulgarização do conceito de história e de como esta vulgarização foi e ainda é dona de vários desvios interpretativos sobre o conceito de história e tempo presente de Marx, sobretudo as deformações stalinistas que não se restringiram a União Soviética e

2002, p. 5-6) e que nos provocou importantes reflexões. No que tange a historiografia, reconhece que não há consenso e se posiciona tratando os termos como sinônimos, ao menos diante de sua pesquisa da obra de Braudel. Aqui adotamos uma distinção entre os dois termos, considerando a obra de Marx, não sendo possível tratar os dois termos como sinonímicos, pois Marx comparece na história em um período diferente e principalmente considerando o nosso caso de pesquisa, os posicionamentos dos historiadores da época de Marx eram bastante distantes de Braudel. No caso de Marx ele está se deparando com a historiografia positivista no século XIX, um fazer historiográfico que Marx não concordava, assim como viria não concordar também o próprio Braudel.

nem mesmo aos círculos stalinistas, comparecendo anomaliacamente até mesmo em organizações que se reivindicam trotskistas.

O capítulo quarto é o mais extenso e complexo, pois é o encaminhamento final de nossa tese, onde a autonomia da escrita que sustentamos poderá provocar a candência no debate diante da banca e se assim for é porque conscientemente nos posicionamos para isso. Intitulado “A história, tempo presente e a obra “Para a Crítica da Economia Política” de 1859” tratamos do presente imediato de Marx; a fulminância da apresentação do conceito de história no *Prefácio* da obra de 1859, considerando o presente histórico de sua publicação; a manifestação do conceito de história e tempo presente dos capítulos da mercadoria e do dinheiro na obra de 1859, onde Marx sequer cita formalmente estes conceitos, porém trabalho o tempo todo com os mesmos; e, finalizamos com a apresentação de uma síntese sobre a importância destes conceitos para a crítica marxiana da sociedade capitalista. Abordagem que estendemos para as conclusões.

O conceito de história e tempo presente não serão encontrados apenas neste capítulo final. Deve-se considerar que ele é apresentado em todos os capítulos da tese, e, paulatinamente, de forma cada vez mais enfática com o decorrer da apresentação de nosso estudo. Assim, nossa apresentação dos conceitos de história e tempo presente deve ser considerada em sua totalidade nesta exposição.

Assim composta a estrutura dos capítulos de nossa tese, apresentamos nossas conclusões, que não são mais do que considerações finais, que visam estabelecer um diálogo com os capítulos do trabalho, na procura de melhor entender as considerações que chegamos sobre o conceito de história e tempo presente em Marx. Sem pretensões doutorais como as de outros tempos, nossa tese de doutorado mais nos ajudou a compreendermos a importância do trabalho teórico na sociedade de classe que ainda vivemos e o enfrentamento intelectual com a produção do conhecimento diante da práxis utilitarista de nossos dias, vibrando diante dos nossos olhos os limites do espírito de jovens pesquisadores que se atrevem a encararem a investigação e a escrita da história respeitando e admitindo seus limites intelectuais e sociais, buscando localiza-los e superá-los na

medida do possível, respeitando o “otimismo da vontade” e não ignorando o “pessimismo da razão”.

Em tempo, é importante esclarecer que a tese que agora se torna pública, não se pautou na pretensão de delinear de forma absoluta os conceitos de história e tempo presente em Marx, e, nem mesmo ainda, na confecção de um tratado universalista sobre estes conceitos. Trata-se, todavia, de um trabalho acadêmico de doutoramento que reconhece os seus limites objetivos e subjetivos no trato das fontes e interpretações das mesmas. A proposta metodológica da tese não se deu como apenas uma preferência filosófica subjetiva, mas pela necessidade de desenvolver a compreensão do objeto de forma lógica-dialética (LEFEBVRE, 1983).

CAPÍTULO I - Posição do problema

1. Sobre a proposta de trabalho

Inicialmente nossa proposta de trabalho de pesquisa estava focalizada no entendimento do conceito de história em Marx através³ de sua obra publicada em 1859 “Para a Crítica da Economia Política”. Em um segundo momento, com o desenvolver da organização das fontes documentais e bibliográficas passamos a entender que se restringíssemos nossa investigação apenas ao conceito de história teríamos mais dificuldades do que as esperadas, pois ao passo que iniciamos a pesquisa fomos convencidos que o conceito de história está radicalmente vinculado ao de tempo presente. Assim, se fragmentássemos estes dois conceitos intrínsecos, poderíamos recorrer a um quadro delicado da pesquisa histórica no qual as interpretações são marcadas pela superficialidade exploratória do objeto e ainda pior, não darmos conta de compreendermos os conceitos em Marx. Desta forma, fomos convencidos da necessidade de manter história e tempo presente durante o processo e investigação como eixos centrais e inseparáveis.

³ A palavra “**através**”, “*que se pode atravessar*” (HOUAISS, 2001) é utilizada em nosso estudo, quando se refere à Crítica de 1859 de Marx, propositalmente no sentido etimológico latino de “*trāvērsus*”, (FARIA, 1956, p. 1015) atravessado, que atravessa por. Mais claramente, para além da definição, procuramos entender o conceito de história e tempo presente atravessando o tempo de publicação da “Crítica” de 1859, recuando e avançando sobre estes conceitos através do livro publicado em um ponto da história em movimento. Isso não pode remeter o leitor a um olhar fixado neste ponto da história, pois o olho do pesquisador sobre esse determinado ponto também se encontra em movimento. Através, aqui, é atravessar constantemente, é movimentar-se através de um ponto. Não nos colocamos como observador, parado, diante de um ponto de observação que atravessa com olhares a obra “Para a crítica da Economia Política”, na medida, nos movimentamos juntos.

Nossa tese tem um problema central que é entender o conceito de história e tempo presente em Marx. Defendemos que importância do tempo presente na perspectiva marxiana de história é fundamental para uma História marxista. Nosso estudo se preocupou em demonstrar que a história do presente não é um monopólio de historiadores dos *Annales*, e, ainda, que a história do tempo presente postulada por parte da auto-classificada terceira geração dos *Annales* investiga o presente, o entende como história, mas é negadora das grandes narrativas, da totalidade histórica e de uma perspectiva revolucionária.

Em Marx, identificamos outra preocupação com o presente, uma que considera a longa duração, a totalidade e encara o presente em perspectiva revolucionária, radicalmente diferente do pós-modernismo.

O motivo desta nossa preocupação, deste nosso problema central com o tempo presente é alimentado pela necessidade que se entender o tempo presente como o tempo necessário para se promover a organização e transformação permanente da sociedade capitalista. Entretanto, o conceito de tempo presente hegemônico é aquele que se manifesta no campo da pós-modernidade, onde o presente é considerado por si só, sem perspectiva, onde se entende o tempo presente desprovido de uma processualidade histórica de longa duração. Em Marx, o conceito de tempo presente é justamente o contrário. A insuficiência desta ideia de tempo presente, que marca a história dos *Annales* nos anos setenta, funciona como uma chave que obstrui a compreensão da realidade até mesmo negando a existência do real. Estamos convencidos que essa compreensão de tempo presente não nos interessa que observamos o mundo e a história em uma perspectiva de classes antagônica, ao menos da perspectiva da classe trabalhadora. Isso nos motivou a investigação que demonstra que não devemos ser reféns de uma ideia de tempo presente sem perspectiva e que Marx nos oferece em sua plataforma de pensamento do mundo capitalista outra explicação sobre o tempo presente apontando, necessariamente, a perspectiva histórica revolucionária. É possível e necessário pensar a história e tempo presente a partir de outro referencial, que não seja o pós-moderno (este em nada contribui à classe trabalhadora explorada e oprimida), mas o referencial marxiano, onde o presente não é uma mera abstração de tempo, mas o espaço de diversas variáveis que

nos possibilitam pensar uma outra história em que de fato o homem deixe de ser apenas uma mercadoria e possa continuara a construção de sua emancipação humana sem as amarras da sociedade capitalista. A história do tempo presente não deve ficar sob as unhas pós-modernas, e, para isso, é necessário demonstrar e defender que o presente deve ser observado em perspectiva e neste caso, Marx o faz.

A teoria da história de Marx aponta para um desenvolvimento desigual e combinado, como sistematizou Leon Trotsky no século XX. O devir histórico é constituído por combinações desiguais múltiplas e esta lei, como apresenta George Novack é o eixo central do conceito de história e tempo presente em Marx:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei científica da mais ampla aplicação no processo histórico. Tem um caráter dual ou, melhor dizendo, é uma fusão de duas leis intimamente relacionadas. O seu primeiro aspecto se refere às distintas proporções no crescimento da vida social. O segundo, à correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico (NOVACK, 1968).

E continuando:

Os aspectos fundamentais da lei podem ser brevemente exemplificados da seguinte maneira: O fato mais importante do progresso humano é o domínio do homem sobre as forças de produção. Todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas. Essas disparidades dão um caráter de expansão ou compressão a toda uma época histórica e conferem distintas proporções de desenvolvimento aos diferentes povos, aos diferentes ramos da economia, às diferentes classes, instituições sociais e setores da cultura. Esta é a essência da lei do desenvolvimento desigual. Essas variações entre os múltiplos fatores da história dão a base para o surgimento de um fenômeno excepcional, no qual as características de uma etapa inferior de desenvolvimento social se misturam com as de outra, superior (NOVACK, 1968).

A contradição entre o avanço das forças produtivas e relações sociais de produção combinam-se desigualmente provocando o acirramento da luta de

classes e abrindo possibilidades de transformação que para Marx possui um caráter revolucionário.

O tempo presente é a dimensão temporal e espacial do processo histórico em que as contradições podem provocar situações revolucionárias que podem superar as contradições e as combinações do desenvolvimento desigual na sociedade de classes. Desta forma a teoria da história em Marx é associada por nós juntamente com o conceito de tempo presente, por isso nosso estudo sobre os conceitos de história e tempo presente.

A história para Marx (e também Engels), já em 1845 quando da “A Ideologia Alemã”, possui uma base real. A realidade do presente é de onde se procura entender o processo das relações sociais em seus múltiplos aspectos. Não se trata de uma teoria da história idealista, mas de uma história concreta, de carne e osso. O materialismo histórico de Marx compreende o universo idealista, mas também compreende que é na realidade das relações sociais de produção e reprodução da vida que se deve buscar o entendimento do tempo presente, não entre as nuvens. Há um processo de relações sociais, fundamentalmente, materiais que promovem a existência da sociedade capitalista e entendê-la é considerar uma série de aspectos já processados no pretérito e que não tomam a consciência do ser por uma abstração idealizada a partir da metafísica.

A teoria e filosofia da história de Marx procura no presente as possibilidades de entendimento e explicação do passado. Marx não edifica um conceito que já viera preparado de algum lugar estranho ao mundo dos homens, ele constrói o conceito, a categoria. Para isso, o presente não é considerado apenas no seu aspecto evanescente, mas como um presente que é síntese de aspectos reais da vida social. A história é criação humana, e o materialismo de Marx desde 1845, mesmo que não publicado como é o caso da “A Ideologia Alemã”, afirma a tese de que os homens fazem história e para fazerem devem estar vivos, todos os dias, devem se alimentar para estarem vivos e fazerem história. Isso significa que a história é feita por homens, nas relações que estes contraem com a natureza, das necessidades materiais prioritárias para a sobrevivência e mesmos um conjunto de outras necessidades que geram mais novas necessidades. Este aspecto do conceito de história se preocupa em expor

a realidade do processo de produção da vida material mais concreto e o tem como fundamento essencial da existência do ser social. Esse conceito de história e tempo presente, essencialmente, dos anos de 1849, atravessando 1859, 1876 até 1883 se manteve firme durante toda trajetória de construção do materialismo histórico-dialético de Marx.

Para entendermos a construção destes dois conceitos em movimento constante na trajetória de Marx, procedemos com mais de um tipo de fonte (documentais e bibliográficas), as quais nos possibilitaram a ampliação do horizonte acerca do conceito de história e tempo presente na crítica de Marx, principalmente após a primeira etapa do trabalho que consistiu da leitura exploratória das fontes. Sobre as fontes bibliográficas, estas são do tipo de estudo, sendo elas as dissertações, teses, livros e artigos; as documentais, cartas, minutas e panfletos. As fontes documentais e bibliográficas foram as elementares para a construção de nosso estudo e pesquisa, cabendo a elas o papel de desenvolver a interlocução entre objeto e sujeito da pesquisa, diante da totalidade (não separadamente), como possibilidades de interpretação ontológica do conceito de história e tempo presente em Marx.

O trabalho de pesquisa procurou entender o conceito de história e tempo presente em perspectiva total na formação de Marx, detidamente, como esses conceitos são apresentados em 1859. Não nos ocupamos em escrever uma história do conceito, mas sim a sistematização de parte da produção marxiana sobre história e tempo presente através das fontes que pudemos explorar durante a investigação.

Sendo assim, como já apontamos, estabelecemos inicialmente um recorte na obra “Para a Crítica da Economia Política”, mas com o desenvolvimento das análises fomos convencidos da impossibilidade de diretamente inferir sobre a obra antes de desenvolver um percurso mínimo no qual ela se insere e no qual os conceitos são refinados na própria trajetória de vida de Marx.

É comum em pesquisas acadêmicas a apresentação de um recorte cronológico para delimitação do objeto de estudos, entretanto, em nossa tese, diante de nossas problematizações, este tipo de recorte se fez impossível, ao menos em linhas gerais. O motivo é que a construção das categorias e conceitos

no pensamento de Marx não respeita um balizamento cronológico rígido que não seja a própria cronologia do sujeito de nossa tese (1818-1883). O conceito de história e tempo presente fora construído no decorrer da trajetória do autor, não sendo estes conceitos o resultado de uma determinada formulação específica publicada em algum livro ou mesmo conferências autógrafas de Marx, o que dificulta o trabalho de investigação para todos aqueles que se propõe a trabalhar com este autor.

Preocupamo-nos em entender o conceito de história e tempo presente em perspectiva histórica, portanto, em uma duração temporal que extrapola o ano de publicação da obra em 1859, nos colocando uma postura em relação a temporalidade onde a banca poderá observar que a linearidade não é o traço marcante do percurso da nossa exposição aqui. Todavia, não se trata de um comportamento anárquico em relação ao devir, mas a expressão da necessidade de percorrer partes (considerando sua totalidade) da produção marxiana. Queremos dizer com isso que para entendermos a manifestação do conceito de história e tempo presente em 1859 foi necessário retroagir a esta data e também avançar, pois na produção marxiana a construção se faz em constante movimento e, portanto em transformação contínua, como abordaremos com mais profundidade nos capítulos que compõe nossa tese de doutoramento. Poderíamos ter optado por seguir a cronologia biográfica do autor, mas nossa opção foi de não seguirmos essa linearidade, pois identificamos a necessidade de avanços e recuos para melhor expormos o estudo da tese.

1.2. Sobre a escrita

Historiar ontologicamente (LUKACS, 1979, p. 11-35) parte do pensamento de Marx, nos pareceu a opção cabível para se iniciar uma melhor compreensão do trabalho de pesquisa e suas problemáticas estudadas. Acreditamos que ao conhecer suficientemente o objeto e visualiza-lo em movimento, o leitor também possa apreender nossas considerações e possíveis inferências críticas sobre uma escrita da história que se fez fora das universidades.

Ao nos referirmos a historiar ontologicamente, estamos distantes do “*historicismo*” (LOWY, 2008, p.75). Trata-se de uma perspectiva ontológica de

entendimento do objeto, desta maneira, não se limitando a entendê-lo de forma isolada do sujeito. Ao contrario, procuramos entender o objeto justamente em relação com o sujeito, e o mesmo, em relação ao sujeito com o objeto. Assim não nos detemos a uma lógica formal da gnoseologia hegemônica e sim a uma “*lógica dialética*” (LEFEBVRE, 1983), onde o ser como categoria ontológica se constrói a partir das relações que contraem ou deixa de contrair com a natureza através do “*trabalho como categoria*” (LEFEBVRE, 1983, p. 12) nodal, como atividade vital.

Esta perspectiva ontológica⁴ que adotamos para o entendimento os conceitos de história e tempo presente em Marx tem como fonte referencial a própria produção marxiana, uma ontologia que se germinou durante toda sua trajetória e que é evidente nos conceitos estudados em nossa tese. Para que se compreenda a perspectiva ontológica que trabalhamos neste estudo é necessário que se tenha minimamente uma compreensão da ontologia em Marx, onde o ser e o constructo deste com a natureza, do sujeito e a história não opera de forma recortada ou compartimentada (Marx, 1978, p.01-38). Ivo Tonet, se referindo ao “Capital”, também se refere à mesma questão que sustentamos para a obra “Para a Crítica da Economia Política” de 1859, da seguinte forma:

É por eliminar esses elementos filosóficos, reduzindo o pensamento de Marx ao momento científico (desenraizado dos seus pressupostos ontológicos), que a maioria dos autores marxistas – referimo-nos apenas àqueles que tratam com seriedade da problemática do método em Marx – se limita a comentar aquela passagem referente a O método da economia política ou a extrair a problemática do método apenas da leitura de O Capital. Tende-se, assim, a enveredar por um caminho – gnosiológico – que é o exato oposto daquele proposto por Marx, ou seja, a entender o método apenas como método. Ignora-se que, para Marx, a pergunta relativa ao modo como se conhece a realidade vem precedida por uma outra referente à questão; o que é a realidade e que a resposta a essa segunda questão está suposta, mas não posta em O Capital, porque foi respondida em obras anteriores (TONET, 2013, p. 71-72).

⁴ Para um maior entendimento sobre a Ontologia do ser social, os trabalhos de LESSA (1996; 1997; 1995 e 2007) professor da Universidade Federal de Alagoas (Maceió), constituem-se em uma inicial leitura propedêutica sobre o tema, juntamente com outro livro didático em parceria com Ivo Tonet, também da mesma universidade. Embora tenhamos discordância em alguns aspectos em relação a esses autores, indiscutivelmente são importantes como referência secundária em língua portuguesa. Evidentemente, para uma leitura de fonte bibliográfica primária, sobre o assunto, a obra de LUKÁCS (1978; 1979).

Escrever sobre Marx, em perspectiva marxista⁵, não é uma atuação tautológica? Se pensarmos a origem grega da palavra “tauto” se vincula a “mesmo”, de início teríamos a tautologia como a repetição de um estudo, ou mesmo, um estudo repetidor. Uma apresentação ainda insuficiente para entendermos o conceito, e, se parássemos por aqui, daríamos apenas uma definição dicionarial, no caso, realizada por Antenor Nascentes (1955)⁶, perfeitamente fixado no tempo e no espaço, mas felizmente o conceito não é desta forma fincada no cérebro humano como se fosse um pedaço de lasca de madeira e pronto.

Para além desse ponto de partida, tautologia seria a produção de uma análise ancorada em análises já apresentadas socialmente e que de novo nada tem a oferecer para este segundo momento. No caso, as análises de Marx sobre a história e o tempo presente não teriam nada mais de extraordinário para o século XXI e debruçar-se sobre elas seria reproduzir o mais do mesmo, seria apresentar-se como um pesquisador tautológico e muitas vezes anacrônico.

Aqui, outro conceito, o de *anacronismo*, que também é fixado na gnosiologia através de uma definição, possuidora dos mesmos problemas já apontados nas linhas anteriores atinentes à necessidade de definir de modo a limitar a coisa, ao passo que o conceituar permitiria captar o movimento das coisas e dos seres. Uma definição de anacronismo é aquela que inverte a ordem dos tempos. Analisar o pretérito com os valores do tempo imediato, vulgar a partir dos valores do presente, as considerações de outros valores no passado. Nesta perspectiva, nosso leitor poderá interpretar manifestações de anacronismos em nossa investigação, uma vez que é imperativo o avanço e recuo temporal para o entendimento das manifestações do movimento histórico e a constituição do pensamento do autor, possibilidade esta que já desejamos evitar advertindo que não é disso que se trata quando trabalhamos com as temporalidades.

Henri Lefebvre e Norbert Guterman (2011), ao apresentarem o colossal trabalho de Lênin “Cadernos sobre a dialética de Hegel” (Lênin, 2011) colaboram

⁵ Michael Löwy se refere as “premissas de um estudo marxista do marxismo” (Löwy, 2002, p.25).

⁶ NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Depositário: Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro 1955.

para nossas problematizações iniciais sobre o comportamento gnosiológico e a vaidade anacrônica onde o pesquisador se ocupa de si ao tratar de um determinado problema na história. Vejamos nas palavras destes dois importantes pesquisadores, de peso na tradição marxista e combatentes de primeira linha do marxismo vulgar, a problemática que aqui apresentamos:

A verdade só pode ser uma superação. Toda elaboração do pensamento procede de elaborações precedentes - eis a razão da necessidade de uma leitura crítica dos textos clássicos. Para esta crítica, há dois métodos, tradicionais e opostos:

1) o método puramente interno. O filósofo se torna passivo; ele se fluidifica voluntariamente para se introduzir no conjunto ideológico que lhe é apresentado. Trata-se do que se caracteriza como apreender desde o interior. Este método conduz ao desarmamento do crítico e à emasculação do pensamento. Ele corresponde ao liberalismo invertebrado que confronta e discute interminavelmente. A pesquisa da verdade nas grandes expressões do pensamento comporta, aqui, o esquecimento da existência viva da verdade e dos problemas atuais;

2) o método externo. É o método do moralista que julga, do dogmático. O filósofo, presa de um anacronismo perpétuo, pesquisa na história um simples reflexo de si mesmo. Ele omite o tempo e a história e descobre apenas uma confirmação das suas ideias pressupostas.

O método de Lenin é interno-externo. Ele não opera com nenhum dos dois sofismas que viciam o ato de pensar: ocultar-se a si mesmo, proclamar-se a si mesmo. Já Hegel, em sua História da filosofia, compreendia cada sistema como um momento histórico e tentava apreender as características profundas do movimento. Tal como Hegel, Lênin procura determinar o movimento imanente do objeto que se lhe apresenta e considera este objeto como um todo que é preciso penetrar sem destruir. Este todo, porém, não é fechado. Cada doutrina abre perspectivas. [...] (LEFEBVRE & GUTERMAN, 2011, p. 09-10).

E finalizando:

[...] O crítico deve estar simultaneamente no seu interior e no seu exterior. Lênin procura descobrir os pontos precisos em que Hegel está limitado e aqueles em que ele está aberto ao futuro. Realiza-se, pois, o oposto de uma crítica desrespeitosa: os limites e os aspectos débeis tornam-se justamente os pontos a serem superados. Lênin, como se verá, irrita-se, irrita-se vitalmente quando percebe o pensamento de Hegel apequenando-se e traíndo-se: seus apontamentos revelam-no simultaneamente rigoroso e apaixonado, militante e objetivo, líder político e historiador das ideias (LEFEBVRE & GUTERMAN, 2011, p. 09-10).

Temos assim dois problemas emblemáticos para os pesquisadores que investigam o pensamento marxiano ao mesmo tempo em que se reivindicam pertencentes a dada localidade da tradição marxista. Estariam estes a ancorar-se em tautologias quando o objeto de suas problematizações são o próprio Marx e a Filosofia da Práxis? Sua abordagem teórica e metodológica seria a maior expressão desta tautologia? E mais, não estaria este pesquisador desenvolvendo anacronismos de grandezas extraordinárias ao postularem o materialismo histórico de Marx, desenvolvido no século XIX para interpretar o próprio autor já em outro momento da história, seja da própria história de Marx e da sociedade capitalista que este se debruçou ao construir a sua crítica da economia política, nos legando um conceito de história e tempo presente? Os tempos não seriam outros hoje?

Todas estas problematizações devem ser tomadas com o maior cuidado e seriedade. Consideramos que estes levantamentos podem realmente terem lastro por parte do crítico que os reivindicam (considerando a sua perspectiva de classe), mas, com efeito, exatamente os mesmos pontos devem ser colocados para o pesquisador do atual presente que também se ancora, por exemplo na tradição liberal e de defesa da sociedade capitalista, que, aliás, possuem como referências autores muito mais distantes da nossa atualidade, remontando o século XVII, John Locke, por exemplo em seu clássico *“An Essay concerning Human Understanding”* (Ensaio acerca do Entendimento Humano) de 1690⁷.

O que desejamos com estas observações iniciais na introdução de uma tese de doutoramento?

É comum observarmos a pecha de “ideologistas”, “propagandistas”, “agitadores moralistas”, “idealistas”, e a lista poderia se estender, quando nos propomos a investigarmos e debatermos Marx e o marxismo. Por outro lado, nos parece menos problemático, mas não o é, quando um pesquisador se posiciona a partir de um quadro teórico para analisar a economia do tempo presente se utilizando de autores como Adam Smith, Sismond, Tomas Malthus, David Ricardo,

⁷ Publicado no Brasil por várias editoras, como a Abril Cultural, com tradução de De Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, 2 ed. São Paulo, Coleção os Pensadores, 1978.

Mill, Keynes e jamais serem questionados como tautológicos e anacrônicos.

Revela-se aqui a mais atual manifestação da luta de classes ainda quente desde que Marx apresentou a sua Crítica da Economia Política em meados do século XIX. Entendemos que de lá até os dias atuais, as batalhas das idéias⁸, já existentes há milhares de anos, recebeu um ingrediente novo e bem consistente, dizemos, que se sustenta até os nossos dias: um conceito de história e tempo presente que propõe o entendimento para a transformação radical da sociedade. E, isso deve ser combatido por parte dos oponentes a todo custo (o que entendemos muito bem). Entretanto, muitas vezes, o intelectual que se situa ao lado da crítica à economia política é refém das ciladas de seus oponentes, reproduzindo o discurso e a prática daquilo que teoricamente se diz combatente. Em nossa tese não há espaço para qualquer idéia de neutralidade axiológica, há sim a preocupação com a honestidade intelectual, com o profissionalismo na pesquisa, termos que não podem ser confundidos aqui em nosso estudo sobre Marx. Neutro, nem mesmo o sabão em pó neutro que encontramos a venda no mercado o é, menos ainda uma análise histórica.

Não são poucos os momentos que observamos intelectuais no próprio campo da tradição marxista postulando para si e seus orientandos a “neutralidade” axiológica que Marx tanto se colocou como crítico. Se não bastasse, também é possível observar uma nítida separação entre o Marx teórico (e crítico da economia política) e um Marx político (defensor da revolução proletária), o que para nós significa um verdadeiro esquartejamento da ontologia marxiana.

Nosso estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx parte da premissa marxiana e se coloca veemente contrário a esta perspectiva paramarxiana que deparamos desde a Segunda Internacional, fora e dentro da universidade, nos sindicatos e partidos onde passa a existir vários Karl Marx, que fantasmagoricamente atende a pedidos dos mais estranhos aos mais

⁸ Quando nos referimos a batalha das idéias não estamos tratando de cavalos alados entre nuvens flamejantes cavalgados por valquírias, mas da mais direta batalha no tempo presente no mundo dos homens, na realidade concreta em afinizada relação para com a classe e fração de classe que se identificam. Batalhas das idéias, aqui, é uma referência direta a Leandro Konder e toda sua obra, com destaque para a publicação de divulgação destas batalhas no campo do marxismo, republicado pela editora Expressão Popular (KONDER, 2009).

reacionários, daqueles que gozam com a titulação academicista aos que ignoram a forma que o trabalho morto se alimenta do trabalho vivo até estes idos de 2015.

Se posicionar diante da história talvez seja uma das características mais centrais daqueles que não se distanciaram da essência do pensamento marxiano, e, sistematizar qualquer estudo sobre este clássico é tarefa que exige ousadia, sobretudo quando inevitavelmente o trabalho acadêmico ao frir das inferências acaba por propor uma periodização do estudo realizado. E periodicizar o pensamento de Marx sobre a história não é tarefa simples, mas Vladimir Ilitch, mesmo que em caráter didático o ousou fazer, fato este que contribui para nossos encaminhamentos iniciais, até mesmo como uma referência não neutra, mas profissional, e neste caso, o trabalho profissional é de um revolucionário que não se distancia da seriedade de suas inferências.

Lênin, em 1913, apresenta ao *Pravda*⁹, uma periodização ousada da história, se posicionando e tendo como referência a teoria marxiana. A história contemporânea seria dividida em três grandes períodos universais: a)- da revolução de 1848 até a Comuna de Paris em 1871; b)- da Comuna até a Revolução Russa de 1905; e, c)- da Revolução Russa de 1905 até o seu tempo presente em 1913.

De acordo com a sistematização apresentada, a obra de Marx está localizada, a princípio no primeiro que se observa entre os acontecimentos dos anos de 1848 a 1871. Entretanto esse balizamento histórico proposto por Lênin não pode ser tomado como absoluto, pois não consegue dar conta da constituição da totalidade histórica do pensamento de Marx. Com efeito, repetimos: é uma classificação de Lênin, não de Marx. E, assim, nos é importante para inicialmente localizarmos o tempo histórico de nossa tese que procurou desenvolver um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Karl Marx, sobretudo em sua publicação de 1859: “Para a Crítica da Economia Política”.

⁹ Em português, “*Pravda*” é traduzido por Verdade. Existiram muitos jornais com este nome, todavia, nos referimos aqui ao jornal diário organizado pela fração Bolchevique do em 1912 em São Petersburgo - Rússia.

Ainda com Lênin, este primeiro período é marcado pela distância do pensamento de Marx em relação a classe trabalhadora, ou seja, a filosofia de Marx não representa a maior tendência no pensamento socialista em relação ao projeto da modernidade. Outras perspectivas são centrais neste primeiro período da histórica contemporânea de Lênin, como é apontado em seu artigo:

No começo do primeiro período, doutrina de Marx esteve longe de ser a dominante. Não era senão uma das numerosas tendências, uma das correntes do socialismo. Estavam em voga, então, as formas de socialismo que, no fundo, se aparentavam com nosso movimento populista: incompreensão da base materialista do movimento histórico, incapacidade de distinguir o papel e a importância de cada uma das classes na sociedade capitalista, com a ajuda de muitas frases, ditas socialistas, como “o povo”, “a justiça”, “o direito”, etc., do sentido burguês das reformas democráticas, em geral (LÊNIN, 1946, p. 546-547).

E é justamente diante deste contexto histórico que Marx se deparará com a necessidade de desenvolver instrumentos teóricos, a partir dos já existentes, porém com a necessidade de superá-los, para que a classe trabalhadora tivesse condições de entender e transformar a realidade social. Entretanto essa necessidade possui uma temporalidade e só será possível uma crítica da economia política com o desenvolvimento do processo histórico que Marx está inserido e o por que de sua publicação formalmente se dar em 1859. Mas a processualidade que antecede este momento onde Marx, distante de neutralidades, se posiciona ao passo que se distancia da juventude hegeliana de esquerda, e ainda, ao passo que se aproxima de parte da vanguarda de trabalhadores na França, Bélgica e Inglaterra fazem com que as suas perspectivas sobre a história e o tempo presente se movimente e o movimento aqui é a própria processualidade que perpassa a crítica da filosofia à economia política em sua totalidade histórica. E continua Lênin:

A revolução de 1848 fere de morte todas estas formas coloridas, ruidosas e turbulentas do socialismo anterior a Marx.

Em todos os países, a revolução põe em ação as diferentes classes da sociedade. O massacre dos operários parisienses, pela burguesia republicana, nas jornadas de junho de 1848, atesta para todo o sempre que só o proletariado pode ser socialista. A burguesia liberal teme, cem vezes mais que a pior reação, a ação independente desta classe. O liberalismo poltrão avilta-se frente à reação. Os camponeses contentam-se com a abolição dos

vestígios do feudalismo e passam para o lado da ordem, hesitando apenas raramente entre a democracia operária e o liberalismo burguês. Todas as doutrinas referentes a um socialismo e a uma política extraclasses se evidenciam como puras patoadas. A Comuna de Paris (1871) completa este desenvolvimento das reformas burguesas; a República, isto é, a forma do Estado em que as relações de classes se manifestam do modo o menos dissimulado, só se firmou graças ao heroísmo do proletariado. Em todos os demais países da Europa, uma evolução mais confusa, incompleta, conduz, também, à mesma sociedade burguesa.

No fim do primeiro período (1848-1871), período de tumultos e de revoluções, o socialismo pré-marxista se aniquila. Nasceram partidos proletários independentes: são a Primeira Internacional e a social-democracia alemã (*Idem*).

Desta forma, estariam colocadas as condições objetivas que exigiam dos pensadores críticos respostas mais consistentes para aquele presente e Marx foi um destes pensadores que se colocaram a responder como funcionava a sociedade da mercadoria onde o dinheiro era cultuado como deus e os produtores de mercadoria viviam tão próximos e ao mesmo tempo tão distantes desta entidade. Foi tomando estas considerações que a nossa escrita jamais poderia se limitar a uma obra privilegiada do autor. Emblematicamente o texto de 1859 representa a publicação necessária (e mesmo apressada) da crítica de Marx, mas a escrita (estudo) de uma obra, pela própria obra é o postulado de outros quadros teórico-metodológico que não nos vinculamos neste estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx. O livro “Para a Crítica da Economia Política” foi o nosso ponto de reflexão sobre Marx, não um estudo de caso bibliográfico (o que certamente seria importante) e o motivo esclarecemos durante a apresentação do capítulo I de nossa tese.

Ainda em tempo para esta seção inicial, nossa escrita procurou explorar as notas de pé de página todas as vezes que a necessidade de esclarecimento se fez presente, e também para citação de publicações referendadas para que o leitor de imediato tivesse acesso a elas, o que não dispensou a citação das referências e fontes em campo específico no final da tese para a verificação mais detalhada.

As traduções são apresentadas também em notas de pé de páginas e procedemos assim somente quando a publicação do texto original não fora

identificada em língua portuguesa. Há passagens referentes às fontes bibliográficas, que recorremos ao cotejamento, não como mero artifício de fetiche acadêmico, mas para esclarecimento de dúvidas do conceito que é apresentado em alemão e as traduções para outros idiomas, principalmente o Português. Não foram muitos os momentos, mas eles existiram.

A estética de nossa escrita manifesta aqui parte de quem somos, no caso, a individualidade do doutorando. Não foi possível artificializar uma estética da escrita para contemplar uma possível tradição acadêmica que busca e espere o rigor na objetividade da escrita da história, não acreditamos nisso. Assim o doutorando assume toda a responsabilidade em relação a apresentação desta tese sob orientação. Escrevemos em primeira pessoa do plural, por entendermos que o conhecimento não brota individualmente da cabeça de um indivíduo, mas do acúmulo historicamente existente do qual conseguimos ter acesso ou não, com efeito, não realizamos nosso foco narrativo por um retórico “plural de modéstia”. Assim a escrita não esconde a preocupação de professor e historiador em um Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, que possui a constante necessidade de se fazer entendido pelos seus interlocutores. Seria impossível negar uma característica da individualidade que se manifesta a mais de dezenove anos no sujeito que pleiteia o doutoramento. Seria desonesto e fantasioso tentar esconder esta característica. Por ela, assumo com profissionalismo a pesquisa em apresentação.

1.3 Sobre as fontes

A historiografia adquiriu no decorrer dos últimos séculos um importante acúmulo sobre as fontes de investigação, dizemos, sobre as fontes históricas, da “escola alemã” ao *Annales* (XIX-XX); da historiografia marxista e a história social inglesa, adentrando no século XXI, a produção é vasta, tornou-se impossível acompanhar o debate, sobretudo com a relatividade do tempo e suas novas percepções. Isso não impossibilita de modo algum que o pesquisador acompanhe parte significativa desta produção. Há tempos os procedimentos metodológico com vários tipos de fontes deixou de ser uma prerrogativa exclusivamente europeia. Como já introduzimos, diante das batalhas das idéias (que não são

apenas idéias), isso se constitui um problema complexo e acreditamos que aí reside a sua riqueza no que diz respeito a necessidade de problematizações que não são inviabilizadoras dos procedimentos metodológicos, mas o contrário disso, possibilitam o confronto de perspectivas distintas, contrárias e a superação das mesmas, no sentido que Marx atribuía a superação (*Aufheben*).

A localização de nosso objeto no tempo, não se restringe ao recorte temporal de nossas fontes documentais, pois se buscou entender o conceito de história e tempo presente na crítica da economia política de uma forma global, retrocedendo e antecedendo no tempo para a busca do entendimento de como estes conceitos comparecem na produção crítica marxiana diante da totalidade e assim poder esquadrihar uma compreensão objetiva possível destes conceitos centrais.

Sobre as traduções das obras trabalhamos com as consagradas por pesquisadores mais experimentados. No caso das obras marxianas instrumentalizamos os trabalhos publicados pela editora Cultural Abril, no caso de “Para a Crítica da Economia Política”, e para as demais traduções realizadas pela Boitempo Editorial. Em casos específicos, realizamos o cotejamento com o original em alemão tendo por referência a Coleção Mega disponível à nós. Outras traduções ocasionais, na ausência dos trabalhos editoriais citados, são esclarecidos no decorrer da apresentação textual. Há para esta última geração de pesquisadores, na qual nos encontramos, uma rica disponibilidade de documentos digitalizados e organizados em vários idiomas e que recorremos sempre que necessário, eles também são discriminados minuciosamente no decorrer do texto da tese e meticulosamente organizados no final de nossa exposição no campo “referências bibliográficas” e “fontes”. O aporte que se manifesta nos dias de hoje esses tipos de fontes que utilizamos, em alguns casos, são digitais. Isto nos colocou a reflexão sobre a classificação das fontes de pesquisas disponíveis aos pesquisadores hoje. Um livro digitalizado e disponibilizado na internet, assim como se apresente no aporte físico de um livro no mercado deve ser considerado como fonte da mesma forma que o aporte digitalizado, considerando se tratar do mesmo livro físico? Que tipo de fonte é essa exatamente? Na medida em que estas ocorrências foram acontecendo,

refletimos com cuidado em relação a classificação das mesmas, e as considerações iniciais é a de que se pensarmos que não são fontes, recorreríamos a parte do positivismo que se manifesta na historiografia, do século XIX aos dias atuais. Consideramos este material como sendo fontes importantes, assim como qualquer outra, e que o que nos assombrava eram os fantasmas de parte do historicismo ainda vivo sobre as fontes documentais. Quando estes livros, jornais, minutas estão disponibilizados na mesma ordem que encontramos o material impresso o consideramos da mesma forma que consideraríamos o material impresso, evidentemente, considerando suas particularidades de acesso, aí sim diferentes em relação a fonte impressa, física e disponível em um universo geográfico distinto do espaço digital. Há diferenças de acesso a uma fonte histórica para o pesquisador, quando, por exemplo, ele se direciona até a Alemanha para poder ter em mão uma versão publicada de um livro por exemplo. Nesse percurso ele contrairá contatos, situações adversas, momentos diversos no processo de exploração das fontes. Se este mesmo pesquisador tem acesso a mesma fonte, por exemplo, sem se deslocar para a Europa, recebendo uma cópia digitalizada (em nosso caso, um livro) da fonte, via a Biblioteca da Baviera, certamente não poderíamos sustentar que ao ter acesso a fonte, as relações do investigador são as mesmas entre a fonte impressa e a digital. Todavia, entendemos que esta distinção é fundamental na concepção e trato das fontes, o que não altera em nada o conteúdo da mesma diante da análise, mas por considerarmos que a relação do pesquisador diante de suas fontes não se dá apenas com o contato (físico ou digital), pensamos que as fontes bibliográficas e documentais, uma vez digitalizadas nos colocam perguntas importantes sobre a produção do conhecimento e que não pudemos explorar nesta tese de doutorado. Entretanto, não ignoramos esta particularidade das fontes e quando recorremos as fontes digitais fora por conta de acesso ao que fisicamente não se tinha e neste sentido elas são elementares aos pesquisadores de hoje e merecedoras de mais debates futuros. Todas as vezes que nos referendarmos a fontes digitalizadas e de acesso direto pela *network*, sem a devida numeração das páginas, procederemos desta forma: sobrenome do autor, ano originário da publicação disponibilizada eletronicamente, desta forma: STÁLIN, 1938. Cabendo a citação referencial completa no final da tese, no campo referências

disponibilizadas eletronicamente.

CAPÍTULO II – Marx, o presente e a sociedade de classes

2. Breve percurso de nosso sujeito de investigação

Julgamos importante apresentar ao nosso leitor um breve percurso de nosso sujeito de investigação. Não faremos aqui um esboço biográfico (uma biografia escrita por Lênin apresentamos nos anexos da pesquisa). Marx, em 1842 trabalhava no jornal chamado Gazeta Renana onde se posiciona a favor dos camponeses da Renânia ao passo que a burguesia negociava com o governo de Frederico Guilherme IV. A ação no jornal diante do tempo presente exigia de Marx um tipo de tempo que o trabalho acadêmico não possui. Diante disso Marx se auto exila e resolve residir em Paris, sobretudo com a necessidade de se formar para encarar o mundo que se apresentava. Paris era o local onde algumas liberdades políticas estavam garantidas e Marx possuía o objetivo de fundar uma revista impressa, os Anais Franco-Alemães com fito de ser enviada a Prússia clandestinamente.

Em 1843 se casa com Jenny von Westphalen e parte para Paris. Com direito há algumas semanas por *Kreuznach* durante esse tempo se dedica a leitura e crítica da filosofia do direito de Hegel publicada anos antes em 1821. Redige o texto a partir dos seus estudos críticos sobre estado e sociedade civil em Hegel. Para Hegel o Estado fundava e organizava a sociedade civil que existia em caos. Marx não concordava com isso, mas também não tinha claro¹⁰ como

¹⁰ Atenção, “**não tinha claro**”, significa que neste momento de sua trajetória ainda lhe faltam elementos para análise e caracterização do tempo presente. Estes elementos estão em construção no pensamento marxiano e não é possível afirmar que em 1843 Marx tivesse todos os elementos necessários para a publicação de sua “Para a Crítica da Economia Política”, isso só ocorrerá em 1859. Assim, “**não tinha claro**” é muito diferente de “**não sabia o que fazer**”, uma leitura séria e atenta perceberá essa diferença com facilidade em nossa tese.

encarar essa esfinge.

Chega a Paris e vai morar em uma casa de exilados alemães. Em 1843 reconhece que algo chama sua atenção (os clubes operários, a tradição comunista, o mundo industrial mais avançado) e é nesse momento que nasce, ou melhor, vai se constituindo com mais clareza, o Marx que conhecemos hoje. Antes disso temos um jovem democrata radical, mas que agora se deparará com algo concreto que é a vanguarda do proletariado. Dedicando-se ao projeto da revista, vai conhecer Friedrich Engels. Em 1843-1844 Engels está trabalhando na fábrica do pai em *Manchester*. O contato em Paris não foi dos melhores, pois Marx não simpatizara muito com o jovem Engels, filho de industrial. Entretanto, em 1844, Marx recebe um texto de Engels (Um breve esboço) e que o surpreende completamente. Texto que traz a tona suas preocupações levantadas em *Kreuznach*. Engels é que aponta para Marx o caminho da crítica! É aqui que Marx toma a importância da economia política e como entender a sociedade civil: era através da economia política burguesa.

No final de 1844, Engels retorna da Inglaterra, passando por Paris e estabelece sólida interlocução de idéias com Marx, iniciando aí uma colaboração intelectual que durou a vida toda e resultando em trabalhos como “A Sagrada Família”, “A Ideologia Alemã”¹¹ e “O Manifesto do Partido Comunista”. É também em Paris que Marx tem contato com o proletariado e a tradição que vem de François Babeuf à Louis Auguste Blanqui através das associações e o movimento operário de Paris. Temos aqui um salto na compreensão de Marx sobre o presente como história (1843-1844). Vincula-se ao movimento operário, digo, aos trabalhadores da tradição comunista e a tradição do movimento operário e é Marx que irá vincular estas duas tradições através de seus trabalhos durante a sua trajetória como investigador, militante e dirigente.

Em 1844- 1847 o problema ainda está colocado para Marx, o das relações sociais em seu tempo presente. 1845 é expulso de Paris onde colaborava com jornais de exilados alemães. Vai para Bruxelas, agora como

¹¹ Trabalhamos com a edição da Editorial Boitempo (MARX & ENGELS, 2007), consultando ainda as edições da Hucitec (MARX & ENGELS, 1986) e Presença de Portugal (MARX & ENGELS, 1974).

exilado e contacta a Liga dos Justos resultando daí um congresso da Liga¹² em 1847 na cidade de Londres, passando a se chamar Liga dos Comunistas e apresenta um programa ao mundo político em início de fevereiro de 1848, era o Manifesto do Partido Comunista, em nome de uma organização política (de um partido). Neste mesmo momento 1848 estoura a Primavera dos Povos.

Marx retorna a Paris, fica algumas semanas. Com o ascenso de 1848 o governo provisório cancela o ato de expulsão de Marx que volta para Renânia e cria um novo jornal “A Nova Gazeta Renana”. Desta vez, um periódico com objetivo de orientar a revolução alemã e que termina com a repressão absoluta e que o faz retornar para o exílio partido em 1849 novamente para Paris, rumo à Inglaterra. Em 1850, em Londres a desgraça se estabelece de vez para toda família Marx. Foram várias calúnias, principalmente a de que seria um agente prussiano nos textos de Vogt¹³, a pauperização, a morte do filho, as doenças na família, a falta de dinheiro, e, contraditório a tudo isso, a sua maior aplicação aos estudos da economia política que deu vida a publicação ao texto central desta tese em 1859. Foi considerando esta totalidade que nos lançamos à um estudo sobre Marx.

¹² Em 1844 a Liga procura Engels para uma interlocução, mas o próprio não se afina com os posicionamentos da mesma. Em 1845 Marx é contactado pela Liga, e o posicionamento não foi diferente ao de Engels. Uma organização clandestina não correspondia as aspirações de organização de Marx e Engels. Apenas depois, na antessala de 1847 é que a liga retoma a tentativa de interlocução e obtém sucesso com Engels, e somente posteriormente com Marx, estava dada a oxigenação necessária para esta organização e que assim mesmo não durará por muito tempo, dissolvendo-se tempos depois em 1852.

¹³ Carl Vogt foi representante da esquerda na Assembléia Nacional de Frankfurt entre 1848-49. Em 1859 defende publicamente a política externa (neo)napoleônica o que lhe custará acusações de ser também um agente do bonapartismo (Napoleão III) e corruptor de intelectuais a favor dos interesses de Napoleão sobrinho. O jornal Das Volks, que recebia colaborações de Marx e Engels, divulga um panfleto anônimo contendo estas acusações e é claro de Vogt abrirá um processo. Por conta do anonimato o Das Volk teve que responder e Vogt acusa Marx como o conspirador e desferindo uma série de acusações que custou à Marx muito nervoso logo no momento em que escrevia a sua primeira versão pública da Crítica em 1859. Marx soube esperar e após a publicação reunirá uma série de texto e não deixará a polemica com Vogt e a crítica a esse será avassaladora. Marx também processou Vogt, mas a justiça prussiana não aceitou, pois entendia que Vogt não tivera a intenção de ofender Marx (evidente posicionamento esperado do governo prussiano, tratando-se de Marx). Soubesse que Marx não era o autor do folheto anônimo, mas Karl Blind.

2.1 Por que Karl Marx?

Uma característica marcante sobre os trabalhos já publicados sobre Marx¹⁴ e a história são as categorias de modos de produção: forças produtivas e relações sociais de produção. Não discordamos da centralidade destas categorias, entretanto, a pesquisa foi guiada por outras preocupações no que se refere ao conceito de história. O tradicional debate sobre relações de produção e forças produtivas, nas obras analisadas, não comparece no sentido de como o conceito de história é utilizado por Marx na escrita de sua crítica à economia política do capital.

Todas as investigações que analisamos são de alta relevância sobre nosso tema, todavia, não nos detivemos da mesma forma ao investigarmos o conceito de história na produção marxiana. Centramo-nos no desenvolvimento de um estudo para entendermos como o conceito de história e tempo presente se manifesta na primeira versão da crítica de Marx publicada em 1859. Como se construiu a escrita crítica de seu tempo presente? Como essa escrita da história se relaciona com as manifestações anteriores e posteriores ao ano de 1859? Diferente dos autores analisados, nossa tese vincula, necessariamente, o conceito de história e tempo presente na produção da crítica à Economia Política em Marx.

Procuramos aqui, de forma inicial, apresentar alguns elementos constitutivos sobre o estudo acerca dos conceitos de história e tempo presente em Karl Marx do qual trata a presente tese de doutorado. Para isso, a seguinte problematização: *Por que estudar o conceito de história e tempo presente em Marx?*

Respondemos a esta pergunta, inicialmente, com duas outras necessárias: ***Qual é a concepção de história e tempo presente na sociedade? Como é viver o tempo presente na sociedade de classes sem cogitar a história no presente mais imediato dos fenômenos?***

¹⁴ Para um esboço biográfico de Marx, consultar em anexo os apontamentos realizados por Lênin em 1914, no final desta tese e publicado na década de oitenta pela editora Alfa- Ômega em Portugal.

Inicialmente trabalhamos com a hipótese de que na sociedade atual, de caráter mercantil, encontra-se com amplo respaldo a ideologia de que o que mais importa é o presente pelo próprio presente. Que, se deve viver cada dia como se fosse o último. Que as atitudes devem ser pautadas no aqui e agora, pois o amanhã pode não existir a partir de algumas horas ou minutos, *pode ser a última vez na vida que escrevo um texto*. Sobre essa perenidade e antecedendo a crise do Império Romano, escreveu Horácio (65 a. C. a 8 d. C.), no odes¹⁵:

1 *Tu ne quaesieris — scire nefas — quem mihi, quem tibi*
 2 *finem di dederint, Leuconoe, nec Babylonios*
 3 *temptaris numeros. Ut melius, quidquid erit, pati,*
 4 *seu plures hiemes, seu tribuit Iuppiter ultimam,*
 5 *quae nunc oppositis debilitat pumicibus mare*
 6 *Tyrrhenum: sapias, vina liques, et spatio brevi*
 7 ***spem longam reseces. Dum loquimur, fugerit invida***
 8 ***aetas: carpe diem, quam minimum credula postero.***¹⁶
 (Horácio, 2008, p. 33)

Nestes termos identificamos a falta de perspectiva futura, típica de sociedades decadentes, ou seja, em crise como se verificou em Roma imperial, mesmo século depois do poeta romano, no ápice de seu desmantelamento na antessala da sociedade feudal. Essa perspectiva encerra o devir no próprio tempo presente, e em casos mais radicais, em última instância: anula a perspectiva histórica da sociedade.

Decadência também emblematicizada nos longos séculos que marcam a crise do sistema feudal, em partes da Europa Ocidental, que paulatinamente (e aqui na longa duração histórica) vai cada vez mais se confrontando com o desenvolvimento da sociedade capitalista entre o século XIV ao XIX. E, sobretudo, diante das contradições históricas da sociedade industrial, no século XIX é possível identificar as expressões da questão social quando observamos a situação da classe trabalhadora nas regiões industrializadas e constatamos as

¹⁵ Aqui no sentido de canto, relativo à lírica greco-romana.

¹⁶ Tradução para o português/Portugal de Pedro Braga Falcão: “1.Tu não perguntes (é-nos proibido pelos deuses saber) que fim a mim, a ti, 2.os deuses deram, Leucónoe, nem ensaies cálculos babilónicos. 3.Como é melhor suportar o que quer que o futuro reserve, 4.quer Júpiter muitos invernos nos tenha concedido, quer um último, 5.este que agora o Tirreno mar quebranta ante os rochedos que se lhe opõem. 6.Sê sensata, decanta o vinho, e faz de uma longa esperança 7.um breve momento. Enquanto falamos, já invejoso terá fugido o tempo: 8.colhe cada dia, confiando o menos possível no amanhã”. (grifo nosso)

péssimas condições de existência da classe trabalhadora. Neste período, os jornais são os grandes veículos de informações e certamente a grande imprensa pouco ou nada publicava sobre este aspecto decadente, de crise, daquele tempo presente. Por outro lado, os pequenos jornais, de tiragens menores e principalmente ligados a organizações dos trabalhadores, ou mesmo de simpática à classe trabalhadora, faziam o seu eixo central a denuncia daquele tempo presente, da crise. Não foi por motivo alienígena que o suicídio se tornou preocupação de pensadores como Emile Durkheim e o próprio Marx. Expressão essa que permanece até no século XX e XXI.

Atualmente registra-se casos de suicídio como acontecera recentemente na Grécia e veiculado por agências de notícias internacionais, registrado pela jornalista Dina Kyriakidou em 11 de julho de 2011, pela Reuters – Atenas e traduzido para a representante brasileira desta mesma agência:

Em abril, o dono de uma loja de carpetes no resort grego de Arachova foi encontrado enforcado com uma corda em uma ponte numa estrada para o sítio histórico de Delphi. "Não procure por outras razões. A crise econômica me levou a isso. Tenho dívidas com o seguro social, meus fornecedores e a proprietária do imóvel", disse em uma nota o pai de família de 64 anos. Ato público como esse podem ser raros na Grécia, mas as autoridades dizem que os problemas fiscais estão levando o país para a depressão, elevando de forma drástica os índices de suicídio. "Nossa época é dominada pela depressão e mesmo pelo luto pela perda de tudo o que as pessoas conquistaram durante a vida", disse o psicólogo Aris Violatzis, que trabalha num serviço emergencial privado anti-suicídio de Klimaka. "O suicídio sempre se deve a uma combinação de diversos motivos, mas a crise econômica está se tornando um fator importante", acrescentou ele. Nos últimos dois anos, o governo grego impôs duras medidas de austeridade para lidar com a enorme dívida, enquanto a Grécia afundou na mais profunda recessão em 40 anos (KYRIAKIDOU, 2011, p. 01).

Na manchete acima não identificamos um operariado clássico e mesmo um vendedor de força de trabalho para os compradores capitalistas. Trate-se de um dono de loja, um empresário e evidentemente não se trata do grande empresário financista, o que mostra que esta pequena burguesia também sente as garras dos tigres maiores em épocas de crise acentuada do capital. Todavia, com efeito, este comportamento que decreta o fim da história, em última instância

de forma absoluta com o fim da vida, também acerta a classe de trabalhadores. Vejamos a nota deixado por Dimitris Christoulas, 77 anos, que suicidou-se diante do parlamento grego em 2012:

“O governo de ocupação de 'Tsolakoglou' (referencia ao primeiro ministro grego que durante a guerra, em 1941, colaborou com a ocupação nazista do país) aniquilou qualquer possibilidade de sobrevivência para mim, baseada em uma aposentadoria digna que paguei por minha conta sem nenhuma ajuda do Estado, durante 35 anos. Dado que minha idade avançada não me permite recorrer à força - embora se um grego empunhasse um Kaláshnikov, eu seria o segundo a fazê-lo -, não me restou qualquer outra solução para um final digno, antes de ser obrigado a buscar comida no lixo. Tenho fé que um dia os jovens sem futuro se erguerão em armas e na praça Sintagma pendurarão os traidores da nação, como os italianos fizeram com Mussolini em 1945” (LEBLON, 2012)¹⁷.

Levado a esse patamar, decreta-se o fim da história, mesmo que em padrões relativos e absolutos ao momento em que existe, ignorando a totalidade histórica que se assenta o presente. Nega-se desta forma o presente como a apresentação fenomênica sintética de múltiplas determinações. O que propicia plena desenvoltura de comportamentos imediatistas e incapazes de pré-idealizar para além do fenômeno mais nu que se consegue observar. São situações onde se perde qualquer perspectiva ou se limita a uma perspectiva imediata que visa eliminar a existência do ser, ou mesmo ignorá-la, como desenvolveremos em seguida.

O ser social não se vê como social. Tem-se como coisa, e enquanto coisa sem valor, com pouca expressão, se pensa como coisa sem sentindo e assim a crise se estabelece. Relações sociais coisificadas, onde os produtores de riqueza, socialmente elaboradas, não se reconhecem enquanto tal e se estranham diante do mundo das mercadorias quando não são capazes de se realizarem no consumo. Frustram-se diante desta não realização que só é possível na sociedade do mercado ao passo que é possuidor de mercadorias para trocar, mesmo que não saiba explicar o processo de troca, sabe que deve possuir algo

¹⁷ O texto aqui traduzido é apresentado na matéria intitulada “Suicídio, Kaláshnikov ou comer lixo?” de 5 de abril de 2012, na revista Carta Maior. A matéria é de responsabilidade de Saul Lebon, no Brasil. Valemos-nos da tradução do grego para o português, uma vez que a fonte jornalística aqui se faz com perspectivas políticas distintas da de Marx, entretanto a tratamos de forma crítica como uma fonte, assim como todas as outras, para nossas problematizações.

para consumir algo, nos referimos ao dinheiro. E, quando não o possui a crise pode se elevar ao patamar que já apresentamos: o suicídio.

Antes de passarmos ao debate de uma tradição complexa e que identificamos de forma crítica ao postularem uma possível explicação da história (radicalmente oposta a Marx), vejamos outra situação em que se manifesta a crise do sujeito, e, mais, a crise de parte da classe trabalhadora estranhada na sociedade capitalista do nosso tempo presente:

No dia 2 de janeiro, cerca de 300 trabalhadores ameaçaram suicídio coletivo e pular do telhado de uma instalação da Foxconn na China, onde é fabricado o videogame da Microsoft, o Xbox 360. [...] O motivo da ameaça do suicídio coletivo foi o atraso de pagamento do programa de desligamento voluntário da empresa. O programa de desligamento voluntário da Foxconn oferece uma compensação financeira caso os funcionários da empresa peçam demissão por conta própria. Entretanto, por motivos não divulgados, o pagamento acabou não sendo executado causando a mobilização de atuais e ex-funcionários da companhia e que acabou acarretando em paralisação da produção do console ficou paralisada durante a manifestação. [...] O protesto acabou às 21h do dia 3 de janeiro sem nenhuma pessoa ferida. [...] Além de Xbox 360, a fábrica da Foxconn em Wuhan também monta produtos da Nintendo e da Sony, mas o grupo de trabalhadores da manifestação pertencia exclusivamente ao departamento responsável pela fabricação do videogame da Microsoft. Funcionários da Foxconn reclamam das condições de trabalho abusivas e de discriminação em linhas de montagem. Em 2010, 14 funcionários da empresa cometeram suicídio (CSP CONLUTAS, 2012).¹⁸

A matéria expressa parte dos desdobramentos de uma sociabilidade estranhada, onde o trabalhador além de não se reconhecer na produção passa a viver da forma mais coisificada possível, também não vendo história, ou seja, não se vendo como parte do todo, como parte da história, nem mesmo, em muitos casos concebendo a existência da história.

Os exemplos são extensos, nos interessa demonstrar que há estranhamento diante da história, e que em muitos casos não há identificação de perspectivas para além do tempo presente imediato. A defesa do hoje como o

¹⁸ Este texto é uma publicação da CSP CONLUTAS, Central Sindical e Popular de 2012. Disponível em:< <http://cspconlutas.org.br/2012/01/trabalhadores-ameacam-suicidio-coletivo-em-fabrica-de-x360-na-china/>>. Acesso em: 01 de Abr de 2014.

único momento possível não se sintoniza com a processualidade histórica, como algo para além do consumo do tempo mais urgente do relógio mecânico ou do organismo vivo em sua candência. Muitos intelectuais se posicionam diante deste presente como se fosse a única coisa possível¹⁹ a ser feita nestas últimas quadras da existência. Aproveitar o que possui e rapidamente descartar aquilo que já se fez uso. Temos assim uma ideologia em plena sintonia com o momento histórico tão negado por esses mesmos intelectuais que corroboram diretamente com a lógica consumista da economia política do presente imediato.

Ao problematizarmos desta forma nos referimos aos intelectuais pós-modernos²⁰ e neste sentido cabe esclarecermos a que tipo de conceito de história nos contrapusemos durante a investigação deste mesmo conceito no século XIX em Marx.

O que Lyotard chamou de pós-modernidade comparece diuturnamente, seja através da literatura, filmes, peças teatrais, jornais, revistas, internet, universidades e os relacionamentos sociais do cotidiano. Seria muito difícil compreendermos a pós-modernidade como algo homogêneo e de fácil identificação coletiva. Trata-se de um conjunto de postulações, nem sempre presente em sua totalidade no discurso de todos os intelectuais que se

¹⁹ Entre estes intelectuais identificamos parte daqueles que se colocaram no campo paradigmático da pós-modernidade, do chamado pós-estruturalismo e mesmo em parte da tradição marxista, como é o caso de André Gorz em seu *"Adeus ao proletariado"* em 1980 (GORZ, 1987). Para entender a descrença de Gorz em relação a possibilidade não possibilidade de emancipação humana no sentido marxiano, sugerimos a leitura da tese de doutorado de Marcelo Gomes, sob o título: *"Humanismo e estranhamento: estudo da liberdade pela autopoiesis na teoria marxiana"*, Unicamp, 2011.

²⁰ Não desejamos aqui provocar a vulgarização da compreensão deste movimento ao nos colocarmos de forma crítica a pós-modernidade, pois consideramos que há neste movimento uma relação significativa que dialoga com o estruturalismo, sobretudo após maio de 1968, e, no decorrer dos anos de 1970 como o pós-estruturalismo, e, que a partir de 1979 e nos anos de 1980 chegamos ao que chamamos aqui de pós-moderno. Não há uma linearidade nestas perspectivas, e consideramos ainda que nossas problematizações sobre a pós-modernidade, em dada medida também cabe aos intelectuais estruturalistas e pós-estruturalistas. Assim, para não recorrer a uma generalização infantil tomamos como ponto de referência a publicação de Jean-François Lyotard em 1979, por se tratar de uma marco emblemático deste movimento nos anos oitenta que passou a ser um dos pontos de partida para ancoragem de intelectuais que se auto-classificam como pós-modernos. Compreendemos ainda, que, a pós-modernidade represente mais um espírito do tempo (*geist*) que bebe nestas tradições, mas que em dada medida se coloca como apologeta da sociedade capitalista, coisa que não identificamos necessariamente entre os estruturalistas como Luis Althusser e Michael Foucault, ao menos nos idos de 1968, embora no caso destes intelectuais, tenham se acomodados sem maiores problemas aos institutos burocráticos que antes eram seus objetos de crítica (no caso de Foucault, o Colégio de França).

reivindicam pós-modernos, como acontece no caso de Michael Maffesoli²¹. O que não inviabiliza a identificação de elementos centrais que constituem o paradigma pós-moderno²².

Diante desta inicial problemática, vejamos mais proximamente alguns desses elementos constitutivos do que chamamos aqui de o paradigma pós-moderno: a negação da totalidade; a negação das grandes narrativas; a centralidade do objeto; o pluralismo metodológico, e; a defesa da alteridade. Isso só para ficarmos com os mais emblemáticos elementos constitutivos do pensamento dito pós-moderno.

O entendimento de que determinados eventos devem ser estudados diante de uma totalidade complexa é abandonado pelo intelectual pós-moderno a favor de uma análise do micro, a preocupação com o fenômeno em si. Um texto, por exemplo, deveria ser analisado a partir dele mesmo, por si só, uma vez que as conexões de todo o seu processo produtivo lhe é inacessível pelo sujeito que empreende tal tipo de trabalho. A essência do fenômeno “livro” não é alçada como objeto de investigação por tratar-se de algo que foge as capacidades do sujeito, cabendo ao objeto a centralidade da questão.

A negação da totalidade implica na produção de um tipo de conhecimento encerrado no objeto, sensivelmente captado no cotidiano, detendo-se ao evento e não se preocupando com o processo, a totalidade que origina determinados fenômenos. Estuda-se a festa da Revolução Francesa e não o processo revolucionário. Estuda-se as manifestações da fome, mas não os elementos constitutivos da fome nos corpos humanos. Estuda-se as representações imediatas e não os conceitos fundamentais das coisas²³.

Entendemos as grandes narrativas como propostas de entendimento de determinados fenômenos que levam em consideração a longa duração, os fundamentos ontológicos de constituição dos seres e suas relações diversas. O

²¹ Professor de Sociologia na Sorbonne, diretor do Centro de Estudos Sobre o Imaginário.

²² Mais uma vez, por isso é que nos referenciamos à um intelectual emblemático como Jean-François Lyotard quando da pós-modernidade e do intelectual pós-moderno.

²³ Nosso leitor observará que ao tratarmos de um livro de Marx, tivemos que desenvolver um longo caminho que não se encerra no livro em si. Avanços e recuos para além de uma obra são necessários para a compreensão da parte que se delimita.

Intelectual pós-moderno²⁴ entende que grandes narrativas são donas de pretensões e que são incapazes de apreenderem todo o processo de longa duração do fenômeno. As grandes narrativas se enquadrariam em filosofias da história, pouco verificáveis diante da imprecisão de acesso aos fatos pretéritos e a impossibilidade de objetar o futuro. Certamente, a maioria dos pós-modernos se referem aqui, principalmente, aos intelectuais da tradição marxista. A negação das grandes narrativas se faz a favor da pequena narrativa, ou seja, do micro, do relativamente palpável e do efêmero²⁵.

Nesta perspectiva o objeto é que detém a centralidade interpretativa, pois o sujeito se encontra fragmentado diante da totalidade social, cabendo assim a compreensão de que a centralidade está no objeto, de que ele não é centralizador, pois ele é a centralidade, ou ainda, de que a centralidade está nele (objeto).

A relação entre sujeito e objeto não é compreendida como uma relação centrada no sujeito histórico. Não cabe mais ao sujeito a interpretação da realidade social, pois a concepção de realidade está centrada no objeto, sendo inacessível ao sujeito que não mais é o portador da centralidade das relações sociais, perdendo significância assim para o objeto: o novo centro dos significados.

O objeto falaria por si próprio, não sendo possível ao sujeito a pré-ideação, menos ainda a objetivação da coisa em si. Desta maneira, ao identificar a centralidade das relações no objeto, o intelectual pós-moderno tributa ao sujeito um papel, na melhor das hipóteses, dependente deste na construção da história. Não nos enganemos com essa tal centralidade, pois uma mesa não determina as relações entre os homens, nem mesmo uma goiabeira cheia de goiabas produzidas na Argentina. O que determina as relações sociais, fenomênicas ou não, são os próprios indivíduos socialmente entendidos, ou seja, é no sujeito que se encontra a centralidade das relações sociais. São os sujeitos que realizam o

²⁴ De acordo com José Paulo Netto, em texto produzido como posfácio ao livro de Carlos Nelson Coutinho, isso cabe também ao estruturalismo nos anos de 1970. Nos referimos a obra "O estruturalismo e a miséria da razão", em sua segunda edição publicado pela Expressão Popular, 2010.

²⁵ Sobre a totalidade e a negação das grandes narrativas, voltaremos a esse tema no capítulo II.

trabalho socialmente necessário para o produto cadeira ou goiabas existirem. São os sujeitos que dão vida ao setor da agricultura que se ocupa da plantação de pés-de-goiabas como produtos que irão para o mercado, portanto mercadorias existentes como produto da ação interventiva do sujeito diante da natureza.

Reduz-se a complexidade das relações sociais de produção em nome de uma simplificação do papel do indivíduo social na história quando reconhece no objeto a centralidade de todo o processo histórico dessa mesma relação. O paradigma pós-moderno, aqui, faz mais um grande serviço às relações sociais mistificadas (fetiche²⁶) na sociedade capitalista. Tira arbitrariamente o papel interventivo do sujeito histórico e a sua capacidade de compreensão da realidade concreta da qual é o personagem fundante. Presta também o (de)serviço ao tirar do sujeito a capacidade de transformação da realidade social plantada na exploração de classes economicamente distintas, contribuindo sobremaneira para a manutenção do estado de coisas vigente, pois entender as relações entre capital e trabalho seria, para o pós-moderno algo extremamente pretensioso e fora das possibilidades do sujeito, exceto através de uma filosofia da história que associam a uma espécie de religião da modernidade, prometedora do paraíso terrestre entre os homens.

Acredita-se que o pluralismo metodológico é a expressão das diversas visões de mundo, deixando assim os seus diversos olhares analíticos sobre os fenômenos sociais que estuda. A pluralidade aqui faz coro com o ideal de diversidade que defende a máxima: “de que quanto mais, melhor,” para entender os fenômenos, ou seja, mais rico será o olhar daquele que observa. Uma forma bastante democrática de se fazer o celebrar das diferenças teórico-metodológicas que constituem a história da humanidade. Não se preocupam em identificar a totalidades das realmente múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas produzidas pelo ser social, esquecendo-se aqui, o intelectual pós-moderno, que todo o riquíssimo campo das teorias e métodos são as expressões dos momentos

²⁶ Palavra de derivação latina “*facticius*” que significa não natural, artificial. Com o avanço da expansão marítima portuguesa para se referir a religiosidade de parte da África ocidental onde se utilizavam de bonecos com poderes mágicos, sobrenaturais para realização de fazeres. O boneco tomava as sensações do humano reproduzindo na pessoa a ação que sofrera o boneco enfeitado. Em alemão, “*Fetisch*”, como utilizou Marx em sua crítica “*fetischcharakter*” (caráter fetichista), “*fetischismus*” (fetichismos) no “*Das Kapital*” (MARX, 1968, p. 86-87). Provavelmente a palavra em alemão seja uma aquisição do francês (*fétiche*) e por sua vez do português (feitiço).

históricos vividas pelos sujeitos. Mais uma vez, aqui, a postura do paradigma em questão ignora a totalidade e os conflitos dessa totalidade socialmente construída. Tal postura contempla a harmonia onde impera o conflito, a ideia plural diante do concreto tangido pelo poder das relações sociais.

Entendemos que o pluralismo, ao se direcionar às perspectivas teóricas e metodológicas, podem gerar um campo complexo e perigoso, onde as perspectivas em jogo nem sempre são plausíveis de compreensão daquilo que se estuda, analisa e edifica cognitivamente. Situações emblemáticas como àquelas em que se constrói em ciências históricas, propondo diálogos teóricos metodológicos pouco, ou nada, exequíveis, por exemplo: Pierre Clastres e Meillassoux; Michael Foucault e Henri Lefebvre, ou ainda, Karl Marx e Leopold Von Ranke. Salvo as singularidades de cada momento da trajetória intelectual desses autores, colocá-los ou mesmo elencá-los como sinonimais teoricamente e metodologicamente, seria um absurdo. Só para ficarmos com o primeiro caso, vejamos uma análise de Pierre Clastres sobre Meillassoux e Godelier em 1978, pouco antes do falecimento do primeiro autor:

Tome-se, por exemplo, Meillassoux. Ele seria, dizem, uma das cabeças pensantes (pensantes!) da antropologia marxista. Nesse caso preciso, esforços penosos me são poupados graças à análise detalhada que A. Adler dedicou a uma obra recente desse autor. [...] há algo de Monsenhor Lefebvre nesse homem: o mesmo fanatismo estreito, a mesma alergia incurável à dúvida. [...] Mas Meillassoux não é o único, e seria injusto para os outros fazer pensar que ele detém o monopólio do marxismo antropológico. Por um cuidado de equidade, convém dar a seus colegas o lugar que merecem. Tome-se, por exemplo, Godelier. [...] Seu marxismo chama a atenção, pois parece menos áspero, mais ecumênico que o de Meillasoux. [...] Seria então um oportunista? Nada disso. É um atleta do pensamento, que empreendeu fazer a síntese entre estruturalismo e marxismo. É preciso vê-lo saltitar de Marx a Lévi-Strauss. (Saltitar? Como se fosse um passarinho? São guinadas de elefante!) (CLASTRES, 1978).

O caso citado aqui é emblemático das polêmicas acadêmicas engajadas e ilustra bem nossa preocupação com o pluralismo metodológico como um dos elementos da pós-modernidade e a maior parte de seus intelectuais.

Com efeito, nada impossibilitaria o desenvolvimento de um estudo entre “deus” e o “diabo” e todos os seus seguidores, entretanto, não levar em

consideração as múltiplas possibilidades teórico-metodológicas que se postula como fundamento, poderia, na melhor das hipóteses, promover uma construção sobre determinados problemas altamente fragilizada, fazendo coro com o pluralismo metodológico.

Reafirmamos, não se trata de elencarmos perspectivas “amigas”, mas da necessidade de clareza sobre essa questão para que não se redunde na vulgarização e na teoria do relativismo cognitivo presente no paradigma pós-moderno²⁷.

Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO, 2005) apresenta este elemento no campo pós-moderno como sendo um artifício metodológico para justificar o seu próprio campo, dizemos, o da pós-modernidade e o modo de produção vigente.

O conceito de alteridade, bastante presente entre os trabalhos de ciências humanas de caráter etno-históricos, nos remete ao relacionamento diante do “outro”, se identificando ao não idêntico, ou seja, apresenta-se uma perspectiva de identidade a partir do “não ser” o “outro”. Diante deste apresentar de palavras trocadas, a ideia de alteridade, mesmo que reconheça a existência do diferente, o entende como parte constitutiva do ser diante desses “outros” o que pode sugerir uma espécie de harmonização diante das “representações” do outro, o que por sua vez pode nos levar ao velamento dos conflitos sociais de classes antagônicas, pois a pluralidade de “outros” seria o campo privilegiado da construção da identidade do ser.

Desta forma, o intelectual pós-moderno²⁸ apresenta-nos um ideal bastante perverso diante do concreto, pois esconde com este termo a luta de classes como um dos elementos constitutivos da história do ser social, contribuindo para a manutenção de uma classe privilegiada (harmonizadora dos conflitos sociais) ao lado de outra classe, desprivilegiada, na sociedade do mercado (receptora da ideologia da harmonia diante do “outro” no paradigma pós-moderno).

²⁷ Sobre um estudo maior acerca deste tema; ver, MENEZES, 2009.

²⁸ Aqui no sentido mais geral possível.

Metodologicamente, como tática, o intelectual pós-moderno defende a alteridade como forma de manter-se no campo cognitivo como um inocente “outro” que compõe a pluralidade teórica e metodológica, quando na realidade se utiliza deste argumento para sobrepor-se as demais perspectivas teóricas e metodológicas, principalmente no que se refere ao materialismo histórico e dialético.

O discurso e a prática da pós-modernidade é capaz de nos recheiar com uma série de episódios adocicados as concupiscências da economia globalizada. Neste contexto observamos os vieses das propagandas acadêmicas onde se cultua a perspectiva da narrativa como ato criador da produção alicerçada no idealismo antropológico que abarca olhares meta-subjetivos (WHITE, 1995) para a história e seus eventos objetivamente pregadores de um homem concreto e sujeito da e na história.

O pensamento pós-moderno postula uma série de valores subjetivos e infundados sobre o Iluminismo quando se pauta em desenvolver a crítica ao racionalismo burguês. Um posicionamento contraditório, uma vez que o pensamento pós-moderno é fruto do desenvolvimento da ideologia da modernidade. Ou seja, um desdobramento das ideologias no sistema econômico do capital, onde projetar-se visando à emancipação do homem torna-se algo combativo à sua necessidade de alienação social. Pois seria o mesmo que alimentar o processo de consciência da sociedade globalizada e consumidora de mercadorias, rumo a desalienação.

Desta forma, a condição pós-moderna lança a culpa pelos desastres do atual sistema global ao racionalismo do século XVIII, ao técnico-cientificismo do século XX, para ocultar o seu real objeto de combate que está no século XIX: o marxismo e seu projeto emancipatório do homem (ANDERSON, 1989). Por isso a pós-modernidade é a negação da história e o elogio da fragmentação no tempo presente.

O conjunto de intelectuais²⁹ como Michael Mafessoli (1984) e Jean Baudrillard (1991), que se identificam com o termo pós-moderno atacam o projeto emancipador proposto pelo racionalismo desde o século XVIII, desenvolvendo críticas à razão, colocando-a no banco dos réus e condenando-a como incapaz de promover a liberdade e o bem humano (FUKUYAMA, 1992, p. 350-351)³⁰. Atribuindo-lhe assim, a responsabilidade por todos os desastres da humanidade: guerras; poluições; desigualdades políticas, econômicas e sociais; entre as desgraças de todos os tipos e formas. Combatem ainda as visões holísticas, no sentido de totalidades, grandes narrativas e estruturais da História.

Assim, defendem o estudo dos recortes, das representações subjetivas, pois quase sempre são críticos da visão coletiva de um fenômeno. Abandonam o homem como sujeito por considerarem que este está submetido ao controle estrutural da sociedade e da economia. Gerando assim um pessimismo, sem esperanças de transformações da sociedade globalizada.

Diante destas frustrações, os intelectuais pós-modernos se apresentam incapazes de reordenar a situação catastrófica que estes mesmos identificam na história do presente. Qual seria o elemento ou conjunto destes que, de fato, impedem os pós-modernos de atuarem como intelectuais engajados além de movimentos recortados do todo, como os “movimentos de minorias”?

Buscando a objetividade, é possível operar outro problema ao lado de uma hipótese: Qual é a contribuição dos postulados teóricos da pós-modernidade para o presente? Seria pertinente verificarmos qual é a possibilidade desta ideologia ser uma forma/instrumento de cristalização do próprio projeto do racionalismo burguês, diante de todos os seus erros e catástrofes auferidas ao

²⁹ Limitamos-nos a apresentar a citação para referencial, neste caso, para além de Lyotard. Não nos deteremos em uma apresentação maior por não se tratar do eixo de nossa investigação a exegese da pós-modernidade.

³⁰ E neste caso Fancis Fukuyama representa a apoteose desta perspectiva nos anos de 1990, o que nos revela também a fina sintonia entre o discurso pós-moderno e os interesses do liberalismo, sobretudo quando publicado sob os interesses da secretaria de segurança do capitólio, afirmando, de certo modo uma vitória e defendendo que não há mais o que fazer a não ser aperfeiçoar o que já temos. A crise estrutural (não apenas financeira) do capital deu a resposta à Fukuyama. Recentemente voltou a se preocupar com a história em seu livro "*The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*", 2011 (As Origens da Ordem Política: dos tempos pré-humanos à Revolução Francesa), sobre a democracia e o liberalismo. Parece-nos tratar-se do coveiro preocupado com a sepultura ao observar que o morto não lá mais está. (Tradução nossa)

homem no decorrer destes últimos séculos. E ainda, em que medida o discurso da pós-modernidade não é caminho direto para a consolidação da sociedade de consumo capitalista e também uma ação prática que se utiliza do subjetivo para minar as possibilidades de concretização do projeto emancipador do homem através do marxismo apresentado desde o século XIX?

O ataque ao Iluminismo possui ressonância contraditória. Por quê? Seria por estarem eles mesmos, os cavaleiros do iluminismo, utilizando a roupagem do pós-modernismo para se safarem das responsabilidades diante da história e do sujeito? Não seria a pós-modernidade o cavalo de Troia do próprio projeto da modernidade, negado após o século XVIII e recolocado no século XX como ideologia do capital?

É possível observar um desesperado combate aos projetos desalienadores (GRAMSCI, 1984) em defesa de que o homem emancipado e sua proposta ficaram no pretérito, distante das novas realidades e dificuldades que o mundo nos apresenta hoje. Portanto, já não importa mais quem seja você ou o outro. O que vale é sentir-se vivo e funcional diante do todo. Viver a espera de uma visão de mundo romântico, onde o amanhã dependa das ações do hoje seria minimamente perda de tempo diante da concepção de homem na pseudo pós-modernidade.

Diante deste quadro, o pós-moderno, seus intelectuais e seus discursos camaleões acabam por promover a inércia política, o contentamento funcional diante da economia e o embrutecimento da sociedade. Efeitos perfeitamente concordantes para a reprodução do capital em qualquer paisagem humana a desumanizar-se a qualquer instante, seria a pós-modernidade a negação do devir e a contemplação do presente a partir da concretude do imediato, vivendo como é possível a partir do que está dado mais imediatamente no tempo presente que se vive.

A indústria cultural (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 113-156) passa a fundir-se com esta proposta fragmentada de existência pós-moderna, promovendo a massificação da ideologia de consumo no capitalismo, gerando o tipo de homem ideal para o sistema: o *Homo symbolicus* (CARDOSO, 2005, p. 282). Cristalizando todas as problemáticas que o próprio discurso pós-moderno

identifica na organização da sociedade atual como sendo obras da modernidade que decretara o seu próprio fim.

A questão é que ao se negar a construção histórica para além do presente, se está ao mesmo tempo escrevendo a história desse mesmo tempo presente. Assim ao afirmarem que o futuro não existe e que a história deve se restringir aos imediatismos dos desejos mais individualizados corrobora-se para a descrença de que somos e fazemos a história.

Ao se conquistar esse falseamento na sociedade de forma predominante, os intelectuais conquistam também a incapacidade de operar a transformação da própria vida, e, em última instância, de operar a própria existência na sociedade de classes. Conquistando a ideia de que o ser não possui história, ao fazer com que esse mesmo ser não possua a compreensão de que o devir é construído por ele, se ganha um ser alienado de si mesmo e incapaz, em primeira instância, de caminhar para além da linha que lhe fazem no chão que vive.

Voltamos à questão inicial: **“Por que estudar o conceito de história e tempo presente em Marx”?**

A partir do concreto pensado, abstraído como processo de construção teórica sobre o real, imagine um ser que não consegue possuir a compreensão de que a sociedade é constituída por algo que está para além dele e que assim mesmo ele é parte fundamental do todo. Ao observar, utilizando seus sentidos, os complexos sociais este não conseguirá conjecturar as possíveis relações que se estabelecem para a manifestação de um determinado fenômeno: seja a luta entre dois macacos ou a luta entre milhares de seres semelhantes a ele contra a Tróika na Europa atual.

A concepção de organização (a sua) se limitará ao campo fenomênico mais imediato notado pelos seus sentidos mais animais, distanciando-se de qualquer entendimento histórico daquilo que se vê e sente como animal que é. Não encontrará sentido em ações que pleiteiam uma perspectiva histórica e de transformação, sobretudo a revolucionária. Mantendo-se a ideologia do fim da história, faz-se ao mesmo passo a manutenção daquilo que determinada classe não deseja: a transformação com o devir. A organização partidária torna-se algo enigmático, sobretudo quando se sente de forma ainda animal, que existem

outros como eles que “sonham” com uma transformação radical da economia capitalista e todas as formas de viver. Não consegue entender, embora consiga enxergar, o motivo concreto por qual enigmaticamente milhares de outros animais sociais se reúnem para reivindicar algo que mais parece um delírio do que uma proposta.

A negação do devir histórico faz potencializar o fenômeno do consumo em sua manifestação mais fetichizada e ideologizada: o consumismo.

O consumo imediato como manifestação dos desejos do ser social bestializado, embrutecido e reduzido a sua animalidade, faz da busca à satisfação a façanha mais perspicaz deste homo. Este tomará o presente como o único espaço de consumo e portanto de realização de si. Visualiza-se o empenhar de todas suas energias à busca da felicidade encontrada momentaneamente no consumo imediato no presente vivo. Mas uma felicidade passageira que muito rapidamente deve ser substituída para que a sensação de realização se mantenha. As relações sociais acabam por ganharem a mesma denotação, usando-as para a realização: seja no amor, no sexo, na amizade e sobretudo na forma de trabalho.

Assim, o presente desvairado, deslocado de qualquer perspectiva de construção histórica, contraditoriamente fundamenta a centralidade do consumo deste ser embrutecido em detrimento da produção. Realiza-se no consumo, ou seja, todas as relações imediatistas são mediadas pelo consumo. O consumo não só é o centro das relações, é mais do que isso, as relações são desenvolvidas a partir da sua existência, orbitando a partir dele e para ele.

Decorrência disso é o repúdio pela esfera da produção da vida. Nega-se a história e a construção, a produção e a conquista da objetivação pré-ideada. Não se identifica com aquilo que produz, ao contrário, se nega, não se identifica e se sente estrangeiro ao produto que por ventura faça. Marx descreve essa situação como sendo típica do trabalho alienado. Nela o ser não se identifica com e na produção, mas no consumo e com o consumo, pois está alienado da esfera da produção e altamente inserido, mesmo que idealmente, na esfera do consumo.

Eliminar-se da esfera da construção histórica é colocar-se sem sentido em relação à própria história. Ser estrangeiro é não fazer parte, é não se sentir

pertencente, portanto, possivelmente não acreditar na capacidade de construção de uma parede, cadeira, machado, menos ainda de outra forma de produzir e reproduzir a vida socialmente. Excluir o conceito de história e construção de uma totalidade historicamente determinada viabiliza também a construção de um presente imediato fetichizado, alienado e que busca a realização apenas no consumo marcando a existência isolada do todo o qual é parte. Situações concretas do que apresentamos até aqui pode ser visualizada na historiografia que ironicamente escreve a história para em troca, consumirem títulos; em militantes partidários que buscam hipocritamente o brilho de suas habilidades a luz do sucesso público; e, o mais grave: milhares de trabalhadores estranhos a possibilidade de transformarem as estruturas que nesta quadra histórica lhes oprimem diuturnamente.

Para isso procuramos nos determos a uma obra que priorizamos diante de toda produção marxiana: “*Para a Crítica da Economia Política*”, publicada em 1859 em Berlim.

Qual o motivo desse privilégio? Certamente não se trata de um privilegiar aristocratizante e sim pelo fato de os anos cinquenta do século XIX terem marcado a trajetória de Marx de forma formidável, onde o autor pode fazer público o amadurecimento de muitas das categorias que vinha construindo no decorrer de décadas de estudos sobre a Economia Política Clássica.

Como se trata de uma construção, uma produção histórica se torna evidente diante da necessidade de percorrer essa trajetória (mesmo que em partes) do autor para que seja possível qualquer tipo de inferência sobre a obra privilegiada de 1859. Importante observar que o texto publicado na Berlim de meados do século XIX é a primeira versão pública de sua obra magna: “*Das Kapital*”, publicada em 1867.

Se não fossem suficientes os apontamentos anteriores, se faz necessário o constante retorno³¹ a Marx uma vez que identificamos que parte da esquerda se

³¹ Embora seja possível observar, por amostragem, que grande parte das pessoas, quando indagadas sobre Marx se manifestam como conhecedoras do seu pensamento, sobretudo se esta amostragem tiver como público alvo os navegantes de redes sociais. Anexamos o resultado de um questionário composto por dez perguntas relativas à Marx e neste pequeno recorte social, a maioria absoluta das pessoas dizem conhecer o pensador prussiano. Esta pesquisa quantitativa é

encontra perdida diante da vulgarização impetrada por uma parcela majoritária da grande tradição marxista que se consolidou pós-Marx e Engels.

A importância deste estudo atenua-se uma vez mais diante da crise estrutural do capital e da propagação de suas ideologias para manter-se de pé e constantemente se oxigenando, mesmo que para isso esse modo de produção da vida tenha que poluir todos os ares do planeta, desde que faça os seres deste mesmo planeta acreditarem que tudo está sob controle e que o importante é odiarem a produção e amarem o consumo: *carpe diem*.

2.2 Gozar ou agonizar: a evanescência do presente

O presente é o ponto de partida fundamental para Marx. É o momento central para o desenvolvimento de todas as possibilidades a partir do concreto pensado. É esta sua preocupação diante do presente que o leva nos anos iniciais de 1840 a romper com o Idealismo³² de esquerda e direita, reivindicando a crítica da terra, ou seja, das relações concretas diante da política do seu tempo. Deter-

absolutamente marginal em nossa tese, colocada aqui **apenas no sentido subjuntivo**, como possibilidades futuras, por dois motivos: 1- no estudo não se preocupou em desenvolver sistematicamente a aplicação de formulários ou questionários como parte de um trabalho de campo; 2- nossa problemática central é entender os conceitos de história e tempo presente em Marx, não os leitores dele nos dias de hoje. Todavia, com a multiplicidade de recursos, disponíveis para levantamento de dados, utilizamos, (sem pretensões de explorar os dados levantados), a internet mais como forma de identificação de aprofundamento deste recurso do que se ancorar no mesmo para este momento da tese. Em outro momento seria importante se deter sobre esta questão, uma vez que os movimentos sociais, partidos políticos e demais organizações que reivindicam o pensamento de Marx se colocam atualmente cada vez mais se utilizando do espaço digital, sobretudo as redes sociais, para as suas agitações e propagandas. Ver anexo “c” no final da tese.

³² O que exatamente fazem Engels e Marx em “A Sagrada Família” em 1845, publicada em Frankfurt, onde desde 1843, é promoverem a ruptura com o idealismo hegeliano. Nesse período já entendem que o criador é a criatura e a criatura o criador, uma crítica religiosa de todas as formas religiosas se estende também à filosofia idealista, uma vez que a divinização do espírito é também um tipo de louvar que ignora o mundo dos homens de carne e ossos. Trata-se de uma crítica de uma certa filosofia da história onde o espírito rege o mundo e não o homem. Observamos que já nestes anos o materialismo de Marx se manifesta a partir de uma outra filosofia da história onde o homem tem a centralidade, mesmo que ainda não o saiba e domine a regência da sua própria vida, da sua liberdade. Já se manifesta aqui a crítica constante em relação a história e o tempo presente que marca toda a historicidade destes dois autores e que evidentemente se estende para além do seu tempo histórico, não se safando nem mesmo o mais tímido pós-moderno ao se esquivar com o mando do pluralismo metodológico onde a idealidade reveste mangas de suas vestimentas.

se ao presente não significa para Marx o abandono teórico para a efetivação da prática. O pensamento de Marx não opera dessa forma. A décima primeira tese, publicada por Engels posteriormente, não se referia a deixar de lado a filosofia para privilegiar a ação prática. Muito ao contrário, Marx trabalha com a noção de práxis grega e a supera ao pensá-la em perspectiva revolucionária: “*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*” (MARX & ENGELS, 2007, p. 535).

Significa ao dizer que os filósofos apenas interpretaram o mundo, que apresentaram proposituras (caricatas ou não, mistérios no caso dos irmãos Bauer³³) epistêmicas até o seu presente imediato, tratava-se, agora, não de abandonar os estudos, a filosofia, mas que pensarmos a partir de um novo conceito de história, ou seja, pensar a Filosofia a partir da Filosofia da Práxis: pensar a partir do concreto, movimentar idealmente a partir da realidade com vistas a transformá-la radicalmente, pensar criando e transformando o mundo concreto e não as plantações entre as nuvens de um verão tórrido. Ainda na Ideologia Alemã, Marx e Engels são enfáticos em relação a história:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica (MARX & ENGELS, 2007, p. 86-87).

Há perspectiva do devir em uma grande narrativa e o conceito de história comparece com centralidade a partir do presente dos autores em 1845, embora o texto acima só tenha sido publicado no século XX. Há um movimento na perspectiva de Marx e Engels, diferente em relação a concepção de tempo compartimentado em etapas fixas onde o fato histórico se localizaria.

Passado, presente e futuro. Esta tríade nos coloca em perspectiva e a problematização vem sequencialmente: do que se trata? O que são estes três

³³ Neste caso, a obra “A Sagrada Família” (MARX & ENGELS, 2011) se ocuparam da crítica de uma essência misteriosa que uma vez tomada como a origem de tudo terá nos objetos, coisas a sua mera representação do real. Não se trata aqui do espírito absoluto de Hegel mas do arremedo misterioso dos hegelianos criticados de forma ácida em 1845 na obra que referimos no início desta nota.

conceitos tão lançados nas ciências históricas? Proporemos aqui algumas outras problematizações para que possamos dar continuidade ao debate sobre esta trilogia que comparece sobremaneira nas Ciências Humanas, e, em partes, é também constitutiva de nossa tese central. E neste caso Marx contribui para nossas abstrações necessárias até aqui.

Em 1848, no célebre Manifesto do Partido Comunista, sobretudo no capítulo inicial, o movimento histórico é apresentado de forma importante e onde é possível observar a manifestação do conceito de história e tempo presente. Passado, presente e futuro são conjugados a partir do presente, da moderna sociedade burguesa, sua origem na decadência do mundo feudal, à suas contradições no presente e um futuro onde tem centralidade, a partir do mesmo presente, a classe trabalhadora, como a grande antítese da rica e produtiva sociedade capitalista. Para isso vejamos o próprio texto na tradução de Álvaro Pina, no que diz respeito a burguesia, como passado pressente e futuro são articulados:

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e circulação.

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário (MARX & ENGELS, 2005, p. 41-42).

Hegel, em 1823 na “Filosofia da história” nos sugere que a história é o devir e que a dialética é a história onde a razão se manifesta. Karl Marx e Freidrich Engels escreveram no ano de 1845 na “Ideologia Alemã” que a história era a única Ciência. Em 1858 Marx reafirma a tese de que a história é central para compreendermos o presente, sugerindo o presente como história. E nestes

anos de 1850, sobretudo em 1852, a publicação de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte³⁴ (Luís Napoleão) nos demonstra exatamente o eixo de nosso estudo sobre história e tempo presente em Marx, pois o autor publica, exatamente na candência dos eventos, parte de suas análises ainda em desenvolvimento, o que provocaria irritação até no mais calmo dos historiadores daquele momento. Nesta obra o presente como história é demonstrado, como se refere Engels ao apresentar a obra em 1887 a sua terceira edição:

No entanto, isso só foi possível graças ao conhecimento preciso que Marx tinha da história francesa. [...] França é o país em que cada uma das lutas de classe históricas foi travada até a decisão final e em que, em consequência disso, também as formas políticas alternantes, no âmbito das quais essas lutas se deram e os seus resultados se sintetizaram, assumiram contornos bem mais nítidos. Sendo o centro do feudalismo na Idade Média, país-modelo da monarquia estamental unificada desde a Renascença, a França destruiu o feudalismo na grande Revolução e fundou o domínio puro da burguesia de uma maneira tão clássica como não se viu em nenhum outro país europeu. Mas também a luta do proletariado ascendente contra a burguesia dominante se expressa aqui de uma forma aguda, desconhecida em outras paragens. Essa foi a razão pela qual Marx estudou com predileção, em todos os seus detalhes, não só a história francesa passada, mas também a que estava em curso, reuniu material para uso futuro e, por isso, em nenhum momento foi surpreendido pelos acontecimentos (ENGELS, 2011, p. 20-21).

Para além do nítido reconhecimento do amigo recentemente falecido (1883), Engels reafirma ao leitor a perspectiva materialista-dialética da história que desenvolveram desde os anos de 1840 e a importância deste materialismo para o entendimento do processo histórico. O que para muitos intelectuais da

³⁴ Entre nossas fontes bibliográficas, O 18 de Brumário manifesta a reivindicação da história diante da necessidade de compreensão do tempo presente, seja ironizando a ignorância dela e principalmente a sua necessidade para a análise do movimento histórico, do devir. Dizemos, de forma emblemática, pois em todas as obras esta reivindicação comparece. São mais de 50 citações do termo para se ter uma mera ilustração quantitativa. Anos anteriores, no texto da Ideologia Alemã, são mais de 500 utilizações do termo “história”. No Manifesto do Partido comunista, são aproximadamente 160 ocorrências; Na Questão Judaica, aproximadamente 80. Sendo que na própria crítica de 1859 a citação ao termo se reduz a um conjunto bem menor de dezenas. No O Capital em 1867, livro I, são aproximadamente 160 aparições. Pretendemos com estes números não promover um pequeno espetáculo numérico quantitativista, mas apenas observar como a referência ao termo “história” representa mais do que uma palavra, mas a permanente construção de um conceito ao longo da trajetória, ao passo que é cada vez mais elaborado durante a trajetória marxiana, fica ele também cada vez mais intrínseco à crítica, dispensando a citação exaustiva, com exceção do texto de 1867 considerando o volume e que trata-se aí da junção e reelaboração de grande parte dos estudos de Marx.

época tratava-se de um raio que surge do nada, para eles, tratava-se de manifestações sócio-históricas, previsíveis³⁵, não por conta da revelação de algum mistério desfeito, mas da constante busca por compreensão dos fenômenos diante de uma totalidade histórica que se movimenta a todo instante, exigido do observador, mais do que a simples atenção dos sentidos, mas a capacidade de abstração na longa duração, no tempo e no espaço, da história e suas manifestações no tempo presente. E é nesse sentido que Engels continua e finaliza a sua apresentação:

Mas a isso soma-se ainda uma outra circunstância. Marx foi o primeiro a descobrir a grande lei do movimento da história, a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento da sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção. Essa lei, que para a história tem a mesma importância do que a lei da transformação da energia para a ciência natural – essa lei lhe proporcionou, também nesse caso, a chave para a compreensão da história da Segunda República francesa. E essa história lhe serviu para submeter a sua lei à prova, tanto é que, trinta e três anos depois, ainda temos de reconhecer que ela passou no teste com brilhantismo (ENGELS, 2011, p. 22).

Engels não está preocupado em fazer goela abaixo a imposição de leis como se apresentava as leis na história natural, leis do movimento histórico são relativas, sujeitas as transformações, nada de fixidez, rigidez ou imobilismo eterno. Deixemos isso para os positivistas de seu tempo. A perspectiva aqui é dialética e na dialética marxiana a lei na história deve ser entendida, assim como o próprio Marx se referenciava constantemente, como movimentos históricos e constantes, cotidianas transformações, na imediatez. Compreender a lei da

³⁵ Para um debate sobre a previsibilidade, inevitabilidade e teoria da história em Marx, a publicação teórica da Liga Internacional dos Trabalhadores – IV Internacional (LIT-CI), Marxismo Vivo, número 05, de 2015, dedica aproximadamente metade de toda edição para socializar esse debate em andamento desde 2014, entre os seus militantes. Nossa tese, neste sentido parece não se enquadrar em um mero estudo teórico sobre a importância do conceito de história em Marx, pois se sintoniza em um tema que também é central e polêmico em uma das maiores organizações Trotskistas da atualidade.

história, como sugere Engels aqui é compreender que sem o conhecimento histórico, sem apreender os estudos sobre a história, o tempo presente se manifestará quase sempre como uma grande surpresa, como que se do nada as coisas acontecessem, de acordo com a vontade de algo misterioso, de algo que foge a capacidade humana de revelar sem o auxílio das pitonisas o devir histórico na sua mais evanescente manifestação que é o presente.

O presente se manifesta como um momento diante do todo, o momento que conseguimos, por alguns instantes sermos vivos, ou seja, tê-lo de passagem entre os dedos. O presente é o momento da história que de forma catalisadora apresenta parte do passado e a si mesmo. É nele que o homem pré-ideia o futuro em conjeturas sobre o devir. No presente se nega, se afirma o passado. É nele que se goza ou se agoniza diante dos fenômenos. O presente manifesta o conceito de tempo mais evanescente, aquele em que quase tudo se pode e ao mesmo tempo quase nada se consegue. É o tempo mais rápido, mais volátil e mais quente.

No presente o homem problematiza, defende e nega. Apenas no presente se abstrai sobre o pretérito e pensa o futuro, a partir de posturas idealistas ou não. O momento evanescente é onde se consegue identificar a si mesmo em primeira instância, momento vital para reconhecer-se no passado e em um futuro próximo que se concretiza como o próximo amanhecer, ou mesmo nos segundos subsequentes.

É no presente que se conceitua, é nele que o passado é pensado como passado e o futuro como o devir que ainda não se realizou. Mas o presente é também o futuro do passado, pré-ideado e concretizado de forma diversa a teleologia pretérita. O presente ainda é o palco em que ele mesmo se decompõe e se concretiza em passado ao mesmo tempo em que é a ideação do agora mais imediato. No presente, ele (o presente) identifica-se, se nega e se consolida. Numa palavra: o presente é o palco mais notório de toda história em construção.

Pensar o presente nesta perspectiva tríplice pode nos conduzir às armadilhas do diletantismo, mas se conduzirmos nossas problematizações a partir dele mesmo, ou seja, não perdermos de vista o concreto pensado, podemos

observar como esse campo de indagações e afirmações estão bem articulados com o nosso presente imediato diante de uma totalidade histórica.

No século XX, como introduzimos na seção anterior, identificamos uma perspectiva analítica que também postula uma série de preocupações com o presente mais imediato, trata-se do que se convencionou chamar de pós-modernidade. Entre os intelectuais que abraçam e postulam este tipo de análise do presente poderemos citar, mais uma vez, o emblemático Jean François Lyotard³⁶, onde a perspectiva de totalidade histórica citada por nós anteriormente não comparece senão como negação em sua perspectiva analítica.

Assim, o presente se trona o único palco possível, onde de forma mecânica o devir continua a ser pensado. O passado deve ser pincelado a partir das cores que interessar ao pintor deste presente. Para isso, evidentemente, escolherão as cores mais vibrantes, pulsantes e mais vivas ao tecerem a tela analítica do que é o tempo presente. Reafirmamos, relações mecânicas que não forjam nada além de análises coloridas e binárias sobre o presente real, histórico e socialmente construído.

Lyotard é apenas um emblemático entre tantos outros que há tempos abandonaram a perspectiva de totalidade histórica para pensarem o presente, o passado e o futuro. Não cabe este texto adentrar em apontamentos sobre os demais intelectuais pós-modernos, todavia sugerimos a leitura em nota³⁷ de dois importantes textos sobre esta questão que agora não nos é central na medida em que focalizarmos nos intelectuais pós-modernos nos desviaria do propósito central: a evanescência do presente e a importância deste ponto para a compreensão do conceito de história em Marx.

³⁶ Jean-François Lyotard, filósofo francês, foi membro do grupo “Socialismo e Barbárie”, ativista pró-Argélia. É referenciado em nosso estudo a partir de seu relatório apresentado a pedido do governo canadense sobre a produção do conhecimento no século XX, posteriormente transformado em livro no ano de 1979. Observamos um Lyotard radicalmente distante de parte da tradição marxista que se vinculava antes de 1968, na França. É a partir deste autor que nos referimos a pós-modernidade. Não há consenso na caracterização deste movimento cultural, de acordo com Terry Eagleton, assim, para não nos divagarmos, Lyotard é a nossa primeira referência ao apontarmos sobre o assunto no qual ele é entendido como referência. No Brasil o relatório-livro foi publicado em 1988 pela Editora José Olympio no Rio de Janeiro.

³⁷ Carlos Nelson Coutinho, “*O Estruturalismo e a Miséria da Razão*”. Expressão Popular, 2010; 1ª ed.: Ed. Paz e Terra, 1972; Terry Eagleton, “*Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*”. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

A evanescência³⁸ do presente é imanente a esse momento do devir. Entretanto, se não fosse isso suficiente para manifestar uma social construção complexa sobre o tempo presente, há que se considerar uma série de posicionamentos sociais que particularizam o entendimento desse que se desfaz rapidamente diante da totalidade.

O debate sobre os fundamentos do ser a partir da negação de categorias históricas fundamentais corroboram para uma leitura do presente descolada da totalidade, conseqüentemente, descolada do movimento e presa ao mecanicismo e a naturalização do universo fenomênico.

Diante do quase abandono acerca dos fundamentos identificamos duas problemáticas centrais acerca do presente como história em perspectiva ontológica a partir de Karl Marx. São eles: a)- **A negação da totalidade:** O entendimento de que determinados eventos devem ser entendidos diante de uma totalidade complexa é abandonado pelo intelectual pós-moderno a favor da micro história, a preocupação com o fenômeno em si. b)- **A negação das grandes narrativas:** Entendemos as grandes narrativas como propostas de entendimento de determinados fenômenos que levam em consideração a longa duração, os fundamentos ontológicos de constituição dos seres e suas relações diversas. Procuraremos agora apresentar algumas palavras sobre a evanescência do presente diante destes dois elementos problematizadores.

A historiadora Virgínia Fontes, por ocasião de um lançamento editorial dos *Grundrisse*³⁹, no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2011, se referiu à morte de Marx, sobretudo ao papel que cumprem os anunciadores desta morte. Virgínia se

³⁸ Marc Bloch nos ajuda a pensar a evanescência na obra publicada postumamente “*Apologia da História ou o Ofício de Historiador*” publicado em 2002 pela Jorge Zahar Editor e tradução de André Telles: “Na linguagem corrente, “presente” quer dizer passado recente. Aceitemos [portanto] de agora em diante, sem hesitação, esse emprego um pouco frouxo da palavra. Não que isso não levante, por sua vez, sérias dificuldades. A noção de proximidade não apenas falta precisão — de quantos anos se trata? — como ela também nos coloca em presença do mais efêmero dos atributos. Embora o momento atual, no sentido estrito do termo, não seja senão uma perpétua evanescência, a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante. O regime da moeda estável e do padrão-ouro, que, ontem, figurava em todos os manuais de economia política, como a própria norma da atualidade, ainda será presente para o economista de hoje? Ou é a história, que já cheira um pouco a mofo? Por trás desses paralogismos, no entanto, é fácil descobrir um leque de idéias menos inconsistentes, cuja simplicidade, pelo menos aparentemente, seduziu certos espíritos” (BLOCH, 2002, p. 60 -61).

³⁹ Boitempo Editorial, tradução de Mario Dayer, mesa de lançamento da obra, composta por Virgínia Fontes, Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, Rio de Janeiro.

referia a plataforma que Marx nos legou, como capaz de contribuir para alçarmos vãos a partir do presente para melhor entendermos a sociedade capitalista. Anunciar repetidamente a morte de Marx não seria matar o que já está morto, mas a rica plataforma que Marx desenvolveu para a compreensão da história. A totalidade histórica é parte desta plataforma para o entendimento do presente.

O filósofo tcheco Karel Kosik, em sua obra “Dialética do Concreto”, bastante divulgada nos círculos marxistas, apresenta atenção especial a esta categoria fundamental no pensamento de Marx, vejamos:

[...]. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta *concretização não é apenas criação no conteúdo mas também criação do todo* (KOSIK, 1995, p. 59).

Desta maneira a desconsideração acerca da totalidade torna-se um elemento de entrave para a compreensão e transformação do presente. Ao passo que se nega esta categoria, o faz também a consideração do entendimento das múltiplas relações, para além do mecanicismo, que é existente entre as partes que formam o todo. Ignoram-se as suas relações de conflito e harmonia, e, portanto, a constituição do todo relativo.

Ao negar o princípio de uma história nestes termos qualquer princípio analítico acaba por se ancorar em fundamentações minimamente frágeis para entender a rede complexa de relações entre as partes que compõe a totalidade histórica. Não se trata aqui de compreender que a compreensão da totalidade opera de forma absoluta, mas de considerá-la em perspectiva, para além de um passado imóvel e um presente imediato e fluido. Há certamente limitações, a iniciar pela própria capacidade de apreensão do sujeito que investiga, todavia, isso não poderia ser uma barreira (ai sim absoluta), um hiato, entre o homem e o todo histórico realizado pelos homens no devir.

A negação da totalidade, muitas vezes se apresenta em decorrência de uma ignorância em relação a própria constituição da categoria. Associa-se totalidade histórica a pretensão de que o sujeito tenha acesso de forma absoluta as relações entre as partes constitutivas do todo, ou ainda, acesso pleno a todas as sínteses de múltiplas determinações dos fenômenos históricos. Seja por

ingenuidade intelectual e mesmo por posicionamento político de combate reacionário ao pensamento de Marx. Estas duas vertentes nada colaboram para o fazer de uma crítica mais profunda, escamoteando para detrás de ideologias o seu posicionamento de classe. Por isso a negação incessante da plataforma teórico - metodológica que Marx constitui ao passo que desenvolve a sua crítica da economia política.

Este segundo ponto (assim como os demais) estabelece toda relação com a negação da totalidade histórica. As grandes narrativas, aqui, não devem ser entendidas como a história envelhecida, dos grandes acontecimentos ou de grandes personalidades, mas a preocupação em desenvolver uma leitura de determinado fenômeno a partir da totalidade histórica, enfatizando a longa duração dos acontecimentos.

Significa que na longa duração se preocupa em entender o processo constitutivo, os fundamentos da coisa que é apresentada fenomenalmente no presente. Em perspectiva histórica, Marx apresenta esta forma ao passo que para entender o seu presente imediato o faz motivado por problematizações cotidianas que são melhores entendidas e explicadas quando se busca os fundamentos históricos em movimento, em constante construção de negação, afirmação e dúvidas também. Negar a construção de grandes narrativas, inicialmente é manter o coro com a primeira negação: a da totalidade.

Dissemos, em um primeiro momento, porque ao analisarmos a produção do conhecimento, especialmente sobre formas de escrita da história⁴⁰, sobretudo no século XX e XXI, identificamos outro momento onde a negação da construção de grandes narrativas se tornam uma preocupação contrária aos interesses da reestruturação produtiva da produção intelectual. Ou seja, a perspectiva marxiana, de investigação e construção narrativa⁴¹ encontra sérias dificuldades

⁴⁰ Sobre a escrita da História, fontes históricas e narrativa, citamos mais uma vez a tese de doutorado de Rosângela de Lima Vieira que trata teoria e metodologia histórica/historiográfica em Braudel (VIEIRA, 2002).

⁴¹ Evidentemente Marx não era um historiador do seu tempo, era um crítico da Economia Política, um dirigente militante. Todavia, como nossa tese possui a pretensão de estabelecer um diálogo entre Ciências Sociais e historiografia, fazemos uso de conceitos importantes utilizados entre os historiadores, como tempo presente, escrita da história, narrativa entre outros que comparecerão na exposição da pesquisa.

diante do cotidiano, pois uma grande narrativa não encontra nem mesmo espaço mecânico para ser publicada e debatida em determinados círculos intelectuais.

A negação da grande narrativa, nos termos que Marx propõe é da maior importância para a manutenção do *modus operandi* da produção do conhecimento na pseudo-concreticidade proposta por Kosik e desta forma concebendo o tempo presente da maneira mais fenomênica possível:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. A ele pertencem: - O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; - O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); - O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; - O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultado da atividade social dos homens” (KOSIK, 1995, p. 15).

As relações de produção, no que tange a escrita da história e análise social é travada pela lógica de reprodução do capital, que, diante destas mesmas relações atravancadas, produzem e reproduzem suas ideologias, entre elas a de que se tornou inviável a produção de grandes narrativas que se ocupam da longa duração do devir histórico. Nesta lógica formal, Marx estaria ultrapassado.

2.3 O subjetivo e o objetivo: o espírito na sociedade de classes

A pós-modernidade, como fenômeno econômico/cultural do capitalismo, propõe a busca da felicidade imediata, no tempo presente, do indivíduo, ou seja, a partir da sua individualidade, como se esta fosse capaz de determinar os complexos de complexos na sociedade de classes, e, assim, a contemplação do presente. Nossa investigação aponta outra perspectiva: a crítica.

A busca pela felicidade fora alvo da filosofia clássica, medieval e moderna. Hoje essa busca se mantém viva no espírito⁴² subjetivo das pessoas como se fosse a chama ainda acesa que Prometeu roubara de Zeus⁴³.

Bilhares de pessoas buscam incessantemente a felicidade e para isso não poupam tentativas, das mais radicais até as mais conservadoras, seja saltando de paraquedas ou mesmo sentados diante de um *laptop* conectados as redes sociais.

Livros, filmes, jogos, roupas, amigos, namorados, trabalho, relacionamentos dos mais diversos são instrumentos na busca da felicidade no tempo presente. Ser feliz é a grande meta de bilhares de pessoas espalhadas pelo planeta, cada um ao seu modo e estilo, batalham por esta conquista.

No século XIX, para Marx, o presente não é tão brilhante, pois sua luz é ofuscada pelas contradições brutais entre objetividade e subjetividade. A perspectiva contemplativa do presente nos parece situar-se por mais de três séculos, perspectiva a qual Marx sempre se posicionou de forma radicalmente crítica.

Estudos da Universidade de Michigan apontam a felicidade⁴⁴ como um dos grandes novos campos de investigação nas ciências humanas. A felicidade parece realmente estar viva desde há tempos, ao menos a busca por ela é radicalmente viva em nosso presente imediato e não parece querer se apagar por um só instante. Seres sociais buscam se apropriarem de meios que os elevem à efetivação da felicidade. Vislumbram a realização de uma vida feliz, e, para isso, vivem por esta busca.

⁴² Espírito aqui tem o sentido de consciência. Não apresentamos um estudo sobre o conceito de *Geist* em Hegel e a superação deste conceito em Marx. Entretanto partimos do pressuposto marxiano diante de Hegel. O fazemos assim por entendermos que ao se tratar de apenas algumas palavras não seria possível uma exegese neste espaço.

⁴³ Na narrativa mítica grega o fogo era algo reservado aos deuses. Prometeu, que era um titã, provavelmente após a Titanomaquia (guerra entre os deuses e os titãs), subordinado a Zeus, observa a fragilidade dos homens diante dos outros animais e resolve dar-lhes o fogo. E o fogo aqui não deve ser entendido apenas em seu estado físico-químico, mas como uma metáfora sobre o conhecimento, a capacidade de realização da autopoiesis, de criação.

⁴⁴ Para uma leitura introdutória sobre a literatura acerca deste objeto de estudos sugerimos o artigo produzido a partir de investigações realizadas no Brasil, publicados na Revista de Psiquiatria. FERRAZ, Renata Barboza; TAVARES, Hermano and ZILBERMAN, Monica L.. Felicidade: uma revisão. *Rev. psiquiatr. clín.* [online]. 2007, vol.34, n.5, pp. 234-242. ISSN 0101-6083. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832007000500005>.

Talvez a situação mais emblemática seja a busca da felicidade no relacionamento afetivo e quando nos referimos ao conceito de felicidade nos referendamos a parte do pensamento clássico, especificamente a Epicuro.

Neste caso, a pessoa idealiza, a partir das relações sociais historicamente construídas, uma ou algumas formas de se relacionar e acredita, a partir das suas convicções (das suas representações), que determinadas formas são as possíveis de lhe proporcionar a tão idealizada felicidade.

Neste sentido, felicidade⁴⁵ seria um estado espiritual socialmente construído de acordo com as relações sociais de produção e reprodução da vida que a pessoa está inserida. Ser feliz na história é conseguir efetivar o conceito que se eleva no espírito subjetivo. É ter clareza do significado do conceito⁴⁶ e a partir dele, postular a sua realização no espírito objetivo, ou seja, no mesmo mundo social em que a subjetividade é elevada até o conceito da coisa, neste caso, a felicidade como conceito que se realiza elevando ao espírito subjetivo e que retorna efetivando-se no mundo concreto, provocando o que Hegel chamou de uma segunda natureza.

Se esse movimento for concretizado em sua totalidade teríamos a efetividade da felicidade na história de forma absoluta e a realização seria a sua mais elevada manifestação da possibilidade de uma vida feliz a partir do devir

⁴⁵ Em “Carta sobre a felicidade”, a Meneceu, Epiruro de Samos apresenta como a busca pela felicidade nos é antiga: “*Que ninguém hesite em se dedicar à filosofia enquanto jovem, nem se canse de fazê-lo depois de velho, porque ninguém jamais é demasiado jovem ou demasiado velho para alcançar a saúde do espírito. Quem afirma que a hora de dedicar-se à filosofia ainda não chegou, ou que ela já passou, é como se dissesse que ainda não chegou ou que já passou a hora de ser feliz. Desse modo, a filosofia é útil tanto ao jovem quanto ao velho: para quem está envelhecendo sentir-se rejuvenescer através da grata recordação das coisas que já sãforam e para o jovem poder envelhecer sem sentir medo das coisas que estão por vir; é necessário, portanto, cuidar das coisas que trazem a felicidade, já que, estando esta presente, tudo temos, e, sem ela, tudo fazemos para alcança-la*”. Tradução de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore, São Paulo: Editora Unesp, 2002 (pág. 21- 23).

⁴⁶ Conceito e representação não são as mesmas coisas. A representação toma a coisa por si mesma, não avança no sentido e entender sua constituição, a processualidade histórica da coisa. A representação se apresenta como a manifestação da coisa de imediato e possui o caráter particularista de compreensão. O conceito procura, a partir da representação, apresentar a constituição da coisa para além do fenômeno, para além do mundo das ideias sobre a coisa. Conceituar significa procurar entender para além da representação particular e elevar o entendimento ao universal, no sentido de buscar captar o movimento de constituição da própria representação, uma vez que esse movimento não se apresenta pela própria.

histórico. Entretanto, a absoluta realização, via a concreta efetivação do conceito não parecer ser a constante neste mesmo devir de classes antagônicas.

Na sociedade de classes, sobretudo a capitalista dos últimos séculos, a busca da felicidade não desmente o parágrafo inicial destas nossas breves palavras. Todavia trata-se de observarmos mais de perto a processualidade histórica do conceito no espírito subjetivo e a sua efetivação a partir das relações com o espírito objetivo.

Tomemos como exemplo um trabalhador, assalariado, que para manter-se em pé tem que vender diariamente a sua força de trabalho. Este ser procura se realizar no mundo das mercadorias a todo custo que lhe é imposto. A partir do universo alienado que reproduz a sua vida, diante de limites vorazes, este mesmo procurará se apropriar de significados que darão algum tipo de sentido em sua existência.

E aqui reafirmamos a busca por felicidade como um destes sentidos na vida do trabalhador. Dedicar-se-a ao trabalho durante a maior parte da sua existência, procurando, a partir de um conceito, processado no espírito subjetivo, a elevação conceitual e retornar ao mundo objetivo de forma a ser absolutamente no mundo das coisas. Todavia, esta realização não pode ser absoluta, embora idealize isso, na sociedade de classes, pois a plena realização é impedida da efetividade no mundo concreto, restando-lhe apenas a pseudoconcreticidade⁴⁷. E neste caso não teríamos uma processualidade de efetividade relacional entre espírito subjetivo e espírito objetivo, mas apenas um processo incompleto tomado como completo e a reprodução de uma existência enfeitiçada onde o espírito subjetivo tentaria se elevar ao conceito, mas que na verdade apenas o faria em uma sala de magia, onde as ilusões se apresentam como verdades e as verdades como elementos obscuros e desprezíveis. Não há nestes termos objetivação absoluta, não há uma segunda natureza como dizia Hegel. O que existe é um falseamento do conceito de felicidade e o contentar-se com o mágico e suas

⁴⁷ Como já dissemos, “pseudoconcreticidade”, aqui, tem como referência a abordagem do universo fenomênico apresentada por Karel Kosik em “Dialética do Concreto” de 1963, livro publicado no Brasil pela Paz e Terra, tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 8 reimpressão, São Paulo: 2010.

magias em um devir mistificado e embrutecedor do ser onde a representação é o início e o próprio fim.

Outra busca pode auxiliar-nos diante de nossas problematizações expostas até aqui: a da liberdade.

A realidade subjetiva produz a construção ideal de liberdade que consegue se elevar, a partir do espírito subjetivo, até o conceito. Mas mais uma vez o problema se apresenta, pois a elevação até o conceito de liberdade não significa que o conceito consiga se efetivar diante do espírito objetivo do mundo.

Um ser pode desenvolver o conceito de liberdade em seu espírito e até mesmo refiná-lo no decorrer desta processualidade que é histórica. Pode conseguir atingir o conceito de forma clara *para si* e ter parte da efetividade realizada *para si*. Mas neste caso teríamos apenas parte do processo efetivado, a menos que aceitássemos a participação da magia mais uma vez em nossa história e tomássemos o processo por efetivado em absoluto.

Mas ao buscar a efetivação do conceito no espírito objetivo que se dá em uma sociedade de classes, o ser inevitavelmente se deparará diante da crise como um momento vital deste mesmo devir. Crise porque entende o conceito, mas não é capaz por si só de efetivar o conceito no mundo concreto e não criando uma segunda natureza, mas uma quase síntese que não se realiza senão diante do momento da crise no presente.

Se o conceito de espírito subjetivo e objetivo ficar preso à tradição hegeliana, não atingiremos o fim da história, mas sim a busca da superação dos limites que se encontra no espírito objetivo e que impedem o espírito subjetivo da efetividade absoluta e aqui já estamos elevando o conceito de espíritos a outros patamares que só fora possível com as contribuições de Karl Marx sobre a história.

Nesta perspectiva, a realização do conceito, no espírito objetivo, se faz considerando que a própria processualidade histórica, em seu momento de crise, é a antessala da efetivação do conceito de liberdade. Em outras palavras, a realização parcial da liberdade na sociedade de classes não estanca o espírito humano à um estado de coisas pré-estabelecidas (como a propriedade privada),

mas ao contrário, o impulsiona à construção permanente da síntese deste devir. A permanente construção diante da crise de realização efetiva do conceito é ao mesmo tempo a sua afirmação necessária para a processualidade histórica que Marx ainda identificava em sua “pré-história” da humanidade⁴⁸, pois a regência da liberdade ainda não é algo efetivado no espírito objetivo.

Assim a parcial realização do conceito no espírito subjetivo é fundamental para o conceito de história que Marx apresenta no decorrer de sua trajetória, pois a identificação dos limites da liberdade na sociedade capitalista, impulsiona para a destruição destes mesmo.

Por isso a necessidade da revolução social que desatravancaria o conceito elevado pelo espírito subjetivo, possibilitando o seu retorno ao mundo para além da pseudoconcreticidade e aí sim realizando-se de modo efetivo a regência do homem que conceitua e objetiva na vida a liberdade distante das correntes da cartola do mágico. A revolução social compõe a busca da efetividade do conceito no mundo concreto e a busca de superação da idealidade presa à cartola, ou ainda, a elevação do conceito para o mundo prático.

Desta forma, tem-se a constante construção do espírito ou a sua estagnação histórica, desmascarando assim a máxima que diz “querer é poder”, por: querer nem sempre é poder na hora que se quer.

Marx em seu 18 de Brumário faz referência a Hegel sobre os limites da realização no espírito objetivo diante do ser do espírito subjetivo. E considera que o fazer histórico é possível, porém, diante de limites e imposições também históricas que ao ser são colocadas para o fazer diante das contradições. Não se tratando ainda de uma natureza segunda, mas da historicização necessária rumo

⁴⁸ Em 1859 Marx publica pela sua primeira vez a sua Crítica da Economia Política, nela apresenta a seguinte passagem: “*As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana*” (grifo nosso). Tradução de Edgard Malagodi, Editora Nova Cultural, São Paulo, reimpressão de 2005.

a outro estado de coisas que não se apresentará na história de modo natural ou linear, menos ainda sem crises e sem conflitos⁴⁹.

No próprio 18 de Brumário em reapresentação ao público de uma nova edição em 1869 Marx fazia referência à escrita no tempo presente e ao fazê-la se dirigir à questão da neutralidade de modo crítico: "*Do que foi dito, pode-se inferir que o presente escrito surgiu no calor dos acontecimentos e que o seu material histórico não vai além do mês de fevereiro (de 1852)*" (MARX, 2011, p. 17). E continuava citando intelectuais deste mesmo tempo presente, "**desse presente escrito**" (MARX, 2011, p.18) e seus posicionamentos diante da história mais imediata na França:

Victor Hugo se limita a invectivas amargas e espirituosas contra o responsável pela deflagração do golpe de Estado. O acontecimento propriamente dito parece ser, para ele, como um raio vindo do céu sem nuvens. Ele vê no golpe apenas um ato de poder de um indivíduo isolado. Não se dá conta de que engrandece esse indivíduo, em vez de diminuí-lo, atribuindo-lhe uma capacidade de iniciativa pessoal que seria ímpar na história mundial. Proudhon, por sua vez, procura apresentar o golpe de Estado como resultado de uma evolução histórica precedente. Sorrateiramente, no entanto, a sua construção histórica do golpe de Estado se transforma numa apologia do herói do golpe de Estado. Desse modo, ele incorre no erro dos nossos assim chamados historiadores objetivos. Em contrapartida, eu demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel do herói. (MARX, 2011, p. 18)

⁴⁹ Marx se refere desta forma na tradução de Nélío Scheneider: "*Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e as coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem, o seu figurino, a fim de representar, com essa venerável roupagem tradicional e essa linguagem tomada de empréstimo, as novas cenas da história mundial. Assim, Lutero se disfarçou de apóstolo Paulo, a revolução de 1789-1814 se travestiu ora de República Romana ora de cesarismo romano e a revolução de 1848 não descobriu nada melhor para fazer do que parodiar, de um lado, o ano de 1789 e, de outro, a tradição revolucionária de 1793-95. Do mesmo modo, uma pessoa que acabou de aprender uma língua nova costuma retraduzi-la o tempo todo para a sua língua materna; ela, porém, só conseguirá apropriar-se do espírito da nova língua e só será capaz de expressar-se livremente com a ajuda dela quando passar a se mover em seu âmbito sem reminiscências do passado e quando, em seu uso, esquecer a sua língua nativa*". MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx ; [tradução e notas Nélío Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels), (pag. 25-26).

No decorrer da apresentação dos capítulos da tese, sobretudo a partir do capítulo II, nos concentraremos, cada vez mais, na exposição marxiana sobre o conceito e história e tempo presente (preparada ou não para o público pelo próprio Marx), com ênfase no capítulo IV onde nossa investigação é apresentada de forma a privilegiar o texto de 1859 publicado pelo autor como a sua primeira crítica exposta acerca da Economia Política.

Mas, antes, é necessário o debate com parte da tradição historiográfica sobre o tempo presente, hegemônico entre historiadores de nossa quadra histórica, que difere substancialmente de Marx. Desta maneira, segue o segundo capítulo de nossa investigação que procura apresentar um diálogo com parte da historiografia que se ocupou sobre o tempo presente, mesmo que em outras perspectivas em relação a Marx.

CAPÍTULO III - A história, o tempo e a tradição historiográfica

Após nossas problematizações iniciais, a título de prolegômenos, apresentamos agora o capítulo em que dissertará sobre parte do debate acerca do conceito de tempo presente para parte da historiografia francesa, uma vez que este tema é parte constitutiva do conceito de história em Marx. Entretanto, o autor de nosso objeto de investigações postula em sua obra uma concepção distinta de parte da tradição historiográfica, seja em forma, substância e mesmo temporalmente.

3.1. Uma chave para a anatomia do macaco

A exposição textual que apresentamos aqui está relacionada diretamente com o desenvolvimento de uma investigação acerca do conceito de história e tempo presente na publicação de Karl Marx de 1859 intitulada *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (Para Crítica da Economia Política). O estudo em apresentação a seguir não pretende se ocupar de uma análise situada no tempo presente⁵⁰, tão pouco de entender Marx como historiador⁵¹, menos ainda, um historiador do tempo presente. Todavia, partimos do tempo presente (o nosso) para entender o problema da tese (o conceito de história e tempo presente em

⁵⁰ Embora nos remetamos a ele uma vez que nosso estudo deve servir ao entendimento também do presente que vivemos no que tange a história e o presente em Marx.

⁵¹ A produção marxiana não teria sido a mesma caso este se vinculasse aos historiadores profissionais de sua época. A caracterização é justamente no sentido de entender Marx como um crítico para além do seu tempo, exatamente por não estar na universidade produzindo a escrita de sua crítica à economia política. Esta característica possibilita a Marx o que nenhum historiador prussiano fora capaz de realizar no que tange a perspectiva revolucionária de sua crítica, mesmo quando consideramos historiadores da envergadura de Gustav Droysen e Georg Girvinus.

Marx) a partir de problematizações, assim como o próprio Marx e também o historiador francês Marc Bloch propuseram, no caso do segundo, em sua obra, “*Apologia à História ou O Ofício do Historiador*”. Trata-se de um estudo teórico, classificado como bibliográfico-documental, localizado em meados do século XIX, na Europa Ocidental. Entretanto, torna-se imprescindível levar em consideração o conceito de história e tempo presente desenvolvido durante o século XX para que se possa inferir sobre o objeto da tese, que por sua vez, é produtor de um conceito de história e tempo presente, muito antes de todas as formulações teórico-metodológicas institucionalizadas no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), através do *Institut d’histoire du temps présent* (IHTP).

O estudo de um clássico como Marx poderá ajudar a pensar a produção do conhecimento diante da manifestação fenomênica de mais uma crise do capital que perpassa toda sociedade, em especial, à população ligada diretamente ou não a produção acadêmica. Marx, tematicamente, é bastante vasto⁵², entretanto, postulamos que ainda há muito que se explorar da perspectiva teórica e metodológica esboçada por Marx em sua trajetória intelectual.

3.2. O conceito de história e tempo presente

Sobre a história do tempo presente e a produção historiográfica desta perspectiva, a França apresenta uma das maiores referências. Em 1978, foi fundado o *Institut d’histoire du temps présent* (IHTP), efetivamente inaugurado em 1980 sob a direção de Francis Bédarida, estendendo-se até o início de 1990. A historicidade deste instituto é intimamente relacionada aos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e o surgimento de uma nova perspectiva historiográfica: o tempo presente diante da historiografia contemporânea.

Philippe Tétart, em uma edição propedêutica, intitulada “Pequena história dos Historiadores” (*Petite Histoire des Historiens*), publicada no Brasil pela EDUSC – Bauru – SP, nos apresenta uma síntese das perspectivas teórico

⁵² Vide o caso de intelectuais ligados aos projetos editoriais e de pesquisa, como a Coleção Marx e Engels no Brasil.

metodológicas, e, sobre a história do tempo presente é enfático: “A *história do tempo presente não é nova. Tucídides foi um historiador do vivido, e muitos outros o seguiram*” (TÉTART, 2000, p. 133). E poderíamos acrescentar, de certa forma, que August Comte, Hegel, Ranke e Marx também o foram.

3.3. Filosofias da história e grandes narrativas no século XIX

Durante a pesquisa procuramos entender como filosofia da história⁵³ o conjunto de formulações teleológicas desenvolvidas distantes de um finalismo do devir, afastando-se assim de qualquer tipo de determinismo quando se referenda ao conceito de filosofia da história. Não pensamos filosofia da história como um conjunto de conjecturações descoladas das relações sociais, mas sim como um conjunto de elaborações sobre a permanente construção histórica que se faz a partir de pré-ideações iniciais que não definem em absoluto nenhum ponto de chegada com exclusividade. Isso quer dizer que a perspectiva de nossa investigação, quando tange o conceito de filosofia da história, não se reduz a uma teleologia absoluta do que virá, mas de um conjunto de relações possíveis que procura lançar compreensão sobre o devir sem a pretensão de finalizá-lo.

August Comte se preocupou com um tipo de história universal ao propor seu “Curso de Filosofia Positiva” (*Cours de Philosophie Positive*). Com a lei dos três “estágios”, pretende dar explicação e sentido ao processo histórico até o seu tempo presente. E certamente o faz. Uma teoria da história ganha expressão com Comte e, como pode ser verificado é de grande importância para a sua própria superação diante de outras teorias da história. Comte está vinculado a uma visão ortodoxa da construção do conhecimento, calcando em sua teoria da história um devir evolutivo no sentido de contemplar o seu presente histórico, neste caso postula um fim, diferente de Marx como apresentaremos nos demais capítulos.

⁵³ Não ignoramos a crítica que o próprio Engels realiza as filosofias da história como abstrações metafísicas, e ainda, as considerações do historiador brasileiro sobre a crítica de Engels as filosofias da história. Entretanto, postulamos em nossas investigações a percepção de que a generalização de “filosofias da história” não dão conta de enquadrarem todas as “filosofias”. Assim, defendemos que em Marx há uma filosofia da história onde as abstrações possuem uma base real/concreta daquilo que se postula. Assim, para Marx, filosofia e teoria da história se constituem como um pensar crítico a partir do real, de pressupostos concretos no mundo dos homens, o proletariado e a burguesia, distinguindo-se de outras filosofias da história que se ancoram em outro tipo de seres.

Essa teoria é universal, pois tem a pretensão de se aplicar a humanidade, explicando universalmente o seu desenvolvimento. Possui também o caráter nacional, assim como quase todos os autores citados no final da seção anterior. A França de Comte é o modelo exemplar de estado positivo. A razão e os valores universais a partir da França deveriam ser tomados como o emblemático da civilização. O modelo a ser concretizado em outros países “atrasados” da Europa.

Comte possui um caráter político que expressa os interesses de uma classe socioeconômica ilustrada e que será exportada para outros países, como a “Alemanha” e mesmo posteriormente, o Brasil⁵⁴.

Da Prússia, Hegel está a vislumbrar todo esse processo, e provavelmente foi o primeiro pensador a captar o desenrolar da história em seu tempo presente, sobretudo sobre as revoluções burguesas na Europa Ocidental – como um novo patamar da história universal.

É importante lembrar que o oeste da Prússia faz fronteira com a França e os ideais iluministas sempre estiveram presentes nesta territorialidade⁵⁵ do que viria a ser reconhecida como parte da Alemanha Ocidental e Luxemburgo. Hegel, semelhante à Comte, também apresenta sua teoria da história⁵⁶. E o faz no

⁵⁴ O positivismo Auguste Comte é marcante na constituição do movimento republicano no Brasil. A República fora proclamada sob diversas perspectivas, uma delas não nos escapa, o pensamento de Comte se fez presente entre os intelectuais republicanos, como Benjamim Constant, que em dada medida se transformou em um norte para a ideia de progresso e ordem, até hoje estampados na bandeira deste país. A “Lei dos Três Estados de Evolução do Espírito Humano” apresenta uma filosofia da história onde o fim evolutivo, científico, correspondente à política é a república. É importante considerar a problemática da recepção de Comte no Brasil que se deu de forma bastante vulgarizada por parte da intelectualidade republicana, mais tratada como uma filosofia mais metafísica (da forma inferior que o próprio Comte criticava) do que qualquer outra coisa de cunho científico como se postulava no “curso de Filosofia Positiva”. Hoje, talvez, Comte seja mais (mal)conhecido no Brasil do que na própria França, temática esta que foge a nossa investigação. Sobre o positivismo no Brasil republicano, ver: Nady Moreira Domingues da Silva. Positivismo no Brasil. Revista Filosofia em Revista, 85.3-4, 1982. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/positivismobrasilcsc.html>>. Acesso em: 04/05/2015. Há também um importante artigo publicado na Revista de História da USP que colaborou fundamentalmente para nossa reflexão sobre o positivismo no Brasil de autoria de João Cruz Costa, sob o título: “O positivismo na República, notas sobre a história do positivismo no Brasil” (COSTA, 1953, p. 97-132).

⁵⁵ Pensamos territorialidade para além do conceito de território político-geográfico, mas sim em um espaço que extrapola as fronteiras nominais e se vincula ao espaço culturalmente pensado e constituído historicamente.

⁵⁶ Consideramos que Hegel também propõe um fim para a história, mas em uma perspectiva distante de Comte. É preciso considerar os limites históricos destes autores, sobretudo o de Hegel, no caso de Comte as fronteiras que permitem visualizar a sociedade capitalista já são mais amplas e no caso de Marx, este pode observar a sociedade capitalista em seu momento mais

mesmo estilo das grandes análises da história universal, entretanto, o faz reabilitando a dialética para o seu tempo presente. Hegel assim como Comte, preocupados com a história, procuram o entendimento universal instigados por suas inquietações acerca de seu tempo.

Para Hegel a Prússia teria atingido o seu estado maior de desenvolvimento e assim seria o paradigma universal da história. Seria possível aqui assinalar o caráter nacional presente em Hegel, e ainda, o germe da centralização política e do Estado Alemão.

Assim como Comte, Hegel (embora a existência de diferenças radicais sobre a história) está com os pés no tecido social da Europa. Fala a partir da Prússia, da monarquia, mas sonha com a república iluminista. Ambos, na França e na Prússia, se preocupam com o universal e o nacional a partir do posicionamento hegemônico do poder político de seu tempo presente.

Um pouco depois de Hegel, Leopold von Ranke, agora um historiador oficial do império prussiano, apresenta uma produção histórica bastante influenciada pelo pensamento nacional Alemão. Ele vivencia a centralização e criação política do Estado Alemão e vai escrever a história desse Estado. É também, considerado um dos grandes representantes do historicismo alemão. Ranke procurava leis universais que dessem sentido à história do seu tempo imediato. Postulava o cientificismo através da objetividade racional. Este foi um período repleto de grandes explicações que destacavam os grandes personagens da história, reis, príncipes, papas, entre outros personagens. Um pensador vital para a germinação (assim como os demais) de sua própria antítese. Marx é contemporâneo de Ranke, que registra à ele uma rápida crítica em carta à Engels. Vejamos este documento:

La “hija de um embajador bávaro” no es otra que la hija del berlinés Dönniges, un colega suyo en demagogia de Rutenberg y Cia. en la universidad, en su principio uno de los jóvenes

amadurecido a partir da maior potencia capitalista no século XIX que foi a Inglaterra. Em Hegel o método não é mecânico, embora envolva o mecanicismo, mas sim a dialética. Nesta filosofia da história há um fim, mas não se trata de um fim mecânico. A dialética hegeliana identifica avanços e recuos da consciência no devir e mesmo diante da sua identificação como parte do todo em movimento, o reconhece-se diante do espírito absoluto não é o fim da história, mas o seu constante vir a ser, só que conscientemente do que é: a síntese de múltiplas determinações de complexos de complexos. Movimento este que não comparece na filosofia da história de Comte.

caballeros del pigmeo Ranke; o mejor, ya que no eran caballeros, jóvenes que acostumbraban a publicar espantosos viejos anales de los emperadores alemanes bajo su dirección. Lo que el fanfarrón y pequeño desenterrador Ranke consideraba espíritu de la historia – el fácil chalaneo de anécdotas y la atribución de todos los grandes acontecimientos a causas minúsculas y ordinarias – les estaba estrictamente prohibido a esos jóvenes de tierra adentro. Ellos debían confinarse a la “objetividad”, dejando el espíritu a su maestro. Nuestro amigo Dönniges era considerado en cierto modo como un rebelde, puesto que disputaba el monopolio del espíritu, mantenido por Ranke al menos en la práctica, y demostró de varias maneras que él era tan “valet” nato de la “historia” como Ranke (MARX, 1864).⁵⁷

Na carta Marx demonstra mais preocupação em externar seus pensamentos sobre a morte de Ferdinand Lassalle⁵⁸ e a questão política sobre Abram Lincoln do que propriamente a Leopold von Ranke. Reprova o ilustrismo do historiador com ironia, mais o associando a um colecionador de velharias e apologeta de personalidades do que um homem preocupado com a ciência. O documento apenas emblematiza, moralmente⁵⁹, o posicionamento de Marx em

⁵⁷ Carlos Marx y Frederico Engels. Carta de 7 de setembro de 1864. In: CORRESPONDENCIA: Seleccionada, comentada y anotada por el Instituto Marx-Engels-Lenin (Leningrado). Editorial Problemas – Buenos Aires, Argentina, 1947. Em português: “A ‘filha de um embaixador bávaro’ não é ninguém menos que a filha do berlinês Dönniges, um colega seu em demagogia de Rutenberg e Cia. na universidade, em seus princípios um dos jovens cavalheiros do pigmeu Ranke; o melhor, já que não eram cavalheiros, jovens que acostumam a publicar espantosos velhos anais dos imperadores alemães de baixo de seu mando. O que o fanfarrão e pequeno desenterrado Ranke considerava espírito da história – é fácil chama-lo de anedotas e a atribuição de todos os grandes acontecimentos a causas minúsculas e ordinárias- lhe estava estritamente proibido a esses jovens de terra a dentro. Eles deviam confinar-se ‘a objetividade’, deixando o espírito ao seu mestre. Nosso amigo Dönniges era considerado em certo modo como um rebelde, posto que disputava o monopólio do espírito, mantido por Ranke ao menos na prática, e demonstrou de várias maneiras que ele era tão ‘valet’ nato da ‘história’ como Ranke”. (Tradução nossa)

⁵⁸ Revolucionário alemão com quem Marx desenvolveu grande admiração e polêmicas na mesma proporção. De acordo com Valério Arcary (Historiador no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), um dos maiores agitados do “partido” naqueles tempos (meados do século XIX).

⁵⁹ Postulamos que a questão da moral é da maior relevância no pensamento de Marx. Em sua trajetória, Marx parte de uma perspectiva moral e no processo de constituição de seu ser outros elementos vão sendo emblemáticos, como a sua perspectiva científica, dizemos, dialética de compreensão da história. Isso não significa o abandono da perspectiva moral, mas da percepção de que somente a questão moral não é suficiente para entender o mundo capitalista, entretanto, o desenvolvimento da crítica da economia política mantém a presença da questão moral como fundamental do seu conceito de história e tempo presente. Marx jamais se desapartou dos elementos de indignação diante de seu presente imediato. Certamente uma característica marxiana que provoca até os dias de hoje o arrepiar de todas as vertebbras daqueles que postulam a neutralidade na produção do conhecimento, e, com efeito, a objetividade como garantia da produção científica, imparcial.

dado momento histórico sobre um dos historiadores de sua época. Evidentemente Ranke foi muito mais do que a carta marginalmente coloca. Mas para nossos propósitos esta carta escrita à Engels é de fundamental importância para sinalizar como é que Marx em fins de 1864 olhava para parte dos historiadores prussianos. O elemento moral pode ser melhor compreendido se considerarmos que os anos de 1860 marcam para Engels e Marx um período de forte agitação e organização política na Europa. Ranke possui uma perspectiva radicalmente diferente de Marx, a historiografia não deveria se envolver com as questões imediatas do presente, o historiador deveria ser neutro, objetivo⁶⁰. Definitivamente, este não era o método de Marx e Engels.

Entretanto, Marx não procede diferente dos anteriores, no tocante à preocupação com uma História dos grandes períodos explicativos. Inicialmente, pode-se apresentar assustador para o pensamento doutrinado, entretanto, Marx não se exclui das grandes narrativas referidas anteriormente. Marx, todavia, possui singularidades em relação aos pensadores citados anteriormente. A começar pelo tecido social que é construído em sua perspectiva de história e tempo presente. Como se refere Lenin em 1914:

A concepção materialista da historia ou, mais exatamente, a aplicação e a consequente extensão do materialismo ao domínio dos fenômenos sociais, eliminou dois defeitos essenciais das

⁶⁰ Em relação a tradição que se estabelece pós-Marx, Trotsky mantém esta polêmica sobre a questão de uma escrita da história, que, mantém sintonia com a perspectiva marxiana. Quando da publicação de sua “História da Revolução Russa” de 1930, o autor retoma a polêmica sobre a neutralidade axiológica e reconhece que ao escrever a história a questão da neutralidade se apresenta mais como uma ideologia, no sentido que Marx concebe, do que um postulado científico. Em nossa investigação, contamos com fontes documentais e reproduzimos aqui uma publicação de 15 de julho de 1933 em no jornal *The Militant* em que o próprio Trotsky se posiciona diante da objetividade histórica: “Quando o tema de investigação é um fenômeno que se concilia tão mal com o senso comum, como a revolução por exemplo, a “objetividade” histórica estabelece, a priori, conclusões imutáveis: a causa da comoção reside no fato de que os conservadores foram excessivamente conservadores e os revolucionários excessivamente revolucionários; esse excesso histórico, que se chama guerra civil, poderá ser evitado no futuro se os proprietários se tornarem mais generosos e os famintos mais moderados. Um livro escrito de acordo com esta orientação é bom para os nervos, sobretudo numa época de crise mundial. A ciência, não a “objetividade” filisteia dos salões – exige que o autor assinale os fatores sociais que condicionam os acontecimentos históricos, por mais que isso altere os nervos. A história não é um vazio de documentos e sentenças morais. A história é uma ciência não menos objetiva que a fisiologia. Exige um método científico, não uma “imparcialidade” hipócrita. A dialética materialista pode ou não ser aceita como método histórico científico, no entanto é preciso levá-la em consideração. A objetividade científica pode e deve ser inerente ao método empregado. Se o autor não consegue aplicar corretamente seu método, deve-se assinalar exatamente onde ocorreu o erro” (TROTSKY, 1933, pg. 04). (Tradução nossa)

teorias históricas anteriores. Em primeiro lugar, estas consideravam, quando muito os moveis ideológicos da atividade histórica dos homens, sem pesquisar o que é que faz nascer esses móveis, sem perquirir as leis objetivas que presidem o desenvolvimento do sistema das relações sociais e sem examinar as raízes dessas relações e o grau de desenvolvimento da produção material. Em segundo lugar, negligenciavam, precisamente, a ação das massas, enquanto o materialismo histórico é o primeiro que se propõe estudar, com a precisão das ciências naturais, as condições sociais de vida das massas e as modificações destas condições. A "sociologia" e a historiografia anteriores a Marx acumulavam, na melhor das hipóteses, fatos brutos, recolhidos ao léu, e expunham certos aspectos do processo histórico. O marxismo abriu o caminho para um estudo vasto e universal do processo do nascimento, do desenvolvimento e do declínio das formações sociais e econômicas, examinando o conjunto das tendências contraditórias, ligando-as às condições de existência e de produção, bem determinadas, das diversas classes da sociedade, afastando o subjetivismo e a arbitrariedade na escolha das idéias "diretrizes" e na sua interpretação, revelando a "origem" de todas as idéias e de todas as tendências diferentes, sem exceção, no estado das forças produtivas materiais. Os homens são os artífices de sua própria história, mas, que causas determinam os móveis dos homens e, mais, precisamente, das massas humanas? Qual é a causa dos conflitos, das idéias e das aspirações opostas? Que representa o conjunto destes conflitos da massa das sociedades humanas, quais são as condições objetivas da produção da vida material, sobre as quais toda a atividade histórica dos homens está baseada? Marx orientou a sua atenção para todos esses problemas e traçou o caminho para o estudo científico da história concebida como um processo único, regido por leis, apesar de sua variedade prodigiosa e de todas as suas contradições (LÊNIN, 1986, p. 27).

Assim, é nodal a distinção que apresentamos agora com fenomênica sutileza: história e tempo presente, e, história do tempo presente. A primeira se reporta as preocupações com a problematização da tese em relação ao presente como história em Marx. A segunda, se remete as perspectivas teórico-metodológicas, distantes de Marx por mais de um século. As duas perspectivas não são entendidas como sinônimas, do contrário entoaria uma canção anacrônica, de um Marx historiador (que nunca foi) e mesmo de um pesquisador institucional.

Marx compartilha, como muitos pensadores de seu tempo, das preocupações com a história e o tempo. Mas o faz de modo radicalmente distante da tradição universalista dos Estados nacionais europeus e os círculos

intelectuais hegemônicos. Ele parte do prisma econômico para construir a sua concepção de história e tempo presente, baseando-se nos modos de produzir a vida durante a história, o que lhe coube, já no século XIX, o título equivocado de pensador economicista. Marx propõe entender a história do presente para se entender a história do capitalismo manifesto em seu presente imediato. Como cita nos *Grundrisse*, quando do método da economia política:

A anatomia do homem é a⁶¹ chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, se compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dízimo, quando se compreende a renda territorial. Mas, não se deve identificá-los (MARX, 2008, p. 264).

É possível verificar o caráter de classe no pensamento de Marx quando é postulada a crítica à economia burguesa em seu tempo presente. Trata-se de um elemento singular da perspectiva histórica do autor diante de seu presente imediato, uma característica inexistente em Comte, Ranke e mesmo em Hegel, onde se contemplava o tempo presente como o estado da realização humana através do estado positivo, da civilização. No caso de Hegel o encontro do ser “*em si*”, “*para si*”, através do Estado como o mais alto grau de desenvolvimento histórico da humanidade, realizando-se em sua essência burguesa.

Durante a trajetória de Marx, buscou-se entender como se apresentou a sua perspectiva de história, ou mesmo a sua filosofia da história. É possível sustentar que em Marx o processo histórico possui o devir dos fenômenos, com avanços e recuos, diante de lutas de classes que em seu tempo presente se realizam na sociedade capitalista. Diferente de parte de seus contemporâneos, não há na crítica da economia política uma perspectiva de contemplação do

⁶¹ Nas traduções para as línguas portuguesa, francesa e espanhola, o artigo fora traduzido para o definido, sendo que a fonte na língua de origem apresenta o artigo indefinido, “uma”, o que é melhor expressivo da pluralidade de Marx ao entender que a anatomia do homem é uma (“*ein*”) chave para entender a anatomia do macaco, ou seja, as relações sociais do tempo presente é uma das possibilidades de se compreender a constituição histórica deste mesmo presente.

tempo presente, ao contrário, a perspectiva de Marx é radicalmente crítica em relação ao seu presente imediato, o sendo também, seu conceito de história.

3.4. Breve avanço aos franceses

Com essa breve digressão – iniciada por Philippe Tétard e complementada por nossa investigação – ao referir-se a história do tempo presente não se faz detendo-a no século XX, pois esta tem sentido oposto à de Marx. Entretanto compartilha-se do entendimento que é no século XX que esta perspectiva ganhará um estatuto teórico e metodológico, sobretudo entre os historiadores profissionais, singular em relação a Marx embora tributários, em partes, deste.

O advento do *Institut*, ao propor o desenvolvimento de trabalhos historiográficos sobre a história do tempo presente, contou com a existência de olhares amistosos e sobretudo de olhares críticos entre os historiadores franceses, ligados a *Nouvelle Histoire*, emblematicamente Jacques Le Goff, em publicação realizada no mesmo ano de fundação do *Institut d'histoire du temps présent* em 1978. Vejamos parte de sua preocupação acerca da história e tempo presente:

[...]. A história do presente não raro é mais bem feita pelos sociólogos, os politicólogos, certos grandes jornalistas, do que por historiadores de ofício. Annie Kriegel, historiadora perspicaz e completa do fenômeno comunista, trocou a etiqueta de historiadora pela de socióloga (LE GOFF, 1995, p. 50-51).

Essas preocupações nos remetem a caracterização introdutória em história contemporânea, tempo presente e presente imediato. François Dosse, membro do *Institut d'histoire du temps présent* e com bastante trânsito entre os historiadores brasileiros, apresentou recentemente uma contribuição para se pensar a caracterização desses conceitos. Em entrevista cedida à revista História Agora (2007), François Dosse – pesquisador do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP) e professor do IUFM (*Institut Universitaire de Formation des*

Maîtres)⁶² de *Créteil* (Paris XII), esclarece sobre a história imediata e história do tempo presente:

Antes de falarmos sobre a história do Tempo Presente, vamos falar sobre a história Imediata. Estou me referindo efetivamente à contribuição de Jean Lacouture, na Nova Enciclopédia da história de 1978. Ele escreve um longo texto sobre a pertinência da história Imediata, que efetivamente é o ponto de união do jornalismo e da história.

Lacouture, ele mesmo sendo um jornalista que se tornou historiador e biógrafo ao mesmo tempo, é a interseção dos dois casos. E, em 1978, isso se justificava ainda mais pelo fato dos historiadores, nessa época na França, terem tendência a privilegiar de maneira exclusiva o período medieval e moderno, e de se desinteressar, de se desviar, do tempo presente (DOSSE, 2007, p. 02).

E continua:

Então trata-se de saber qual é esta extensão, e é aí que estão as discussões sobre como o Tempo Presente aparece. Alguns dizem que a história do Tempo Presente se dá a partir da última catástrofe datada. Esta é uma maneira de definir o Tempo Presente.

Outros dizem que a história do Tempo Presente é entendida enquanto ainda existam pessoas vivas para transmitir sua experiência. Isso porque a história do Tempo Presente seria escala de uma vida biológica, e com a expectativa de vida que aumenta, é uma temporalidade um tanto maior que a história Imediata (DOSSE, 2007, p. 03).

Como aponta Dosse, o campo é complexo. A tradição francesa estipulou como história Contemporânea todos os fenômenos decorrentes do período após a Revolução Francesa até os nossos dias de uma certa forma nos condenando a sermos eternamente contemporâneos. Entretanto, esse balizamento se apresentou vasto por demais, dando margem para outras interpretações de contemporâneo.

Assim encontra-se a história do tempo presente, ligada à memória de gerações, traumáticas ou não, sobre determinados eventos históricos capazes de apresentarem o depoimento da memória diante de um tempo geracional, passível de estudos e interpretação históricas.

⁶² Em português: Instituto Universitário de Formação de Professores.

Concomitantemente, abre-se espaço para o que Dosse entende como história imediata. Esta, muito mais “quente”, muito mais presente por se ocupar do cotidiano imediatamente construído, dividindo, o historiador, o mesmo espaço e tempo com o jornalista.

Ainda no final da década de 1970, parte dos trabalhos historiográficos se ocupavam de um tempo histórico mais recuado, principalmente a Idade Média, o que contribui para o entendimento das preocupações desses intelectuais com a história do tempo presente.

Henry Rousso, historiador também ligado ao I’HHP, quando questionado sobre o que é a história do tempo presente, esclarece:

Para essa questão existem duas respostas. A primeira, uma resposta que se inscreve no contexto francês. Essa denominação está associada à criação deste instituto: o Instituto de história do Tempo Presente (I’HHP) foi criado entre 1978 e 1980 e tinha por objetivo trabalhar sobre o passado próximo e sobre a história Contemporânea no sentido etimológico do termo, ou seja, uma história (...) na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos (ROUSSO, 2009, p. 201-202).

E continuando:

Essa é a definição etimológica de História Contemporânea e não há nada de original. Contudo, na França, a expressão “História Contemporânea” possui outra significação, pois ela se desenvolveu como segmento da disciplina histórica e da historiografia. No último terço do século XIX, nós consideramos que a data inaugural da História Contemporânea foi a Revolução Francesa. Portanto, ainda hoje, aqui na França no programa escolar/universitário a História Moderna termina com Luis XVI, o último grande rei, e a época contemporânea, a nossa, começa com a Revolução Francesa, em 1789. Na França quando você afirma que é um historiador do contemporâneo isso pode abranger todo o século XIX e XX. Não há nenhuma ambigüidade nisso. Afirmaram então que eu era duplamente louco. Primeiro, por investigar o período de Vichy e, segundo, porque o estudo da História Contemporânea não tinha nenhum futuro. “Se você quiser ser um grande historiador é preciso estudar a História Medieval ou a História Moderna...” (ROUSSO, 2009, p. 202).

Nesta mesma entrevista, quando questionado sobre os principais referenciais teórico-metodológicos utilizados pelos historiadores do Tempo Presente, Rousso nos responde:

As leituras que me marcaram: Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur e, sem dúvida, Hannah Arendt, esta não simplesmente pelas suas teses, com as quais não estou necessariamente de acordo, mas, sobretudo, em função de suas implicações com o presente. O que eu mais admiro em Hannah Arendt (...) é essa forma de fazer uma filosofia no presente e do presente. Da mesma forma que nós queríamos fazer na História do Presente. Esta foi pra mim uma referência importante (ROUSSO, 2009, p. 210).

Anterior ao ano de 1978, após a Segunda Guerra Mundial, passou-se ao desenvolvimento de uma prática historiográfica já consagrada, atualmente, como história do tempo presente, assim como postula Rousso na citação acima. Entretanto, as bases do que entendemos como história do tempo presente não foram forjadas sem maiores problemas, pois o tempo presente nos remete a uma série de problemáticas, as quais a historiografia, sobretudo a francesa, soubera administrar diante do desenvolvimento metodológico, tendo a fonte oral como privilegiada para tratar de uma história do Tempo Presente.

É diante deste contexto que também se encontra a perspectiva de história do tempo presente, e, diferente do que pode-se inferir, esta perspectiva, na década de 1970, não encontra muitos respaldos entre os *annalistes* dedicados a recuos históricos mais distantes do presente em que trabalha o historiador (como citado anteriormente as preocupações de Jacques Le Goff no ano de 1978).

Todavia, o autor do objeto da tese (Marx) em apresentação, parece se ocupar do tempo presente para a interpretação e desenvolvimento de uma concepção de história e tempo presente para além de seu tempo (1859), para além dos historiadores profissionais de sua época (principalmente da “escola” alemã), pois necessita de provocar relações dialéticas entre as áreas do conhecimento, sobretudo da História, Filosofia, Economia e do que chamaríamos mais tarde de Ciências Sociais. Ainda, para Marx, o conjunto dessas ciências históricas é de elementar importância para o desenvolvimento de duas categorias vitais presentes em “Para a Crítica da Economia Política” de 1859: a história e o tempo presente.

Com a compartimentação do conhecimento produzido e o relativo abandono dos clássicos aos porões dos supermercados onde atualmente se processam uma série de teorias sociais e históricas desta sociedade, parece ser minimamente razoável o debate (a partir de um Programa de Ciências Sociais) sobre o conceito de história e tempo presente em Marx, sobretudo, diante da crise econômica, onde até mesmo os analistas mais conservadores não hesitam em reabilitar para o debate, um dos pensadores que mais se fez gastar tintas e papéis na academia e nos departamentos de governo, mesmo sendo ele um defunto de 121 anos.

As contribuições sobre a história do tempo presente, a partir do I'HTP, colaboraram para demonstrar, na tese, que Marx, há mais de cem anos antes, também já se ocupava de forma central daquilo que formalmente só viera ganhar estatuto teórico e metodológico entre os historiadores profissionais a partir de meados do século XX, como a história do tempo presente. Todavia, Marx não o fizera a partir da academia, ao lado de historiadores, como existia em sua época. Porém, e, com efeito, desenvolvera uma prática teórica e metodológica onde a história e o tempo presente foram centrais na constituição de suas leituras sobre o processo histórico, a partir do presente.

Para Marx não há este conjunto de classificações, como história imediata, tempo presente ou mesmo história contemporânea. Há, ao contrário, a postulação da unidade do diverso temporal a ser investigado de forma a considerar a longa duração, o devir, não um dado recorte temporal. Quando procede assim, o faz, sempre, sobretudo nos textos de maturidade geracional, colocando a perspectiva de grandes narrativas. Vejamos a contribuição de Celso Frederico diante desta tese:

Um dos eixos centrais da metodologia de Marx é a “centralidade do presente” para o conhecimento dos fenômenos históricos. Com essa expressão, entende-se a história como um processo em permanente desenvolvimento e o presente como momento privilegiado para se entender o passado. É a anatomia do homem que permite conhecer a anatomia do macaco – e não o contrário. É também a existência do capitalismo plenamente consolidado que possibilita o estudioso olhar para as sociedades pré-capitalistas e captar os sinais indicativos da desintegração daquela formação social e anunciadores das possibilidades de desenvolvimento futuro (FREDERICO, 2010, p. 07).

Deste modo não se trata, como ponto central da tese, de uma aplicação do conceito de história e tempo presente desenvolvido na França pós-Marx, para a interpretação dos escritos de Marx. A tese central de nossa proposta de estudo trata de postular que Marx, em “Para a Crítica da Economia Política” de 1859 já havia desenvolvido o conceito de história e tempo presente durante a sua trajetória intelectual, antecedendo-se, de forma distinta, para mais de um século as preocupações teóricas e metodológicas acerca do tempo presente, emblematicamente expressas no decorrer do século XX, culminando com a fundação do *Institut d’histoire du temps présent* em 1978. Busca-se, diante desta questão, a percepção das categorias de história e tempo presente em Marx diante da singularidade destes conceitos que precedem uma longa e diversificada tradição diante da escrita da história⁶³.

Entendendo que em “Para a Crítica da Economia Política” de 1859 é o trabalho iniciado por Marx, no momento de sua trajetória de maior experiência, e que terá sua continuidade em 1867 com a publicação de O Capital, volume I. Nela, pode-se observar a permanência da centralidade da história como categoria teórica, forjada durante toda experiência de Marx diante de seu presente histórico. Não encontramos uma produção historiográfica como já existia no século XIX entre os alemães, mas uma análise de lógica dialética onde o estudo de História se apresenta como pressuposto central e é demonstrado através de centenas de exemplos históricos que guiam a apresentação das considerações marxianas.

A perspectiva de Marx é diferente daquilo que posteriormente se desenvolveu entre os historiadores dos *Annales*, pois processa seu conceito de história radicalmente vinculado a um presente que deve ser transformado de forma revolucionária. Apresenta um posicionamento político claro de comprometimento com esta transformação estrutural da sociedade. Opera um conceito do devir diante da categoria de totalidade histórica, característica que

⁶³ Sobre a crítica ao movimento dos *Annales*, sobretudo àquilo que se convencionou chamar de terceira geração, Guy Bourdieu e Hervé Martin em publicação sob o título “*As Escolas Históricas*”, de 1983, nos apresenta de forma ácida uma série de problematizações sobre esse movimento historiográfico. François Dosse também em sua “*História em Migalhas*”, no Brasil, de 2003, assim como Jean Chesneaux em “*Devemos fazer tábula rasa do passado?*”, 1995; são referenciais críticos de toda esta tradição que nos reportamos.

não é central na maioria absoluta dos historiadores pós-Marx, com ênfase, entre aqueles que se auto rotulam *annalistes*.

Acreditamos que a percepção do conceito de história não se desvincula do tempo presente em Marx e a sua contribuição para o debate atual, frente à conjuntura global, só pode ser executada com êxito diante da perspectiva de totalidade. Para isso, foi necessário estabelecer diálogos preliminares gerais sobre este conceito de história em Marx diante de trabalhos já desenvolvidos com a nossa temática de investigação, e ainda, o movimento deste conceito de história em parte das obras marxianas, no sentido de serem elementos fundantes das relações de uma determinada paisagem histórica construída e em construção em nosso objeto.

CAPÍTULO IV - A história em Marx

4.1. A escrita do conceito de história de Marx

Sobre o conceito⁶⁴ de história em Marx há uma grande bibliografia produzida em diversos países e não é nossa pretensão esgotar o debate acerca da mesma. Entretanto faremos um recorte⁶⁵ de algumas obras sobre o tema que se tornaram emblemáticas na discussão sobre o conceito de história em Marx e mesmo sobre o conceito marxista de história. Durante a pesquisa nos pautamos em autores que comparecem traduzidos para língua portuguesa e portanto de circulação entre os estudiosos do tema no Brasil.

Pudemos identificar que uma característica marcante nestas obras é uma abordagem centrada nas categorias de relações de produção, meios de produção e forças produtivas. É verdade que o conceito de história para Marx passa necessariamente por estas categorias centrais, entretanto, o debate, focaliza-se no campo interno destas emblemáticas categorias e não desenvolve mais detidamente como é que este conceito de história aparece nas obras marxianas. Não há preocupação de especificar como é que o conceito é trabalhado e como a categoria é utilizada para a análise da construção de uma escrita da história a partir destas problematizações.

⁶⁴ Retomamos aqui nossa preocupação, sobre conceito, partilhamos a mesma apreensão de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1994, p. 148-149;163) de que o conceito não é algo pronto e sim constituído diante da totalidade histórica. Não se trata de juízos que possibilitam a construção do conceito e nem de conceitos que possibilitam os juízos, mas a relação no devir histórico que possibilita a construção conceitual de determinados fenômenos para além da sua aparência. O conceito aqui é entendido como dinâmico e constituído diante da relação entre o singular e o universal em progressão.

⁶⁵ “Recorte” aqui, não possui nenhuma relação com a perspectiva de Luis Althusser, quando se refere a recortes epistemológicos de Marx. A Palavra “recorte” é utilizada por nós no sentido de tangenciamento ou mesmo de escolha.

Todos estes trabalhos são da maior importância para apresentação de nossa pesquisa, porém, com efeito, não nos ocupamos de aprofundar como faz a bibliografia citada, de um estudo sobre as forças produtivas, relações de produção e meios de produção. Partimos destes pressupostos, consideramos a vitalidade destas categorias, mas nos detemos a entender como é que o conceito de história comparece em determinada obra privilegiada do autor de nossa tese. Como é que se realiza a escrita de uma crítica à economia política apresentada ao público em 1859 tendo como fundamental a história diante do presente imediato de Marx? Por se tratar de uma obra geracionalmente de maturidade de Marx, como é que aparece o conceito de história no momento da primeira exposição pública, em livro, de sua crítica à economia política? Como procede Marx na exposição deste conceito para o desenvolvimento da crítica?

Helmut Fleischer, filósofo alemão falecido recentemente em 2012, publicou em 1969 seu estudo intitulado “Concepção Marxista da História”. Em 1978 esta obra é traduzida para a língua portuguesa pela Edições 70 em Lisboa, onde se preocupa em apresentar uma síntese desta temática, primeiro se detendo em Marx e Engels e posteriormente se ocupando de forma mais geral através de eixos temáticos da concepção de história na tradição marxista⁶⁶.

Nesta obra fica nítida a preocupação central do autor em retomar o debate sobre o conceito de história a partir de Marx, em contraposição a parcela da tradição marxista que por razões diversas havia se distanciado do conceito marxiano, sobretudo diante do stalinismo⁶⁷ que Helmut faz questão de enfatizar

⁶⁶ Acerca da denominação “tradição marxista”, nos remetemos as produções de inspiração marxianas e que, portanto se fundamentam, ou procuram fundamentação no materialismo histórico e que em comum a Karl Marx, desenvolvem a crítica da economia política de seu tempo. Incluindo ainda nesta denominação as *produções vulgarizadas do marxismo* com a pretensão de simplificarem o que não se compreende (*o marxismo vulgar*). Entendemos que uma eficaz definição introdutória que defina “marxismo vulgar” é aquela que o visualiza entre as tentativas de interpretação da produção marxiana sob a luz da incapacidade intelectual para o discernimento interpretativo e produção acerca de Marx e Engels, que defina desintencionalmente e provoca deformações nas propostas teóricas marxianas, que ainda, interpreta intencionalmente o materialismo histórico com a propositura de confundir ainda mais a representação da economia política; e também, toda e qualquer leitura redutora da produção marxiana. Lembrando ainda, que o espetáculo do marxismo vulgar pode ser identificado entre milhares de pseudos intelectuais que idolatram o título pessoal/social de marxistas, sem mesmo sequer terem lido dia algum um parágrafo da teoria marxiana, quando até mesmo absolutamente nada produzido por Marx e Engels e pela tradição marxista consolidada a partir do século XIX e XX.

⁶⁷ Pensamos que stalinismo não deve ser confundido com o marxismo. Em uma perspectiva generosa o stalinismo pode até ser localizado na tradição marxista, mas jamais ser sustentado

como elemento fundamental para o entendimento da vulgarização do conceito de história.

Em especial neste trabalho, além de trabalhar o conceito de práxis, forças motrizes da história, totalidade e necessidade, nos apresenta um capítulo dedicado a abordar o conceito marxista de história e presente histórico. Vejamos como se coloca: *“O conceito geral de história só pode ser, para o marxismo, um esquema de orientação para a compreensão de situações históricas concretas e para a influência activa da história presente”* (FLEISCHER, 1978, p. 167); esta passagem é emblemática de todo o trabalho que constantemente retoma a questão da vulgarização do pensamento de Marx e Engels sobre a história diante da tradição que se constituiu.

O trabalho de Fleischer não apresenta a mesma problemática que a nossa, pois se detém a pensar o presente histórico na tradição marxista do século XX e não o presente histórico ao qual o próprio Marx se localizava elaborando a sua crítica à economia política. Em *“Concepção Marxista da História”* o entendimento de presente se apresenta sob a perspectiva daquilo que os historiadores comumente entendem como história contemporânea do século XX, nossa investigação se ocupou de compreender o conceito de história no presente imediato de Marx quando da publicação, pela primeira vez, sistematizada, de sua crítica.

Helmut Fleischer esclarece de modo vital que o presente histórico que se refere é aquele em que a tradição marxista acaba por provocar uma série de desvios sobre a concepção marxista de história não sendo tarefa fácil apresentar este conceito diante da multiplicidade de perspectivas que congregam a tradição marxista no presente histórico do século XX. Diante desta problemática, escolhe trabalhar tematicamente a partir das obras de Marx e Engels para provocar o que

com o pensamento marxiano e de diversas correntes na tradição marxista. O stalinismo é um fenômeno que está para além do próprio Stálin, se relacionando com a burocratização, autoritarismo e uma série de perseguições e assassinatos que marcaram a história do maior Estado operário degenerado no século XX. Nossa afirmação incomodará o filisteu que cultua a figura de Stálin, porém, refirmamos, o stalinismo está para além de uma personalidade, pois foi uma forma de gestar o desenvolvimento de forças produtivas realmente significativas na URSS, mas a um custo humano que de marxiano não possui nenhuma ligação sinônima. Sugerimos para maior aprofundamento da questão a importante obra de Pierre Broué *“O Partido Bolchevique”*, publicado pela primeira vez no Brasil pela Editora Sundermann em 2014.

poderíamos chamar de um certo retorno à Marx. Entretanto isso não acontece, pois o livro se ocupa centralmente com a tradição marxista e não com a concepção marxiana de história. Fato este que em nada descredencia o trabalho de Fleischer, pois seus pressupostos, anunciados inicialmente em seu próprio texto, é de que o autor os possuem como pressupostos, e a partir deles, desenrola uma série de problematizações que tornam o materialismo histórico algo até mesmo contrário da própria humanidade. Vejamos como é publicizado pelo próprio autor parte das suas preocupações com o estudo da concepção marxista de história:

Este estudo inclui-se nos esforços, que atualmente se tornaram tão intensos, de reconstruir a filosofia marxista como uma “filosofia da práxis”, humanista e emancipadora. A preocupação que aqui se pretende atingir, da história como dimensão da práxis humana constitui um contraponto sobretudo em relação a duas formulações e interpretações do conceito marxista de história, que, derivadas de diversos princípios problemáticos postos pelos fundadores do marxismo, têm vindo a dominar, até ao presente, todas as discussões neste campo. Partindo de um desses princípios – precisamente o dos primeiros escritos de 1844- chega-se a uma determinação universal antropológica do sentido da história: ela aparece como o devir para uma meta - sem dúvidas através da negatividade da ‘alienação’- do ‘homem em toda a riqueza da sua essência’, do ‘homem todo cheio de sentido e profundidade’, harmonicamente associado com o seu semelhante e com a natureza humanizada (FLEISCHER, 1978, p. 10).

E, continua:

O outro princípio, obtido por seu lado, a partir da crítica da economia política, tem como resultado um conceito de história da maior objectividade e sobriedade: o conceito de um processo histórico-natural da evolução correlativa das forças produtivas e das relações de produção, regulado pelas leis objectivas de uma lógica das relações sociais, independentes das intenções humanas. Este conceito objetivo e lógico de história, tornou-se dominante no materialismo histórico da escola soviética, e o seu carácter abstracto lógico-estrutural e processológico atinge por vezes um tal grau que é possível afirmar – como Marx em oposição a Hobbes- que o materialismo se tornou aqui ‘inimigo do ser humano’. O ‘jovem’ e ‘humanista’ Marx insurge-se perante esta hostilidade contra o homem, embora o humanismo corra o risco de se tornar ligeiramente sentimental e ambíguo sob o ponto de vista teórico transformando-se em ‘palavrório sobre alienação’ e ‘gíria’ de autenticidade (FLEISCHER, 1978, p. 10-11).

Diferente de Helmut Fleischer não nos detivemos, ao investigar o conceito de história em Marx, aos princípios problemáticos que manifestam-se na tradição marxista. Entretanto o segundo princípio apresentado acima coloca em partes, nossa pesquisa em diálogo com as preocupações do autor.

Marx, na obra, *“Para a Crítica da Economia Política”* apresenta o seu conceito de história, sobretudo no prefácio desta edição em 1859, todavia, não o faz de forma mecanicista como fora reproduzido no século XX. Dos dois princípios norteadores que Fleischer nos coloca, aquele que aponta para as considerações vulgarizadas acerca da história em Marx, o segundo, é justamente o que se referenda a obra privilegiada em nossa investigação acerca do conceito de história em Marx. Ainda diferente de Fleischer, recortamos de outra maneira a problemática, dando destaque a apresentar um estudo de como é que Marx apresenta o conceito de história nesta obra de 1859, tão citada pela academia soviética, e para além desta afirmação de Fleischer, citada por grande parte da tradição marxista e não marxista. Nossa tese partiu de outras problematizações, não se opondo plenamente àquela que parte da bibliografia sobre o tema de nossa pesquisa, mas considerando outra perspectiva de investigação do conceito de história em Marx.

Outro trabalho também importante e que coloca contribuições sobre o conceito de história em Marx é o ensaio de William Harry Shaw intitulado “Teoria Marxista da História”, publicado no Brasil pela editora Zahar, como parte da coleção Biblioteca de Ciências Sociais no ano de 1979. Originalmente fora publicado no ano de 1978, sob o título *“Marx’s Theory of History”* pela *Standord University Press*, Califórnia. Dos trabalhos acerca da temática de nossa pesquisa, certamente, o de Shaw é o mais polêmico, pois postula uma teoria da história em Marx como a sendo de cunho determinista-tecnológico, provocando assim o debate polêmico com parte da tradição marxista.

Sua pesquisa procura deter-se na análise de duas categorias centrais do pensamento de Marx sobre a história: forças produtivas e relações de produção, partindo sobretudo da apresentação realizada por Marx em 1859 no Prefácio da obra privilegiada de nossa tese. E essa caracterização nos chamou a atenção

uma vez que nossa investigação se propôs um estudo a partir da mesma obra publicada em 1859, considerando ainda que, como reconhece Shaw, neste trabalho Marx não intencionalmente, lega um dos pontos mais polêmicos à tradição marxista sobre o materialismo histórico e o seu conceito de história.

Embora Shaw propagande a anunciação de seu ensaio em uma perspectiva deveras humilde na introdução do livro, não é o que se observa na realidade. A pretensão de preencher uma lacuna na bibliografia sobre o tema o coloca diante de uma tarefa que certamente não cumpre, entretanto, seu trabalho contribui de forma muito importante para pensarmos não só o conceito de história em Marx, como também a polêmica entorno de um Marx determinista e evolucionista. Sobre a válida pretensão de Shaw acerca do estudo que propõe, vejamos o que o próprio professor da Universidade do Tennessee no final dos anos setenta nos apresenta:

Este ensaio é uma contribuição ao estudo da teoria da história de Karl Marx. Embora a bibliografia sobre Marx se abundante, dificilmente alguma obra trata desse tema especial do modo sistemático e coerente como ele exige. Compreensivelmente, a grande maioria das fontes secundárias, ocupadas em apresentar o homem e repassar as suas principais ideias, não enfocam o tipo de análise do empreendimento teórico de Marx necessário para que a sua concepção de história possa ser avaliada satisfatoriamente. Essas obras raramente oferecem mais do que um curto capítulo sobre o materialismo histórico, e em geral limitam-se a parafrasear o “Prefácio do Autor” a *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política* (SHAW, 1979, p. 09).

É correto observar a preocupação de William Shaw em retornar à Marx para debater o conceito de história, assim como a crítica à parte da tradição que se limita a citações frágeis de uma concepção de história bastante vulgarizada.

Nossa investigação procurou ir para além do prefácio de Marx em 1859. Concordamos com Shaw a respeito da vulgarização do conceito de história em Marx e compreendemos que qualquer estudo sobre este autor não pode ser algo focalizado em apenas um momento de sua trajetória, pois Marx não apresenta, em uma única obra o seu conceito de história e cabe lembrar que tal conceito não é elaborado de modo solitário, Engels tem papel decisivo nesta elaboração. Uma

elaboração que muito dificilmente, para não dissertarmos, impossível, pode ser localizada em apenas uma publicação ou mesmo em uma ou duas categorias (mesmo que centrais) desenvolvidas por Marx.

Evidentemente existem limites para o desenvolvimento de uma investigação acerca de Karl Marx, e, é claro que o pesquisador deverá fazer escolhas para o empreendimento que se propõe. No caso de Marx é necessário ter clareza que qualquer que seja a proposição de investigação, o pesquisador terá que considerar toda a sua trajetória histórica, para além de uma categoria ou livro publicado. Fato este que não inviabiliza nenhuma investigação, mas certamente assume os riscos e limites do que se propõe estudar.

Em “Teoria Marxista da História”, encontramos, declaradamente pelo seu autor, uma ênfase na questão econômica, e é verdade que Shaw não reproduz a tese de que Marx é um autor meramente economicista, como fizera os seus críticos no decorrer de séculos. Entretanto, o ensaio foca as relações econômicas na produção e reprodução da vida e pensamos que as relações de produção e reprodução da vida social não mais que determinações múltiplas, são relações sociais no sentido amplo do termo, ou seja, que envolvem relações de totalidade, onde o movimento das relações sociais de produção só se fazem vinculados a materialidade, sociabilidade e espiritualidade dos seres.

Shaw se preocupa em enfatizar suas problematizações em relação ao materialismo histórico e a necessidade de investigação:

Poucos atentaram suficientemente para o materialismo histórico, e isso é uma boa razão para nos atermos ao tópico à mão – em vez de empreender mais um tratado ambicioso e abrangente sobre Marx. Espero suprir em parte essa lacuna na bibliografia, e estimular outros a prosseguirem. Todavia, não analisarei todo o pensamento de Marx sobre a história; pelo contrário, cuidarei de um só aspecto. Ocupo-me do modelo infra-estrutural geral de transformação histórica de Marx, com os elementos que dão unidade à história e a impelem para frente. Isto é, trato da dinâmica econômica, do jogo recíproco das forças produtivas e relações de produção, que Marx entendia estarem subjacentes à mudança e evolução histórica (SHAW, 1979, p. 11).

No devir do século XX muito se publicou sob a temática de materialismo histórico, não foram poucos os que se atentaram a esse tipo de investigação,

entretanto, concordamos que existam insuficiências, mas estas também são fundamentadas de uma específica perspectiva histórica e apenas apontar a sua insuficiência colabora pouco para entender a própria insuficiência no devir, ao contrário, se desenvolve mais insuficiência sobre o tópico à mão, no caso de Shaw, reproduzindo o que fenomenicamente critica: “mais um tratado ambicioso”, embora neste caso, declaradamente restrito a duas categorias centrais de Marx.

Compreender o conceito de história em Marx a partir de um dado momento de sua trajetória pode ser radicalmente o avesso da sua perspectiva. Queremos dizer que ao buscar uma compreensão do pensamento de Marx a partir de um recorte na trajetória intelectual, mesmo não fazendo coro com a tradição althusseriana, não ajuda a compreender o movimento da construção do conceito, das categorias, pois esta construção acaba por ficar fora da perspectiva ontológica de produção do conhecimento, no caso de Marx, da sua Crítica da Economia Política no século XIX.

Isso não significa que tenhamos que reproduzir o mesmo método de Marx para analisar a sua construção do conceito de história, mas sim, que é necessário compreender como o autor pensa metodologicamente a construção do conhecimento. E, no caso de Marx, esta problemática se torna imprescindível, pois a construção que Marx propõe não é cercada na epistemologia ou algum tipo de gnosiologia, o método em Marx é ontológico negativo de qualquer fixação epistêmica de interpretação e produção do conhecimento que se feche em padrões modelares. Isso seria a proposição de fim da história, fim do devir, fim do movimento, assim a inexistência da dialética na história. Isso seria Immanuel Kant, não Karl Marx.

Shaw preconiza uma interpretação de Marx tecnológica-determinista, e dedica esta polemização em grande parte das páginas de seu ensaio. Estamos convencidos de que esta abordagem estabelece equívocos sobre o conceito de história em Marx, e, mesmo não sendo o objetivo central de nossa tese a polemização com parte da bibliografia disponível sobre nosso objeto de pesquisa, é importante debatermos com esta perspectiva de Shaw uma vez que nosso estudo sobre o conceito de história nos conduziu a uma outra perspectiva.

A busca de William Shaw em apresentar como é que Marx interpretava a história em uma perspectiva tecnológico determinista, nos pareceu mais uma tentativa de polemização desnecessária, pois o próprio Shaw deixa nítido em seu trabalho que a determinação em Marx não é a mesma determinação de Comte. A determinação, histórica, é sob condições da dialética e não da mecânica como inicialmente Shaw sugere em sua polêmica.

Como se observa, parte desta bibliografia se ocupa da temática central de nossa investigação, entretanto, sobre a escrita da história em Marx, estes autores concentram considerável atenção em sistematizar a vulgarização do conceito e não de trabalhar o conceito detidamente e é isso que buscamos desenvolver.

4.2. A primeira crítica à economia política

Considerando a existência do debate sobre a produção marxiana, nos pareceu fundamental a análise de um autor central na construção do pensamento de Karl Marx. E aqui um autor da maior importância diante de toda uma tradição que se levantou, sobretudo, após a morte de Marx embora o tratamento não seja diretamente o conceito de história, é Friedrich Engels⁶⁸.

⁶⁸ O espaço não permite abordar toda extensão de pessoas que possuem fundamental importância na formação e constituição do pensamento de Karl Marx. Por exemplo, também são da maior vitalidade as contribuições de Jenny Marx e suas filhas. No caso da mulher, não apenas como companheira de toda vida, mas como comentadora, desde os manuscritos de crítica à Filosofia do Direito de Hegel no início dos anos 40, mas todas as produções de Marx que passava por suas mãos para a reescrita e encaminhamento à publicação. Jenny não fora apenas uma copista, pois vivia ativamente a construção da luta contra a burguesia. Fundamental foi também o papel das filhas na organização a partir de Londres, não como meras secretárias, mas como organizadoras de primeira linha da internacional, já que as mulheres da família Marx colaboravam ativamente, com múltiplas jornadas de trabalho, todo o processo de organização da Internacional. Não concordamos que o papel das mulheres Marx tenha sido o da mera contemplação da Inglaterra vitoriana ou mesmo de uma subalternidade típica imposta às mulheres naquele tempo presente. Foram ativistas juntamente com Marx e que não se emblematizam como organizadoras de toda construção política revolucionária da época por conta do machismo reinante naquele momento da história (assim como neste), embora tal problemática não seja observada por nós como descredenciadora. Ao contrário disso, foram fundamentais porque também estavam a frente do seu tempo. Todavia não queremos aqui entoar a canção do anacronismo, pois há um status (ideologia) imposto às mulheres e que hoje podemos observar de forma mais sólida. Todavia, a realidade machista colocara limites violentos ao protagonismo destas mulheres o que não as impediram de serem as editoras mais diretas, mesmo que informais, de Marx. Para alguns de nossos leitores estas considerações podem parecer exageradas no que toca a contribuição como construtoras da luta contra a burguesia em seu tempo, mas basta retomarmos o papel destas mulheres durante e após a Comuna de Paris ao lado de seus companheiros que observaremos que as mulheres aqui citadas tiveram uma participação ativa tão importante quanto à de qualquer homem que se movimentava de um país ao outro para a organização da Internacional e os

Para muitos Marx está morto e de nada vale a pena qualquer tipo de consideração a partir de suas possíveis contribuições. Há ainda aqueles que defenderão a tese de que as previsões de Marx se mostraram equivocadas, portanto não seria mais possível uma interpretação da realidade que busque em Marx os fundamentos da sociedade moderna. E para dar encaminhamento, há ainda àqueles que buscam em Marx um conjunto de contribuições para o entendimento e transformação do presente como história imediata.

Em relação a primeira corrente de apologetas o equívoco está constatado já com a publicação e leitura que se realiza. Sobre a segunda, Marx apenas não se preocupou em fazer suposições desalinhadas do conceito de totalidade histórica como também não se debruçou sobre a crítica da economia política para apresentar exclusivamente uma interpretação da realidade, mas sim a transformação crítica, radical e revolucionária de seu tempo presente. Sobre a terceira, é a partir dela que procuramos em Marx um conjunto de contribuições sobre o conceito de história e tempo presente.

Essas duas categorias estão intrinsecamente ligadas na produção marxiana acerca de sua crítica à Economia Política. O presente como história é parte fundante de toda obra de Marx, pois é a partir do presente que se pode ter acesso ao processo da história que se realiza no presente imediato⁶⁹. O presente imediato é a realização (ou não) do ser social e é nele que se pode encontrar uma das chaves de compreensão das realizações do homem em sociedade.

Realizamos aqui a defesa da tese que afirma a vitalidade dessas duas categorias (história e tempo presente) ao lado da categoria trabalho. Durante a trajetória de Marx essas categorias se constituem como fundantes em toda obra marxiana, assim, nos detemos ao conceito de história e tempo presente, sem afastar-nos da centralidade do trabalho ao lado destas duas categorias que estruturam as preocupações estruturantes da tese em defesa.

levantantes de resistência, nos referimos às filhas de Marx (por exemplo, Eleanor Marx, jornalista, escritora, tradutora, polemista, socialista militante que desde os 16 anos já secretariava o pai na organização do Partido e Laura, atuante fundamental durante e após a Comuna da Paris ao lado de seu companheiro Paul Lafargue) e a perseguição da reação aos *comunards* no continente europeu após 1871.

⁶⁹ Como presente imediato, aqui, nos referimos ao tempo histórico mais imediato, mais candente dos acontecimentos em que o ser é sujeito direto ou indireto dos acontecimentos.

Não se trata de uma análise descritiva de história e tempo presente nas obras de Marx e sim se ocupar de como essas categorias são apresentadas ao público no ano de 1859. Para isso há que se percorrer um longo caminho que balizamos aqui a partir dos Manuscritos de 1844 até o livro *Para crítica da Economia Política em Berlim* de 1859. Parafraseando Marx, o leitor aqui terá que ter paciência para realizar a devida companhia, pois será imaturo apresentar resultados de algo que ainda está em andamento (no início da exposição da investigação realizada), em construção, de forma antecipada os resultados que estão por existirem antes da defesa propriamente dita de nossa tese.

A primeira crítica à economia política não foi escrita por Marx. Fora Engels o primeiro a se debruçar de forma crítica a economia política entre os anos de 1843 - 1844 quando produz em Manchester o ensaio “*Esboço de uma Crítica da Economia Política*”, publicado na revista *Anais Franco Alemães* em 1844⁷⁰. Ensaio este que teve emblemática influência nas preocupações de Marx, sobretudo na constituição de sua principal problematização de uma vida toda: a crítica da Economia Política marxiana. No Prefácio de 1859, diante da sua primeira versão de uma Crítica à Economia Política o próprio Marx fará referência a este trabalho de Engels como o sendo um genial esboço de crítica. Nas palavras do próprio Marx:

Friedrich Engels, com quem mantive por escrito um intercâmbio permanente de ideias desde a publicação de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas (nos *Anais Franco-Alemães*), chegou por outro caminho (compare o seu trabalho *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*) ao mesmo resultado que eu; e quando ele, na primavera de 1845, veio também instalar-se em Bruxelas, decidimos elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica (MARX, 2005, p. 53).

É importante que se dê destaque ao “*intercambio permanente de ideias desde a publicação de seu genial esboço de uma crítica*”, pois esta interlocução só ganhará mais fôlego até os últimos dias de Marx. Engels tem centralidade na trajetória marxiana, como crítico e como militante. Engels é que primeiro se

⁷⁰ Marx tenta manter a linha de crítica, como fez contra o autoritarismo na Prússia mas o jornal é fechado. Apenas uma edição em fevereiro de 1844 foi efetivada.

vincula a parte do movimento operário e posteriormente convence Marx a se ligar aos Justos. O papel de Engels, assim como o segundo violino, é fundamental para a constituição do pensamento crítico marxiano, muito mais do que pressupõe ainda boa parcela de intelectuais acadêmicos que abordam este autor pelas portas dos fundos ou mesmo pela lateral marginalidade.

No texto de 1844 Engels parte de uma crítica moral da economia nacional⁷¹, apontando os seus limites no que diz respeito a sua própria constituição como ciência de uma certa dada nacionalidade. Apresenta aos seus leitores, com efeito, à Marx, uma perspectiva crítica da Economia Política que se constituirá como um dos pontos de partida para, ainda nos anos quarenta, as investigações de Marx para além da crítica da filosofia idealista, chegando até a crítica da economia política nos anos cinquenta.

Engels esboça o surgimento da economia nacional⁷² associando-a ao que Marx chamou de fase de acumulação primitiva de capitais. Aponta nesta gênese a elaboração de um sistema de fraudes consentidas que se constatou imanente à própria forma de relação social capitalista em formação e amadurecimento, ou seja, o texto consegue captar para o presente do século XIX, uma das características constitutivas das formas de produção e reprodução da vida nos moldes capitalistas de sociabilidade: fraudes, corrupção e exploração.

Vejamos como a tradução de Maria Filomena Viegas nos apresenta as palavras de Engels:

⁷¹ A edição francesa da *Union Générale d'Édition* em 1972 apresenta a tradução do conceito de economia nacional como "*l'Economie politique*". Na edição alemã da *Werke* o conceito é apresentado no início do texto como "*Die Nationalökonomie*" e continua com "*Kritik der Nationalökonomie*". O próprio título nesta mesma coleção, em alemão, não apresenta "*Kritik der politischen Ökonomie*", mas "*Umriss zu einer Kritik der Nationalökonomie* (Karl Marx/ Friedrich Engels - Werke. (Karl) Dietz Verlag, Berlin. Band 1. Berlin/DDR. 1976. S. 499-501).

⁷² A relação entre o conceito de Economia nacional e Economia política deve ser esclarecido no capítulo final da apresentação de nossa investigação. Entretanto cabe aqui a apresentação de referenciais para o debate sobre ao significado que Engels se refere em sua crítica à economia política. A Economia Política, de acordo com Engels, pretensamente científica, pretendia explicar a riqueza da nação diferenciando da leitura mercantilista. Ainda, podemos constatar que a Economia Nacional socialmente referendada é a preocupação de entendimento desta nova perspectiva criticada por Engels. Da economia privada à social, a pública, ou seja, pretensamente uma análise científica para além da casa, do doméstico, do particular e que no esboço a crítica de Engels é plena, pois esta nova perspectiva não condizia com a ideia de social, e sim a instrumentalização do privado, do particular diante do nacional. Esta constatação de Engels colabora para o entendimento das vicissitudes do próprio modo de produção da vida na economia política capitalista, como acentuará Marx décadas depois.

A economia política surgiu como consequência natural da expansão do comércio e, com ela, um elaborado sistema de fraudes consentidas, uma completa ciência a favor do enriquecimento substituiu a troca simples, não-científica. Esta economia política, ou melhor: esta ciência do enriquecimento, nascida do logro mútuo e da ambição dos comerciantes, traz na frente a marca do egoísmo mais repugnante. Vivia-se ainda sob a ingênua noção de que o ouro e o dinheiro constituíam a riqueza, e não havia nada de mais urgente a fazer do que proibir por toda parte a exportação de metais "preciosos". As nações viam-se mutuamente como avarentos, cada uma agarrando seu valioso saco de dinheiro e lançando aos seus vizinhos olhares de inveja e desconfiança. Faziam tudo para extrair dos povos com que mantinham relações comerciais o máximo em moeda, retendo no interior das suas fronteiras aduaneiras o dinheiro apurado no final das contas. A aplicação verdadeiramente consequente deste princípio liquidaria o comércio. Pretendeu-se, então, ultrapassar este primeiro estágio: descobriu-se que o capital entesourado permanece morto, enquanto, circulando, aumenta constantemente. Houve, portanto, maior sociabilidade: soltaram-se as moedas como apelo para que a elas se juntassem outras e reconheceu-se que não é de modo algum prejudicial pagar pela mercadoria um preço demasiado elevado a A quando se pode vendê-la a B por um preço mais alto ainda (ENGELS, 1979, p. 02).

Já inicialmente Engels aponta para a relação de superação do pensamento mercantilista pela nova ciência, a economia nacional. Mesmo se pautando por identificar parte da lógica de funcionamento da origem da riqueza esta nova ciência possui os seus limites como demonstrará a seguir. A crença do mercantilismo em relação ao entesouramento como referencial de riqueza de uma nação não era de fato o ponto central de acumulação de riqueza, pois o metalismo nada mais garantia do que o entesouramento e este se convertendo em capital morto e mesmo estagnado, não era sinônimo de acumulação produtora de valor. A circulação era mais interessante do que o entesouramento e isso Engels reconhece aos economistas nacionais. Entretanto, a essência mesquinha e egoísta se mantinha quase que intocável, como o próprio autor demonstra.

E o elemento moral é radicalmente marcante nas palavras iniciais do “Esboço” de Engels. E, moral aqui não deve ser confundida com a flexão moralista. O elemento moral que identificamos no texto se trata de um elemento de alta importância, uma vez que a perspectiva do autor se dá a partir de um caráter postulador da transformação daquele presente imediato e assim a crítica de cunho moral se apresenta de forma tônica para o desenvolver da análise

materialista que neste caso tem como ponto de partida a moral, mas não se limita a ela, pois nos pareceu uma prática presente tanto em Marx como em Engels a preocupação com a questão da moral, mas não apenas. A moral é de extrema relevância, mas a crítica apenas moral não era defendida como suficiente, era necessário avançar para além da questão moral e é justamente isto que o faz Engels no desenvolvimento de seu esboço. Vejamos:

Sobre tais alicerces edificou-se o sistema mercantilista [2] e nele o caráter cúvido do comércio assumiu já uma forma um pouco mais dissimulada: as nações efetuaram algumas aproximações, concluíram tratados de comércio e amizade, entraram em negociações e testemunharam todas as amabilidades possíveis em honra ao máximo lucro. Mas, no fundo, era a velha sede de dinheiro de sempre, o velho egoísmo que explodia de tempos em tempos nas guerras que, neste período, se baseavam todas na rivalidade comercial. Em tais guerras, evidenciou-se que o comércio, como a pilhagem, se apóia na lei do mais forte; não havia escrúpulos em extorquir, pela astúcia ou pela força, tratados daquela espécie, desde que fossem considerados os mais favoráveis. O ponto principal de todo o sistema mercantilista é a teoria da balança comercial. De fato, como continuava vigente o princípio de que o ouro e o dinheiro constituíam a riqueza, só eram apreciados como vantajosos os negócios que, em suma, traziam ao país moeda sonante. Para verificar isto, comparava-se a exportação e a importação. Se se exportava mais do que se importava, pensava-se que a diferença tinha entrado no país sob a forma de moeda sonante e acreditava-se que aquele se tornara mais rico (ENGELS, 1979, p. 02).

Engels esboça aqui outro elemento significativo que se fez presente até a obra máxima de Marx em 1867. Nos referimos a identificação dos limites da política econômica mercantilista, ou como Marx chamara em o Capital: fase de acumulação primitiva de capitais.

Em seus estudos sobre a crítica à Economia Política, Marx dará atenção a esse período que Engels aponta em 1844, décadas depois, em 1867, no capital, dedicando vários momentos da obra para se referir à acumulação de capitais e ainda dedicando um capítulo exclusivo para falar deste processo histórico⁷³. Evidentemente, Marx é tributário de outros interlocutores, todavia, o objetivo aqui

⁷³ Nos referimos à Seção VII, do Capítulo XX, “O processo de acumulação de capital” (MARX: 1996, pg. 197); o Capítulo XXIII, “A lei geral da acumulação capitalista” (MARX: 1996, pg. 245) e ainda o Capítulo XXIV, “A assim chamara acumulação primitiva” (MARX: 1996, p. 339).

neste momento é demonstrar o quanto Engels foi vital para Marx, desde os anos iniciais, ainda quando eram jovens, apresentando problematizações que acompanharam toda a trajetória do autor de nosso objeto de investigação.

Estas considerações de Engels e Marx repercutiram, posteriormente, no debate sobre o período mercantilista, sobretudo na maior colônia escravista dos séculos XVI- XIX: o Brasil. Autores ligados às ciências históricas, no século XX e XXI, buscaram em Marx e Engels os fundamentos para a promoção de um debate acerca da fase de acumulação primitiva de capitais⁷⁴, sendo a escravidão uma forma desigual e combinada⁷⁵ de atender os interesses do capitalismo em desenvolvimentos, mesmo após a fase de acumulação originária (ou primitiva) de capitais. O que demonstra a vitalidade e o fôlego das contribuições do século XIX, tendo em Engels e Marx perspectivas *avant la lettre*.

Ainda continuando com Engels, no “Esboço”, já comparece outro elemento que é marcante em Marx. Trata-se da crítica que incorpora para superar, ou ainda, superar incorporando. Identificamos uma perspectiva crítica que se preocupa em entender o objeto da crítica, internamente, para a partir de seus pressupostos, incorporar e superar os limites do pensamento. Esse comportamento não só é presente em Marx, como é também parte constitutiva do seu método de investigação durante toda a vida. Este procedimento é representativo daquilo que Marx chamará de honestidade intelectual, tão raro entre os apologetas, mas verificável nos autores que postulam a produção de uma investigação da história científica⁷⁶.

⁷⁴ No Brasil este debate é emblemático a partir de contribuições expressas nas obras de Jacob Gorender, “O escravismo Colonial” (GORENDER, 1978); Décio Saes, “O Estado escravista no Brasil pós-colonial” (SAES, 1990) e Antônio Carlos Mazzeo que nos apresenta uma importante síntese deste debate a partir da publicação de sua dissertação de mestrado pela editora Cortez sob o título “Estado e burguesia no Brasil, origens da autocracia burguesa” (MAZZEO, 1990).

⁷⁵ Sobre o conceito de “desigual e combinado” temos como referência as contribuições de Leon Trotsky a partir de sua obra “História da Revolução Russa”, onde o autor apresenta logo no capítulo inicial o conceito (TROTSKY, 2007, p. 19 - 29) e também George Novack em “A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade” (NOVACK, 1968).

⁷⁶ Científico para o pensamento marxiano não é o mesmo que científico para parte da tradição historiográfica prussiana e mesmo alemã. Quando Marx se refere a científico está postulando o pensamento racionalmente orientado e dialeticamente construído. Ser científico não é ser objetivo, neutro, como em dada medida postulava Leopold von Ranke (HOLANDA, 1979) na “escola histórica” de Berlim. Pensar cientificamente para Marx é procurar estabelecer as conexões possíveis a partir da lógica dialética, o que não permite qualquer tipo de pensamento metodológico fechado em um circuito de investigação que poderia conduzir à um resultado universalizado e

Não é nossa intenção apresentar um Engels que comparece plenamente em Marx, basta observar a crítica à Malthus e Smith que é apresentada no Esboço. Engels em dada medida associa estes dois pensadores de uma maneira que certamente Marx não apreciaria com os seus estudos mais acurados. Mas que retomemos aqui: Engels está fazendo um Esboço. Um breve estudo que, ai sim nos interessou, coloca para Marx um ponto de partida fundamental para o desenrolar de estudos os quais só se concretizaram no decorrer de décadas depois, sempre em parceria com Engels⁷⁷.

A arte dos economistas consistia, assim, em velar para que, ao fim de cada ano, a exportação apresentasse um saldo favorável face à importação — e é em nome desta ridícula ilusão que milhares de homens foram massacrados! Também o comércio teve as suas cruzadas e a sua inquisição. O século XVIII, o século da revolução, subverteu igualmente a economia. Mas todas as revoluções deste século apenas abordaram uma face do antagonismo, sem ultrapassar a outra. (Eis por que se contrapunha ao espiritualismo abstrato o materialismo abstrato, à monarquia a república, ao direito divino o contrato social.) A revolução econômica, de repente, não poderia nunca superar esse antagonismo. Os pressupostos permaneceram os mesmos. O materialismo não atacou o desprezo e a humilhação do homem no cristianismo: limitou-se a instaurar a natureza como absoluto frente ao homem, substituindo-a ao deus cristão. A política não pensou em examinar, em si e para si, os pressupostos do Estado. A economia nem sequer teve a ideia de se interrogar sobre o que justifica a propriedade privada. É por esta razão que a nova economia constituiu apenas um progresso a meias: foi obrigada a descobrir e a negar seus próprios pressupostos, a apelar ao recurso do sofisma e da hipocrisia para camuflar as contradições em que se debatia e para chegar às conclusões a que era conduzida não pelas suas próprias hipóteses, mas pelo espírito do século. Deste modo, a economia assume uma forma filantrópica, deixa de favorecer aos produtores para apoiar os consumidores; revela um santo horror pelas sangrentas desordens do sistema mercantilista e sugere que o vínculo comercial estabelece a amizade e a compreensão entre as nações e os indivíduos. Tudo corria bem, era magnífico! Mas os pressupostos muito cedo recomeçaram a manifestar-se e engendraram, em oposição a esta brilhante filantropia, a teoria da população de Malthus — o sistema

repetível em determinadas circunstâncias. Científico é trabalhar a partir do concreto e desenvolver idealmente também a partir deste concreto pensado, formulações em movimentos constantemente verificáveis e jamais permanentes e eternos, menos ainda uma operação através de silogismos de uma lógica formal.

⁷⁷ Para o acesso a um estudo mais profundo, para além do importante Esboço de Engels de 1844, sugerimos, assim como o próprio Marx o fizera, a obra engelsiana “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicada no Brasil pela Boitempo Editorial em 2008 com tradução de B. A. Schumann; (ENGELS, 2008).

mais grosseiro e mais bárbaro que jamais existira, o sistema do desespero que reduziu a pó todas essas belas frases a propósito da fraternidade humana e da cidadania universal; engendraram e construíram o sistema fabril e a escravidão moderna que, em desumanidade e crueldade, nada deve à antiga escravatura. A nova economia, o sistema do livre comércio, apoiado na *Wealth of nations*, de Adam Smith, revela-se como a hipocrisia, a imoralidade e a inconseqüência que, presentemente, afrontam todos os domínios da liberdade humana. Mas o sistema de Smith não foi um progresso? Certamente que sim e, até mesmo, foi um progresso necessário. Era necessário que o sistema mercantilista, com seus monopólios e seus entraves à circulação, fosse subvertido para que aparecessem claras as verdadeiras conseqüências da propriedade privada; era necessário que todas as mesquinhas considerações locais e regionais passassem a segundo plano para que a luta do nosso tempo se tornasse universal e humana; era necessário que a teoria da propriedade privada abandonasse o puro empirismo, com suas pesquisas unicamente objetivas, para assumir caráter mais científico, que a tornasse igualmente responsável pelas suas resultantes e deslocasse a coisa para um campo humano em geral, onde a imoralidade contida na velha economia fosse conduzida à sua expressão mais elevada em razão da sua negação e da hipocrisia que necessariamente decorre da tentativa de negá-la. Tudo isto faz parte da natureza do processo (ENGELS, 1979, p. 02-03).

Na citação acima é possível observar como a questão moral é para Engels o ponto de partida e não o ponto de concentração da sua crítica. A crítica aqui apresenta elementos fundamentais daquilo que chamamos de superação incorporadora. Engels reconhece os limites absurdos do mercantilismo e aponta a importância da Economia Nacional. Entretanto não poupará a crítica à essa nova ciência, apontando também os seus limites e o seu real propósito de classe. Desmascarando, mesmo que introdutoriamente, o princípio do progresso que esta seria portadora. Será implacável ao identificar a manutenção da essência de elementos como a exploração e o desespero de lucro. O Esboço identifica transformações significativas mas que ainda apresentam fenômenos que não superam a exploração de uma classe sob a outra. E aqui, mais uma vez, observamos como este texto de Engels foi fundamental na formação de Marx. Nos estudos de 1857-58, Marx também está procurando a melhor forma de expor seus estudos ao público e que ocorrerá no ano de 1859, no que diz respeito a *Crítica da Economia Política*, partindo de uma crítica interna dos economistas nacionais, aceitando parte de seus pressupostos, mas avançando no sentido da

superação. E quando o faz, Marx inicia também pelo fenômeno mais imediato: A mercadoria⁷⁸.

Mais uma vez, sobre o mundo da mercadoria, Engels polemiza com pensadores que marcaram também as preocupações de Marx. Vejamos:

Reconhecemos voluntariamente que só o estabelecimento e a realização do livre comércio nos colocaram em situação de avançar para além da economia da propriedade privada, mas, simultaneamente, temos o direito de situar esta liberdade de comércio na sua total nulidade teórica e prática. Nosso juízo terá razão de se revelar tanto mais duro quanto mais os economistas que avaliarmos se aproximam do nosso tempo. Enquanto Smith e Malthus só encontraram conclusos elementos dispersos, os economistas mais recentes tinham à vista o sistema concluído na sua totalidade: as consequências estavam tiradas, as contradições manifestavam-se à luz do dia suficientemente claras e, contudo, eles não reexaminaram as premissas, aceitando responder sempre pelo processo como um todo. Quanto mais os economistas se aproximam do presente, mais se afastam da honestidade. Quanto mais o tempo avança, mais os sofismas necessariamente aumentam. É por isto, por exemplo, que Ricardo é mais culpado que Adam Smith e Mac Culloch e Mill mais culpados que Ricardo. A economia moderna não chega mesmo a julgar convenientemente o sistema mercantilista, porque ela própria é parcial e está ainda aprisionada aos pressupostos deste sistema. Somente o ponto de vista que ultrapasse o antagonismo dos dois sistemas e critique seus pressupostos comuns, partindo de uma base universal puramente humana, poderá assinalar a ambos sua posição exata. Ficará evidente que os defensores do livre comércio são monopolistas piores que os próprios mercantilistas antigos (ENGELS, 1979, p. 03-04).

Observe que Engels considera as postulações dos economistas, incorporando e criticando com vistas a superação de seus limites. E é aqui que a crítica também aponta para a vitalidade do presente dos analistas. Engels considera David Ricardo a partir de um presente histórico que não é jamais desvinculado de uma trajetória, pois procura contextualizar sua crítica à Economia Política não apenas do presente mais imediato. Para isso insiste em sua crítica moral em nome de uma honestidade intelectual cada vez mais difícil de se concretizar em seu tempo presente por parte dos pensadores da Economia

⁷⁸ Em 1857, nos *Grundrisen*, Marx inicia com o dinheiro, depois, em 1859, inicia publicamente pela mercadoria, pois observa que a mercadoria é a forma mais geral de manifestação das relações mercantis, cabendo a manifestação do dinheiro como a fetichização completa das relações sociais, predominantes na sociedade capitalista.

Política. Não nos estenderemos à uma análise mais profunda da leitura que possui Engels em relação ao pensamento de Marx sobre Ricardo, mas a relação que este possui diante do presente nos interessou substancialmente.

Assim como Engels, Marx também considerará os seus estudos em perspectiva histórica, a partir do presente, por ser ele o momento do devir em que a síntese das múltiplas determinações se apresenta de forma mais candente. O presente como história comparece na obra destes dois autores de forma indelével, basta problematizarmos os motivos mais fenomênicos que os levaram à Bruxelas e a consequente busca da organização política no seu tempo histórico. O presente, mais uma vez é o palco da história, mesmo em sua evanescência, o ponto de partida para a busca da compreensão da totalidade histórica.

A primeira crítica à Economia Política, já apresentava ao seu interlocutor mais imediato, importantes elementos teóricos e metodológicos, pois ao postular um esboço de crítica, Engels também fornecia à Marx problematizações que o autor do texto de 1859 pode se deter aprofundadamente ao longo de décadas de estudos e organização política.

A história e o tempo presente, também eram para Engels inseparáveis, pois os fenômenos da reprodução da vida correspondem a uma trajetória, nem sempre revelada fenomenicamente, por isso a necessidade de investigação científica. Com efeito, a preocupação com a história a partir do presente marcará a preocupação tanto de Engels como de Marx durante toda suas trajetórias. Uma perspectiva herdada de Hegel, mas em vias de construção radicalmente materialista a partir dos anos de 1840.

Em 1844, Engels já colocava uma preocupação acerca das categorias fundamentais da nova ciência e esboçava sua crítica em relação as suas contradições e ideologizações:

Ficará evidente que, por trás do humanismo hipócrita dos modernos, se esconde um barbarismo que os antigos não imaginavam, [...]. [...] Na crítica à economia política, vamos examinar as categorias fundamentais, demonstrar a contradição introduzida pelo sistema da liberdade de comércio e extrair as consequências dos dois aspectos da contradição (ENGELS, 1979,p. 04-05).

Precisar com absoluta exatidão a influência de Engels em Marx a partir desta crítica engelsiana nos Anais Franco-Alemães em 1844 nos pareceu inexequível, entretanto, a preocupação diante do presente, o ponto de partida como o presente mais fenomênico, a realidade concreta, a busca por compreender as categorias daquilo que se critica, a postulação do avanço para além dos limites identificados na economia nacional e o tempo presente como história, foram alguns dos elementos que também identificamos em Marx como autor de nosso objeto de investigação.

Avançando um pouco além do ano de 1844, para reforçarmos a importância do tempo presente como história já em Engels, identificamos em sua publicação “*A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, de 1845, elementos que reforçam nossas problematizações nesta sessão da tese onde colocamos Engels como o primeiro e fundamental crítico da Economia Política para Marx. Assim, vejamos como a história e o tempo presente são fundamentais para Engels quando se aprofunda na investigação da questão social no coração do capitalismo do século XIX:

As páginas seguintes abordam um assunto que eu queria inicialmente apresentar apenas como um capítulo que se insere num trabalho mais vasto sobre a história social da Inglaterra; mas em breve a sua importância me obrigou a delinear-lhe um estudo particular.

A situação da classe operaria e a base real donde saíram todos os movimentos atuais porque ela é, ao mesmo tempo, o ponto máximo e a manifestação mais visível da miserável situação social atual (ENGELS, 2008, p. 41)

No prefácio desta publicação continua a questão moral como ponto de partida no presente imediato e a preocupação do homem no presente se coloca como problematização central para Engels. Prefaciando, ele continua sua crítica à economia política, com um trabalho de investigação que Marx também compartilha. Nos referimos às fontes de pesquisa⁷⁹, e, mais uma vez, a

⁷⁹ A concepção de fontes de pesquisa para Marx e Engels não são apenas os documentos oficiais, chancelados pelo Estado, como rezava hegemonicamente a tradição historiográfica positivista. Há uma pluralidade acerca das fontes de pesquisa também a frente de seu tempo histórico. A pluralidade da concepção de fontes, da forma que trabalhavam, só fora ser desenvolvido nas ciências históricas a partir do século vinte, com efeito a partir de 1929. Marx, assim como Engels consideravam fontes livros, jornais, panfletos, periódicos, publicações oficiais ou não. No caso de

importância da categoria de totalidade histórica. O presente é criticado tendo em mãos a problematização da história dos trabalhadores, o que poderíamos seguramente chamar de trabalho de campo, via o desenvolvimento de interlocuções, o que marca o método de Engels. O presente é o ponto de partida fundamental.

A crítica de Engels, já nos meados dos anos de 1840, reconhece a importância da longa duração ao se debruçar sobre um fenômeno e prudentemente apresenta aos leitores uma justificativa de um certo recorte do objeto, diante de um projeto maior de estudo sobre a história social da Inglaterra. Entretanto, apresenta sua investigação recuando no tempo, que não é o mesmo, cronologicamente, do seu objeto pesquisa para contextualizar o tempo presente onde repousa suas problematizações sobre a classe trabalhadora. Nas palavras de Engels:

A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão. Tais invenções, como se sabe, desencadearam uma revolução industrial que, simultaneamente, transformou a sociedade burguesa em seu conjunto - revolução cujo significado histórico só agora começa a ser reconhecido.

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (ENGELS, 2008, p. 45).

Engels é emblemático o trabalho de investigação que faz em seu estudo sobre a situação da classe trabalhadora o desenvolvimento do trabalho de campo, dando destaque as interlocuções, notadamente a oralidade dos trabalhadores irlandeses na Inglaterra. Uma concepção mais radical ainda para o seu tempo presente no que diz respeito a metodologia. No Brasil, as publicações da Coleção Marx e Engels da Boitempo Editorial nos apresenta um conjunto das fontes utilizadas, no caso de Engels, detalhadamente colocando ao leitor as fontes, tipos, nomes e ano.

O procedimento de Engels na investigação da situação da classe operária na Inglaterra é aquele que privilegia um dado aspecto como objeto, mas ao mesmo passo o considera em uma totalidade, não como mera parte que mecanicamente preenche o todo, mas como a síntese de parte desse todo dialeticamente pensado.

Antes de adentrar no objeto propriamente dito, apresenta a situação histórica em que é constitutivo e para isso se utiliza de diversas fontes para a investigação. Uma pluralidade de fontes histórica que nem mesmo os historiadores profissionais de sua época admitiam como válidas para a escrita da história. Durante nossa investigação conseguimos elementos para sustentarmos essa interlocução entre Engels e Marx até mesmo sobre os tipos de fontes históricas utilizadas, onde ambos, muito antes dos *Annales* já as concebiam em suas multiplicidades para a pesquisa. Neste ponto Engels deposita uma crença notável na veracidade das mesmas, dizemos, na confiabilidade das fontes, sendo elas seguras e confiáveis, como se as fontes fossem em absoluto portadoras de tais características. Aqui, Engels não escapa do historicismo e da crença nas fontes históricas confiáveis, donas da verdade histórica, mas não se trata de um qualquer historicismo prussiano, pois há a consideração de uma diversidade de fontes que o coloca há décadas na frente da história da historiografia alemã, francesa e inglesa.

Entretanto o ponto desta nossa exposição de maior importância é aquele que nos possibilita a compreensão de nosso objeto que é a publicação de Marx em 1859, com efeito, a interlocução entre Marx e Engels e a sintonia entre eles, sobretudo já apresentada por Engels em suas críticas à Economia Política no século XIX.

A partir dos anos de 1845, as colaborações de um em outro se intensificam e não foi objeto de nossa investigação explorar em que medida um está em outro, ou mesmo, até que ponto Engels é responsável, inicialmente, em Marx, na constituição da sua principal problemática de toda sua vida: uma crítica à economia política. Nos detivemos em apresentar alguns elementos centrais que pudemos identificar na obra de Marx que priorizamos como objeto da tese. Neste sentido, a primeira crítica é a de Engels, mas no processo de colaboração a

síntese marxiana desta crítica ganha proporções para além do fôlego proposto nas páginas dos Anais Franco-Alemães e a partir de então a colaboração entre ambos será tão marcante que poderíamos dizer que um está contido no outro, mas que a individualidade de cada um não permite um pensamento homogeneizador da diversidade que cada um expressava na trajetória que construíram.

4.3. A vulgarização do conceito de história na tradição marxista

Quando falamos sobre um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx o que pretendemos é provocar um debate no campo da ciências históricas, sobretudo, entre Ciências Sociais e historiografia acerca o tema central que é como Marx apresenta esta categoria ao público em 1859.

O conceito de modo de produção é um elemento central na vulgarização do pensamento de Marx, sobretudo se considerarmos a obra privilegiada de nossa tese. No Prefácio de 1859 Marx aponta sinteticamente um conjunto de modos de produção que fora pulverizado sem considerar o seu tempo presente, e que no decorrer do tempo comparece na tradição marxista de forma bastante frágil e vulgarizada. Não contribui para o entendimento da crítica publicada por Marx aquela leitura mecanicista que apresenta uma dada sequência evolucionista dos modos de produção no pensamento marxiano.

Se não bastasse o fato do prefaciador de Marx ser altamente sintético, liga-se a isso, distanciando-se da perspectiva do autor, a vulgarização de parte da tradição marxista que pouco leu ou nada leu de Marx, mas que possui a valentia de se pronunciar como se fossem exegetas da filosofia da práxis. E, ainda, um conjunto de intelectuais⁸⁰ que estão longe de se filiarem a parte da tradição

⁸⁰ Para ficarmos em um caso emblemático de tal vulgarização é a participação de Luiz Felipe Pondé na publicação de uma obra de alto nível para língua portuguesa no Brasil. Nos referimos ao livro de Terry Eagleton, lançado pela Editora Nova Fronteira Participações S.A. em 2012, com tradução de Regina Lyra, onde Pondé (como é chamado por uma legião de retardados) apresenta de forma idiotizante prefaciando e pós-faciando. Não procuramos adentrar nesta polêmica especificamente, mas não nos foi possível deixar de notar uma brutal vulgarização daquilo que na tese chamamos de tradição marxista. No caso do prefaciador, evidentemente não se enquadraria nesta tradição, mas sim na liberal pós-moderna o que contribui para a vulgarização do

marxista e que também reproduzem a mesma insuficiência: versam, dissertam, sobre aquilo que conhecem radicalmente de forma fenomênica e mesmo nada, para refutarem a Crítica da Economia Política e defenderem sua proposta liberal-democrática.

Sobre a acusação de ser um economicista, ainda em vida o próprio Marx é que responde em 1867, no *Capital*, em nota extensa ao seu crítico:

Aproveito essa oportunidade para refutar, de forma breve, uma objeção que me foi feita, quando do aparecimento de meu escrito *Zur Kritik der Pol. Oekonomie*, 1859, por um jornal teuto-americano. Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, “a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência”, que “o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral” — tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade (MARX, 1996, p. 206).

Quando não se reduz o pensamento de Marx sobre os modos de produção da vida a um economicismo, o elevam a um evolucionismo etapista do devir histórico em uma onda sucessiva de modos de produção. Essa fragilidade não pertence a Marx, mas ao pensamento vulgarizador de sua teoria da história

pensamento de Marx, mediado por Eagleton. A editora apresenta ao leitor brasileiro um título violentado, afirmando, “Marx estava certo”, quando na verdade o título original trata de uma interrogativa, típica de parte da tradição marxista que se preocupa em frear a vulgarização do pensamento de Marx. “*Why Marx was right*” esse é o título original, publicado em 2012 pela *Yale University Press*, o que demonstra um brutal desconhecimento substancial da obra e possivelmente a tônica de preocupação mercadológica, uma vez que o público de leitores de Eagleton aguardavam ansiosos o livro em língua portuguesa.

que mesmo para o século XIX não partilha do evolucionismo típico das ciências da natureza, sobretudo da história natural, menos ainda do positivismo inflamado em parte dos círculos intelectuais de seu tempo.

É verdade que Marx é um homem do seu tempo, mas não o é da mesma forma que a maioria dos homens deste mesmo tempo. Não queremos dizer com isso que Marx era impermeável a estas grandes tendências epistêmicas em voga no século XIX, mas que diante destas perspectivas, apresenta-se um conjunto organizado ontologicamente e que não exclui a gnoseologia. Entretanto, a supera, ao propor um conceito de história que não se prende a esquematismos ou reducionismos do tipo comteano e mesmo rankeano. Há movimento nesta nova perspectiva publicada por Marx, e um movimento que procura se construir em uma perspectiva de classe com caráter revolucionário. E isso, esmagadora maioria dos homens do seu tempo (Séc. XIX) não possuíam. Assim, sustentamos tratar-se de um pensamento diverso do que a tradição vulgarizadora cristalizou durante o século XX e ainda XXI.

A própria palavra modos de produção pode ter sido apreendida de modo equivocado no decorrer das recepções do pensamento de Marx sobre a história, pois a singularização em “modo de produção” não colabora para compreendermos o fundamento conceitual que existe por detrás das palavras. Em alemão a palavra utilizada no texto gótico é “*Produktionsweisen*”, que pode ser traduzido em um sentido de pluralidade e não como observamos, de singularidade, sobretudo como se manifesta em textos claramente norteados pelo stalinismo⁸¹. Entender este conceito em sua pluralidade não é fazer coro com a perspectiva pluralista metodológica, ao contrário, é considerar as construções das categorias marxianas na longa duração, não se limitando apenas a uma parte do todo (procedimento típico do epistemólogo, e mesmo do vulgarizador), ou seja, buscar (por mais árdua que seja a tarefa) compreender a construção do conceito, não apenas a apresentação do mesmo e um dado texto, por mais que esse texto seja um clássico no que tange a apresentação categorial.

⁸¹ No Brasil a editora Cultural Abril apresenta a tradução da categoria no plural, assim como a publicação da Editora Expressão Popular que se apoia na tradução indireta do texto alemão realizado por Florestan Fernandes. Neste último caso Florestan consegue aproximar melhor o texto marxiano da perspectiva de movimento dos modos e não de um modo evolutivamente e mecanicamente procedente do outro como rapidamente apresenta Stálin.

A tese aqui não tem pretensão de apresentar uma exegese dos textos e autores que praticaram esta vulgarização, intencionalmente ou não diante da tradição que chamamos aqui como marxista. Entretanto um texto e um autor deve ser problematizado aqui devido a sua circulação nos núcleos de organização partidária em parte da esquerda que se apoiavam para suas práticas de formação política de militantes, o texto de Josef Stálin, “Materialismo Histórico e Materialismo Dialético”. Preocupamos aqui em apresentar uma problematização séria diante de determinadas passagens uma vez que a obra de Stálin se constituiu no processo histórico alvo de todos os lados políticos. Apresentamos aqui parte da fragilidade das considerações teóricas o que provavelmente contribuiu para a disseminação de uma leitura vulgar do conceito de história em Marx, sobretudo nos partidos comunistas. Assim, vejamos:

A primeira característica da produção é que jamais se detém num ponto durante um longo período, mas que se transforma e se desenvolve constantemente, com a particularidade de que essas transformações operadas no modo de produção provocam inevitavelmente a mudança de todo o regime social, das ideias sociais, das concepções e instituições políticas, provocam a reorganização de todo o sistema político e social. Nas diversas fases de desenvolvimento, o homem emprega diversos modos de produção ou, para dizê-lo em termos mais vulgares, mantém distintos gêneros de vida. Sob o regime do comunismo primitivo, o modo de produção empregado é diferente daquele vigente sob a escravidão; o da escravidão é diferente do em vigor sob o feudalismo, etc.. E, em consonância com isto, variam também o regime social de vida dos homens, sua vida espiritual, suas concepções e instituições políticas (STÁLIN, 1938⁸²).

Vulgarizações deste dito são mais complexas do que aquelas produzidas por fora da tradição marxista, pois apresentar o devir histórico como se fosse uma sucessão de modos de produção, rompe drasticamente com a perspectiva dialética do materialismo histórico, uma vez que a leitura equivocada de Stálin passa a ser letra incontestada para a maioria dos partidos comunistas em escala internacional.

⁸² Todas as vezes que nos referendarmos a fontes digitalizadas e de acesso direto pela network, sem a devida numeração das páginas, procederemos desta forma: Sobrenome do autor, ano originário da publicação disponibilizada eletronicamente, desta forma: STÁLIN, 1938. Cabendo a citação referencial completa no final da tese, no campo referências disponibilizadas eletronicamente.

A apresentação de um receituário de como a história se realiza, na pena de Stálin, não colabora para o entendimento do conceito de história em Marx, e, diríamos com segurança, não colabora no que tange ao entendimento da história por parte daqueles que se reivindicam organizadores da classe trabalhadora, via o partido revolucionário. Se não compreendo aquilo que é objeto de transformação, é razoável afirmar, que não compreendo também como operar a transformação daquilo que deve ser transformado. Posicionamentos como estes dão espaços para insinuações de superações de modo de produção que não condizem com a realidade em dado tempo presente. É o caso da insinuação feita por Stálin em 1938 que afirma a superação do capitalismo na URSS: *“No transcurso de três mil anos, a Europa viu desaparecer três regimes sociais: o do comunismo primitivo, o da escravidão e o do feudalismo, e na parte oriental da Europa, na URSS, feneceram quatro”* (STÁLIN, 1938).

Quando nos deparamos com a trajetória de Marx observamos que não há para ele qualquer tipo de receituário, ou esquematismos, determinados e acabados na história. Para Marx as determinações são históricas e em plenos movimentos, os quais nem sempre é possível apreender. Marx opera em lógica dialética em relação ao conceito de história, não existindo uma absoluta finalização de leis ou teses acerca da dialética enquanto história. Neste sentido seria até mesmo redundância falarmos de um materialismo histórico, e, outro, o materialismo dialético. Não há esse tipo de operação quando Marx se refere a história, pois a história é algo em construção constante, sem fim, enquanto existirem homens.

A divisão operada por Stálin nos chama atenção principalmente por conta de suas interlocuções, que realizaram mediações das mais diversas entre os militantes comunistas por vários países. É o caso do Brasil, como demonstra Jacob Gorender, marxista da maior importância, em relação aos cursos de formação do PCB (cursos Stálin de 1953). Vejamos nas palavras do historiador, em entrevista à revista Teoria e Debate em 1 de julho de 1990:

O PCB começou a fazer um grande esforço de educação, a partir de 1952. Criaram-se escolas para cursos de duração variável, reunindo militantes de todos os níveis. Passei a dar aulas nesses cursos. Em 1953, a direção nacional instituiu os chamados Cursos Stálin. Eu assisti, como aluno, a um desses cursos no Rio, e

depois fui designado professor. Quem lidava diretamente com o setor de educação era o Arruda. De 1952 até 1956, o PCB criou um aparelho de educação de extraordinárias dimensões para um partido na clandestinidade. Creio que, em certo momento, devia haver cerca de 40 escolas funcionando em todo o país. Os militantes se fechavam dentro de uma casa, e ficavam ali durante todo o tempo, de uma semana a um mês, ouvindo, lendo, discutindo e sendo sabatinados. Basicamente, o Curso Stálin, com duração de um mês, constava de comentários sobre a União Soviética, tomando como "gancho" uma das últimas obras de Stálin, Problemas econômicos do socialismo na União Soviética, repleta de erros teóricos e prognósticos não confirmados, como hoje se pode ver. Para nós, naquela época, era a última palavra do maior gênio da humanidade. Tratava-se de fortalecer nos militantes a fidelidade à mãe pátria socialista, cuja defesa constituía princípio incondicional, incompatível com a mínima crítica. A par disso, havia uma parte do curso dedicada ao Brasil, que girava em torno de considerações sobre a sociedade brasileira, a sua estrutura de classes etc. Tudo na base de dados precários e raciocínios viciados. Eventualmente, textos dos autores clássicos do marxismo eram fornecidos para estudo e comentário (GORENDER, 1990).

Jacob Gorender apresenta uma importante crítica interna a todo esse processo de vulgarização do pensamento marxiano. Identifica a preocupação com a formação do militante e o desenvolvimento de uma educação partidária muito importante para a disseminação da perspectiva revolucionária, que para nossa tese é de fundamental constatação da força desta mediação do pensamento vulgarizado de Marx entre os seus militantes, uma vez que estes quadros seriam os futuros professores e/ou orientadores em suas respectivas células de militância em seu tempo presente nos anos de 1950. O Curso Stálin era aplicado em trinta dias, de acordo com Gorender, o que nos possibilita identificar o tamanho da problemática: Pensamento vulgarizado na fonte e reproduzido (não livre da crítica/desconfiança do próprio Jacob) em um mês para militantes que deveriam iniciar uma compreensão daquilo que deveria ser combatido e transformado: a sociedade capitalista. Numa palavra problematizadora: reprodução fenomênica de um fenômeno estudado por Marx por mais de décadas, aplicação de boa intenção de algo extremamente distante da própria fonte. O resultado disso tudo a própria história nos apresentou, sem pedir licença: o espetáculo de erros e políticas equivocadas.

E continua:

Esses cursos se inseriram num esforço que não era só brasileiro, mas mundial, do movimento comunista. A intenção consistia em transmitir um cânone doutrinário uniformizado, que vinha de Moscou e do Cominform. Tratava-se de inculcar uma série de fórmulas do que eu hoje chamaria de marxismo bastardo na cabeça de centenas de milhares de militantes do mundo inteiro, os quais, com isso, passavam a pensar de maneira padronizada. Não pretendo aqui me desculpar. Minha cultura marxista se iniciou pela via da adesão ao Stalinismo. Stálin achava-se no auge: aparecia como o supremo vencedor da guerra, era considerado um herói inextinguível e nós não tínhamos acesso a fontes de informação para pensar de modo contrário. Não acreditávamos então em nada que Trotski denunciou. Eu aceitava a versão Stálinista do marxismo, sem discuti-la. Não tinha crise de consciência por ser professor em um curso chamado Stálin. Entretanto, por mais modesto que eu fosse como intelectual, não podia deixar de ter dúvidas. Percebia as contradições da obra de Stálin, a sua qualidade visivelmente inferior em comparação às de Marx, Engels e Lenin; os chavões dos materiais teóricos soviéticos; os jargões bajulatórios em relação ao próprio Stálin (GORENDER, 1990).

O caráter internacional da vulgarização também é reconhecido, o que reafirma nossas considerações sobre a importância do fenômeno stalinismo na formação de militantes em caráter internacional. O cumprimento de transmitir o que se encaminhava de Moscou mais colaborou para ideologizar a formação de parte dos militantes comunistas do que para compreender as ideologias produzidas pelo capitalismo e mesmo pela burocracia soviética.

A aplicação de fórmulas, a partir de determinadas leis da dialética marcaram o entendimento de parte da tradição marxista no Brasil e no mundo e o elemento principal para esses conjuntos de desvios foi o que se chama de stalinismo, muito bem criticado por Gorender. E é importante notar que Gorender realiza uma crítica interna, em sintonia com a perspectiva crítica de Marx, comportamento de um intelectual militante bastante marcante daqueles que não se identificariam com o marxismo vulgar. Sobre o currículo da formação política de quadros do PCB, o tema de nossos estudos evidentemente não passa despercebido, *“Estudava-se materialismo dialético, teoria do Estado, economia, política, história do movimento operário mundial, história da União Soviética, história do Partido Comunista da União Soviética, além de noções de geografia e literatura russa”* (GORENDER, 1990).

Em linhas mais gerais, outro historiador, Eric John Hobsbawm, em livro publicado no Brasil sob o título “Sobre história”, em 1998 apresenta um capítulo onde especificamente debaterá o conceito de marxismo vulgar do qual nos referimos. A constatação do marxismo vulgar, para o historiador inglês, é, assim como também postulamos em nossos estudos, responsável por um conjunto de mediações que levam a qualquer lugar, menos à Marx.

No capítulo referendado, “*O que os historiadores devem a Karl Marx?*”, Hobsbawm se preocupa em sintetizar alguns elementos do que seria este marxismo vulgar apresentando sete caracterizações. Vejamos as mais emblemáticas em nossa consideração para o estudo em tela:

[...] como vimos, a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas ideias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx e aos movimentos inspirados por seu pensamento, mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representativas do pensamento maduro de Marx. Chamaremos a esse tipo de influência de “marxista vulgar”, e o problema central da análise é separar o componente marxista vulgar do componente marxista na análise histórica (HOBBSAWM, 1997, p. 159).

Uma assertiva tipicamente hobsbawniana, acima, a identificação de uma problematização realizando outra problematização. Compartilhamos do historiador inglês a sua síntese onde elenca a interpretação economicista como primordial.

Como já apontamos anteriormente, o marxismo vulgar, mecanicizou o conceito de história em Marx. A manifestação do econômico como elemento histórico historicizante não colabora para entendermos a crítica que Marx fez a Economia Política. Uma mecanização que reflete a vulgarização do pensamento de Marx, mesmo entre historiadores renomados como Jacques Le Goff, que não fica imune a leitura distante de Marx quando da publicação em 1978 de “A Nova História”, vejamos:

Marx, sob vários aspectos, é um dos mestres de uma história nova, problemática, interdisciplinar, ancorada na longa duração e com pretensões globais. A periodização (escravidão, feudalismo, capitalismo) de Marx e do marxismo, ainda que não seja aceita dessa forma, é uma teoria da longa duração. Se bem que as noções de infra-estrutura e de superestrutura pareçam incapazes de dar conta da complexidade das relações entre os diversos

níveis de realidades históricas, elas decorrem de um apelo à noção de estrutura, que representa uma tendência essencial da história nova. A colocação em primeiro plano, do papel das massas na história pode coincidir com o interesse da história pelo homem cotidiano, que também é um homem socialmente situado. Contudo, o primado grosseiro do econômico na explicação histórica, a tendência a situar nas superestruturas as mentalidades, cujo lugar, sem ser o de um nível fundamental de causalidade, é mais central na história nova e, sobretudo, a crença numa história linear, que se desenvolve segundo um só modo de evolução, enquanto a história nova insiste sobre as diferenças das experiências históricas e sobre a necessidade de uma multiplicidade de enfoques, todos esses problemas indicam que a história nova pode ser considerada pela história marxista oficial como um desafio (LE GOFF, 2005, p. 73-74).

Para além da venda do seu peixe no mercado das flores, de nossa parte não nos detendo a encantadora venda de uma perspectiva que se apresenta em 1978 como nova no mercado da História, Jacques Le Goff também reproduz a fragilidade que nos referimos anteriormente. Aponta um economicismo em Marx e no marxismo que se tratando de Marx, poderia ser considerada infantil para os anos setenta. O livro citado trata-se de uma obra de divulgação internacional de uma corrente que se auto intitularia de terceira geração dos *Annales* e estas breves considerações sobre Marx e a história não devem ser compreendidas de forma simplista, pois fazem coro com a vulgarização do pensamento de Marx uma vez que abertamente associa a nova história com o pensamento marxiano, e, justamente acusando o ponto forte em relação ao elemento econômico. No caso de Le Goff, o tenha feito assim para acalmar os patrocinadores de seus empreendimentos. Para além de qualquer discussão adicional, nos interessou aqui, ressaltar, é o alcance da vulgarização que encontra no marxismo oficial subalternizado por Moscou uma justificativa para florir com as mais diversas cores a paisagem que o próprio Marx não via de modo tão primaveril.

Pensar que a questão econômica é a determinante em todos os momentos da história é a mais clara demonstração da fragilidade de compreensão do conceito de história marxiana e de sua filosofia da história. A tese da existência de modos de produção lineares na história não se sintoniza com o conceito marxiano de dialética. Vejamos mais uma vez como Stálin apresenta:

Em consonância com as mudanças e o desenvolvimento experimentados pelas forças produtivas da sociedade no curso da história, mudam também e se desenvolvem as relações de produção entre os homens, suas relações econômicas.

A história conhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo (STÁLIN, 1938).

Stálin se equivoca ao confundir relações de produção com modo de produção; erra também ao conduzir os modos de produção em uma sequência que só existe na sua teleologia, confirmando um novo modo de produção, o socialista. A história seria assim a sucessão de cinco modos de produção, redundante na URSS, dando como superado o capitalismo. Certamente a própria história se encarregou de eliminar esta ordem de Moscou.

Os equívocos de Stálin não são apenas de ordem teórica, mas de ordem prática na imediatez histórica, tratando de oficializar a historiografia e dar vida a uma escrita da história que deveria justificar o tempo presente, sobretudo, o tempo presente que o Comitê Central determinasse como história. Foram tempos sombrios para os que ousavam uma escrita da história que divergisse do Birô. A convergência falaciosa era a nova lei da história e da historiografia, ou seja, a perspectiva marxiana sobre a história não comparece neste contexto e sim outro fenômeno radicalmente distinto da filosofia da história de Marx, trata-se das manifestações do stalinismo na produção do conhecimento, neste caso da escrita da história.

Se referindo ao início do stalinismo, no Partido Bolchevique, o historiador Pierre Broué problematiza sobre a escrita da história e falsificações nos anos de 1931 quando já se afirmava uma história oficializada, com suas leis rígidas, monolíticas, como se fossem a quinta essência da produção do conhecimento. Na verdade trata-se do partido stalinista em seu início como escreveu o próprio Broué, onde o Comitê Central se apresenta de forma “*decorativa*” (BROUÉ, 2014, p. 285) e a escrita da história deveria ser aquela determinada, caso o historiador não convergisse à este sentido imposto, pagaria seriamente na água fria do stalinismo. Assim se refere, Pierre Broué em sua obra “O Partido Bolchevique”:

O historiador do partido se dá conta em seguida de que na realidade a questão é outra: a quantidade se converte em qualidade, o objeto de investigação mudou de natureza. A história oficial se torna praticamente inutilizável, pois cada giro da política a obriga a adotar uma nova forma e o passado deve ser representado em função das necessidades políticas imediatas: a partir de 1931, Yaroslavski, o historiador oficial dos anos de luta contra a oposição, é acusado por Stalin de ter cometido “erros de ordem doutrinária e histórica” e nenhum de seus sucessores terá melhor sorte, já que os chefes do momento querem apagar até o mesmo o nome de seus adversários, pois cobri-los de calúnias já não é suficiente. Stalin mostra bem a sua concepção de história ao atacar o infeliz Slutski, que ousou afirmar que Lenin nunca havia “desmascarado” antes de 1914 os social-democratas alemães e que baseia sua declaração na inexistência de documentos que provem tal fato: “Quem além de um burocrata incurável pode se ater a meros papéis chamados documentos?”⁸³

As determinações oficiais ditavam o que era ou não a história e diante da dinâmica de falácias, criava-se um problema para o próprio partido stalinizado, o de reinventar a história de acordo com a política do momento. Soma-se a isso a necessidade de valer-se da “moral do vale tudo” para atacar os críticos do stalinismo e até mesmo ignorando a questão documental, o que seria uma heresia para outro tipo de história oficial na Prússia, por exemplo, do século XIX. Se não bastasse neste plano mais imediato, literalmente apagava-se os críticos dos registos históricos, como no caso de fotografias, situações clássicas em relação a Oposição de Esquerda, emblematicamente no caso de Trotsky. O que dá à perspectiva de história de Stálin um caráter revolucionário no que se refere a tecnologias que apenas serão desenvolvidas no século XXI, onde imagens (enquanto fontes históricas) passam a serem manipuladas com precisão por programas de computador, o que faz de Stálin o precursor do “*photoshop*”⁸⁴. Vejamos dois casos onde a imagem de Trotsky é banida de acordo com o conceito de história e tratamento de fontes na perspectiva stalinista:

⁸³ Aqui Broué apresenta uma nota de rodapé fazendo referência a defensiva por Stálin: (nota, 478) STALIN, Josef, *Les quésition...*, *op. cit.*, tomo III, p. 67.

⁸⁴ Traduzindo literalmente para o português “foto-loja”, expressão que se refere as possibilidades de realização de acordo com o seu desejo, no caso de consumo ou mais amplamente de adquirir a imagem de acordo com o seu desejo.



Figura 2: Lenin y Trotsky, fotos manipuladas por el stalinismo.

Neste primeiro caso, Lênin ao centro e Trotsky a sua esquerda. Nas duas imagens ao lado, depois do trato stalinista à fonte imagética, o crítico de Stálin, representante da Oposição de Esquerda, desaparece do registro, como forma de não associação de Trotsky a Lênin, oficializando o que Broué chamou de apagar o nome dos adversários, diríamos mais, tratou-se de apagar não apenas os nomes mas as imagens junto aos nomes.

Reafirmamos que esta vulgarização da história não se relaciona com o trabalho nem mesmo de historiadores democratas que depositavam nos documentos oficiais a fonte da verdade. Aqui se trata de outra coisa, ou seja, da ideologização da história e tragicamente uma ideologização da história realizada por líderes e um governo que se coloca ordinariamente ao lado de Marx e Engels assassinando até mesmo seus antigos camaradas.

Vejamos o segundo caso, provavelmente de uma imagem mais conhecida, onde o mesmo procedimento é adotado:

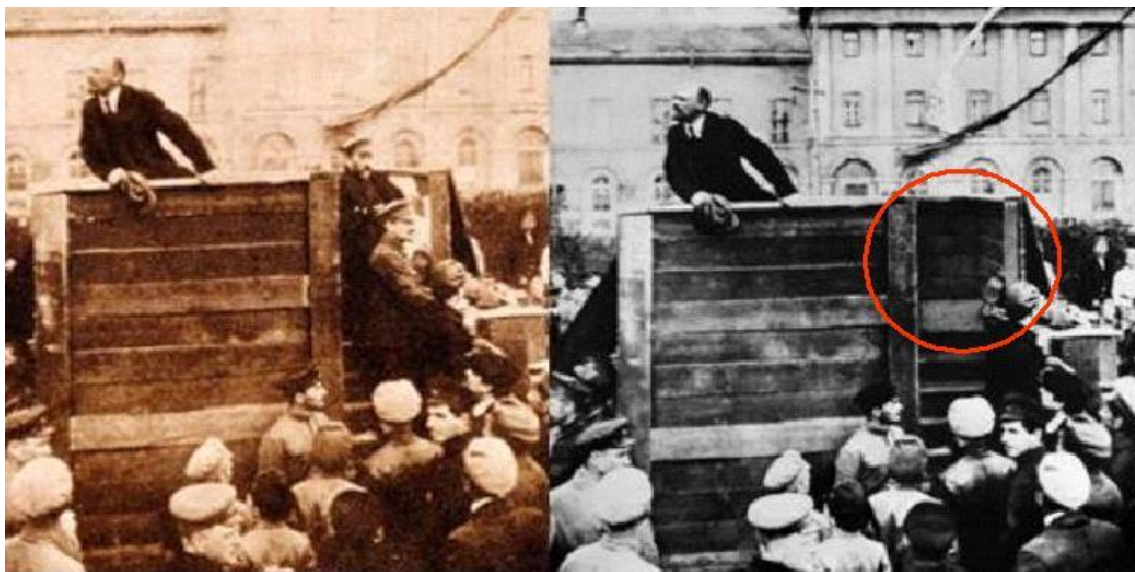


Figura 3: Lenin, falsificaciones del estalinismo. En la imagen de la derecha el estalinismo eliminó a Trotsky.

No sentido mais fenomênico, os exemplos são numerosos. Estas imagens foram cedidas pelo “*Archivo León Trotsky*”⁸⁵, que além de imagens, possui um grande acervo sobre o tema.

Quando ligamos esta perspectiva de história, aos erros teóricos conceituais sobre Marx, procuramos sustentar a nossa afirmação de que a vulgarização efetivada pelo stalinismo foi e ainda é mais nociva no que tange a compreensão do conceito de história e tempo presente em Marx do que aquela feita pelos oponentes declarados do próprio Marx. Falsificar a história em nome de uma verdade monolítica, apresentar uma história linearizada, assim como uma sequência de modos de produção, um sequencial ao outro, o fatalismo histórico e a razão eternizada no colo do stalinismo, é a negação mais elevada do pensamento de Karl Marx. Mais uma vez reafirmamos, o stalinismo é a negação do conceito de história e tempo presente de Marx.

As diferentes formas de produzir e reproduzir a vida coexistiram e assim se constituem até hoje. Queremos dizer com isso que um determinado modo de produzir a vida pode dividir o mesmo palco do presente com outros elementos de modos de produção. É possível a identificação de um modo de produção

⁸⁵ O *Archivo León Trotsky* disponibiliza seu acervo desde 2009 e pode ser acessado livremente ou mediante cadastro pelo seguinte sitio: <https://www.archivoleontronsky.org/home.php>

predominante, mas isso não significa que outros modos de produção da vida possam coexistir diante da predominação de um modo. Marx identifica um conjunto de modos de produção, que, com o devir histórico, não se extinguem por completo. O modo de produção escravista não fora superado com o modo de produção capitalista.

Diante da tradição vulgarizadora nossa afirmação se coloca de forma estranha a uma primeira vista, mas se observamos mais atentamente, veremos que as relações desiguais e combinadas demonstram que é plenamente possível a existência de elementos de um modo de produção que não seja mais o predominante, no caso, formas de trabalho do que Marx identifica como escravismo, convivendo, de forma subsumida, ao modo de produção predominante capitalista. Marx e Engels vão além e identificam como fora vital o desenvolvimento do trabalho escravo nas colônias na fase de acumulação original (ou primitiva)⁸⁶, demonstrando que o poder de subsumir do capitalismo não rejeita absolutamente nada que seja capaz de produzir e reproduzir uma relação social que produz valor.

Não há linearidade em relação ao conceito de história em Marx. Diante da totalidade histórica, a linearidade é uma ideologia, sobretudo de historiadores de Cronos que acreditam ser possível determinar a humanidade em uma linha de datas que mal balizam o tempo diante dos acontecimentos múltiplos, ou como se refere a Leopold von Ranke, um trabalho que nem mesmo o melhor *valet* seria capaz de dar cabo realmente para agradar em nome de seu rei. O que existe para Marx é o movimento histórico, de avanços, recuos; teses e antíteses e constantes sínteses. Para ele a verdade histórica também se encontra no movimento, porém, não nos salta aos olhos como sugere uma cereja no bolo, para isso é necessário a investigação que chamava de científica.

Buscando aqui a preparação para o capítulo próximo de nossa tese sobre um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx, outro importante pensador nos ajudou a analisar parte da obra marxiana, nos referimos ao já citado Henri Lefebvre.

⁸⁶ Uma metáfora do mundo judaico-cristão... o pecado original, originário.

Em seu trabalho “*Para compreender o pensamento de Karl Marx*”, de 1966, Lefebvre se ocupa acerca do materialismo histórico nos apresentando elementos fundamentais na constituição deste conceito. Embora faça a distinção entre materialismo e dialética na obra, reconhece a indivisibilidade destas categorias, como uma se constitui diante de outras e de mais outras categorias.

Também preocupado com esterilização provocada pelo marxismo vulgar, trata de apresentar ao seu leitor uma historicidade possível na construção do conceito de história em Marx. Para isso reconhece que inicialmente, Marx se preocupou em desenvolver a crítica à Filosofia, o que para nós é da maior importância para entendermos o destaque que possui o tempo presente para Marx. A crítica ao idealismo demonstra como o presente é o ponto de partida, e neste caso, ponto de partida para o desenvolvimento de uma outra crítica que nos interessou como pesquisa: a crítica à Economia Política. Na “Sagrada Família” a crítica ao idealismo já nos aponta as possibilidade da necessidade de ampliação da mesmas que se manifesta anteriormente a economia política, vejamos:

O *humanismo real* não tem, na Alemanha, inimigo mais perigoso do que o *espiritualismo* – ou *idealismo especulativo* –, que, no lugar do *ser humano individual e verdadeiro*, coloca a “*autoconsciência*” ou o “*espírito*” e ensina, conforme o evangelista: “O espírito é quem vivifica, a carne não presta”. Resta dizer que esse espírito desencarnado só tem espírito em sua própria imaginação. O que nós combatemos na Crítica *baueriana* é justamente a *especulação* que se reproduz à maneira de *caricatura*. Ela representa, para nós, a expressão mais acabada do princípio *cristão-germânico*, que faz sua derradeira tentativa ao transformar a *crítica* em si numa força transcendental (ENGELS&MARX, 2011, p. 15).

Não identificamos uma primeira etapa seguida de outra. A crítica que Marx realiza à Filosofia contém também a crítica à Economia Política. Não se trata de uma crítica com recorte epistêmico, há a construção de uma crítica da totalidade em andamento, basta observar cuidadosamente os rascunhos de estudos de Marx já no ano de 1844 que o pesquisador atento poderá identificar que em Paris já temos um esboço crítico à Economia Nacional. Rascunhos, para, com efeito, salientarmos que Marx ali está estudando e não publicando os

resultados de uma investigação de maior fôlego, embora viesse a fazer isso nos anos posteriores.

Já neste momento, Marx registra uma concepção de história que será aprofundada diante da constituição da sua trajetória. Apresenta nos anos de 1844 e 1845 uma leitura sintonizada com a realidade histórica do seu tempo presente, se distinguindo do idealismo, seu objeto eram reais, de carne e osso e atendiam por nomes próprios, mesmo que estudados na sua forma genérica. O proletariado é um fenômeno concreto no tempo presente de Marx. Não é uma abstração como deus ou deuses. O ponto de partida é um presente caótico e contraditório onde se pensava a história de certa forma invertida, do presente ao pretérito para retornar ao ponto de partida. Uma história feita por homens, inclusive por homens e suas criaturas divinas. A Ideologia Alemã certamente é o acerto de contas que mais diretamente tratou disso, porém, como é sabido, nunca publicada em vida por seus autores. Entretanto, para Marx e Engels, estes manuscritos foram de fundamental valor para afinarem os violinos. É no texto de 1845 que o conceito de história mais comparece de forma direta e é neste texto que o importante livro de Lefebvre se concentra quando se ocupa de fazer a mediação do conceito de materialismo histórico de Marx.

O que buscamos apresentar neste capítulo é uma perspectiva ainda de condições gerais que se fundamenta nosso estudo sobre o objeto que daremos destaque agora no capítulo quarto.

Até aqui, a exposição de nossa tese de doutorado apresentou um conjunto de elementos necessários para que se chegasse a abordagem direta de nosso objeto diante de nossas problematizações da investigação.

Depois de abordarmos a perspectiva de tempo presente que é clássica na historiografia, nos colocamos de forma crítica a tendência chamada de história do tempo presente. Procuramos deixar claro que a tese não se preocupou em um estudo do tempo presente, mas sim do conceito de história e tempo presente na obra de Karl Marx que priorizamos como objeto de investigação e na medida que

este conceito marxiano se faz atual, ai sim nesta medida, também nos ocupamos do nosso próprio tempo presente⁸⁷.

Posteriormente, passamos à exposição do capítulo que procurou apresentar um debate com intelectuais emblemáticos nas ciências históricas que anteriormente se debruçaram sob a mesma temática que a nossa. Momento este que pudemos esclarecer melhor a trajetória da apresentação da investigação rumo ao objeto propriamente dito. Desta forma, acreditamos ter conduzido nossos interlocutores por parte de nossos caminhos na construção desta tese de doutoramento.

Passemos agora ao capítulo final, onde apresentaremos nossas considerações acerca da investigação realizada sobre *Um estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Karl Marx, através da Crítica da Economia Política de 1859*.

⁸⁷ Afirmamos com isso que nossa investigação parte de nosso tempo presente para entender o conceito de história e tempo presente em Marx, e, que, na medida em que nossa pesquisa não é realizada no Olimpo, nem no mundo inferior dos gregos, cercada por deuses ou krakens, se manifesta também a subjetividade do pesquisador diante do tempo presente em que escreve.

CAPÍTULO V – A história, tempo presente e a obra “Para a Crítica da Economia Política” de 1859

*“C'est nous les canuts
Nous sommes tout nus”⁸⁸.*

A construção do conceito de história em Marx se efetivou fora dos círculos acadêmicos. Esta característica foi fundamental para compreendermos o pensamento do autor acerca da história e tempo presente. Foi neste sentido que utilizamos a expressão *avante de la lettre* nos capítulos anteriores da pesquisa para nos referirmos como é que Marx estava à frente do seu tempo. Em dado sentido, Marx se antecipa aos historiadores profissionais do seu tempo, com uma perspectiva que apenas fora possível, no caso da historiografia, no século XX, especificamente nos referimos a Marc Bloch e Lucien Febvre. Não afirmamos se tratar da mesma leitura de mundo, entretanto, enfatizamos que a preocupação em se escrever a história em uma perspectiva crítica no campo dos historiadores fora tarefa desenvolvida fortemente entre os primeiros *annalistes* já citados, setenta anos depois.

Todavia, a crítica de Marx, no século XIX, apresenta maior profundidade em relação ao tempo presente, nos possibilitando a compreensão de que a crítica marxiana não se limitava à crítica epistêmica, mas a transformação da sociedade capitalista em socialista, uma perspectiva que não se coloca nos marcos nem mesmo de *annalistes* como Bloch e Febvre.

A crítica em Marx é desenvolvida do interior, ou seja, procura se apropriar do pensamento do autor, conhecer os movimentos de suas ideias, compreendê-

⁸⁸ Canção popular francesa, cantada até os dias atuais. “Nos somos os trabalhadores de seda, estamos nus”, são dois versos que compõe o refrão da canção *Les Canuts*, uma referência aos trabalhadores fiadores de seda da cidade de Lyon.

las na sua lógica, e, ao passo que se movimenta desta maneira visa a sua superação, uma superação via apropriação. Ao possuir como alvo a economia burguesa na história de seu presente procede ao movimento ideal a partir da realidade concreta, da mais empírica realidade até a mais abstrata. Contrapõe a economia política do capital a uma economia política do proletariado, mas para isso apreende sua lógica e é exatamente o que faz em seu livro de 1859, pois considera as contribuições da economia política clássica, não despreza os economistas vulgares, e, ao compreendê-los os submetem a crítica a partir do próprio pensamento alvo. Uma crítica que pretende a superação e a superação da economia política do capital e a defesa mais concreta de outra sociabilidade onde a classe trabalhadora tem total centralidade: trata-se de compreender para revolucionar e aqui não há outra perspectiva que não seja em última instância a revolução social. Os nus protagonizam centralmente a construção de suas próprias vestimentas, com a seda, o algodão e seu próprio trabalho (*C'est nous les canuts*).

5.1 Breves metáforas para uma metáfora breve do tempo presente⁸⁹

Um dos sentidos deste nosso estudo é que ele sirva para contribuir ao entendimento do conceito de história e tempo presente em Marx, dentro e fora da universidade, todavia, este é o sentido central de nossa tese: demonstrar que em Marx há uma outra perspectiva de tempo presente, uma perspectiva revolucionária. Com efeito, ao passo que apresentamos este estudo sobre Marx e sua crítica, é também parte de nossas preocupações polemizar com o presente

⁸⁹ Nas próximas três subseções nossa escrita fará uma licença estética em relação a estética predominante na academia, ao menos daquela que se espera dos que pleiteiam a conclusão do doutoramento. A forma aqui não dever ser entendida como um insulto mesquinho a estética hegemônica, mas sim a preocupação de ampliar a interlocução do texto, mesmo considerando que os primeiros interlocutores são os membros de uma banca de doutorado, portanto, doutores mais experientes. E, justamente isto, nos encoraja na licença, não o fato de serem doutores mais experientes, mas de serem, nossos imediatos interlocutores, todxs críticos e também preocupados com os leitores para além de si mesmo. Sobre a estética, pesquisa e escrita da história a historiografia oferece importantes considerações e parte delas encontramos em Marc Bloch “[*Arte contra ciência, forma contra fundo*]: tantas polêmicas boas para devolver ao saco de processos da escolástica. Não há menos beleza numa equação exata do que numa frase correta. Mas cada ciência tem sua estética de linguagem, que lhe é própria” (BLOCH, 2002, p. 54).

daquele que investiga, escreve, e expõem também as suas análises no mesmo presente em que pesquisa o pretérito relativamente recente.

As metáforas⁹⁰ aqui devem serem entendidas como crítica à ideia de tempo do paradigma pós-moderno que também faz empréstimos metafóricos para mercantilizar a cultura transformando-a em uma mercadoria enfeitiçada. Todavia, nosso posicionamento sobre a pós-modernidade é enfaticamente abordado nos capítulos iniciais da tese de forma crítica. Não concordamos com essa perspectiva. As metáforas aqui são pontos de partida, nada mais do que isso. O objetivo é apresentar ao leitor a superação dessas alegorias metafóricas e mesmo ironizar parte das fantasias que estamos submetidos. Iniciamos anedoticamente, a partir de metáforas para problematizarmos o concreto de onde estas são pensadas. Não há sintonia aqui fora do objetivo de ilustrar para desmistificar, posicionamento que jamais interessaria à um intelectual do paradigma pós-moderno.

O que apresentamos é uma frequência crítica à proposta da cultura como mercadoria e qualquer vertente de posicionamento da pós-modernidade. Assim, mais uma vez, partimos do real, do concreto, e nele até mesmo os que reivindicam alguma parte da tradição marxista se lambuzam com o universo fantasioso, com a pós-modernidade, por isso insistimos neste ponto de partida. Avancemos para além da metáfora, cabe a elas aqui a preocupação de iniciar acrítica em uma outra forma estética do texto desta pesquisa

De acordo com Marc Bloch, historiador francês já apresentado aqui em nossa tese, é a partir do tempo presente que o investigador inicia sua jornada, através de problematizações que o coloca na trilha da investigação de um determinado objeto, com determinadas problematizações⁹¹. A esta altura nosso leitor já deve ter sido convencido da maior parte de nossas problematizações sobre a história e tempo presente em Marx. E em dada medida o problema de Marx ainda está colocado, com séculos de acúmulos é verdade, mas com

⁹⁰ Do grego “*metaphorá*”, no sentido de transposição, coisa ou palavra que figurativamente metamorfoseia.

⁹¹ Nas palavras de Bloch: “*A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente*” (BLOCH, 2002, p. 65).

desafios ainda colossais. A atualidade do pensamento de Karl Marx, como apresentamos no capítulo inicial desta nossa tese ainda parece gritar diante de Cronos.

Neste sentido esta seção tem a função de ilustrar a contemporaneidade das problemáticas levantadas por Karl Marx no mundo das mercadorias, principalmente daquela mercadoria especial pela qual inicia o texto de 1859: a força de trabalho. É verdade também que o dinheiro é da mesma forma uma mercadoria especial, mas por mais que o poder do fetiche no dinheiro lhe atribua um poder semelhante ao atribuído aos deuses, é o trabalho humano a grande força criadora de valor, valor enquanto substância não apenas como grandeza expressa em preços indexados no mercado, por isso o título desta seção que tem a pretensão de provocar em nosso leitor um giro temporal tendo por base a manutenção de uma problemática colocada por Marx em 1859 e que nos ronda desde então⁹².

a)- Da primeira metáfora-problema: o dissipar-se do salário nas mãos de quem trabalha.

Utilizamos aqui uma figura expressa no verbo dissipar como ponto de partida para problematizar as fantasias que se apresentam ao mundo do trabalhador, sobretudo em relação a sua mercadoria trocada por salário.

Outra figura são as brumas. Brumas são aquelas pequenas nuvens que se formam, por exemplo, bem próximas ao espelho d'água em um lago ou mesmo nas paisagens em geral. Quando avistamos de longe as brumas podemos até sermos convencidos de que se trata de algo denso e que ao nos entrarmos entre as brumas não seremos capazes de visualizar nada além daquela branca nuvem. Mas ao aproximarmo-nos, ou mesmo diante de um pequeno raio de luz, as brumas se dissipam rapidamente, como se nunca tivessem existido.

⁹² Nosso leitor pode ser assombrado com a visita do fantasma do anacronismo, mas alertamos, não se trata de fantasmas ou mesmo transposições de demônios atuais no passado, mas da mais concreta constatação da manutenção de elementos centrais que já estavam colocados para Marx no século XIX e que insistem em se fazerem notados também em nosso tempo presente.

Algo parecido com as brumas é o salário. Todos os meses a classe trabalhadora fixa o olhar no calendário, procurando avistar o dia do pagamento. Identifica-se a sensação de nunca chegar o dia do vencimento, até mesmo parece que os dias que o antecede se comparam as brumas, em uma falsa densidade, pois representa algo distante, que nos separa... Como se não fosse possível penetrar os dias restantes.

Passam semanas (os trabalhadores) a planejarem como gastarão o salário... Muita criatividade se desenvolve neste percurso de labor e espera. Organiza-se o pagamento das contas e vislumbra-se a possibilidade de novas compras. Mas para isso, para se realizar no consumo, é necessário muita espera. Há que se produzir muito, mesmo que o trabalhador não se identifique no processo produtivo, pois é diante deste processo estranhado que ele irá receber uma quantidade de dinheiro e logo ao recebê-lo, buscará a sua realização através do consumo primário do salário e de outras coisas que lhes forem úteis.

E aqui é o ponto. Quando o grande dia é chegado, os trabalhadores (ao menos a maioria deles) pegam os seus salários e como em um passe de mágica (mas não é) tudo que parecia significativo, toda aquela quantidade de valor... Se dissipa como brumas ao sol (...), parece desaparecer, com ou sem um feixe de luz.

Como se trata de uma experiência vivenciada todos os meses de sua vida, o trabalhador passa a se comportar como um ser em estado de encantamento diante do salário. Ele fica enfeitiçado com o poder de compra (agora aqui como salário), pois sabe que ele possui um tipo de poder (de comprar)... Sabe que pode ser usado, mas nosso trabalhador fica plenamente enfeitiçado justamente por saber isso... Sabe que ao utilizar do poder de compra do salário o mesmo desaparecerá... Mas sabe que se não o fizer, o mesmo permanecerá ali, bem diante dos seus olhos, mas também não se realizará.

Fica “magicamente” preso aquela quantidade de dinheiro que poderá ou não ser realizado no mercado. Um impasse que só será resolvido com a tomada de uma decisão pelo trabalhador. Durante alguns dias ele resistirá, mas o tempo será impiedoso... A vontade de se realizar diante do poder (mesmo sendo

pequeno no caso no salário) crescerá a cada dia que se passar e a tentação de buscar a realização será ainda maior.

Para fugir deste feitiço e não ser plenamente encantado acabando com o poder de seu salário, o trabalhador apenas o utilizará para o que for estritamente vital, para ele e sua família (quando possuir uma) (...). Com tristeza nos olhos, ele vai pagar as contas: primeiro, as contas de água e luz; segundo, o aluguel (...) e aqui a dor é tremenda! É como se o anel fosse cair de uma montanha onde jamais o resgataria (...). Paga com parte do salário o maldito aluguel de todos os meses e se sente como se algo do seu corpo tivesse sido arrancado neste momento, com se parte do seu esforço fosse lançado ao abismo.

Depois deste momento trágico a tristeza e a dor continuará mais implacável, pois há que se comer para continuar a esperar o mês passar e o novo salário chegar.

Para gastar o mínimo possível ele vai escolher o que comer... E quando pensa em ir comprar as coisas (alimentos) importantes, desgraçadamente ele se lembra que ainda há que se pagar o transporte (passes) coletivo (péssimo) para continuar trabalhando durante o mês... Fica desolado, de cabeça-baixa e revoltado. Mas há que se pagar as contas (...).

Quando tudo parecia estar organizado, ai sim... Sai e vai ao supermercado... Passando entre as prateleiras, visualiza a sua frente uma pilha de mandiocas e se lembra da deliciosa sopa que tanto desejou fazer durante o mês... Agora era o momento... Pegou logo quatro grandes pedaços da raiz... Colocou-as no carrinho e soltou o maior sorriso do mês! Finalmente estava se realizando com o salário... Justiça estava sendo feita... Desfilava com o carrinho pelos corredores e só olhava para as mandiocas... Realizava-se nelas... Era até capaz de antecipar o processo de consumo mais concreto... Sentia até o gostinho saboroso da sopa que consumiria em algumas horas.

Mas o momento da realização através do consumo só havia se iniciado. Nosso trabalhador continua a andar pelo supermercado e diante de tantas mercadorias para serem consumidas soube escolher em menos de quarenta minutos todas aquelas que ele poderia adquirir... Comprou uma caixinha de tempero artificial, alguns saquinhos de suco na promoção e fez a feirinha como de

costume. Quando estava indo para o caixa, passou pelo corredor dos doces... Ficou encantado com um pacote todo colorido de uma bolacha de marca famosa... Sua boca salivava... Resolveu pegar outro caminho para chegar até o caixa, assim se afastaria de tamanha tentação... E quando se meteu em outro corredor quase morreu de vontade de levar umas latinhas de atum... Mas isso era impossível... A calculadora no bolso, assim como o minotauro do labirinto, já forçava a sua saída daquele lugar que prenunciava o seu fim... Já tinha atingido o limite! Não dava para comprar absolutamente mais nada, pois já estava levando os saquinhos de sucos que nem era para entrarem na lista de compras.

Resignado, quase de modo genuflexório, o trabalhador abaixa a cabeça mais uma vez e continua olhando para o chão, sem conseguir ver o que existia nas prateleiras satânicas que o levava até o caixa. Quando percebia que estava chegando, levantou a cabeça e como se a maldição fosse real... Outras tentações ali mesmo no caixa! Ao lado da fila... Era como se as mercadorias fizessem cara de cachorrinho perdido... Como se falassem: *“por favor... me leva... não me deixe aqui sozinha com estas pessoas estranhas”*... Era um saquinho de marchimelo maldito, possuído, que lhe saltava aos olhos... Respirou fundo (...) e conseguiu passar reto, pois a calculadora já estava chifrando o bolso nestas alturas.

Passou pelo caixa... Pagou tudo rápido para sofrer menos... Mas foi em vão... Ao sair com algumas sacolas para o ponto de ônibus só conseguia pensar em uma coisa: o salário que se dissipava feito bruma. Quase nada o restara, apenas alguns reais. Chegando em casa a alegria parecia revisitá-lo ao passo que retirava as coisinhas compradas da sacolinha para guardar... Que alegria (!): *“minhas coisinhas vitais para viver e continuar trabalhando”*. Finalmente fez a tão esperada sopa de mandioca... Comeu muito e foi dormir, pois no outro dia pulava pela manhã para continuar trabalhando. Infelizmente o sol raiou. Levantou e foi logo confirmando o *quantum* de dinheiro que ainda tinha.

A cada dia que passava, nosso trabalhador sentia a despedida do salário e como era cada vez menor o poder, lá pelo meio do mês a tristeza era total... Sem sopa... Sem K-suco... Quase sem nada para comer. Só lhe restava aguardar a formação de novas brumas para encontrarem-se mais uma vez...

Neste dia o poder de consumir se manifestaria novamente por um momento... e as brumas mais uma vez se dissipariam ao passo que o minotauro o perseguiria novamente pelos corredores do supermercado.

E assim, de forma aberta, continuamos a escrever a vida, sem fantasias, onde o dissipar-se do salário nas mãos de quem trabalha é uma das sínteses de múltiplas determinações (não apenas um momento isolado de tudo) na sociedade de classes antagônicas, na sociedade capitalista.

b)- Da segunda metáfora-problema: uma introdução ao conceito de salário em Marx.

No item anterior procuramos apresentar algumas palavras sobre o dissipar do salário nas mãos da classe trabalhadora. Para isso, utilizamos de algumas metáforas, como as brumas que se dissipam rapidamente. Para avançarmos para além dos empréstimos metafóricos, propomos uma breve reflexão sobre o conceito de salário em Karl Marx. Desta forma, tomemos o próprio Marx como timoneiro de nossas problematizações.

O ano de 1848 é ensinado no Brasil como sendo o da “Primavera dos Povos”. Embora o nome primaveril possa sugerir flores, foi um ano de duras manifestações de crises econômica e política, seguidos de muitas lutas e repressões por boa parte do continente europeu (França, Prússia, Rússia, Itália, Áustria, etc.). Neste período, Marx está dirigindo a *Neue Rheinische Zeitung*⁹³ (Nova Gazeta Renana) em território prussiano (em Colônia), governado pela monarquia Guilhermina.

Um ano após o ascenso de 1848 na Europa, Marx, a partir de anotações para uma conferência aos trabalhadores, apresenta o artigo *Lohnarbeit und Kapital* (Trabalho Assalariado e capital) nas folhas da *Neue Rheinische Zeitung*. A repercussão do texto só viera mais tarde, após a Comuna de Paris (1871).

Após os acontecimentos da Comuna de Paris (levante heterogêneo no qual membros da I Internacional tiveram participação) o texto *Lohnarbeit und*

⁹³ A Nova Gazeta Renana fora a publicação da Liga dos Comunistas em Colônia nos anos de 1848-49.

Kapital teve um alcance notável nas décadas posteriores. Mesmo após a morte de Marx o artigo continuava a ser divulgado e para o ano de 1891, o texto recebeu a organização de Frederick Engels com as pertinentes atualizações de conceitos processados pelo próprio Marx desde 1859.

Há neste artigo três problematizações para o tempo presente, inicialmente centrais para Marx: a) O que é o salário? b) Como ele é determinado? c) O que determina o preço de uma mercadoria? Para nossas breves palavras, nos deteremos centralmente na problemática “a” de Marx: *O que é o salário?*

É razoável afirmar que cotidianamente, poucos trabalhadores fazem esta pergunta, ou seja, esta problematização sobre o salário que recebem. Isso se dá por vários motivos, entre eles: a naturalização do que não é natural!

Muitos trabalhadores encaram o salário como algo natural... Que está ali no início do mês, ou qualquer momento do mesmo mês. Entretanto, o salário está longe de ser algo natural, longe de se parecer com um pé de bananas. Trata-se de algo muito mais complexo e que se apresenta como um dos pilares de regulação da reprodução da vida na maior parte do planeta, onde imperam as relações sociais de reprodução da vida no capitalismo. A naturalização do salário no cotidiano do trabalhador é fundamental para que se mantenha reproduzindo este tipo de relação denunciada por Marx em sua crítica da economia política nos anos de 1850.

Para Marx [...] *“o salário é a soma de dinheiro que o capitalista paga por um tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho”* (MARX, 2010, p. 33). Por exemplo, um frentista de posto de combustíveis, mecânico, vendedor, professor, etc. Estabelece-se uma data para que o trabalhador possa receber uma quantidade de dinheiro, o qual popularmente chamamos de salário. Esse valor é o preço da nossa força de trabalho, entendida como uma mercadoria, a única que é propriedade do trabalhador. É a mercadoria das mercadorias, pois é a única capaz de reproduzir outras mercadorias. Assim, *“A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria que o seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital. Por que ele a vende? Para viver”* (MARX, 2010, p. 36).

Por detrás desta relação há um elemento central que não é revelado, trata-se do que chamamos de naturalização. Para se encarar esta relação como natural, utiliza-se de relações jurídicas que coroam o ato de compra e venda (trabalhador x capitalista) como justa, naturalmente justa. Uma parte necessita da força de trabalho para fazer a empresa funcionar, a outra necessita vender a única mercadoria que possui (força de trabalho) para sobreviver. Assim, a primeira vista, teríamos uma relação justa e até humana. Mas isso se desfaz (como as brumas) se acompanharmos o pensamento de Marx sobre o que é o salário. Vejamos:

Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho com parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que adjudiciou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade. O que o operário produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto num porão (MARX, 2010, p. 36).

Como é determinado na estabelecida relação jurídica naturalizada, o que tem de direito o trabalhador é a quantidade de valor (o preço da força de trabalho vendida e combinada) estabelecida diante do patrão. Essa relação, jogada como uma espécie de manto sagrado para cima do trabalhador e o seu sangue, parte do pressuposto de uma relação de igualdade de compra e venda. Ela desconsidera totalmente a disparidade em trabalho assalariado e capital. Não leva em conta a existência de uma multidão de reserva desempregada. Assim mesmo, grita-se aos cantos do mundo: *“só posso pagar isso! E se o preço do salário não te serve, pode demitir-se a hora que desejar, não vivemos na escravidão!”*.

Vejamos se o grito dos lacaios se sustentam... Não vivemos na escravidão? Sim, vivemos na mais aperfeiçoada forma de escravização do homem pelo homem! Mas para observarmos isso para além do fenômeno da aparente liberdade, da compra e da venda da força de trabalho, será necessário

avaliar de forma a desnaturalizar essa relação já. Trata-se de ir mais uma vez à referência central; Marx:

[...] O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, **trabalho livre**. O **escravo** não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende os seus esforços ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, duma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. **Ele próprio** é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria **sua**. O **servo** só vende uma parte da sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: pelo contrário, o proprietário da terra é que recebe dele um tributo (MARX, 2010, p. 36).

E, continua:

O servo pertence à terra e rende frutos ao dono da terra. O **operário livre**, pelo contrário, vende-se a si mesmo, e além disso por partes. Vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia, a quem melhor pagar, ao proprietário das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos meios de vida, isto é, ao capitalista. O operário não pertence nem a um proprietário nem à terra, mas oito, dez, doze, quinze horas da sua vida diária pertencem a quem as compra. O operário, quando quer, deixa o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava. Mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar **toda a classe dos compradores**, isto é, a **classe dos capitalistas**, sem renunciar à existência. **Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas**, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas (*Ibidem*).

Nessa história do presente, para Marx, não há a mínima possibilidade do trabalhador sobreviver absolutamente por fora da lógica de produção e reprodução do valor, ao menos de forma minimamente qualitativa. Há uma ditadura da classe dominante (burguesia) para que esse seja obrigado a vender a sua força de trabalho a qualquer custo para que este possa se realizar através do consumo. Entretanto esse consumo finaliza a mercadoria consumida e para que o assalariado continue a se realizar (uma vez que suas necessidades vitais não cessam antes da morte) ele é obrigado a vender mais e mais, todos os dias/meses da sua vida a sua única mercadoria que possui para obter outras mercadorias que necessita. Assim, diante desta lógica, temos a perpetuação da

“raça” de trabalhadores assalariados (o que não exclui outras formas arcaicas de trabalho como o servil e escravo) que devem se sujeitarem as imposições da classe de compradores de força de trabalho. Não há saída imediatamente. De imediato ou se vende a força de trabalho ou se passa a viver na esperança do surgimento de um bom filantropo que te alimente todos os dias (seja espiritualmente e principalmente materialmente).

A escravidão pode ser desvelada se olharmos de forma desnaturalizadora para as relações que estabelecem a contratação entre as partes que não são livres, pois os vendedores de força de trabalho (na economia política capitalista) não são capazes (em maioria absoluta) de sobreviverem sem a venda da sua mercadoria.

A questão aqui ainda é mais complexa, pois há um conjunto de concorrências que embrutece ainda mais esta imposição da escravidão daqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho: a concorrência entre as classes vendedoras. Os compradores da força de trabalho concorrem entre si para pagarem o menor salário possível (contrariando até mesmo a média de quantidade de valor necessário para a reprodução medíocre da vida), pois contam com a existência e manutenção do gigantesco exército de reserva no mercado de seres humanos. Há ainda a concorrência entre os miseráveis, os trabalhadores precarizados, os desempregados (...) para receberem o melhor salário possível, e, sobretudo para conseguirem vender a sua força de trabalho, mesmo que seja por um valor medíocre, incapaz de ser o equivalente a quantidade de valor necessário para a realização das trocas cotidianas mais básicas, mais animais que possuem: a compra de comida!

Em Marx, a divulgação da ideologia de que há uma relação democrática nas relações de compra e venda de força de trabalho não passa de uma falácia disseminada na sociedade de classes para naturalizar e garantir o aperfeiçoamento da escravidão moderna sob o manto jurídico (quase sagrado) da legalidade das relações entre capital e trabalho.

Evidentemente que nosso interlocutor tem acesso aqui a apenas algumas palavras sobre o tema. Mas estamos convencidos de que são da mais alta importância estas problematizações. No próximo item escreveremos sobre a

questão da organização e os desafios diante do nosso tempo presente, sobretudo diante das greves que ocorrem em épocas de um tal padrão FIFA que passa radicalmente distante da classe trabalhadora que agoniza com salários de brumas dissipantes.

c)- Da terceira metáfora-problema: os desafios de organização política no tempo presente.

Chegamos ao final das metáforas breves onde nos detivemos a apresentar ao leitor algumas problematizações acerca da classe trabalhadora na sociedade capitalista, partindo de Marx. Na primeira, apresentamos de forma mais geral uma série de problematizações sobre o salário que se realiza e se extingue, assim, não possibilitando mais realização alguma e para isso a necessidade de continuar a vender a força de trabalho para continuar a se realizar cotidianamente.

Na segunda, de forma ousada, nos atrevemos a escrever algumas palavras sobre o conceito de salário em Marx. Para isso nos detivemos em apenas uma importante contribuição de Marx sobre o tema “Trabalho Assalariado X Capital”.

Agora, com a terceira metáfora problema, apresentamos outra abordagem que diante das duas anteriores tem a pretensão de propor alguns encaminhamentos no sentido de continuarmos problematizando sobre a história e o tempo presente diante da questão do trabalhador na sociedade capitalista que apenas possui a sua força de trabalho como meio de sobrevivência no mundo do mercado.

Ainda na perspectiva marxiana continuaremos a propor algumas reflexões sobre a questão da organização, sobretudo, dos desafios da organização política. Vejamos o que este autor apresenta, juntamente com Friedrich Engels no ano de 1848, em plena “Primavera dos Povos”:

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (Marx & Engels, 2005, p. 51).

Temos aqui, certamente, parte dos desafios de organização. Um ano

anterior aos ascensos de 1848, Marx em polêmica com Joseph Proudhon⁹⁴, problematizava no calor da construção revolucionária sobre o método e a História no texto inicialmente publicado em 1847 sob o título “Miséria da Filosofia”, onde o autor ainda se mostra atual para nossas problematizações vigentes. Vejamos:

Os românticos pertencem à nossa época, na qual a burguesia se encontra em oposição direta ao proletariado, na qual a miséria se engendra tão abundantemente como a riqueza. Então, os economistas se apresentam como fatalistas enfatiados que, do alto da sua posição, lançam um olhar de soberbo desprezo sobre os homens-máquinas que fabricam as riquezas (Marx, 2009, p. 140).

Em nosso tempo presente encontramos nossos próprios obstáculos históricos, dizemos, nossos desafios com suas particularidades e singularidades no tempo e no espaço. Entretanto, muito do que se identifica em outros momentos da história se mantém vivo (permanências) para nós e regentemente se colocam como parte dos entravés para uma organização política, logo, como desafios a serem encarados: o *autonomismo*; o *individualismo*; o *ativismo romântico* e o *sectarismo*. Estes são apenas alguns dos desafios que os trabalhadores diante da organização política devem enfrentar.

Faremos uma breve caracterização de cada um destes elementos com o fito de apontar questões problemáticas e visualizarmos como é que esses espectros se tornam verdadeiros entraves na organização da luta política do trabalhador diante do capital e uma compreensão frágil diante da história e o presente. Evidentemente não será possível aprofundar em uma análise destes elementos, tendo como proposta aqui apenas apontar algumas palavras anedóticas para que o debate prossiga diante da estética textual predominante de nossa tese.

O conjunto de lutas populares que vem marcando a cena sócio-política nos últimos anos, de parte do mundo Árabe à Europa, da Ásia à América, torna-se palco de grandes desafios, e um deles é o de organização política, problema que

⁹⁴ Pierre Joseph Proudhon, filósofo, foi membro do parlamento francês e considerado por Marx um socialista utópico. Proudhon, hoje, inspira boa parte das quatro perspectivas que apresento neste artigo, sobretudo os autonomistas, em dada medida a uma parcela da tradição anarquista. Trataremos da polemica de Marx com este pensador mais adiante.

Marx também se colocava, e, para isso, era necessário considerar a história em movimento.

Diante deste contexto não foram poucos os que postularam o desgaste, e mesmo a superação de formas tradicionais de organização, como partidos e sindicatos. A tese central era de que estas formas não seriam mais capazes de contribuir para qualquer tipo de transformação. Defendia-se (defendem) ainda que a organização é justamente não possuir organização! Neste episódio todo, marca presença o personagem que chamamos de o novo Dorian Gray, que, sem o brilho do primeiro, sapateava para marcar sua posição no palco das manifestações de rua e salão⁹⁵. E aqui a perspectiva pós-moderna ganha destaque, pois o elogio da fragmentação e a crítica da razão caem como uma pena diante do tempo presente ocultando seu verdadeiro propósito.

c.1) O individualismo

Esta característica emblemática da sociedade capitalista é talvez um dos grandes desafios na organização dos trabalhadores, hoje bem mais amadurecido do que no período de Marx. O individualismo está firmemente enraizado no processo de formação do que entendemos como perspectiva de homem capitalista. Esta é sem dúvidas a característica que comparece em todos os apontamentos neste texto e sem margem de dúvidas a mais potente de todas, pois o individualismo é o elemento de quebra de toda e qualquer possibilidade de organização política coletiva para além dos desejos e realizações do sujeito isolado. O individualismo provoca, quando não colabora, para o cercamento de deliberações mais amplas como assembléias. E mais uma vez em esplendor relação com a pós-modernidade.

c.2) O autonomismo

O autonomista acredita que ele só basta. Que ele é na melhor das

⁹⁵ Ver o artigo “A atualidade de Dorian Gray”, publicado no site da revista Caros Amigos, disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/3526-a-atualidade-de-dorian-gray>. Acesso em: 22.05.2015.

hipóteses, o seu grupo, bem intencionado é verdade, são capazes de promoverem a transformação social por completo. O autonomismo desvincula o sujeito de um todo pensado a partir do seu papel no sistema produtivo e o empurra para o barranco das ações desvinculadas de um programa maior (o que não garante eficiência plena à nada) fazendo coro com as vozes pós-modernas que contraditoriamente se digladiam com as estruturas de poder na sociedade capitalista, mesmo quando financiados por elas (por exemplo, como ocorre com grande parte dos intelectuais acadêmicos)⁹⁶.

No presente atual, naquele momento de ascenso (junho de 2013), o discurso autonomista ganhou bastante repercussão entre os jovens, pois esta característica dialoga diretamente com a primeira (o individualismo) uma vez que mantém o gozo da realização pelo consumo, só que agora de uma mercadoria intangível, as manifestações de rua e o consumir de forma autonomista de um lugar neste complexo de seres humanos que desejam protestar por um mundo melhor. O autonomista não se preocupa com a totalidade do ascenso, pois só consegue observar ao seu redor (comportamento típico do individualismo burguês), assim suas proposituras são ligadas ao afã do imediato... do grupal e não atingem sequer um fio de cabelo do oponente (o capital), radicalmente organizado com seus partidos e todas as possibilidades de manifestação de controle do poder sobre os demais.

c.3) O ativismo romântico

Este tipo de desafio na organização é de alta relevância, pois, assim como os demais, podem ser altamente bem intencionados, mas, como de boas intenções o limbo está repleto, pensamos que é necessário fazer alguns apontamentos sobre o ativismo romântico, que guarda uma tênue linha com o autonomista.

⁹⁶ É enorme no número de corporações que patrocinam, como investimento, a produção intelectual. Emblematicamente: Fundação Ford, Sadia, Perdigão, Santander, Fundação Carolina, etc. Para um acesso mais detalhado do caso brasileiro, ver pesquisa realizada e disponibilizada pelo IBGE *“As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil”* (IBGE, 2008). Pensamos que o aspecto *“sem fins lucrativos”* também faz parte do panorama romântico no que tange a produção do conhecimento.

O ativista romântico não quer saber o que tem pela frente, nem quanto o são, e como estão! O que “nos” resta é atacar o inimigo veementemente, já, sem pensar muitas vezes. É necessário agir mais (!). Ignoram a aritmética.

Este tipo de comportamento guarda uma contribuição com o sistema repressor formidável, mesmo que não seja consciente, o romântico fica preso a um passado, muitas vezes não tão distante, e por ele se pauta diante do capital. Ledo engano e pesado desafio de organização, pois o capital não tem perdão para esse tipo de romantismo e frequentemente o resultado é a tropa de choque e o retrocesso de milhares de pessoas. Um verdadeiro presente para o inimigo.. Mas há algo de belo no ativismo romântico e está justamente na boa intenção do ativista, mas como disse, o limbo está repleto deles. De acordo com Marx, seria necessário os trabalhadores, como classe nas ruas, sempre buscando superar os desafios e os limites de organização, para além, da moral, pois só com ela não se faria revolução social.

Esse tipo de ativismo se estabelece como um entrave não porque é intencionalmente posicionado entre os trabalhadores, mas porque não consegue encontrar uma saída, ou caminho mais concreto para a organização da classe, e nisso o papel da vanguarda é fundamental o que só faz crescer a responsabilidade de determinadas organizações no tempo presente e sobre isso Marx oferece ótimas reflexões, seja da experiência em Colônia, Paris ou Lyon, na organização da Liga dos Comunistas e da Associação Internacional do Trabalhadores.

c.4) O sectarismo

Estamos aqui diante do mais terrível desafio. E porque que esse é o mais terrível de todos? Porque diferente dos demais, o sectarismo se coloca como um desafio não apenas teórico-metodológico, mas um desafio moral para toda a classe de trabalhadores.

O sectarismo se coloca como a vanguarda da vanguarda e acredita realmente que é capaz de convencer toda a classe do seu protagonismo e que o revolucionarismo é uma “propriedade privada” de apenas os poucos que

conseguem dialogar com estes. Um verdadeiro misto de ilustrismo, de iluminismo e cegueira política!

O sectarismo já fora combatido veementemente por Vladimir Ilitch (Lênin, 1989) no início do século XX e também por Lev Davidovich Bronstein (Leon Trotsky, 2009). Lênin caracterizava esse comportamento como doença infantil de parte da esquerda e que continua necessitando atenção médica urgente! O sectarismo é sedento de protagonismo, mas tão sedento, que acaba se afogando no isolamento entre os lutadores. São muitos os casos em que os sectários por humilharem, difamarem, mentirem, enganarem e desprezarem, grande parte dos lutadores e lutadoras acabam por amargarem em apenas entre os seus em um quarto fechado, isso quando não capitularam para o lado oposto, se rendendo aos prazeres reservado aos lacaios da patronal.

Trotsky já se referendou ao sectarismo ao escrever sobre a moral deles e a nossa e também diria: a moral revolucionário que postulam os sectários é justamente a de não ter moral alguma. E, considerando a máxima de que a verdade é revolucionária, não é possível avançar na luta e organização política se ficarmos obstruídos pelo sectarismo infantil que mesmo após mais de um século, não foi capaz de enxergar para além de dois palmos diante de seus próprios narizes. De acordo com Trotsky:

A moral destes senhores consiste em regras gerais e procedimentos oratórios destinados a mascarar seus interesses, seus apetites, seus temores. Em sua maioria, eles estão prontos a todas as baixeiras – à abjuração, à perfídia, à traição - por ambição e lucro. Na sagrada esfera dos interesses pessoais, para eles o fim justifica qualquer meio. É por isso mesmo que necessitam de um código moral particular, prático e ao mesmo tempo elástico, como um bom par de suspensórios. Eles detestam quem quer que seja que revele perante as massas seus segredos profissionais. Em tempos de "paz", seu ódio exprime-se por meio de calúnias, vulgares ou "filosóficas". Quando os conflitos sociais assumem forma mais aguda, como aconteceu na Espanha, estes moralistas entram em acordo com a GPU para exterminar os revolucionários. Depois, para justificar-se, repetem que "trotskismo e stalinismo são a mesma coisa" (TROTSKY, 2006, p. 70)

O método de calúnia diante dos lutadores, homens e mulheres, é uma prática execrável e se mantém como uma das centenas de características de

obstáculos sectários. Apresentam a calúnia, desferem ataques que apenas divide e fragiliza a classe, mesmo que com o fito de estarem salvaguardando os mais nobres interesses da classe. O que fazem na verdade é se fritarem ainda mais e se isolando com o devir da luta, transformando-se em verdadeiras seitas irracionais e sem representatividade efetiva entre a maioria absoluta dos lutadores.

O sectário se consolida em uma espécie de Dorian Gray grupal e que se coloca diante do espelho para identificar na multidão o que ele só pode observar sozinho, ou isoladamente entre os seus, os únicos capazes de caberem em um retângulo espelhado de dois metros quadrados. Qual é o obstáculo então já que estes mesmos se isolam diante da luta? Uma problematização observável é que até o momento de atuarem com seita política esses grupos travam no desenvolvimento do ascenso e ao mesmo passo que apresentam o espetáculo do sectarismo, provocam um recuo entre os lutadores. No atual estágio histórico da luta entre as classes, muitos retrocessos ocorreram, mas um retrocesso provocado por pseudos lutadores, pode ser mais duro ainda no que diz respeito a esse retrocesso de luta histórica.

Por isso o sectarismo é um desafio de organização concreto e deve ser combatido com uma moral revolucionária, diferente da prática sectária. Deve ser referendado publicamente e de forma crítica, sem rodeios ou qualquer tipo de concessão, pois estes – não qualitativamente diferente dos demais desafios apresentados até agora- são aplicadores da moral do vale tudo para serem a direção do movimento... E a contra tese se coloca: Não, não vale tudo!

Evidentemente os obstáculos são muitos, o que estamos apresentando são apenas apontamentos “anedóticos” sobre alguns dos desafios que certamente identificamos na organização da luta, do presente de Marx ao nossos dias.

Entre estes quatro desafios de organização, podem-se localizar sujeitos praticantes de tais perspectivas que ao passo de seus devaneios, postulam a hipertrofia, ou mesmo o esgotamento da forma partido como instrumento de luta. Evidentemente que ao localizar em sujeitos, acabamos por singularizar as formas gerais que até aqui chamamos de “quatro desafios de organização” em nosso

tempo presente. Todavia, nos parece sustentável que estas perspectivas/desafios, não estão presas ao indivíduo, comparecendo até mesmo em uma grande parcela dos lutadores, nas frações de classe.

Não se trata aqui de apenas apresentar um conjunto de tijolos às estas perspectivas equivocadas de organização política, mesmo porque é notório que grande parcela dos sujeitos que se associam as estas perspectivas são bem intencionados (com a exceção do sectário em última instância).

Se a forma de resistência organizada “Partido” está realmente superada, há algo de míope em parte destas perspectivas de organização. Defendemos a tese de que, não, os partidos não estão superados, bem longe disso, continuam sendo uma das formas fenomênicas de dominação das classes em pleno exercício do mando naturalizador das coisas. A burguesia a exemplo do que falamos, não abre mão do Estado e seus partidos há séculos. Não se trata também de postular a defesa da superação desse estado de coisas apenas via partido, apenas via eleitoral, apenas via o formalismo do Estado! Trata-se aqui de postular um tipo de organização (atenção ao artigo indefinido) altamente eficiente na luta cotidiana da classe trabalhadora e não de um salto revolucionário via Estado como forma suprema da superação! Isso já “bem” fizera a social-democracia alemã. Então, de que partido falamos?

c.5) Qual Partido?

Pensamos que a caracterização do partido ideal aqui não ajudaria muito na tarefa de apresentar algumas palavras sobre a questão da organização política dos trabalhadores. Mas, princípios elementares são inevitáveis, mesmo não existindo nenhuma fórmula mágica como postulam muitos sectários.

Há que se considerar a “forma” partido como um instrumento de luta da classe trabalhadora durante mais de um século. É verdade que esta forma é plural e metodologicamente diversa. Então, mais uma vez, de que partido falamos? Nos referimos ao partido concreto, real, socialmente existente (o que demanda pensarmos outra série de desafios). Não nos referimos aqui a um partido único de figuras seletas e altamente esclarecidas do caminho a seguirem,

isso o judaísmo/cristianismo já se encarregou de fazer há milênios!

Marx pensava o partido como o próprio movimento da classe trabalhadora, um partido internacional, com varias seções nos mais diversos países. A estrutura de partido que conhecemos hoje se distancia daquela que Marx e Engels vivenciavam, para eles o partido era a própria Internacional, o próprio movimento dos trabalhadores em luta organizada de resistência ao capital.

Lênin, diante do seu tempo vivenciara uma outra forma de manifestação do partido... Há no tempo presente de Lenin a existência de um conjunto de partidos que se reenvindicam representar a classe trabalhadora... há uma diversidade que não era marcante na segunda metade do século XIX. Há uma organização sindical que Marx jamais pode observar. Está posto para Lenin o desafio de polemizar com a burocracia sindical de seu tempo, e, a forma partido, centralizado pela base é o que se coloca para este momento histórico (e aqui guardando sintonia com o partido organizado por trabalhadores nos meados da segunda metade do século XIX).

Trotsky, por volta de 1928, já problematizava a organização partidária alertando sobre a necessidade de encarar os desafios construídos historicamente:

[...] de um partido proletário vivo, e ativo, através de comunistas avançados, pioneiros e construtores de socialismo [...] o partido deve ser capaz de sentir isso através de seus inúmeros tentáculos e soar o alarme. Mas para tudo isso, o partido por inteiro deve ser sensível e flexível e acima de tudo não deve ter medo de ver, entender e falar (Trotsky, 2010, p. 78).

Escrevemos sobre a necessidade de uma organização unificada com lutadores e lutadoras preocupados em avançar na luta e na organização diante do capital. Uma organização real, composta pelos mais diversos setores em luta. Um partido que seja capaz de congrega a diversidade diante do debate coletivo (que jamais será harmônico e linear), que seja capaz de errar e buscar a superação dos erros. Uma organização que dialogue de forma firme com os movimentos sociais e todos os setores também organizados sob outras formas. Veja, este partido tem que considerar o plano real, pois do contrário reproduziria as formas utópicas, ainda longe de serem superadas na história da luta de classes.

Não dialogar com os mais diversos setores em luta significa assinar a sua própria carta de marginalização. Há que se considerar que não é uma legenda que guiará a classe, mas a classe que guiará e congregará as diversas legendas. Então se trata de alianças? Sim. Mas não do tipo de alianças que a democracia capitalista propõe. Não se trata de unidade que postule a conciliação de classes. Não se trata de unidade com o oponente, mas de unidade entre os lutadores (há também que se considerar a existência dos quatro desafios abordados neste texto) que só podem ser identificados no processo de luta, não apenas pelo que postulam formalmente em seus documentos e discursos oportunistas. Escrevemos de um partido em permanente construção, inacabado por excelência, mas não desorganizado! Não exemplificarei aqui, pois não há formulas prontas à serem aplicadas em determinados momentos históricos, mas há momentos históricos que nos exigem conteúdo, substância para forjamos constantemente esta organização.

Certamente há experiências históricas, mas são experiências históricas, não modelos a serem aplicados ao bel prazer do idealismo romântico. Marx ao apresentar o programa do partido internacional dos trabalhadores no século XIX, se referia à historicidade dos desafios de organização, distanciando-se de receituários pré-formulados: *“A história de toda sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se tem revestido de formas diferentes nas diferentes épocas”* (Marx & Engels, 2005, p. 57).

O leitor deve ter notado a esta altura que escrevemos de algo que apresenta elevado grau de complexidade, e isso não deve ser confundido com alto grau de utopismo. Nos referimos a uma necessidade imperiosa daqueles que vivem da venda da força de trabalho todos os dias; de homens, mulheres, gays, lésbicas, simpatizantes e as demais possíveis autodeterminações, que ao nascerem até morrerem deverão produzir e reproduzir riqueza para terceiros se realizarem e não a si mesmos! Escrevemos de algo concreto, factível e de uma necessidade, mais uma vez: imperiosa para realmente vivenciarmos a história e não a pré-história da humanidade onde a regência da vida é deliberada pelo capital em detrimento do homem.

Finalizamos assim nossas três metáforas breves. E, se a esta altura, a

forma do texto tiver provocado certo mal estar em nossos interlocutores, devemos advertir que esta forma fica por aqui, embora não exista uma só linha que não esteja ligada ao nosso próprio tempo presente, é verdade, distante de Marx por mais de um século, mas impossível de ser ignorado. Estas “metáforas”, aqui, possuem a pretensão de dialogar com a última seção da tese, uma vez que tratará de nossas observações sobre a mercadoria e o dinheiro, apresentado por Marx, publicamente, no ano de 1859. Passemos à próxima seção de nossa investigação que continuará tratando da história e o tempo presente em Marx, sobretudo, o presente imediato de nosso sujeito central.

5.2. O presente imediato

Em 1859, estava colocado para o presente de Marx elementos relevantes à necessidade de apresentação ao público de parte dos seus estudos críticos, que já se estendiam por mais de quinze anos, sobre a economia política. É importante notar que o título trata de uma contribuição, ou ainda, como preferimos: “Para a crítica” (*Zur Kritik*). Não se apresenta ainda a crítica propriamente dita, completa, mas um texto para a crítica da economia política. Esta crítica só se tornará publicada em 1867 quando do “O Capital”.

Esta nossa caracterização mostra que o movimento das ideias na construção de sua crítica é central. Marx não trabalha com separações epistemológicas, pois identificamos, que, desde os conhecidos manuscritos de 1844 esta crítica já se apresentava em construção, e, inicialmente é formalizada parcialmente para o público na obra central de nossa tese em 1859. Sobre esse movimento, diz Roman Rosdolsky⁹⁷ :

O manuscrito de que trata nosso trabalho tem uma longa história prévia. Como afirmou Marx em uma carta a Lassalle⁹⁸, resultou de

⁹⁷ Historiador e professor de História entre os anos de 1949 e 1951 na *Wayne State University*, de *Detroit*, nascido na Galícia em 1898, passando a viver nos Estados Unidos em 1947. Um belo artigo biográfico sobre Roman Rosdolsky, fora produzido por João Antonio de Paula, publicado na revista “Nova Economia”, sob o título: Roman Rosdolsky (1898-1967): um intelectual em tempos de extremos (PAULA, 2007).

⁹⁸ Aqui o autor apresenta uma nota: Ferdinand Lassalle, *Nachgelassene Briefe und Schriften*, III, p. 117 (“Carta a Lassalle”, 22, de janeiro de 1858).

quinze anos de estudos, durante os quais o autor observou os problemas da economia política a partir de pontos de vista sempre renovados, para então lançar as bases de sua própria construção teórica nessa área. É necessário, portanto, que procuremos desde logo conhecer as etapas através das quais a obra de Marx amadureceu (ROSDOLSKY, 2001, p. 21).

Os planos de publicação passaram por transformações durante o desenvolvimento de seus estudos, pois considerando a trajetória de Marx, sobretudo suas investigações entre os anos de 1857-58 onde cria volumosos cadernos de anotações e produções textuais para seu uso pessoal, hoje conhecido como *Grundrisse*, inicia por abordar a questão do dinheiro, para ficarmos em apenas um exemplo, e que posteriormente ao identificar que a primeira forma de manifestação das relações sociais fetichizadas no presente era a mercadoria, passa então a apresentar suas investigações pela própria mercadoria. Existia um plano de publicação de sua crítica em seis volumes, entretanto o primeiro volume que deveria possuir o capítulo da mercadoria, do dinheiro e do capital não passa dos dois primeiros. O terceiro capítulo só seria produzido nos anos de 1860 e assim mesmo não fora publicado como um segundo volume do plano. Marx retoma seus estudos após a publicação de parte de sua crítica em 1859 e ao passo que dá vida aos manuscritos sobre o capital observa que todo o conteúdo já publicado de sua crítica era cada vez mais englobado ao passo que se dedicava ao capital em geral. Trabalho que já conhecemos retomado em 1867 sob o título de “O Capital” onde a Crítica da Economia Política vem agora para o seu leitor como subtítulo de toda sua crítica.

Mais uma vez, o movimento das ideias a partir da realidade concreta, na produção do conhecimento de Marx é fundamental para entendermos a sua concepção de história e tempo presente. Distante disso qualquer tentativa de compreensão de sua filosofia da história não passará de frágil repertório crítico que acusará Marx de ser um profeta de seu tempo, relativista dialético e até mesmo metafísico.

Roman Rosdolsky em sua obra, no Brasil, publicada com o título “Gênese e estrutura do Capital de Karl Marx”⁹⁹ é responsável por um dos maiores estudos

⁹⁹ ROSDOLSKY, Roman – Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Trad. de César

sobre a história e construção da crítica de Marx que nos ocupamos em nossos estudos. O estudo da história e estruturação das investigações de Karl é organizado no trabalho de Rosdolsky e as mudanças de planos dos anos de 1857 até 1867 nos é apresentado por ele, como se segue:

Como se sabe, Marx elaborou dois planos - em 1857 e 1866 (ou 1865)¹⁰⁰ que deveriam servir de base para sua principal obra econômica. Entre ambos há um período de nove anos de experimentação e de permanente busca da forma expositiva adequada. Verificam-se uma progressiva contração do plano inicial e, ao mesmo tempo, uma ampliação da parte remanescente (ROSDOLSKY, 2001, p. 27).

E continua sobre o plano inicial:

O plano de 1857, o conjunto da obra estava dividido em seis “livros” (ou “seções”¹⁰¹ ou “capítulos”).¹⁰² O primeiro deveria versar sobre o capital; o segundo, sobre a propriedade da terra; o terceiro, sobre o trabalho assalariado; o quarto, sobre o Estado; o quinto, sobre o comércio exterior; o sexto, sobre o mercado mundial e as crises. Além disso, Marx pretendia redigir uma introdução que explicitaria “as determinações gerais e abstratas que estão presentes, em grau maior ou menor, em todas as sociedades”.¹⁰³ Mas, já em fins de 1858 ele desistiu de fazer essa introdução, pois considerava ruim “antecipar resultados que deveriam ser demonstrados”.¹⁰⁴ (ROSDOLSKY, 2001, p. 27).

Benjamin; Contraponto, RJ, 2001. O autor é o primeiro a se debruçar sobre os *Grundrisse* no século XX e até hoje é referência fundamental para os estudiosos que se lançam a entender a obra de Marx.

¹⁰⁰ Nota 1: “Adiantamos o ano do segundo plano para 1865 porque na carta de Marx a Engels datada de 31 de julho de 1865 (*Briefwechsel*, III, p. 333) a estrutura da obra corresponde exatamente à indicada na carta a Kugelman datada de 13 de outubro de 1866” (Rosdolsky, 2001, p. 480).

¹⁰¹ Nota 2: “Cf. *Grundrisse* p. 198-199 (‘Seção sobre o salário’), p. 429 (‘Seção sobre o comércio internacional’), assim como p. 138-139 (onde se denominam ‘seções’ às seis partes do plano)” (*Idem.*).

¹⁰² Nota 3: “‘Capítulo sobre o capital’ (*Zur Kritik* p. 7); ‘Capítulo sobre o trabalho assalariado’ (*Grundrisse*, p. 302 e 702; *Briefwechsel*, II, p. 404); ‘Capítulo sobre o salário’ (*Grundrisse*, p. 241; *Theorien*, I, p. 379, e III, p. 306)” (*Idem.*).

¹⁰³ Nota 4: “Pode-se ler o fragmento dessa introdução (publicada em 1903 por Kautsky) nos *Grundrisse* p. 3-31. Seria preciso acrescentar que no texto dos *Grundrisse* encontram-se algumas remissões à mencionada introdução e aos temas que seriam tratados nela. Isso ocorre nas p. 206, 226 e 267” (*Idem.*).

¹⁰⁴ Nota 5: “*Zur Kritik*, p.7. Nas anotações escritas em 1863, Marx volta a mencionar uma introdução dessa natureza” (Rosdolsky, 2001, p. 481). (itálico nosso)

Ao pensar a história Marx o fazia sempre considerando o movimento e a maior comprovação disso, sobretudo em meados do século XIX, é a sua própria produção teórica. A crítica que vinha preparando durante até mesmo mais de quinze anos, passara por transformações de elaboração expositiva do texto e mesmo paradas forçadas por força dos acontecimentos políticos em seu tempo presente.

Ao que se refere a estrutura do plano de sua crítica à Economia Política sabemos que esse movimento de ideias se refletem nas propostas de trabalho de Marx. A existência de planos e as mudanças nestes planejamentos representam a movimentação na construção no plano teórico, no caso de Marx, radicalmente vinculado ao plano mais concreto do mundo objetivo.

Sobre o plano inicial de 1857 e os seus seis propostos volumes deveriam dar conta de abarcar temas centrais organizados em a)- o capital; b)- a propriedade da terra; c)- trabalho assalariado; d)- o estado; e)- comércio exterior; e, f)- mercado mundial e crises. Ferdinand Lassalle consegue um editor para Marx em Berlim e o que temos de concreto publicado em 1859 é apenas parte desta proposta e que fora reestruturada nos anos de 1865. O primeiro livro que trataria do capital é composto por dois capítulos que tratam da mercadoria e do dinheiro. O terceiro capítulo que apresentaria os estudos críticos de Marx sobre o capital não fora enviado ao editor e é justamente este capítulo que será constantemente reorganizado, pois as investigações continuaram mesmo após a publicação de 1859, por isso o título *Para a Crítica*, e não a Crítica propriamente. Os planos demonstram que a publicação tratava-se de apenas uma parte da estrutura da obra que posteriormente será publicada na década seguinte. Em 1858, Marx produz uma introdução geral à obra, mas a abandona, pois o que tinha de concreto, publicado e em andamento de estudos, era muito precipitado diante da envergadura que ele mesmo planejava. Todavia, este texto fora divulgado como parte dos *Grundrisse* e nos foi de fundamental importância para compreendermos o sentido metodológico do autor e por sua vez o conceito de história indissociavelmente fincado no presente histórico.

Entretanto, os anos anteriores a publicação da crítica são fundamentais para podermos compreender como é que 1859 fora o momento de apresentação,

mesmo que apressada, dos estudos de anos que Marx vinha desenvolvendo. Retroagir foi fundamental para compreendermos como é que o conceito de história e tempo presente se germina entre crise econômica, revoltas e retomadas de crescimento da economia capitalista nos anos cinquenta.

Para Marx o presente é pensado como história. E como é que se observa este presente? Ele não apenas observa, mas busca a intervenção mais direta naquela realidade social. Dizemos com isso que Marx ao pensar a história possui também a consciência de estar fazendo-a via organização da classe trabalhadora. A crítica de Marx é ao mesmo tempo a negação do presente e a mais forte defesa de que no presente a história é movida. Por isso, a nossa vinculação do conceito de história ao tempo presente em nossa investigação.

Em 1848, Marx já se vinculara a Liga dos Comunistas¹⁰⁵ e vivenciou o que se convencionou chamar historicamente de “Primavera dos Povos”. Presenciou este momento de ascenso como participante, não apenas como analista. E nos pareceu fundamental nos reportarmos aos anos anteriores da publicação da “Crítica” para podermos melhor apresentar esta obra, que em dada media, poderíamos chamar de primeira versão pública do que viria ser o texto de 1867. Eric Hobsbawm, se refere ao 1848 como:

As revoluções de 1848, portanto, requerem um detalhado estudo por estado, povo, região, para o que este livro não é o lugar. No entanto, elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarente-huitard*¹⁰⁶. Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas¹⁰⁷ as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores,

¹⁰⁵ Antecede a Liga dos Comunistas (1847 - 1852), a Liga dos Justos e a Liga dos Proscritos, estas duas últimas se situando dentro da tradição de associações secretas de cunho liberal republicano e nacionalista. A trajetória destas organizações de trabalhadores alemães exilados tem na liga dos justos a representação de uma política fora do campo da perspectiva secreta e lança em 1848 o seu programa político juntamente com uma análise da História a cargo de Engels e Marx. Ver Engels, “Para a História da liga dos Comunistas” (ENGELS, 1982, p. 192-212).

¹⁰⁶ Forma de tratamento aos revolucionários, fazendo menção ao próprio ano de “quarenta e oito”. (nota introduzida por nós)

¹⁰⁷ Citamos aqui como a edição publicada no Brasil apresenta o texto. Provavelmente um erro gráfico, pois onde se grafa uma aspa (“) após a palavra barbas, pelo nexu, deveria ser grafado uma vírgula.

as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a "primavera dos povos" – e, como a primavera, não durou. Precisamos agora olhar brevemente suas características comuns (HOBSEAWM, 2002, p. 29).

Para Hobsbawm a atmosfera era inevitável e culminaria com o 1848. A precarização dos trabalhadores e as condições de vida eram insustentáveis, até mesmo para a leitura do mais empedernido burguês. Este processo histórico de ascensos que nos referimos redundaria na década que foi o prelúdio da crítica de Marx e seus posicionamentos diante da história e o tempo presente. Era necessário trabalhar na forja de instrumentos teóricos capazes de servirem de ferramenta para a classe trabalhadora diante da crise e os ascensos revolucionários de meados do século XIX. Mais uma vez Eric Hobsbawm se refere ao período que vai de 1789 a 1848, em sua “Era das Revoluções”:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava o seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, assim como a intranquilidade revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência direta (HOBSEAWM, 2007, p. 285).

Marx trata desse momento histórico em sua brochura de 1849 “Trabalho Assalariado e capital” que é resultado de suas intervenções junto aos trabalhadores militantes nos anos de 1847-48. O título deste livro é fruto de uma série de conferências organizadas e posteriormente publicadas com o objetivo de abordar o tempo presente de modo científico. Marx tinha a pretensão de poder colaborar com a classe operária no que tange a uma análise racional, materialista e histórica-dialética (científica) de seu tempo presente, palco das crises e das revoluções.

Temos aqui, mais uma vez, uma breve demonstração de como Marx era capaz de apreender as conexões possíveis em seu presente histórico e diante

disso a elaboração da crítica do mesmo tempo presente¹⁰⁸. Disserta o próprio Karl Marx:

¹⁰⁸ E o que é a crítica do tempo presente neste momento? Para os oponentes de Marx e Engels se tratava de um tipo de crítica que chamaremos aqui de: a crítica desagradável. Antes é necessário abordar uma definição do que é a crítica. É verdade que existem várias definições e nenhuma delas é capaz de ser a única. Entretanto, apresentemos a que pensamos ser a mais sólida. Crítica é a análise teórica, idealmente produzida, a partir do mundo concreto. É aquele pensamento construído a partir do mundo real que se eleva à caracterizações comprometidas com a verdade que se compreende sempre a partir do social e historicamente construído. Criticar é um ato histórico, pois não está relacionado a ações extra-humanas ou mesmo natural. Compreender historicamente as relações sociais em determinado momento é necessariamente procurar entender as formas e substâncias das coisas criadas pelo homem diante da natureza. É também a tentativa de entendimento do movimento da natureza e seus fenômenos que não são realizações humanas. Criticar é estabelecer análises e caracterizações a partir da realidade mais concreta, da mais empírica até a mais abstrata. Isso quer dizer que a crítica é um movimento ideal que apenas os seres sociais são capazes de realizarem. Provavelmente isso não agrada os adoradores de animais indefesos no mundo dos homens! Todavia é necessário ser crítico diante da escrita sobre a crítica. Um gatinho não faz crítica de nada. Um cachorrinho não é capaz de objetivar absolutamente nada no mundo dos homens. Cães e gatos são capazes de muitas coisas é verdade, mas a crítica é algo desenvolvido por humanos e não meros animais (por mais fofos que estes sejam, pois a crítica não tem relação alguma com a fofura dos seres!). Neste sentido, quando desenvolvemos a crítica, em relação à natureza e ao próprio homem, muitos (menos os cães e gatos!) acabam por se sentirem ofendidos, até mesmo atacados e se magoam. Poderiam dizer até mesmo que estariam diante de uma crítica destrutiva. Assim, abre-se espaço para a existência de outra crítica: a construtiva, em contraposição a destrutiva! Não partilhamos desta classificação. Crítica construtiva está mais para eufemismo do que para o movimento teórico que parte do real na tentativa de compreendê-lo e superá-lo. Crítica nos sentidos construtivo e destrutivo é mais uma das formas fetichizadas de obstrução na elevação do pensamento que se esforça para compreender o mundo dos homens e da natureza em franca relação simbiótica. A crítica que nos interessa aqui é a que colocamos nas linhas anteriores: *criticar é estabelecer análises e caracterizações a partir da realidade mais concreta, da mais empírica até a mais abstrata*. Sobre a crítica ser desagradável (...). Desagradável é tudo aquilo ou coisa que não é capaz de produzir e reproduzir agrado ou prazer. Desagradar é uma ação indesejada para a maioria das pessoas e é entendível que assim o seja. Porém, o pensamento que acredita em um mundo plenamente agradável e prazeroso é também representação de uma parte da realidade social onde o real se coloca de forma fetichizada. O mundo não é plenamente agradável. Não se afirma com isso que seja o homem egoísta por natureza. Mas não se pode desconsiderar que desde a convencionalizada pré-história da humanidade o homem vem passando por drásticas privações e que é diante de sua capacidade de idear e objetivar (coisas que os caninos e felinos jamais foram capazes de fazerem na história de sua evolução) diante de suas relações com a natureza que esse mesmo ser social vem cada vez mais submetendo a natureza aos seus interesses, benéficos ou não. Ainda, neste sentido apresentado, a crítica que desagrada é aquela que ao buscar a análise e caracterização do mundo dos homens e se apresenta da forma mais certa sobre determinada coisa ou ser é também a que ao fazer assim provoca nos seres objeto da crítica a sensação de desconforto, de desprazer: o desagrado. Nesta perspectiva, a crítica se torna sinônimo de ofensa, pois o ser criticado é desmascarado diante de suas relações mistificadas, coisificadas e estranhas a ele mesmo e a classe que pertence. O crítico (que também deve ser objeto da crítica que postula) é atacado como se tratasse de um ser desagradável e sua presença também se torna a manifestação do desagradável! Para exemplificarmos esta situação o próprio Marx em 1859 ao publicar parte de seus estudos críticos sobre a sociedade capitalista, e, tratamos aqui de uma crítica no sentido que apresentamos anteriormente. Todo movimento ideal de análise e caracterização da sociedade que realizou não agradou em nada os círculos intelectuais de seu tempo (e do nosso também não), sobretudo daqueles que defendiam com unhas e dentes a sociedade burguesa no século XIX. A resposta à crítica de Marx foi o silêncio: era desagradável demais, até mesmo para ser objeto de outra crítica. De lá até o nosso tempo presente a crítica marxiana vem desagradando muita gente, uma classe inteira para ser mais

De vários lados, somos censurados por não havermos exposto as *relações econômicas* que constituem a base material das lutas de classes e das lutas nacionais nos nossos dias. De acordo com nosso plano, tratamos dessas relações apenas quando elas explodiam diretamente em enfrentamentos políticos (MARX, 2010, p. 31).

Esta brochura de Marx vem sendo publicada desde então com algumas devidas modificações conceituais que Engels esclareceu em 1891, sobre tudo em relação a diferença entre trabalho e força de trabalho. O que mais nos importou neste texto, juntamente com a preocupação de Marx em apresentar aos militantes daquele momento uma crítica da economia política de seu tempo, foi o caráter metodológico no que tange as análises, caracterizações e a política desenvolvida nos anos de ascenso.

Trabalho assalariado e capital inicia como vimos acima com algumas considerações sobre a ênfase analítica em relação a política e entende-se política como a dedicação da organização da luta mais cotidiana que exigia os ascensos, sobretudo, de 1848 na Europa. Marx em interlocução com seu leitor, então a partir da publicação das intervenções verbais dos anos anteriores, deixa claro, que a referida brochura realiza uma abordagem econômica da questão social. E as datas aqui são importantes para afirmarmos e identificarmos que o econômico e o político, a política e o social, não são observados de forma separada. Nos anos anteriores a 1849 já se falava da ação política e se abordava o econômico ao mesmo passo e a referência mais cabal disso são as próprias conferências sobre a questão econômica que Marx apresentava às associações de operários nesta mesma época da divulgação do Manifesto de 1848.

abrangente! Como funciona a sociedade? O que é a sociedade? O que é o salário? O que é o valor? Como se produz e reproduz valor? Foram abordagens críticas de Marx que se apresentaram como muito desagradáveis: *crítica que desagrada*. Estabelece-se aqui a reivindicação do eufemismo na crítica. Entretanto, crítica é crítica e não há que ser melindroso ao apresentar os resultados do processo ideal que se faz a partir do concreto. O crítico deve se comportar assim e não tem o direito de se reservar algo diferente para si mesmo. A crítica construtiva, “aquela que não é desagradável” é o velamento da realidade! Uma crítica que não é crítica, mas a mais real manifestação da politicagem pessoal ou de classe, e, em uma perspectiva revolucionária, o posicionamento crítico deve ser reivindicado e não marginalizado. A crítica que nos referendamos não é uma exclusividade de Karl Marx, mas uma construção social que apenas os homens são capazes de realizar. Agrade isso ou não os cães e gatos e mesmo parte dos seres sociais.

A análise e caracterização do presente histórico realizada por Marx considera a totalidade de múltiplas determinações, ou ainda, a política e o econômico não são investigados separadamente como já dissertamos. E, outro elemento vital que se identifica na perspectiva de Marx em relação ao presente é a necessidade constante de reconsiderar as análises e caracterizações que se faz na história presente, já que o material histórico é constantemente renovado, da mesma forma, as análises e caracterizações históricas também os devem ser.

Depois do ascenso de 1848, o que Marx e Engels desenvolvem em 1849 e nos anos posteriores, é também demonstrativo do movimento que reivindicamos nas páginas anteriores. Queremos dizer com isso que é necessário identificar esse movimento das ideias em Marx para compreendermos sua filosofia da história no tempo presente.

Após a Primavera dos Povos, Marx se dedicará, mais do que nunca, a investigar com mais profundidade a Economia Política. Queremos dizer com isso que para Marx, não há na história qualquer tipo de império absoluto e eterno de teorias em relação aquilo que hoje podemos chamar de ciências históricas. Acreditou-se na possibilidade revolucionária que não se efetivou, entretanto, não se afundaram em um lago de lágrimas ou se refugiaram nas florestas negras, ou seja, retomaram as investigações e as caracterizações que haviam realizado para compreenderem os avanços e recuos. Em uma palavra, realizaram o que chamaremos de balanço político do tempo presente, fundamental para o desenvolvimento da consciência da classe operária em contraposição as crescentes e inescondíveis contradições da sociedade burguesa.

Os anos que antecedem a publicação da Crítica de 1859, mais uma vez, com efeito, são fundamentais para contextualizarmos e identificarmos elementos cada vez mais centrais na constituição do conceito de história e tempo presente na crítica de Marx. E ao olharmos as paisagens históricas na qual Karl é parte observaremos também que estudo e militância não perfeitamente pertinentes, não excludentes; que embora existam momentos predominantes, não o é de forma a separar gnosiologicamente as questões políticas, econômicas e sociais, pois no presente histórico as partes que constituem o todo o fazem diante da totalidade histórica e essa totalidade histórica é ao mesmo passo a própria existência destas

partes.

E ainda no texto de 1849, Marx nos permite acesso a parte de suas caracterizações sobre aquele presente, dialeticamente ideado, quando se refere à derrota que é ao mesmo tempo vitória e a vitória que é também uma derrota, no que tange a luta de classes:

Tratava-se, antes de mais nada, de seguir a luta de classes na história do dia a dia e de provar, de maneira empírica, com a subjugação da classe operária, ocorrida em fevereiro e março, foram ao mesmo tempo vencidos os seus adversários: na França, os republicanos burgueses; e, em todo o continente europeu, as classes burguesas e camponesas em luta contra o absolutismo feudal; que a vitória da “República honesta”, na França, foi ao mesmo tempo a queda das nações que haviam respondido à Revolução de Fevereiro com heroicas guerras de independência; e, por fim, a Europa, que, com a derrota dos operários revolucionários, retornou à sua antiga e dupla escravatura, a escravatura *anglo-russa*. Os combatentes de junho de Paris, a queda de Viena, a tragicomédia de Berlim em novembro de 1848, os esforços desesperados da Polônia, da Itália e da Hungria, a submissão da Irlanda pela fome, tais foram os principais acontecimentos em que se resumiu a luta de classes, na Europa, entre a burguesia e a classe operária, com os quais nós demonstramos que todos os levantamentos revolucionários, por mais afastados da luta de classes que os seus objetivos possam parecer, têm de fracassar até que a classe operária revolucionária seja vitoriosa; que todas as reformas sociais permanecerão utopia até que a revolução proletária e a contrarrevolução feudal se enfrentem pelas armas numa *guerra mundial*. Na nossa exposição, como na realidade, a Bélgica e a Suíça eram quadros caricaturais e tragicômicos no grande painel da história: uma, apresentado como Estado modelo da monarquia burguesa; a outra, o Estado modelo da república burguesa. E ambas, como Estados que se imaginavam tão independentes da luta de classes como da revolução europeia (MARX, 2010, p. 31-32).

O ascenso de 1848 (fevereiro e Junho¹⁰⁹) não durou por muito tempo, entretanto a paisagem política deste ano não dever ser refém da mesma data,

¹⁰⁹ Em “*A Luta de Classes na França*”, Marx caracteriza uma particularidade entre as revoluções de fevereiro e a de junho. A primeira reúne um conjunto contra a monarquia, que acaba por levar os burgueses republicanos ao poder fazendo com que os pontos reivindicados pelos trabalhadores forem recuados até a repressão do levante de junho contra esse mesmo governo liberal que se preocupava em cortar gastos, por exemplo, fechando as oficinas de trabalho, engrossando o desemprego no setor têxtil. A resposta de parte da classe trabalhadora foi o levante armado, um levante proletário contra a burguesia. Essa característica o difere da revolução de fevereiro e é justamente o que se coloca como desesperador para a burguesia. A resposta foi a ação do general Cavaignac, gerando a morte de mais de 3000 prisioneiros (MARX, 2012, p. 46).

pois se caracterizarmos de forma retroativa, constataremos que o ascenso que nos referimos faz parte de um conjunto de manifestações que remontam aos anos de 1830 quando das revoltas de trabalhadores em Lyon na França. Em 1831 e 1834 os operários de Lyon protagonizaram uma série de revoltas por condições de trabalho e não apenas, pois propunham uma forma de vida melhor o que está além de uma luta economicista.

Oswaldo Luis Angel Coggiola¹¹⁰ nos remete ao fato de que as revoltas de operários já marcavam o cenário inglês e francês bem antes de 1800. Em seu texto “O movimento operário nos tempos do manifesto comunista” nos apresenta uma valiosa síntese da trajetória dos movimentos operários na Europa, como podemos localizar na citação:

Em 1724, os operários chapeleiros de Paris declararam greve por causa da redução injustificada de seus salários. Criaram, para financiar essa ação, um "caixa de greve". Os primórdios do movimento operário, na Inglaterra, por sua vez, vincularam-se ao movimento democrático radical, por direitos políticos iguais para todos. Filho de um rico comerciante, John Wilkes começou sua carreira política atacando desde seu jornal, o *North Briton*, o Rei Jorge III, transformando-se no paladino das liberdades civis fundamentais. Logo virou líder de massas em Londres, com grande apoio para seu movimento de reforma democrática. Foi perseguido e detido diversas vezes. A 10 de maio de 1768, uma multidão se reuniu para exigir sua liberdade. A repressão da manifestação provocou seis mortos e muitos feridos (COGGIOLA, 2015, p. 01).

As manifestações de trabalhadores em 1848 se inserem em um conjunto de lutas já processadas no século XVII marcando o mesmo espaço do desenvolvimento industrial e se estenderá até o tempo presente de Marx. Em 1830, se referindo aos limites de uma revolução democrática e a manutenção das manifestações de trabalhadores, Coggiola faz referência, vejamos:

A resposta foi à insurreição dos tecelões de Lyon, em 1831. Os operários exigiram que fossem aprovadas novas tabelas para o pagamento do trabalho. O governo negou-as. A insurreição levou

¹¹⁰ Como o próprio Oswaldo disponibiliza, no banco de dados do CNPq: Graduado em Economia Política e História na Université ParisVIII (1979). É doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1983). Atualmente professor titular da Universidade de São Paulo na área de História Contemporânea. Atua principalmente nos seguintes temas: marxismo, América Latina, movimento operário, capitalismo e socialismo.

os operários a ocuparem a cidade durante dez dias, aterrorizando as autoridades, que deixaram o poder nas mãos operárias. A repressão posterior não impediu que o processo de organização avançasse: os impressores de Nantes criaram em 1833 a Associação Tipográfica. Em setembro do mesmo ano, o movimento grevista adquiriu novas características: estendeu-se por toda a França, e mobilizou setores operários de ofícios diversos. Os líderes foram mortos pela repressão e milhares de operários foram detidos. Mas em janeiro de 1834 a associação mutualista dos tecelões de Lyon lançou a idéia da greve geral, para obter uma tarifa mínima. O movimento desaguou numa nova insurreição, em abril de 1834, realizada sob a bandeira de "Viver trabalhando ou morrer combatendo!". As primeiras tropas enviadas para a repressão se solidarizavam com os grevistas, e os republicanos de Paris levantaram barricadas em diversos bairros em solidariedade aos insurretos de Lyon. O exército mobilizou suas melhores unidades para esmagar os revoltosos, o que foi concluído em 11 de abril (COGGIOLA, 2015, p. 03).

Os operários de Lyon tornaram-se emblemáticos daqueles que contestavam a incapacidade do projeto da modernidade se fazer concreto/universal. A universalidade da modernidade, de revolucionária passa a reacionária e ao lado dos operários, muitos intelectuais provenientes da classe burguesa, gerações após o 89 francês, compuseram a crítica à modernidade. Cada vez mais o projeto revolucionário da burguesia se cristalizava em reação aos trabalhadores que ao mesmo passo também buscavam novas formas de se organizarem e promoverem suas reivindicações. De acordo com Coggiola, que toma por referência a militante Flora Tristan, havia neste período, em França de 1843, cinco milhões de operários e dois milhões de operárias, sendo muitos deles dispostos a travarem a luta que *“não se limitava ao plano defensivo ou a atividade puramente sindical, mas também se projetava na ação política geral”* (GOGGIOLA, 2015, p. 04), uma força social inegável.

No período, também se tornou emblemática a revolta dos tecelões da Silésia que amargavam conforme o avanço das forças produtivas naquela região era também responsável pela geração de desemprego tornando insuportável aos trabalhadores. Na publicação de 1850 *“A Luta de Classes na França”* e também em *“A Luta de Classes na Alemanha”* (este último uma invenção bem vinda da Boitempo editorial em 2010, onde se reúne textos de Marx sobre a questão do tempo presente na Prússia) Marx analisa o tempo presente em relação ao

ascenso dos trabalhadores e dá destaque ao caso da Silésia, por sua característica ser uma manifestação para além da luta política, e sim social. A revolta na Silésia foi registrada também na poesia de Heinrich Heine “*Die schlesischen Weber*”, 1844 (*Os tecelões da Silésia*):

*Im düstern Auge keine Träne,
Sie sitzen am Webstuhl und fleetschen die Zähne:
Deutschland wir weben dein Leichentuch,
Wir weben hinein den dreifachen Fluch –
Wir weben, wir weben!*¹¹¹

Sabendo que para a Prússia não seja possível a generalização do avanço industrial neste período, este evento nos possibilita pensarmos as relações contraditórias entre o avanço das forças produtivas e as relações sociais de produção.

No que se refere a girada (no sentido de mudança de perspectiva analítica) da Economia Política como ciência no contexto do projeto da modernidade, para sua fase reacionária e que divide espaço no tempo como o desenvolvimento de revoltas por parte da Europa, é o próprio Marx que nos conduz em análise realizada no posfácio da segunda edição de *O Capital* em 1873:

Desde 1848, a produção capitalista tem se desenvolvido rapidamente na Alemanha e hoje já se encontra no pleno florescer de suas fraudes¹¹². Mas, para nossos especialistas, a sorte continuou adversa como antes. Enquanto podiam praticar a economia política de modo imparcial, faltavam à realidade alemã as relações econômicas modernas. Assim que essas relações surgiram, isso se deu sob circunstâncias que já não permitiam seu estudo imparcial dentro do horizonte burguês. Por ser burguesa, isto é, por entender a ordem capitalista como a forma última e absoluta da produção social, em vez de um estágio historicamente transitório de desenvolvimento, a economia política só pode continuar a ser uma ciência enquanto a luta de classes

¹¹¹ Tradução de Paulo Quintela (1996) In Scheidl et al. Dois Séculos de História Alemã (Sociedade, Política e Cultura), Coimbra, Ed. Minerva, pp. 123. “*Sem uma lágrima no sombrio olhar, Ei-los sentados, de dentes cerrados, junto ao tear: Alemanha, a tua mortalha tecemos à mão, E nela tecemos três vezes maldição – Ao tear, ao tear!*”

¹¹² Abrimos uma nota para citação da nota apresentada pelo tradutor brasileiro: “No original, ‘*Schwindelblüte*’ (literalmente: ‘floração de fraudes’) (N.T.), (MARX, 2013, p 84).”

permanecer latente ou manifestar-se apenas isoladamente. [...]. [...]Com isso, porém, a ciência burguesa da economia chegara a seus limites intransponíveis. Ainda durante a vida de Ricardo, e em oposição a ele, a crítica a essa ciência apareceu na pessoa de Sismondi¹¹³ (MARX, 2013, p. 84-85).

Ao se referir à Alemanha (Prússia) Marx constata os limites da modernidade no que se trata a produção do conhecimento. Identifica a impossibilidade de compreensão diante de uma realidade histórica onde não fora possível condições objetivas para o desenvolvimento da economia política e, posteriormente, a existência de condições históricas para o desenvolvimento da economia política, porém diante das contradições da sociedade capitalista já avançadas, o que fazia a produção do conhecimento ser regida pelas necessidades do capital, particular, privado e não de valor universal. O que quer dizer quando se refere a “limites intransponíveis”? Marx se refere aos obstáculos que a busca da produção do conhecimento enfrenta diante dos interesses de classes e com isso os limites intransponíveis da ciência burguesa, que, em seus marcos, é eclipsada pelas contradições e interesses históricos da classe que priva a outra dos meios de produção e reprodução da vida. Ainda sobre esses limites e contradições, vejamos como Marx continua sua intervenção contrapondo a situação alemã a inglesa:

A época seguinte, de 1820 a 1830, destaca-se na Inglaterra pela vitalidade científica no domínio da economia política. Foi o período tanto da vulgarização e difusão da teoria ricardiana, quanto de sua luta contra a velha escola. Celebraram-se magníficos torneios. O que então foi realizado é pouco conhecido no continente europeu, pois a polêmica está dispersa, em grande parte, em artigos de revistas, escritos ocasionais e panfletos. O caráter imparcial dessa polêmica – ainda que a teoria de Ricardo também sirva, excepcionalmente, como arma de ataque contra a economia burguesa – explica-se pelas circunstâncias da época. Por um lado, a própria grande indústria apenas começava a sair da infância, como o comprova o simples fato de que o ciclo periódico de sua vida moderna só se inaugura com a crise de 1825. Por outro lado, a luta de classes entre capital e trabalho ficou relegada ao segundo plano: politicamente, pela contenda entre o grupo formado por governos e interesses feudais congregados na Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia; economicamente, pela querela entre o capital industrial e a

¹¹³ Aqui Marx cita em nota de rodapé: “ver meu escrito *Zur Kritik der politshen ökonomie*, p. 39” (o itálico é nosso).

propriedade aristocrática da terra, que, na França, se ocultava sob o antagonismo entre a propriedade parcelada e a grande propriedade fundiária, e que, na Inglaterra, irrompeu abertamente com as leis dos cereais. Nesse período, a literatura da economia política na Inglaterra lembra o período de *Sturm und Drang* [tempestade e ímpeto]¹¹⁴ econômico ocorrido na França após a morte do dr. Quesnay, mas apenas como um veranico de maio lembra a primavera. No ano de 1830, tem início a crise decisiva (MARX, 2013, p. 85).

Interessa-nos aqui a questão da crise que o autor se refere. Todo este cenário, poderíamos dizer, cena social, nos remete ao processo histórico onde a série de manifestações da classe trabalhadora marca a maior das características da crise do projeto da modernidade: as revoltas. O processo de crise e de reação a ela por parte da classe trabalhadora representa parte do contexto no qual Marx está inserido, ou seja, parte do seu tempo presente. E foi diante deste processo que a necessidade de estudo da economia política foi ganhando espaço cada vez maior na trajetória intelectual de Marx.

Mais uma vez considerando que Marx, desde os anos de 1843 já se ocupava com questões materiais do seu tempo presente, o conceito de história que comparece na obra de 1859 é o resultado, parcial, de uma particularidade que é a produção do conhecimento para além dos ciclos intelectuais acadêmicos de sua época. A vinculação direta com a realidade mais concreta da sociabilidade capitalista faz com que o início de uma crítica à economia política seja apresentada no sentido de que também estivesse apresentando ferramentas para essa classe que já vinha se manifestando de modo crítico em relação a ordem capitalista. E a cada passo que as contradições se apresentavam, desenvolvia-se também a necessidade de Marx socializar parte de seus estudos sobre o tempo presente, ideado historicamente. Era cada vez mais a apresentação da intransponibilidade de uma ciência a favor dos interesses da burguesia. E continua, cada vez mais, explicitando esses limites:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras.

¹¹⁴ Abrimos uma nota para citação da nota apresentada pelo tradutor brasileiro: “Referência ao movimento pré-romântico que dominou a literatura alemã entre as décadas de 1760 e 1780 e ao qual pertenceram Heder, Goethe, e Schiller, entre outros. (N.T.)”.

Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial. De qualquer forma, mesmo os importunos opúsculos lançados aos quatro ventos pela Anti-Corn Law League [Liga Contra a Lei dos Cereais]g, tendo à frente os fabricantes Cobden e Bright, ainda possuíam um interesse, se não científico, ao menos histórico, por sua polêmica contra a aristocracia fundiária [...].

A revolução continental de 1845-1849i repercutiu também na Inglaterra. Homens que ainda reivindicavam alguma relevância científica e que aspiravam ser algo mais do que meros sofistas e sicofantas das classes dominantes tentaram pôr a economia política do capital em sintonia com as exigências do proletariado, que não podiam mais ser ignoradas. Daí o surgimento de um sincretismo desprovido de espírito, cujo melhor representante é Stuart Mill. Trata-se de uma declaração de falência da economia “burguesa”, tal como o grande erudito e crítico russo N. Tchernichevski¹¹⁵ já esclarecera magistralmente em sua obra *Lineamentos da economia política segundo Mill* (MARX, 2013, p. 86).

Aqui temos o cenário de crise onde as contradições capitalistas não podem ou não devem ser explicadas pela ciência burguesa sob ameaça de sua própria existência. Todavia, não fora preciso o anunciar de um galo da economia para que a própria classe trabalhadora se levantasse diante da incapacidade do projeto da modernidade.

A série de manifestações, revoltas e propostas de revoluções foi representativo do que poderíamos chamar de manifestações da questão social, ou, mais especificamente, da incapacidade da classe burguesa de operar qualquer tipo de universalização que não fosse a das ações nas bolsas de valores. E foi diante deste conjunto de manifestações que Marx se dedica diante de inúmeros percalços, seus esforços para a publicação de sua crítica em 1859.

¹¹⁵ Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski, crítico russo, tradutor de "Princípios de economia política" de John Stuart Mill (1829-1899). No Brasil, em Niterói, encontramos em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob responsabilidade do Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho identificamos o desenvolvimento da pesquisa “Nikolai Gavrílovitch Tchernichévski e a intelligentsia russa: filosofia, arte e revolução na segunda metade do século XIX” de autoria de Camilo José Teixeira Lima Domingues em 2013. (nota nossa)

E este ano, o de 1859, talvez tenha sido o período mais tenebroso de sua vida, sua ocupação para o jornal na América lhe ocupava grande parte do tempo e o retorno financeiro desta atividade estava longe de ser suficiente para uma vida que atendesse às necessidades humanas. É neste período que perde filhos, contrai doenças... e um conjunto de desgraças incessantes, que não foram capazes de destruírem a sua capacidade crítica e produtiva. Nos pareceu que um número a mais das sete pragas do Egito ainda não eram suficientes para colocá-lo para fora do jogo, ou mesmo no centro do jogo como um *valet* governamental.

Em carta de 22 de julho de 1859 à Engels, Marx trata sobre a questão do desenvolvimento jornalístico no *Das Volk* e de textos de Engels, ele se manifesta da seguinte maneira sobre sua publicação de 1859, no que toca a sua importância e urgência:

You forgot to let me know whether you wish to do a review of my piece [**Contribution to Political Economy**]. There is great rejoicing among the fellows here. They imagine the thing's a failure **because** they are ignorant of the fact that Duncker hasn't even advertised it yet. Should you write something, don't forget, **1.** that it extirpates Proudhonism root and branch, **2.** that the **specifically** social, by no means **absolute**, character of bourgeois production is analysed straight away in its simplest form, that of the **commodity**. Mr Liebknecht informed Biskamp that 'never has a book disappointed him so much', and Biskamp himself told me that he didn't see '**à quoi bon**' [what use it was]. Is Lupus back? (MARX, 2015, p. 01).¹¹⁶

Tornar público parte dos seus estudos era uma necessidade para o partido¹¹⁷, por isso o grito que se estabelecia em seu presente no sentido de

¹¹⁶ Em português: "Você se esqueceu de me dizer se você deseja fazer uma avaliação da minha peça [*Contribuição para Economia Política*]. Há grande satisfação entre os companheiros aqui. Eles imaginam que a coisa é um fracasso porque são ignorantes do fato de que Duncker nem sequer anunciou ainda. Se você escrever algo, não se esqueça, **1.** que extermina Proudhonismo raiz e ramo, **2.** que o especificamente sociais, de nenhuma maneira absoluta, o caráter da produção burguesa é analisado imediatamente na sua forma mais simples, a da commodity. Mr Liebknecht informou Biskamp que "nunca um livro o decepcionou tanto", e o próprio Biskamp me disse que ele não viu '**à quoi bon**' [o que usá-lo era]. O Lupus está de volta?". Tradução de Gustavo Garcia Martins, Calgary-Canadá, 2015.

¹¹⁷ Partido para Marx não está colocado assim como foi para Lênin. Marx se refere ao partido como sendo o próprio movimento internacional dos trabalhadores. Mesmo que postulamos a existência de fundamentos do que seria o partido para Marx e sendo estes fundamentos o alicerce para Lênin no século XX, não há na concepção partidária de Marx qualquer possibilidade de vislumbrarmos uma organização Bolchevique, não passaríamos para além de um grito anacrônico, típico da tradição stalinista.

orientar o proletariado na construção das novas manifestações da luta de classes. Entretanto o novo ascenso não se concretizou e a recuperação econômica afastou a possibilidade de uma nova onda revolucionária. Contudo, não era o fim da história, pois os anos posteriores foram os maiores legitimadores, no que cabe as caracterizações, das considerações de Marx e sobre as crises.

Em certa forma, não seria exagero afirmar que as crises, em alguma medida, agradam os marxistas revolucionários, ao menos agradava o próprio Marx, como conferiu David Riazanov (David Borisovich Goldendach) acerca da reação de 1852 a 1862: *“Pero si en su vida personal Marx tenia demasiados disgustos, después de 1857 se sentia feliz como revolucionário”*¹¹⁸ (RIAZANOV, 1962, p. 36). Entendia-se que as crises são as parteiras da revolução e o prelúdio de uma época de crise na produção capitalista era bem recebia por grande parte dos militantes da época. Franz Mehring se refere sobre essa “felicidade” diante da crise:

No entanto, todos os problemas pessoais foram esquecidos quando a crise chegou na Inglaterra no outono e depois se espalhou rapidamente pelo continente. Escrevendo para Engels em 13 de novembro, Marx declarou: “Apesar de estar em dificuldades financeiras sérias, eu não me sinto tão feliz desde 1849 como me sinto hoje devido a esta erupção” (MEHRING, 2013, p. 254).

Poderia, aqui, o leitor de nossa tese, se questionar se o parágrafo anterior não é deveras muito moralista e inconsequente, uma vez que todos sofreríamos em períodos de crise. E o doutorando perguntaria: há na história da indústria um só dia em que os trabalhadores não são obrigados a conviverem com o sofrimento, até mesmo naturalizando tal fenômeno? Desta forma, o que poderia ser tomado como um levantamento moralista deve ser entendido como uma proposta marxiana de desvelamento da realidade mais sangrenta e concreta na história no século XIX. O conceito de história envolve a questão moral, pois determinados valores se realizam (mesmo que de formas fetichizadas) no tempo presente, mas não se limita a apenas esta questão. Para isso era necessário superar aquele estado de coisas onde as relações se davam (e ainda hoje) em

¹¹⁸ Em português: *“Se em sua vida particular Marx tinha muitos desgostos, depois de 1857 ele se sentia feliz como revolucionário”*. (Tradução nossa)

suas formas enfeitiçadas, ou seja, fetichizadas. Era necessário avançar para além da crítica moral e era justamente isso que Marx estava realizando deste os anos de 1840.

Esta síntese se fez fundamental para que nosso leitor tivesse acesso ao processo de nossas investigações pois apresentar uma pesquisa, sobre o conceito de história e tempo presente a partir de um livro publicado de Marx, seria, em nosso entendimento uma tentativa ainda mais limitada. Todo esse percurso deve nos levar ao texto central de 1859.

A revolução não se efetivara como se esperava e “Para a Crítica da Economia Política”, fora publicado assim mesmo e o livro não fora um sucesso de vendas, nem mesmo entre os que talvez Marx considerasse parte da vanguarda. Os intelectuais acadêmicos silenciaram-se diante da obra e ao mesmo tempo buscaram silenciar a Crítica. Empreendimento de sucesso até certo ponto, por parte de seus oponentes. Mas não fora suficiente para calar Marx diante do tempo presente.

No ano de 1859 Marx expõe o seu conceito de história que marcará as ciências históricas no século XX e esta publicação não será compreendida se identificarmos o livro como uma mercadoria, mas sim como um estudo sobre a teoria do valor, onde a mercadoria é apresentada como forma elementar que comparece no tempo presente e que marca a história de toda sociedade mercantil. Trata-se de um livro, e neste caso, uma mercadoria, mas sua trajetória, seu conteúdo jamais poderá ser tratado como um simples livro que se publica em momentos de crise para a acumulação de valor – como nos parece o caso criticado até aqui.

Por outro ângulo, Ernest Mandel tratou da importância dos anos que antecedem 1859 e o problema da crise e das manifestações anteriores a Crítica de Marx. Em seu livro “A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital”, dedica um capítulo exclusivo sobre as crises. Sua preocupação colabora para a importância que demos aos anos anteriores como parte de um processo que leva Marx a sua publicação em 1859. Mandel sintetiza parte deste processo de forma substancial, vejamos:

Entre o *Manifesto Comunista* e a *Neue Rheinische Zeitung — Politisch-ökonomische Revue*¹¹⁹, na qual Marx e Engels formulam suas opiniões detalhadas sobre a marcha cíclica da produção capitalista e sobre as crises de superprodução que abalam periodicamente esse modo de produção, se intercalam apenas dois anos. Mas que anos! Revolução de fevereiro de 1848 na França; revolução de março de 1848 em Berlim; volta de Marx e de Engels à Alemanha; publicação de um diário, o *Neue Rheinische Zeitung* de Colônia, dirigido pelos dois amigos; primeira insurreição proletária em junho de 1848 em Paris; primeira interdição do *Neue Rheinische Zeitung*; explosão e derrota da revolução na Itália e na Hungria; explosão e derrota da revolução em Viena (onde Marx tinha estado durante dois meses para preparar os trabalhadores vienenses para o que ia acontecer)¹²⁰; vitória da contra-revolução em Berlim; dissolução da Assembléia Nacional alemã; interdição definitiva do *Neue Rheinische Zeitung*; expulsão de Marx da Alemanha; participação de Engels na campanha militar conduzida pela democracia pequeno-burguesa na Alemanha meridional contra as tropas contra-revolucionárias; novo exílio dos dois amigos, desta vez na Inglaterra (MANDEL, 1968, p. 69).

Não se trata apenas de uma citação rica em localização, mas sim rica em acúmulos que se revelaram de fundamental importância para a classe trabalhadora. Após este ascenso, o mais importante não era acertar o momento da nova revolução, mas sim o desenvolvimento de balanços em relação às caracterizações deste processo e Mandel nos apresenta um estudo de como Marx e Engels souberam explorar este acúmulo histórico. Se erram em relação ao estouro de uma nova revolução, acertaram em relação à caracterização das crises de superprodução e a estruturação da economia capitalista em seus momentos de desenvolvimento e crise, que pode ou não ser, no caso do segundo, marcado por ascensos de trabalhadores em luta. Sobre esta capacidade de caracterização de Marx em relação a economia capitalista, Mandel se refere ao fato de que “*supera tudo o que a ciência acadêmica da época tinha podido apreender*” (MANDEL, 1968, p. 76).

¹¹⁹ “Nova Gazeta Renana, Revista Econômico-Política”. (tradução nossa)

¹²⁰ Aqui Mandel faz uma nota de referência: Fr. Mehring, Karl Marx, *Geschichte seines Lebens*, Leipzig, 1920, *Leipziger Buchdruckerei*, pág. 182. (o itálico é nosso)

Ainda sobre o período de construção e publicação de *Para a Crítica da Economia Política*, Franz Mehring, em sua biografia¹²¹ sobre Marx, a primeira a

¹²¹ Atualmente existem trabalhos biográficos que apresentam aos leitores uma perspectiva bastante ignorante em relação a este momento da trajetória marxiana. Para ficarmos com uma biografia bastante emblemática deste tipo de literatura oportunista que pretende dar conta da história de vida de seus biografados, citamos o livro de Mary Gabriel (jornalista, ex-funcionária da agência Reuters em Londres e Washington), publicado recentemente quando do desenvolvimento da crise econômica mundial de 2008, a partir dos Estados Unidos. Nesta biografia a autora tem a pretensão de falar da família Marx em suas centenas de páginas bem impressas. Entretanto, consideramos que entre as biografias disponíveis, esta é sem margem de dúvidas a pior de todas. A biógrafa busca focalizar um caráter mesquinho, oportunista e mercadológico em relação a publicação de Marx em 1859. Gabriel não dá conta de se permitir idear a perspectiva do autor em sua particularidade e acaba por reproduzir a exteriorização de seus demônios em relação aos ganhos e fama de um trabalho publicitário de cunho predominantemente moralista apenas. Poderíamos nos estender por todo seu trabalho sobre Marx, mas seria isto uma tarefa desnecessária para nossa investigação. Todavia, citamos a propagandista em suas palavras quando se refere ao ano de 1859, na parte IV de seu livro intitulado “O fim de La Vie Bohème” (do francês para o português: “o fim da vida boêmia”...), especificamente onde se refere a publicação da Crítica de Marx em Berlim, a partir da Londres vitoriana: “*ENQUANTO MARX TRABALHAVA EM SEU MANUSCRITO, a crise financeira global que ele e Engels esperavam que fosse precipitar a revolução terminou sem destruir o sistema capitalista, sem provocar um levante social e sem a queda de nenhum governo*” (GABRIEL, 2013, p. 365). E continua: “*Nos primeiros meses de 1859, Marx esperou ansiosamente notícias de que o livro estivesse prestes a ser publicado. Jenny também aguardou, gabando-se para sua família na Prússia sobre a edição iminente de uma grande obra do marido, que, segundo ela, arruinara a própria saúde no ano anterior devido aos estudos intensos* (A biógrafa faz referência aqui a carta de Jenny Marx a Louise von Westphalen, 10 fev 1859, Moscou.). *Os dois viam o livro não apenas como algo importante para o “partido” e para a reputação de Marx, mas também esperavam que se convertesse numa grande fonte de renda: assim que fosse lançado na Alemanha, podia ser traduzido e publicado na Inglaterra, um mercado muito mais lucrativo** (aquí Mary Gabriel apresenta uma nota se referendo a MECW, vol.40,p.389-90. O que não faz é abordar os conteúdos centrais nos documentos que cita. As cartas de Marx para Engels citadas entre os períodos de 03 de março a 4 de março de fevereiro de 1859, onde os dois se correspondem, tratam de questões para além de um pensamento “business”. Marx escreve à Engels (Londres-Manchester) tratando de polêmica em relação a Lassalle e Dunker, seu editor. Uma breve correspondência que nem mesmo o mais fantástico dos historiadores conseguiria abstrair o que Gabriel aponta em seu texto: “[...] grande fonte de renda”. Há limites no movimento criativo daquele que escreve a história e neste caso a biógrafa vai além do que poderia sugerir o maior dos encantamentos de um texto escrito.)”, (GABRIEL, 2013, p. 366). O trabalho de Mary Gabriel quanto ao esforço de trabalho com fontes é considerável, mas quando passa a apresentar suas perspectivas sobre a vasta quantidade de fontes que trabalha ao seu leitor mais atento acaba por ter acesso aos limites do trabalho jornalístico, na melhor das hipóteses, se comparado ao trabalho historiográfico. As considerações a partir dos documentos históricos que trabalha mais parecem-se a tratados moralistas e protocolos subjetivistas. Durante sua dissertação é tonal a escrita que tenta vincular Marx ao empreendedorismo mercantil. Associa o livro de Marx á uma mercadoria que deveria resultar em produção de valor, assim como qualquer outra mercadoria. Pareceu-nos que a biógrafa se fez refém da sua própria visão de mundo ao se referir a Jenny, Marx e Engels. Desconsidera a processualidade histórica nada linear na construção da crítica à economia política; é incapaz de captar para além do fenômeno a necessidade material que a família Marx está envolvida, menos ainda os motivos que os levam a tal situação material. Gabriel se emblemiza como aquela intelectual que possui fartas fontes diante de si e parco conteúdo para conseguir uma abstração razoável sobre o que investiga. Pareceu-nos desesperadora o posicionamento da escrita na biografia conforme se passavam os anos, linearmente apresentados, como manda a boa tradição positivista. E ainda acerca do ano de 1859, Mary continua a insistir na mesquize dos marx’s em relação ao livro de Karl, afirmando desmedidamente uma possível associação oportunista em relação a obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies*, onde se aspirasse sucesso: “*O livro de Darwin esgotou num único dia, e*

ser publicada até o ano de 1918 em alemão, se refere ao ano de 1859 de forma radicalmente distinta da biografia citada anteriormente nesta mesma seção.

O trabalho biográfico de Franz Mehring não trata de apenas um laborioso serviço de juntada necessária de fontes históricas (o que já reconhecemos não ser pouca coisa), mas a apresentação de uma produção intelectual do biógrafo que demonstra entender o biografado de dentro, quer isso dizer, capta a perspectiva de Marx, não predomina a exteriorização de seus demônios como no

Jenny talvez se consolasse imaginando um sucesso das mesmas proporções para o marido. Ela se agarrou a essa crença como a um bote salva-vidas” (GABRIEL, 2013, p. 374). Embora Mary Gabriel afirme ter aprendido muito com Marx e ter se apaixonado por este homem, observa-se a possibilidade da paixão, mas discordamos que tenha aprendido com Marx, pois suas inferências conduzem o leitor para um pântano sem processualidade história – a não ser a linearidade historicista que apresenta durante toda a biografia- não alcançando elementos básicos do pensamento marxiano e das propostas de Karl no que tange a importância da apresentação ao público de sua *Crítica da Economia Política* em 1859. Nossa atenção a esta biografia se justifica pelo fato de que se trata de uma publicação internacional e que no que diz respeito a sua apresentação dos anos de 1859, seu trabalho contextualiza a obra de Marx de forma equivocada, fazendo que o leitor intelectualmente honesto e ingênuo tenha uma compreensão distorcida da intenção da obra de Marx publicada neste ano de 1859. Nos interessa aqui não deixar passar o caráter equivocado que Mary Gabriel impõe ao seu leitor. Pensarmos o ano de 1859 é da maior importância, pois é o presente que faz Marx apressar a publicação de seus estudos como arma para a luta revolucionária e não a demanda do mercado! Criticar Gabriel aqui em nossa tese é da mais alta importância para travarmos as batalhas contra o pensamento liberal que por todos os modos tenta destruir a plataforma de pensamento que Marx nos legou. Assim, insistimos, entender o ano de 1859 é buscar compreender parte do tecido social em que Marx está publicando sua *Crítica à Economia Política*, não é apenas um olhar para a conjuntura, mas se preocupar com o presente onde os acontecimentos políticos e econômicos são centrais para a socialização da ferramenta que Marx vinha desenvolvendo! É verdade que Marx se preocupa com a questão financeira, uma vez que antes seus vinham mingando juntamente com ele. Vender livros que se publica é de uma obviedade, mas afirmar que a busca do sucesso de algo rentável é confundir a construção da ontologia marxiana com projetos pessoais que a biógrafa provavelmente possui. Mais uma vez, esta biografia mais fala da busca desenfreada, e aí sim, oportunista da jornalista do que a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução, como intitulou sua tentativa biográfica. Respondendo a possíveis perguntas: por que colocar aqui uma parte da conjuntura biografia sobre o nosso sujeito da pesquisa? Pensamos que as biografias são importantes para contribuírem em relação ao tempo presente do autor. São fontes históricas que colaboram para problematizarmos como o espírito daquele tempo foi registrado pelo biógrafo. Não esperamos acessar o pretérito, mas observarmos quem o fez e em que medida esse tipo de trabalho pode, ou não, contribuir para nossos estudos no que tange aquele momento de crises em que Marx consegue publicar o seu livro. Dois desses trabalhos nos chamaram a atenção justamente pela suas possibilidades de contribuições para entendemos parte daquele momento histórico, um pela qualidade e outra pela péssima qualidade. Ambos publicados recentemente no Brasil e disponíveis para os leitores de todas as classes sociais. Entretanto, duas editoras, uma internacional e outra militante, ou seja, qual biografia chegará mais rapidamente à mesa do consumidor? Desta forma, cabe a crítica a biografia de Mary Gabriel que neste exato momento já deve estar ensinando milhares de pessoas pelo mundo que em 1859 o projeto de negócios de Marx não foi um sucesso, o que por sua vez arruinara qualquer possibilidade de uma vida melhor na Inglaterra vitoriana!

caso biográfico anterior, e, até neste ponto Franz é seguro, pois se tratando de demônios eles (Marx e Mehring) possuíam o mesmo satã: a classe burguesa.

Mehring aderiu ao marxismo depois de maduro, mais velho e mais experiente. Nunca ocupou cargos emblemáticos na direção do movimento, mas como todos os militantes, foi vital na construção de parte do que chamamos na tese de tradição marxista. Franz Mehring fazia parte de quadros do partido que se dedicavam a tarefa intelectual, chamaríamos hoje de quadro de formação política do partido. A tarefa de escrever a primeira biografia de Marx seguramente não fora fácil, sobretudo em relação a ter acesso as fontes. Entretanto, Franz foi escolhido para esta tarefa e fontes não faltaram para dar vida a um material biográfico sério e crítico de Marx.

Seu trabalho possui brilho próprio no que se refere à estética, pois não entrega ao leitor apenas uma sistematização cronológica aos moldes do historicismo positivo do século XIX. Mais do que uma biografia tradicional (e aqui devemos dar peso ao presente histórico de Mehring, não de Marx) o texto desenhado é cativante, pois apresenta um homem, não um deus, ou mesmo um santo marx. A honestidade intelectual reivindicada pelo próprio Marx também é sua característica como escritor.

Franz Mehring trabalha com eixos temáticos, embora não ignore as datas e nomes¹²². E, mais uma vez, se contrapondo às biografias de caráter mercadológico apresentadas no século XX e XXI, podemos observar outra abordagem no que se refere aos anos de 1850 como presente imediato de Marx:

O plano de escrever um exaustivo trabalho sobre economia política, um que deveria mergulhar nos princípios fundamentais do modo capitalista de produção, já tinha quinze anos quando Marx finalmente começou a executá-lo. Ele tinha considera a ideia mesmo antes da revolução de março e sua resposta a Proudhon era um tipo de acerto de contas. Quando as lutas dos anos revolucionários tinham passado, ele imediatamente voltou para a ideia, e em 2 de abril de 1851 escreveu para Engels: “Estou agora no ponto em que acabei com toda a escravidão sobre a economia. Depois disso, devo trabalhar no meu livro em casa e me dedicar a outra ciência no museu. Está começando a me aborrecer. A

¹²² Tratar-se-ia de um grave erro caso limitarmos o historicismo positivo a questão de datas e nomes. As datações e nomenclaturas estão para além da maternidade do historicismo positivista.

ciência da economia política não fez qualquer progresso fundamental desde os dias de Adam Smith e David Ricardo, apesar das pesquisas minuciosas, algumas bastante delicadas, que se fizeram nela”. Engels ficou encantado e respondeu: “Eu fico feliz que você está finalmente trabalhando em sua economia política. A coisa estava demorando muito”, mas como um homem experiente, acrescentou: “Enquanto ainda existir um livro que você considere importante em sua frente e que você ainda não leu, você não vai colocar a caneta no papel” (MEHRING, 2013, p. 257).

Mehring está se referindo ao momento posterior aos ascensos de 1848, sobretudo na entrada da nova década onde Marx retoma seus estudos sobre economia política como uma necessidade para o desenvolvimento de novas caracterizações, agora no exílio em Londres, com acesso ao Museu Britânico e ao maior palco de observações naquele presente da sociedade burguesa e sua economia política.

Onde, para muitos, existiria o momento de pessimismo e derrotismo para Marx se tratava fazer o balanço revolucionário de um momento revolucionário para outro momento pós-revolucionário e de acordo com Mehring isso não se fazia com o autoengano.

Provavelmente ninguém foi tão duro em sua autocrítica como eram Marx e Engels. Ambos eram completamente livres daquele dogmatismo desgraçado que ainda hoje procura enganar a si próprio, mesmo em vista dos desapontamentos mais amargos, declarando que teria sido correto apenas se isto ou aquilo tivesse acontecido de forma um pouco diferente. Eles também estavam livres de derrotismo barato e pessimismo infrutífero. Eles aprendiam com suas derrotas e ganhavam nova força para preparar as vitórias que viriam (MEHRING, 2013, p. 199).

Era exatamente este o momento de produção e amadurecimento do conceito de história em Marx. Retomar de onde tinha parado antes dos ascensos, significa dedicar-se ao desenvolvimento das investigações que deram vida em 1857-58 aos textos fundamentais para o entendimento de Marx sobre o seu presente histórico. A retomada destes estudos é exatamente o momento laboratorial onde apresentará, no final dos anos de 1850, parte dos seus resultados e pretendiam ser ferramentas para a classe operária. A escrita de Marx não existe em função de glória ou fortuna particular como sugere a filistéia escritora

do século XXI. A escrita da crítica marxiana não se liga ao diletantismo, mas o desenvolvimento de conceitos e amadurecimentos destes que nortearão grande parte da luta e organização da classe trabalhadora, e, mesmo, das ciências históricas no século XX e XXI.

Sobre este trabalho de Marx, vejamos:

Foi neste trabalho, intitulado *Contribuição à crítica da economia política*, que Marx deu um passo decisivo além dos limites da economia política burguesa como esta tinha sido desenvolvida, em particular por Adam Smith e David Ricardo. A economia política burguesa culminava na definição de valor de uma mercadoria como a quantidade de horas de trabalho necessárias para produzi-la, mas como via o modo de produção burguês como a forma natural e eterna da produção social, assumia que a criação do valor era uma característica natural da força de trabalho humana, representada pela força de trabalho individual e concreta de um indivíduo, e ao assumir isto, se envolvia em uma série de contradições que era incapaz de resolver. Marx, por outro lado, não via o modo de produção burguês como a forma de produção social natural e eterna, mas como uma mera forma histórica definida de produção social sucedendo toda uma série de formas prévias (MEHRING, 2013, p. 279-260).

A partir desse pressuposto clássico Marx elabora a construção da sua crítica desenvolvendo um conjunto de problematizações em relação a economia política e publicará a sua crítica à essa ciência. Ao fazer a crítica da teoria do valor, Marx está propondo ao mesmo passo o desenvolvimento de um conceito de história e tempo presente que apresentamos nas páginas posteriores.

A abordagem de Mehring se distingue ao se referir ao ano de 1859 por conseguir observar o que pareceu mais importante para Marx, que é a sua apresentação científica em sintonia como a realidade histórica daquele presente, ligada ao projeto revolucionário que ambos sustentavam. Tratou-se de questões centrais como as necessidades materiais e a sua relação com Ferdinand Lassalle; da articulação lassalliana com seu próprio editor para que o livro de Marx fosse publicado em Berlim a um preço superior ao que se pagava por páginas; do método de estudo que Marx vinha concretizando; como dissemos, a escrita de Franz Mehring se distingue¹²³ por conseguir abordar momentos realmente

¹²³ Assim como também de distingue outros trabalhos biográficos sobre Marx e que figuram em nossa investigação como referências de primeira linha. É o caso da biografia de Henri Lefebvre

relevantes para o momento biografado. Isso permite aos pesquisadores como nós um contraponto a trabalhos que obedecem fins meramente econômicos, como o recente de Mary Gabriel¹²⁴.

Embora a crise não tenha chegado da forma caracterizada, uma vez que a crise de 1857 não fora capaz de mobilizar as massas como se esperava e assim não provocando grandes ascensos¹²⁵, a crítica de Marx viera dois anos após a crise, 1859. E nela o autor aplica da forma mais evidente o seu conceito de história no tempo presente onde o trabalho se confundia com a força de trabalho, onde a distinção entre valor de uso e valor de troca carecia de maior abrangência em relação à teoria do valor. Diante das múltiplas determinações de seu presente imediato, Marx publica a investigação que parte da realidade mais sensível no mundo do mercado. Parte da mercadoria como a forma mais elementar e avança ao dinheiro como o equivalente geral de valor que é capaz de cristalizar, em dada medida, todas as outras mercadorias.

A recepção à Crítica não fora das melhores até mesmo por aqueles que Marx esperava que fossem entender o conteúdo do seu livro. Até mesmo Engels achou a exposição um pouco confusa. Sobre isso a biografia de Mehring se refere desta forma:

No começo, a luz gerada por este exame crítico confundiu mesmo os amigos do autor, mais do que esclareceu. Liebknecht¹²⁶ declarou que nunca havia ficado tão desapontado com um trabalho antes, e Miquel¹²⁷ achou “pouca coisa realmente nova” nele. Lassalle elogiou a forma e o estilo, colocando-o, sem qualquer indício de inveja, acima de seu próprio *Heráclito*. Mas quando Marx falou que as “frases” de Lassalle davam motivo para suspeitar que este entendia muito pouco de assuntos econômicos,

(1975) e David McLellan (1975). Também creditamos um esforço importante a biografia Karl Marx desenvolvida pelo Instituto Marx e Engels de Moscou sob os trabalhos coordenados por FEDOSSEIV, P. N. (1983).

¹²⁴ Além do esforço de Mary Gabriel, podemos incluir nestes projetos editoriais internacionais outra frágil biografia publicada em 2014, de Jonathan Sperber, sob o título “Karl Marx, uma vida no século XIX”, onde encontramos associações mais graves, de um Marx positivista, em sintonia com o positivismo de August Comte que não concordamos ser sustentável, por vários motivos, para ficamos em apenas um: o caráter ontológico do pensamento de Marx.

¹²⁵ Consideramos uma série de movimentações que ocorrem, sobretudo, no ano da publicação em 1859.

¹²⁶ Socialista alemão, ajudou a construir o Partido Social Democrata, pai de Karl Liebknecht, assassinado com Rosa de Luxemburgo. (Nota nossa)

¹²⁷ Johannes Miquel, pertenceu a Liga dos Comunistas em 1840. (Nota nossa)

ele estava no caminho certo, e não demorou muito para Lassalle mostrar que não tinha entendido o “ponto vital” do livro, a diferença entre a força de trabalho produzindo valor de uso e a força de trabalho produzindo valor de troca.

Se esta foi a recepção que o trabalho de Marx teve nas mãos de quem se esperava que entendesse, o que esperar dos outros? (MEHRING, 2013, p. 263).

Evidentemente uma situação trágica para quem ficara anos investigando e preparando a primeira aparição pública de sua “Para a Crítica da Economia Política”, principalmente por se tratar de um livro que tinha a pretensão de ser um referencial para a classe trabalhadora naqueles momentos conturbados de crises, revoltas e greves. Já sabemos que não foi isso que ocorrera. Este livro de Marx não se tornou o grande referencial para que a classe revolucionária pudesse combater com maior conteúdo a economia política da burguesia, por outro lado, Marx pode aprimorar o seu método de exposição e como já abordamos com o passar dos planos em movimento, posteriormente, a exposição do texto será aperfeiçoada e aprofundada. Todavia, isso em nada retira a importância da obra, ao contrário, só a potencializou no decorrer da história como sendo o texto de Marx em que o materialismo histórico-dialético é apresentado de forma mais enfática aos revolucionários. E para além do prefácio do livro de 1859, veremos que o seu conceito de história e tempo presente esta fundamentando toda a sua análise sobre o valor, sobre a mercadoria e o dinheiro na sociedade de classes.

Assim, passaremos agora ao trato mais imanente¹²⁸ de nossa obra central na investigação, onde continuaremos a apresentar nos estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx a partir da crítica da economia política entregue ao público muito restrito em 1859.

¹²⁸ Imanente aqui se coloca no sentido propositalmente metodológico de um tipo de leitura em que se procura debruçar a investigação da produção textual, assim como é apontado por Sérgio Lessa em seu livro “Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo”, 2007. Não se trata de imanente no sentido de considerarmos que a obra se basta em si.

5.3. A apresentação fulminante do conceito de história

No prefácio de “Para a Crítica da Economia Política”¹²⁹ Marx apresenta de forma fulminante um conjunto de categorias que faz até hoje existir posicionamentos divergentes, economicistas, dogmáticos, historicistas e mesmo conciliatórios. Inicialmente falaremos de modo geral sobre estas perspectivas em relação ao “Prefácio” de 59, como ficou conhecido na tradição marxista, ao passo que analisamos o texto. Neste mesmo momento Marx apresenta como o seu presente imediato foi fundamental para o desenvolvimento de suas problematizações a partir das questões materiais que se deparava.

Aqui, faremos a exposição do texto de Marx sistematizando os momentos de nossa análise por trechos, enumerados por colchetes [1], [2] (...), seguidos das considerações necessárias, como segue:

[Trecho 1] Considero o sistema da economia burguesa nesta ordem: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comercio exterior, mercado mundial*. Nos três primeiros títulos examino as condições econômicas de vida das três grandes classes em que se divide a moderna sociedade burguesa; a conexão dos três seguintes é evidente. A primeira parte do Livro Primeiro, que trata do capital, compõe-se dos seguintes capítulos: 1- a mercadoria; 2- a moeda ou a circulação simples; 3- o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente volume. Tenho diante de mim o conjunto do material sob a forma de monografias que foram redigidas com longos intervalos, não para serem impressas, mas para minha própria compreensão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano dado, dependera de circunstâncias exteriores.

Logo no primeiro parágrafo do prefácio Marx apresenta sua proposta de trabalho enfatizando o caráter de classe que se divide a sociedade burguesa moderna. Apresenta ao leitor a existência de três grandes classes que marcam a história daquele presente e não simplesmente duas classes, típica da idéia binária de apenas duas classes dominantes na história imediata. Esta identificação de

¹²⁹ A tradução que trabalhamos em nosso estudo é de Edgar Malagodi, publicada em 2005 pela Editora Nova Cultural Ltda., que por sua vez trabalhou a partir da publicação alemã de 1972 como texto básico para a tradução da *Dietz Verlag* Berlim, da coleção Marx-Engels *Werke*, v. 13. Um exemplar desta coleção em Alemão foi periodicamente consultado por nós, portanto disponível para possíveis cotejamentos, no Centro Cultural Brado na cidade de São José do Rio Preto – SP, entre os anos de 2010-2012.

três classes predominantes não exclui a existência de outras classes, todavia a burguesia, o proletariado e os latifundiários são as predominantes na sociedade moderna e que posteriormente o próprio reafirmará a existência desta classe predominantes na sociedade capitalista como é apontado no capítulo LII do terceiro volume de O Capital organizado por Engels. É verdade que se trata de um capítulo incompleto, mas que sobretudo nos aponta um elemento significativo na trajetória do autor em relação as classes antagônicas, que, deste do Manifesto de 1848 são apontadas como marcantes na constituição da história. Observa-se que logo na apresentação se enfatiza ao lado da apresentação do conteúdo do livro o marcante antagonismo das classes e que o presente histórico não é analisado a partir de uma harmonia social, de uma abstração nada razoável do que é a sociedade fora das suas particularidades.

Embora Marx apresente a proposta de trabalho em três eixos centrais, a parte que diz respeito ao capital não é publicada, sendo apenas anunciada a existência do material sobre o tema como monografias a serem encaminhadas ao editor. Fato que não ocorreu naquele momento em 1859, como já apontamos em seção anteriores de nossos estudos. Após a publicação da Crítica, Marx retomará os estudos investigativos nos anos de 1860 e constatará que “*capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comercio exterior, mercado mundial*” [trecho 1] estão contidos no processo e produção e reprodução do capital como relação social, o que faz esta proposta de publicação ser incorporada na sua obra de 1867.

Estas considerações nos demonstraram que o devir histórico é o próprio movimento e que nele as considerações não são e não poderiam ser estanques, fixas ou mesmo eternas. Fato este que é elementar para observarmos as considerações do trecho 2 do prefácio, onde faz referência à consagrada introdução de 1858, abandonada por princípios metodológicos de apresentação da investigação no seus decorrer, queremos dizer, durante o desenvolvimento do seu proceder investigativo. O que nos pareceu uma demonstração emblemática daquilo que o próprio Marx chamava de honestidade intelectual daquele que se propõe a investigação sem o frenesi de antecipar o que ainda está por se constituído. Vejamos mais proximamente este segundo trecho do prefácio:

[Trecho 2] Suprimo uma introdução geral que havia esboçado, pois, graças a uma reflexão mais atenta, parece-me que toda antecipação perturbaria os resultados ainda por provar, e o leitor que se dispuser a seguir-me terá que se decidir a ascender do particular para o geral. Por outro lado, poderão aparecer aqui algumas indicações sobre o curso dos meus próprios estudos político-econômicos.

Observamos que a particularidade do autor é colocada como central na constituição de suas considerações sobre a crítica que pretendia introduzir ao público em 1859, entretanto insistimos na importância desta Introdução de 1857, principalmente na seção que Marx produz sobre a questão do método. Suprimir aqui, não tem significado de ignorar ou mesmo de abandono, mas de seguir a exposição do investigado de modo prudente ao seu leitor, e, para nossa pesquisa, retornar a este texto é da maior importância para entendermos o conceito de história e investigação de Marx em meados do século XIX. E, ainda, como parte do curso de seus próprios estudos políticos e econômicos. Assim, este trecho 2, nos conduz necessariamente a algumas abordagens gerais destes aspectos adiantados por Marx, embora suprimido naquele presente imediato, da introdução geral.

Neste texto de estudos pessoais, mas que se ocupa de esboçar parte das suas investigações em uma grande síntese inacabada dos manuscritos de 1857-58, conhecido por nós como rascunhos, planta baixa, fundamentos, *Grundrisse* de suas investigações sobre a crítica que realizava à economia política da moderna sociedade burguesa e é neste justo sentido que retomamos algumas das consideração centrais daquela grande síntese geral de 1857.

Nela Marx expõe, sem a publicação¹³⁰, uma série de eixos temáticos que deveriam constituir introdutoriamente a sua crítica em um eixo temático, a saber, “Produção, consumo, distribuição e circulação. Sobre a “Produção”, Marx

¹³⁰ É muito importante que tenhamos em mente que os *Grundrisse*s e a introdução geral entre os anos de 1857-1858 são textos escritos sem a apresentação imediata de publicação, pois trata-se de uma produção textual que poderíamos fazer de o laboratório intelectual de Marx. Textos que não são escritos para serem publicados e que por assim serem, nos possibilita a ter acesso a intimidades daquele que escreve onde se permite uma série de anotações, questionamentos e até ataques que m texto par ao público não possuiria. Estes textos nos mostra o Marx em sua mais íntima particularidade de estudos, a singularidade de um homem de carne e osso e não de uma estátua gélida e inerte aquilo que critica e polemiza.

apresenta a questão da historicidade em seu método, enfaticamente chamando atenção para a ignorância sobre o mesmo, fazendo isso do início ao fim da seção. Este eixo central contém subseções intituladas por “Produção; A relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo”, onde se ocupa em apresentar a produção, a distribuição, troca e o consumo na forma ideologizada pelos economistas, segregando o processo da unidade global; também subdividindo em itens: “a)- Produção e consumo”, “b)- Produção e distribuição”, e, c)- “Finalmente troca e circulação”; seguindo as seções sobre “O método da Economia Política”, onde apresenta o que em suas considerações seria o método equivocado e o correto para a análise; e, “Produção, Meios de produção e relações de produção, Relações de produção e relações comerciais. Formas de Estado e de consciência em relação com as relações de produção e de comércio. Relações jurídicas. Relações familiares”, certamente o ponto mais ousado e que Marx não desenvolve como pretendido, provavelmente temos aqui o ponto de auto crítica no sentido de não continuar aquilo que ainda estava em andamento. Todavia, o eixo que trata do método é fundamental para a compreensão do conceito de história e tempo presente no autor, pois diferente de outros clássicos das ciências históricas, Marx não nos deixou um livro específico que falasse diretamente sobre o método. Para isso devemos considerar que o método marxiano está difuso em toda a sua trajetória, como o próprio Marx se refere no fim deste trecho, e que, entendê-lo exige percorrer seus caminhos, pois seu método está intrínseco a sua própria produção crítica, assim como o seu conceito de história e tempo presente.

Nos momentos finais da “Introdução” de 1857, Marx apenas lança algumas palavras, não mais do que seis vezes sobre a história e algumas vezes sobre os historiadores e a historiografia. Assim:

[...] 2 - relação entre a **historiografia idealista** tal como tem sido escrita até agora e a **história real**. Nomeadamente as que se intitulam **histórias da civilização** - a **antiga história** da religião e dos Estados. (Oportunamente, podemos referir também aos diferentes gêneros de **historiografia até o presente**. A chamada **[historiografia] objetiva**. A subjetiva (moral etc.). A Filosófica.);

[...] 5 - dialética dos conceitos: força produtiva (meios de produção) e relações de produção, dialética cujos limites estão por determinar e não suprime as diferenças reais;

[...] 7 - essa concepção aparece como um desenvolvimento necessário. Mas, justificação do acaso. De que modo. (A

liberdade, e também outras coisas.) (Influencia dos meios de comunicação. A **história universal** não existiu sempre; a **historia** considerada como **história universal** é um resultado.); (MARX, 2005, p. 46- 47) (grifos nossos)

A última seção da “Introdução” trata de apontamentos que não deveriam ser esquecidos. São anotações de Marx, já que o texto em questão compõe o que se chamou de *Grundrisses*, ou planta baixa, como se referem os arquitetos. São considerações que o autor crê com importância e que posteriormente deveriam ser retomadas. Estamos em 1857 e as considerações sobre a história já foram apontadas juntamente com Engles na “Ideologia Alemã”, sua concepção de história já é esboçada do decorrer da sua trajetória, aqui tratou de apontar no contexto de seus estudos atuais alguns elementos que não deveriam ser esquecidos.

Marx faz uma distinção ente historiografia idealista sendo esta a predominante e a história real, aquela que concretamente se passava, se manifestava no tempo presente, especificamente a história da civilização, identificando diferentes modalidades da escrita da história até o presente, clara alusão a historiografia objetiva e aqui notamos mais uma crítica a principal “escola” histórica de sua época: a prussiana, onde Marx já registra (como apontamos nesta tese) o seu desprezo à historiadores como Leopold von Ranke, defensor da objetividade no trato das fontes e portanto de uma escrita da história que distava do pensamento de Marx, chagando até considerar, em cartas, a figura de Ranke como sendo a de um *valet* do Estado.

Outro ponto sutil, mas que se revela da maior importância é a consideração de gêneros historiográficos até o presente. Além de não ficar preso à “escola” prussiana historiográfica, considera outras manifestações da historiografia até o seu tempo presente, ou seja, inferimos, o presente como história e palco da sua escrita, de um modo que Marx não concordava, por isso a necessidade de retomar futuramente estes pontos em seu trabalho de uma outra escrita sobre o presente, como sabemos hoje, na forma de crítica à economia política.

Chama atenção estas breves palavras de finalização da “Introdução”, a preocupação com a dialética dos conceitos, sobretudo forças produtivas e relações de produção, onde os limites, as relações, determinam e não suprimem a relação entre as diferenças reais. Diferente do que se coloca em parte da tradição marxista, sugerindo a superação de uma por outra, não considerando o movimento constante da dialética dos conceitos no processo histórico, fixando a absoluta determinação de uma em relação à outra. Não nos referimos a não existência de predomínios, mas que o momento predominante não pode ser tomado como o momento único, final, absoluto, mas que afirmarmos que os conceitos, Marx, devem ser entendidos em movimento históricos, que há determinações, mas não a supressão de um conceito pelo outro, portar-se assim seria decretar mais uma vez a morte, ou derrota da dialética como história.

E no item 7, nos deixa uma clara reafirmação da construção histórica dos seres e de tudo que é criado diante da capacidade teleológica deste. A história universal, tratada como natural, ou mesmo divinizada, exclui a presença dos homens e mulheres desta mesma civilização, como construtores, conscientes ou não de que fazer a história. A história universal não é uma coisa natural, pois faz parte de um conjunto de síntese de reflexões a partir do mundo material dos homens e que se estabelecerá de modo formal muito recentemente na história como um resultado de relações sociais concretas, de necessidades humanas, seja daqueles que dominam e possuem o monopólio do poder na constituição do devir, e para o tempo presente de Marx, como o resultado contestatório por parte daqueles que buscam alterar o resultado desta construção criada socialmente estabelecendo outra sociedade.

Estas palavras marxianas em 1857 são de certa maneira, reagrupadas e sistematizadas no prefácio que continuamos a abordar, vejamos como isso acontece no texto de Marx.

No trecho 3, a importância do tempo presente na constituição do pensamento marxiano é evidenciada com todas as letras, pois em 1859 o autor faz questão de apresentar ao leitor suas problematizações de décadas como vitais na constituição das preocupações e por sua vez do estudo em publicação. Vejamos:

[Trecho 3] Minha especialidade era a Jurisprudência, a qual exercia contudo como disciplina secundária ao lado de Filosofia e História. Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung*) vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte na discussão sobre os chamados interesses materiais. As deliberações do Parlamento renano sobre o roubo de madeira e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o Sr. Von Schaper, então govenador da província renana, abriu com a *Gazeta Renana* sobre a situação dos camponeses do vale do Mosela, e finalmente os debates sobre o livre-comércio e proteção aduaneira, deram-me os primeiros motivos para ocupar-me de questões econômicas. Além do mais, naquele tempo em que a boa vontade de "ir a frente" ocupava muitas vezes o lugar do conhecimento do assunto, fez-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco de fraco matiz filosófico do socialismo e comunismo francês. Eu me declarei contra essa remendagem; mas ao mesmo tempo em uma controvérsia com o *Jornal Geral* de Augsburgo (*Allgemeine Augsburger Zeitung*) confessei francamente que os meus estudos feitos até então não me permitiam ousar qualquer julgamento sobre o conteúdo das correntes francesas. Agarrei-me às ilusões dos gerentes da *Gazeta Renana*, que acreditavam que através de uma atitude mais vacilante do jornal conseguiriam anular a condenação de morte que fora decretada contra ele, para me retirar do cenário público para o gabinete de estudos.

Sua formação acadêmica era o Diretio, não a História ou a Filosofia, sobretudo estas duas outras áreas da ciências históricas, declaradamente, tiveram grande peso na formação intelectual de Marx à época de Universidade. Importante notar que há a necessidade de colocar isso ao leitor, mesmo que em um breve parágrafo. Nota-se aí a preocupação de Marx em demonstrar os seus estudos em perspectiva: a histórica.

Após isso há um pequeno salto cronológico onde seu leitor é colocado nos anos de 1842/43 diante de um espaço de trabalho de Marx, o jornalístico, e, neste presente, coloca suas limitações diante das questões materiais que se manifestavam na Renânia. Um enfrentamento, como escreve o próprio Marx, que o colocou deliberadamente, pela primeira vez, diante de apuros. A questão do vale do Mosela é extremamente emblemática na formação do Marx que conhecemos hoje, pois é neste momento que o pensamento marxiano passa a notar as contradições entre as formas de organização da vida e reprodução da mesma. Em outras palavras, esta manifestação da questão social impõe a Marx,

determina, a observação de seus limites para analisar as relações sociais para além da formação acadêmica, que embora importante, não permitia em questão de tempo, e, portanto, de velocidade analítica suas considerações sobre o tempo presente. Não tratava-se agora de uma análise fundamental de Epicuro e Demócrito, mas de se posicionar diante da realidade candente, do tempo presente mais imediato, onde pessoas de carne e ossos eram tratadas como criminosos por conta de uma dieta que proibia a catação da lenha no vale do Mosela. A necessidade de se posicionar diante desta questão demonstra a particularidade do pensamento de Marx e do jornal que trabalhava, se preocupar com esta questão era se ocupar de uma realidade concreta que dizia respeito ao parcelamento de terras por todo vale do rio Mosela, portanto da propriedade privada e de do uso de matérias vitais para a reprodução da vida naquela região: a madeira. Tratava-se de posicionar-se diante da história no seu tempo presente, de se posicionar contra os intelectuais (Von Schaper) e o próprio Governo da Renânia, um enfrentamento público diante o governo no reinado de Frederico Guilherme IV (dinastia de *Hohenzollern*). Isso significa afirmarmos também a relação direta entre a realidade vivida a produção do pensamento, tempo presente e escrita da história indissociável.

É importante ressaltarmos que estamos aqui, neste momento, dissertando sobre Karl Marx no início dos anos quarenta, um jovem de apenas 24 anos de idade e que embora possuísse destaque na Gazeta Renana, é um trabalhador, um funcionário e que não delibera em última instância o comportamento dos acionistas majoritários proprietários do jornal. Marx se posiciona em favor dos trabalhadores do Mosela e a resposta governamental é a pressão ao jornal que procura de forma mais vacilante, diríamos mais centrista, sobreviver. Como sabemos o centrear da Gazeta Renana não garantiu a sua manutenção e o jornal fora liquidado. Um jornal liberal que vê em Marx a potência para suas manifestações públicas em um reino monárquico e que se avizinha da França revolucionária burguesa. Marx escreve de “ilusões dos gerentes”, o que mais pode ser observado como manipulação do conhecimento objetivado na particularidade de Marx como escritor e redator da Gazeta. O que mais nos importou é que o fato de em 1859 o próprio autor faz questão de apresentar esta perspectiva ao leitor de sua “Crítica”, pois entende que é fundamental para ser

entendido em relação ao desenvolvimentos dos seus estudos, ou seja, para ser entendido no seu tempo presente em perspectiva histórica.

Temos assim um dos primeiros momentos emblemáticos de descenso que Marx enfrentara em sua trajetória, embora particular, ao encontrar-se diante de conjunturas deste tipo, dizemos, de recuo, de derrota fenomênica, retoma os estudos para revisar as análises e caracterizações para reafirmar e mesmo considerar os limites no sentido de avançar na compreensão das relações sociais. Um procedimento metodológico que tomará para si até o seus últimos dias como intelectual e dirigente político. E sobre isso trata o trecho seguinte:

[Trecho 4] O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da filosofia do direito de Hegel, trabalho este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher)*, editados em Paris em 1844. Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de "sociedade civil" (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII, mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política. Comecei o estudo dessa matéria em Paris mas tive que continuá-lo em Bruxelas, para onde me transferi em consequência de uma ordem de expulsão do Sr. Guizot. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

Neste trecho, Marx deixa claro que as problematizações são o seu ponto de partida a partir do tempo presente. A história é encarada como problemática, como problema a ser investigado e é por este caminho que Marx se depara com Hegel e observa que o fenômeno não deve ser tomado como o todo, pois as representações não apresentam diretamente as substâncias essenciais. Observa que o direito, as formas, não devem ser entendidas a partir do que dizem de si, mas das múltiplas constituição das mesmas, para além do enunciado, ou ainda,

que o fenômeno não é o reflexo simples da essência, de que a superestrutura desenvolvida em dado modo de produção não é a chave absoluta para o entendimento nem de si e das relações que se estabelece a partir dela. O devir histórico não é explicado, em absoluto, através do devir da consciência, mas através das relações sociais, da questão material (em sentido amplo do termo), ou ainda, entendido através da crítica à economia política.

E aqui neste trecho o leitor é colocado diante de uma consideração fundamental do pensamento marxiano sobre a história, onde, na vida, “*os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade*”, relações que correspondem a um momento da história “*a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais*”. E aqui neste momento o texto marxiano toca em um dos pontos fundamentais o qual William Shaw também tratou em seu estudo como já apontamos em capítulos anteriores de nossa tese.

A questão do determinismo em Marx, fundamentalmente neste texto, não deve ser tratada como uma questão de determinação cega, ou como já apontamos, mecanicamente. A determinação em Marx é determinante, mas o determinante não é a determinação absoluta. Não relativizamos a questão, pois o texto de Marx é claro em relação a determinações em relação ao devir histórico. Os escravos no mundo clássico não negariam a existência da escravidão, assim como o seu dono. Um egípcio não ignorava a determinação da escravidão. Em ambos os casos há uma determinação histórica que coloca o homem em um circuito do qual ele não tem pleno domínio, sejam os escravos ao tentarem se rebelarem contra ao modo de produzir escravista, mesmo os senhores em relação a manutenção desta forma de produzir o mundo material. São relações e um modo de produzir a vida onde a inferência está para além de uma ou duas subjetividades, são condições determinadas em um momento da história. E aqui o conceito de história como permanentes transformações, em movimentos, contraditória foi central para considerarmos em nossos estudos que a determinação em Marx é histórica, isso quer dizer que não há eternidade ou qualquer possibilidade de petrificação dessas relações e formas de reproduzir a vida. Relações determinadas devem ser entendidas como determinações

históricas, passíveis de transformação, reafirmação, negação, crises e conflitos, do contrário seríamos todos gregos, escravos ou proprietários, majoritariamente; ou ainda; seríamos membros de comunidades americanas de agricultores, ou mesmo, caçadores, coletores e extrativistas; e para não decepcionar a nossa formação intelectual majoritariamente europeia, seríamos servos em um mundo medieval em que as relações mecanizadas teria nos legados uma forma específica de partes da Europa ocidental de produzir a vida espiritual e materialmente. Não há estabilidade plena, absoluta na história para Marx, a crise¹³¹ tem papel fundamental na constituição do devir e este prefácio deixa suas considerações abertamente fixadas em relação a este movimento. Como podemos observar no trecho seguinte, continua:

[Trecho 5] A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

¹³¹ Sobre a importância do conceito de “crise” no pensamento de Marx e o papel na constituição de sua filosofia da história, ver a tese de doutorado de Jorge Grespan, sob o título: “*A dinâmica da crise: um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx*” (GRESPLAN, 1994).

Marx apresenta uma metáfora bastante conhecida na tradição marxista e que nem sempre é tomada como tal. O que mais nos preocupou (preocupação no sentido que Kosik dá) é a consideração marxiana sobre a totalidade dessas relações de produção formarem a estrutura econômica sobre a qual se levanta uma superestrutura, correspondendo a formas sociais determinadas de consciência. Marx não se refere à determinação da forma que criticamos, pois entendemos que a estrutura econômica aqui, em Marx, não se refere ao que hoje entendemos por econômica, ou mesmo por *economics*. O econômico aqui é tudo o que o homem criou e é capaz de criar, portanto não envolve apenas a tangibilidade das coisas, na sua imediatez mais empírica. Trata-se de considerar, como já apresentamos, a determinação econômica também em suas múltiplas determinações historicamente constituídas e não apenas a manifestação econômica mais direta, embora também faça parte desta totalidade.

Ainda que exista uma determinação da estrutura econômica, no sentido de Marx, a subordinação da superestrutura não é algo evidente nesta passagem, diferente do que considerável parte da tradição marxista afirmará, não há uma subordinação absoluta entre estrutura econômica e superestrutura de forma absoluta. Recorrer a esta consideração de forma absoluta nos parece ser radicalmente contrário a perspectiva de Marx sobre a história, pois privilegia-se em absoluto o que é historicamente constituído e em movimento. Concordamos que há momentos determinantes e assim mesmo, buscar a compreensão destes momentos é fundamental, e, é exatamente isto o que Marx está fazendo em seus estudos e apresentando ao público em 1859.

Ao afirmar que o modo de produção da vida material condiciona a vida social é expor exatamente a inter-relação entre os aspectos constitutivos do reproduzir a vida, e, Marx está em um determinado momento da história, ele observa a partir de determinado ponto e perspectiva da história o devir e em sua perspectiva constata, ai sim, uma determinação fundamental na constituição da forma material de produzir a vida. E, mais uma vez, não entendemos que Marx se refere a “material” como o sendo em relação a simples tangibilidade da coisa.

Quando afirma que não é a consciência que determina o ser, mas sim o ser que determina a consciência, Marx apresenta uma síntese que se colocada apenas em uma leitura imanente estruturalista não é capaz de dar conta do significado desta clássica afirmação, já apresentada na Ideologia alemã e retomada agora em 1859. Em 1845, quando escreve com Engels a obra que hoje conhecemos publicada como A Ideologia Alemã, os dois escrevem centralmente uma crítica aos idealistas na Prússia, apontando os limites de sua filosofia materialista, com olhares voltados para o céu, esquecendo-se da terra onde as coisas aconteciam e eram criadas, até mesmo as coisas do “céu”. Ao reivindicar uma concepção materialista da história, ou ainda o papel fundamental da vida material, mesmo em 1845 não o faz desconsiderando o mundo espiritual como algo separado das relações sociais, mas como parte de um todo complexo.

No desenvolver do texto quando se refere ao momento de crise, Marx parece se referir especificamente ao econômico mais tangível, o que para nós é demonstrativo que dentro destas relações há momentos predominantes do econômico pensado na sua forma menos geral, o que não possibilita a afirmação de que a produção da riqueza econômica é o eixo central, mas as relações sociais que dão vida a esta riqueza em determinado momento da história. Quando esta contradição é elevada, cria-se uma época história de revolução social e aqui somos obrigados a revisitar outra obra, anterior a 1859, onde Marx explicita o seu entendimento acerca deste conceito de revolução social.

Em 1847, em polêmica com o socialista francês Joseph Proudhon, Marx escreve e publica o livro “Miséria da Filosofia”, em resposta ao livro de 1846: “*Système des contradictions économiques ou Philosophie de la misère*” (Sistema de contradições econômicas ou Filosofia da miséria).

Neste ano Marx apresenta algumas teses centrais, críticas à Proudhon, onde apresenta ao leitor elementos centrais da sua filosofia da história anterior a publicação de “Para a Crítica da Economia Política” doze anos antes. Trata-se de sete observações sobre o método centrais e polemizadoras onde podemos identificar considerações centrais sobre o conceito de história e tempo presente já operando na crítica marxiana. Há um capítulo dedicado ao método, sempre de forma crítica, intitulado: “A metafísica da economia política” (MARX, 2009, p. 119).

É neste capítulo que Marx apresenta suas observações sobre o método equivocado do pensador francês e aponta substanciais considerações sobre a história ao mesmo passo que desenvolve a crítica do presente. Estamos entre os anos de 1846-47, e já é possível observar consistência no conceito de história e tempo presente de Marx e não entraremos aqui na polêmica de que a obra “Miséria da Filosofia” não representa a totalidade do pensamento de Proudhon, isso é uma obviedade, todavia ressaltamos este ponto diante de certa tradição anarquista que reivindica o pensador francês e nega o Alemão exilado, apenas por não estarem de acordo com as ácidas, é verdade, críticas de Marx ao entendido teórico do anarquismo¹³², e o fazem, sem ler Proudhon e pouco o próprio texto de Marx, o que não contribui para entender nenhum e nem o outro.

Retroagimos brevemente, e continuaremos fazendo assim sempre que necessário, ao tempo de cronos para observamos como o conceito de História e tempo presente se constituíram para além do período de maturidade geracional tão reivindicado por parte da tradição Marxista. Conceitos que guardam a sua substância, histórica-social, e são retomados na obra de 1859.

Nestas considerações Marx demonstra sua preocupação diante da necessidade de análise do movimento histórico para o entendimento do presente e sua transformação, coisa que não realizava os economistas nem Proudhon. Enfatiza a necessidade da análise histórica para compreender as relações sociais capitalistas em sua historicidade e não na sua naturalidade como fazia David Ricardo e Adam Smith e abstratamente o pensador francês em seu idealismo sobre o devir como de uma razão pura ou mesmo na tentativa de um gênio robusto onde tudo já existia, ou seja, outra situação onde sujeito se transforma predicado e predicado em sujeito puro e realizador. E também neste momento Marx busca a reafirmação das forças produtivas como predominantes em relação as relações sociais e a análise histórica, fundamental para a compreensão das relações por elas advindas historicamente naquele presente.

¹³² Se nosso leitor consegue notar um tom de desconfiança quando nos referimos a ser o “pai do anarquismo” é porque Proudhon se aproxima muito mais do liberalismo, do individualismo burguês do que qualquer outra coisa do gênero. Mas não aprofundaremos nesta questão em nossa tese de estudo, isso seria enveredar para outro objeto e o nosso é o conceito de história e tempo presente, e, o sujeito, Marx, o que já é de muita valentia diante da produção do conhecimento em tempos de pós-modernidade e manutenção da repressão, através do patrulhamento ideológico na universidade pública, estatutariamente de caráter ditatorial-militar.

Neste momento, o conceito de abstração na pena de Proudhon é apresentado por Marx como metafísica em oposição a análise histórica, pois as categorias já estariam prontas, e, elas, as determinantes da história, mais uma vez o predicado se levanta com sujeito, assim como um defunto se levantaria da cova após o sétimo dia de uma missa não realizada, ou pior, o ressuscitar de uma alma morta e não encomendada, e pior, que ressuscita no céu, ao lado de deus mesmo sem a extrema unção.

Diferente disso é o “*movimento da história que produz as relações sociais*” (MARX, 2009, p. 122) não uma série de abstrações puras, desta forma questionando o método absoluto de Proudhon onde a história se anularia ao procurar identificar de modo dicotômico e moral o bem e o mal. Eliminar-se-ia o mal e focalizar-se-ia o bem e o que teríamos, de acordo com Marx é a nulidade da história.

Na segunda observação Marx já aponta o que apresenta ao público em 1859, ou seja, as relações entre forças produtivas e relações de produção. A primazia da primeira sobre a segunda, a determinação, no sentido que já apresentamos anteriormente, é afirmada também em 1846-47, e, neste texto, mas é menos fulminante do que no Prefácio de sua “Crítica...”, mais sistematizada à economia política. Vejamos como José Paulo Netto nos apresenta sua tradução da obra marxiana:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transforma-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (MARX, 2009, p. 125).

Além de demonstrar que o pensamento marxiano opera na longa duração história, não eliminando as outras possíveis temporalidades, a ênfase do conceito de modo de produção dada em 1859 pode ser identificada em 1847. O ser social estabelece relações de acordo com realização material que produzem na história. Isso quer dizer que aquilo que Marx chama em 1859 de superestrutura está intimamente ligada a produtividade material, e material aqui, insistimos, não está no sentido da mera tangibilidade dos objetos, dos bens, das mercadorias. Assim,

as categorias não são absolutas, mas relativas, “[...] *são produtos históricos e transitórios*” (MARX, 2009, p. 126). A história é para Marx um movimento contínuo de crescimento nas forças produtivas e que em dado momento a crise e a própria negação das relações sociais se estabelece e este fenômeno histórico não anula a histórica, ao seu contrário, alimenta a fornalha da produção humana, com elementos bons e ruins (admitindo a linguagem de Proudhon¹³³) e seus complexos de múltiplas determinações na totalidade histórica.

E Marx continua observando que a história não é uma seriação de relações de produção e mais uma vez enfatiza a totalidade como o que constitui as relações sociais. A história não é observada como um conjunto de séries, ou nas palavras de Marx *“as relações econômicas como umas tantas fases sociais que se engendram umas as outras, que resultam uma das outras assim como a antítese resulta da tese, e que realizam, na sua sucessão lógica, a razão impessoal da humanidade”* (MARX, 2009, p. 126); teria assim uma sucessão

¹³³ A tradução de livro de Proudhon, realizada pela Editora Ícone no Brasil, sob tradução de José Carlos Orsi Morel nos possibilita a localização destes termos e evidentemente eles não aparecem formalmente em todas, nem mesmo no seu conjunto maior das 438 páginas do Tomo I. Marx identifica esse dualismo limitante da história para além da forma grafada no texto de Proudhon, por isso a ênfase de Marx em seu capítulo de “miséria da Filosofia”, sobretudo a partir da quarta consideração (MARX, 2009, p. 127). Como publicado em língua portuguesa no Brasil: “A proporção do bem e do mal, [...]” (PROUDHON, 2003, p. 203); “[...] aos meus olhos, do justo e do injusto e do bem e do mal na sociedade” (PROUDHON, 2003, p. 319-320); quando trata do valor, “de maneira uniforme o bem e o mal, [...]” (PROUDHON, 2003, p.244). Ainda poderíamos apontar algumas problematizações da introdução da obra de Proudhon, que é escrita pelo próprio tradutor José Carlos (MOREL, 2003, p. 7-36), mas enveredaríamos para outros sertões. Principalmente se considerássemos a tradução que José Carlos (2004) faz de Marx em Miséria da Filosofia em 2004 pela mesma editora e seus comentários introdutórios à obra. Neste Caso, para contrapor-se ao já citado trabalho de tradução de José Paulo Netto publicado pela Editora Expressão Popular, neste mesmo tradutor, há outra publicação dos anos oitenta, pela Global Editora (MARX, 1985), ambas com introduções do José Paulo e que recorreremos para nossas considerações de estudo sobre a tese. Para o debate sobre a teoria do valor em Marx e Proudhon, existe um artigo muito importante de José Flávio Bertero publicado da Revista de Estudos de Sociologia que aborda de forma clara as diferenças e os limites dos dois autores, e, reconhece a importância de Marx nos anos de 1840 como sendo um considerável esboço da constituição do ser social regido pelo capital, mesmo não aparecendo claramente ainda conceitos como mais valia e força de trabalho, “Marx concebe o trabalho como uma mercadoria particular, capaz de criar valor. Trabalho, note-se bem, e não força de trabalho, pois ele ainda não havia elaborado esse conceito. Isso o incapacita, naquele momento (1846/47), para explicar de maneira clara e precisa a origem do excedente. Só dez anos mais tarde, com a sua Contribuição à Crítica da Economia Política (1857) e os Borradores de O Capital (1857/58) é que elaborará esse conceito, bem como o de mais-valia. Tinha, entretanto, na ocasião da redação da Miséria de Filosofia, uma dada concepção do real e de ciência. E essa dupla concepção que faz com que, a nosso ver, essa obra seja uma espécie de embrião da expressão científica da sociedade burguesa, concluída em seus estudos posteriores, particularmente em O Capital, estudo no qual apreende as leis que regem o movimento do ser social sob o domínio dele, capital, as quais estão somente esboçadas na Miséria da Filosofia” (BERTERO, 2014, p. 9-34).

lógica que nos levaria a igualdade, mas não há igualdade para o tempo presente de Marx e considerar a história diferente disso seria se desintonizar do conceito de história e tempo presente em nosso principal sujeito de estudo. Na quarta observação, como apontamos anteriormente, a crítica ao binarismo da lógica histórica recebe inferência uma vez que trata-se de eliminar o lado mal da história eliminar-se-ia toda ela. Para Marx a história não é bipolar, não se trata de polaridade boas ou ruins, o devir se constitui com contradições, o movimento do processo histórico não é constituído de dois termos ahistóricos e passível de separação concreta no mundo dos homens. Queremos dizer com isso que as contradições geram crises e que estas crises movem a história sob condições determinadas, que a história é constituída por contradições, desconsiderar isso é a mais cabal demonstração de uma visão adâmica. Com efeito, é diante destas contradições, das negações das negações, queremos dizer das sínteses de múltiplas determinações que o devir se estabelece, desde a mais remota existência do ser social diante da natureza, e mais, desde antes dos seres sociais se constituírem em humanidade é possível identificar a constante relação de contradições que marcam a existência dos seres, em especial dos animais, entre eles aqueles que se humanizaram e criaram a história. Os desafios pré-históricos do homem para se alimentar, sobreviver diante de outros animais, essa lado “ruim”, “mal”, da realidade é também o elemento que possibilita a superação daquele determinado estados de coisas. A necessidade de sobreviver diante do todo, onde as leis da natureza imperam de forma impiedosa é também aquilo que coloca o homem preocupado, como diz Karel Kosik, a relação do homem diante da natureza é feroz e dessa ferocidade se afirma, se nega, se supera e se recria, ou mesmo se extingui. Marx dá ricos exemplos históricos de como é impossível a eliminação de parte de uma história bipolarizada e com isso nos coloca também parte de suas considerações sobre o conceito de história e tempo presente. Marx cita exemplos históricos como a América do Norte, o que seria os Estados Unidos sem a escravidão (temos que pensar isso para além da moral)? O que seria o capitalismo sem a exploração do trabalhador, do assalariamento? Observemos que os exemplos são ficando a partir de problematização que Marx faz diante do seu tempo presente. O conceito de história, sempre vinculado as preocupações no tempo presente para Marx é discordante de tal separação pretensamente

epistemológica de separar as partes, ou parte, boa das ruins, ou recorrendo ao judaico-cristianismo, separar o joio do trigo, pois o trigo pode ser bem trabalho, justamente por ter o homem de retirar o trigo da lavoura, queremos dizer, joio faz parte da totalidade social e neste caso natural da produção da vida (não queremos dizer que o joio é o elemento determinante na produção de trigo, mas que tal separação poderia negar o desenvolvimento de técnicas onde o homem diante de dificuldades, crise e contradições, buscaria a superação de determinados fenômenos).

Ainda seguindo rapidamente as observações de Marx, no quinto trecho, sua crítica continua sendo em relação a construção de um tipo de interpretação da história que acaba por negar ela própria. Que história se considera? Que fazer histórico (não necessariamente o fazer do historiador apenas) se realiza? O conceito de história para Marx não trabalha com princípios abstratos apriorísticos, já existentes, e exemplifica muito bem nossa afirmação quando questiona a existência de princípios no século XI e século XVIII, onde, para entender estes princípios predominantes é necessário primeiro, antes de explodir os pulmões de ar para anunciá-los, quem são os homens e mulheres no século XI e XVIII? Como organizam a vida? Quais são as formas constitutivas da sua existência? E aqui mais apresenta mais uma vez que o seu conceito de história exige que saiamos da manifestação dos fenômenos e busquemos a essência das coisas que se manifesta nos fenômenos, é verdade, mas apenas em parte dos fenômenos. É preciso mais do que princípios, é necessário investigar o movimento história, para mais uma vez não se tomar o predicado como sujeito no tempo presente.

Nas duas demais observações que constituem o capítulo segundo de Miséria da Filosofia Marx continua suas problematizações sobre a história e tempo presente. Mantém o debate sobre a necessidade de estudar a história para que a análise no tempo presente seja a mais concreta possível. Tonifica pontos anteriores na sétima observação em relação de entender a história em movimento e a não compreensão do papel das contradições na história não é apenas não compreender Hegel, mas o próprio movimento histórico. Aparece aqui neste texto publicado em 1847 o esboço do que conhecemos hoje como o capítulo XXIV do

Capital de 1867, Marx se atenta a esboçar uma chave para o entendimento do presente, retroativamente, apresentando seus estudos sobre a história de como as relações de produção vão colocando novas relações sociais, que na medida das suas necessidades vai criando novas necessidades e buscando se legitimar socialmente até mesmo por artifícios artificiais, históricos, como o universo jurídico, lançando seu manto sagrado diante da história repleta de contradições e em constante movimento, velando a realidade no tempo presente. O eixo central na sexta observação é justamente esse, demonstrar como, historicamente (sem a pretensão de ser historiador) as contradições vem operando na história e como estas contradições, por mais doloridas que são, foram e são fundamentais para a constituição da história do concreto dos homens. No texto de 1859, também apresenta com tonalidade a preocupação de historicizar o presente onde realiza a sua abordagem sobre a sociedade capitalista, propondo apontamentos históricos sobre a história da mercadoria, uma preocupação depois não publicada em 1867, mas permanecendo a preocupação de historicizar sua problematizações a todo momento, e, é exatamente o que encontramos no Capital em várias seções, sobretudo nos capítulos XXIII e XXIV. Termina suas observações reafirmando a necessidade de compreensão da história para além da moral, da bondade e de uma princípio igualitarista, equilibrador das contradições do devir. Dá peso ao debate presente no texto de 1859 sobre forças produtivas e relações sociais, não seria exagero afirmarmos que em 1847 Marx já tem claro para si o conceito de história e nos posteriores anos o que faz, sempre ao lado de Engels é aperfeiçoarem esse conceito de história e tempo presente e ao passo que realizam desta forma, fica mais evidente a não necessidade de formalizarem estes conceitos centrais na constituição do pensamento marxiano, não por arrogância intelectual, mas por maturidade intelectual, o que obviamente dificulta o trabalho de jovens pesquisadores e outros já mais maduros. Marx não deixou nenhum livro, mesmo em rascunhos, até onde sabemos, que trata exclusivamente sobre o conceito de história e tempo presente, ou sobre o seu método, como fizera Emile Durkheim ou Marx Weber, ou Marc Bloch, Lucien Febvre e outros que são dados em classe. Investigar estes conceitos em Marx (história e tempo presente), necessariamente, é enveredar-se para além da periodização seriada da história e das convenções mais aceitas sobre a escrita da história, por isso

também a necessidade de reconhecer os limites da nossa investigação e que tanto estimula, talvez o Sr. Proudhon não nos entenderia também aqui.

Estas considerações nos conduzem novamente a questão em que Marx finaliza o texto de 1847 sobre a transformação temporal, social, material no mundo dos homens concretos, onde as contradições históricas, não rígidas, a priori, são fundantes na construção do devir e sobretudo as contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção como assim já as entende em 1859. E, como também reafirma na publicação da sua “Para a Crítica da Economia Política” as condições de uma revolução social são colocadas historicamente, diante destas contradições, daí o problema daquele conceito de história que busca, ou idealiza, equilibrar os antagonismos e até mesmo aniquilá-lo eliminando o movimento, ou seja, a síntese, a possibilidade de negação, numa palavra: a superação das contradições.

Neste sentido, quando advém uma época de revolução social, constatando-se a transformação da base econômica a superestrutura também se transforma com maior ou menor velocidade. E é justamente isso que Marx está observando ao escrever a sua crítica da economia política. O sistema do capital em desenvolvimento como relação social que produz valor, se expande para outras partes da Europa e para além dela, pois chega à África, América, Ásia ainda na sua fase de desenvolvimento, e, ao amadurece-se, vai estabelecendo novas formas e também se apropriando das formas antigas de reprodução da vida para se reproduzir enquanto relação que produz valor.

O comércio é o espaço onde estas transformações inicialmente são impostas, e no caso do capitalismo, observa-se como a superestrutura vai sendo substituída de acordo com as transformações econômicas predominantes. E no caso do capitalismo, esta transformação é efetiva com maior ou menor velocidade ao passo que o sistema do capital é implementado nas novas áreas continentais. Populações inteiras são avassaladas pelo capital, no sentido de que são colocadas de acordo com os interesses do capitalista e passam a consumir e produzir de acordo com o interesse dos detentores de capital. Neste sentido a superestrutura jurídica, política, religiosa é colocada de acordo com os novos rumos da produção da vida material, ignorando a superestrutura antiga ou mesmo

subsumindo alguns de seus elementos a seu favor. Talvez o caso mais emblemático para nós no Brasil seja a escravidão na América Portuguesa, que atendera os interesses da nova base econômica entre os séculos XV-XIX. Ao passo que o capitalismo se desenvolvia e amadurecia na Europa, no Brasil, por mais de quatro séculos se manteve uma produção material e espiritual, predominantemente de *Plantation*. Considerando que estas transformações se realizam de forma desigual e combinada, nos possibilita entender que a revolução social, também deve ser pensada historicamente, pois nem sempre essa transformação da base econômica apresenta de imediato a liberdade ou mesmo o fim da violência.

É verdade que nos termos de Marx, em 1859, quando se refere a revolução social ele está pensando em seu tempo presente, onde o desgaste do modo de produção capitalista já era evidente no século XIX, entretanto, além de defender a revolução social, Marx está preocupado em entender para agir rumo a esta revolução, mas diante de determinações históricas que o espírito objetivo se equacione com o espírito subjetivo. Vejamos como continua o próximo trecho:

[Trecho 6] Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com essa formação social se encerra a pré-história da sociedade humana.

Neste trecho a concepção de história, diríamos, do desenvolvimento do devir, Marx mais uma vez insiste em apresentar o que chamamos aqui de espírito objetivo e subjetivo, como tratamos na terceira seção do nosso primeiro capítulo. As forças produtivas e as relações de produção fazem parte de um mesmo todo, se contrapondo ou não, não se entende que o sobrepujar de uma força produtiva aconteça separadamente de relações sociais, mesmo porque estas relações sociais são de produção da vida. Há nitidamente no texto de Marx uma ênfase em relação as forças produtivas, pois em seu tempo presente ele identifica como já existente, enquanto germe, novas necessidades que aquela realidade das forças produtivas já não mais correspondiam. Identifica contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção como já apontamos no início deste capítulo de nossa tese.

E é neste trecho que Marx apresenta, de forma bastante fulminante, uma sequência de modos de produção que marcaram a história até o seu presente. Fala de “*épocas progressivas da formação econômica da sociedade*” e escreve no sentido de “grandes traços”. Observamos que estas são considerações sobre uma nova forma de periodização da história proposta por Marx, sem a pretensão de estar historicizando para os historiadores de sua época. Marx, desde A Ideologia Alemã procurava observar o devir histórico da forma distinta da historiografia, focalizava períodos, é verdade, mas ao traçar estes períodos o fazia dando destaque para as formas predominantes, que considerava, de produzir e reproduzir a vida em sociedade, as formas materiais que por sua vez não descartava o universo metafísico pelo homem criado. Aqui, o texto de 1859, apenas apresenta algo que se não considerado na totalidade da produção marxiana dá, e deu, espaço para uma interpretação linear da história e progressista do desenvolvimento. Nada mais distante do pensamento de Marx, e que se constata na tradição marxista, sobretudo nos textos de Stálin como já apontamos no final do capítulo terceiro desta tese.

Os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês são apresentados em traços gerais, dos estudos de Marx, e aqui é necessário chamar a atenção, pois esta perspectiva representa as investigações de um ser social, e, por mais brilhante que tenha sido, também possui limites ao escrever um tipo de

história sobre a história (ou pré-história, no sentido que Marx considerou em dado momento)¹³⁴. Marx procede a partir de um contexto particular na história do século XIX que certamente jamais se repetirá, por obviedade e pelas conjunturas que viveu. Esperar que Marx dissertasse sobre o modo de produzir a vida dos Tupinambá é o mesmo que esperar do professor Florestam Fernandes uma análise da história do tempo presente sobre as jornadas de junho de 2013.

Marx tem uma formação específica, a partir de alguns pontos e momentos específicos da Europa do século XIX. Sua produção e por vez o seu conceito de história é construído a partir daquela realidade concreta que existe enquanto ser social. A leitura que tem sobre o mundo asiático, antigo, feudal e burguês deve ser considerada dentro desta lógica, pois entoaremos a canção do anacronismo que também já fizemos referencia no início da exposição desta nossa tese.

Não queremos dizer com isso que Marx era um homem do seu tempo, no sentido que lhe atribui intelectuais conservadores e reacionários. Reafirmamos, mesmo nesta altura da tese, que Marx realmente era um homem do seu tempo e que vivia concretamente e espiritualmente, para frente do seu tempo. Não como um idealista, mas crítico do idealismo em todas suas formas, que é um dos primeiros a identificarem as contradições daquele novo modo de produção que já nascia velho, ou ainda, que para além de identificar os fenômenos de seu tempo presente, foi, ao lado de Engels, o primeiro a realizar uma sistematização da História de consistência duradoura e que influenciou várias áreas do conhecimento até os nossos dias.

Não existiria uma teleologia nestes estudos de Marx? Esta é uma importante indagação que devemos realizar. As palavras não são inocentes – escutamos isto durante toda nossa vida acadêmica e militante- o que significa teleologia, se problematizamos a possibilidade desta característica compor o conceito de história em Marx?

¹³⁴ Poderíamos afirmar ainda, que o conceito de história de Marx é realizado a partir de um momento que ele chamará de pré-história (pelo fato de a regência da vida ainda não ser dada pelo homem, mas pelo capital, sendo a história o momento do devir em que esta regência se inverteria. Marx encontra elementos para a necessidade do homem adentrar plenamente na história e sua escrita se situa na transição histórica dentro deste devir. Isso tudo não em termos de inevitabilidade, mas da necessidade, da possibilidade.

Se considerarmos que teleologia se comuna com idealismo e metafísica da e na história, certamente o conceito de história e tempo presente em Marx não comporta esse tipo de característica, pois o pensamento de Marx é exatamente o oposto destes significados. Entretanto, se tomarmos teleologia, como o movimento ideal que os seres sociais são capazes de realizarem a partir de uma determinada realidade social, a partir de um conhecimento historicamente acumulado e de necessidades concretas no mundo dos homens, teleologia passa a ter um outro sentido, e, enfatizamos, da maior importância para compreensão da concepção ontológica da história que Marx constrói em parceria de Engels.

Neste último sentido o conceito de história em Marx é sim a ideação e sistematização do devir em bases reais, do mais empírico ao mais abstrato, para isso é importante adiantarmos que ele inicia o capítulo primeiro do texto de 1859 com a mercadoria e os seus fatores, ou seja, com algo radicalmente concreto, tangível e ao mesmo tempo altamente abstrato, relativo e histórico. O teleológico para Marx não é fruto da imaginação meramente criativa, mas a utilização destas qualidades particularmente humanas diante do laborioso trabalho de investigação que exige tempo, dedicação, materialidades e espiritualidades, não se tratando de constituir o pensamento do espantalho, mas de compreender a constituição do espantalho e as relações sociais que enfeitiçam a palha, as vestimentas e o chapéu posteriormente chamado de espantalho na cabeça dos homens.

Ainda neste trecho, Marx identifica as relações burguesas de produção como sendo as últimas formas antagônicas no processo social de produção da história humana, considerando que a história contrata constituída para o seu tempo é, no mais imediato aqui, o ano de 1859, e no mais tardar o ano de sua morte, 1883. Ainda, até o seu presente histórico, observa que o modo de produção capitalista é o último da história humana e não o fim da história em sua última forma de reproduzir a vida.

Marx faz aqui mais uma sutil e macro periodização da história, pois tudo, até o modo de produção burguês moderno trataria-se da pré-história da humanidade e não as sua história propriamente dita uma vez que a regência da vida ainda não é plenamente do homem, mas do capital (nesta última etapa do devir). Trata-se de apenas uma frase, mas se considerada em partes da

totalidade do pensamento de Marx que tivemos acesso durante nossa tese, torna-se algo mais substancial, pois é representativo das suas considerações em relação à superação do estado de coisas para além da individualidade na História. Está se referindo ao fim dos antagonismos de classe que identificou marcar a pré-história humana, com base nas condições sociais de vida dos indivíduos, no caso, na sociedade capitalista. Mais uma vez aqui se coloca outra problematização: fim do antagonismo entre as classes? Não seria isso uma manifestação da ideia de paraíso na terra como trata algumas religiões, no caso de Marx o judaico-cristianismo?¹³⁵

Estas problematizações expressamo como o próprio pensamento do interlocutor é recheado com as ideias religiosas e por isso acaba por exteriorizar os seus próprios demônios. Quando Marx escreve sobre o fim da pré-história e uma possível entrada na história propriamente dita em suas possibilidades de realizações verdadeiras e de objetivações não alienadas no sentido que impera na sociedade capitalista, não está se referindo ao fim dos problemas, das problematizações ou dos conflitos no campo da individualidade. Marx faz referência ao fim do antagonismo de classes, como demonstra bem no trecho 6 a partir da 13 linha. Assim, como será então esta história em que o homem poderá se ver livre do trabalho alienado e concretamente se realizar durante a vida associando-se a outros humanos? Uma pergunta excitante, pois se refere a justamente algo que não efetivamos até este século XXI, e que foge plenamente de nossos objetivos, pois não passaríamos das conjecturações mais diversas, das pessimistas até as mais romanceadas e isto não constitui a preocupação de Marx na exposição de sua “Crítica” em 1859¹³⁶.

¹³⁵ Durante a realização deste nosso estudo, agora apresentado como tese de doutorado, não foram poucas as pessoas que nos interpelavam com este tipo de indagação. Observamos algumas matizes, fenomenicamente é claro, destas preocupações em nossos interlocutores, desde a mais banal até mais complexa (todas importantes), todas colocadas no espaço hegemonicamente acadêmico. Talvez por não lerem ou mesmo por terem uma leitura pluralmente caricatural do pensamento de Marx e que não cabe a nós, neste momento fundamentar suas origens.

¹³⁶ Evidentemente Marx, Engels e todos os marxistas do século XIX até os nossos dias se depararam e deparam com esta cobrança por parte dos lutadores e a resposta que guarda maior disposição com o conceito de história e tempo presente em Marx é: Como será, exatamente, não sei. Reunindo as experiências histórias que temos após Marx é possível pensarmos juntos esta construção do devir, mas como ele será exatamente, ninguém pode afirmar, a não ser que se deixe de recorrer a Marx e consulte algum dos deuses criados pelos homens, ou coisa do gênero.

Seguindo, no trecho 7 Marx disserta sobre a importante parceria com Engels, ou seja, do trabalho em conjunto, na produção de um conceito de história que se fez e se identifica na trajetória dos dois amigos e militantes. Mas vai além e reconhece a importância primeira que teve Engels na sua formação:

[Trecho 7] Friedrich Engels, com quem mantive por escrito um intercâmbio permanente de idéias desde a publicação de seu genial esboço de uma crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), chegou por outro caminho (compare o seu trabalho *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*) ao mesmo resultado que eu; e quando ele, na primavera de 1845, veio também instalar-se em Bruxelas, decidimos elaborar em comum nossa oposição contra o que há de ideológico na filosofia alemã; tratava-se, de fato, de acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito tomou corpo na forma de uma da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grossos volumes *in octavo*, já havia chegado há muito tempo a editora em Westfalia quando fomos informados de que a impressão fora impedida por circunstâncias adversas. Abandonamos o manuscrito a crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos atingido o fim principal: a compreensão de si mesmo. Entre os trabalhos dispersos de então, através dos quais submetemos ao público nossas opiniões sobre questões diversas, menciono apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, que Engels e eu redigimos em conjunto, e uma publicação minha, o *Discurso Sobre o Livre-Comércio* (*Discours sur le Libre Échange*). Os pontos decisivos de nossa opinião foram indicados cientificamente pela primeira vez, ainda que apenas de uma forma polemica, em meu escrito *Miséria da Filosofia* (*Misere de la Philosophie* etc.), publicado em 1847 e dirigido contra Proudhon. Depois, numa dissertação escrita em alemão sobre o Trabalho Assalariado, onde sintetizei as minhas conferências sobre este tema feitas na União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas, cuja impressão, todavia, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro e por minha subsequente expulsão da Bélgica.

A publicação da *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*), em 1848 e 1849, e os acontecimentos posteriores interromperam meus estudos econômicos, que só puderam ser retomados em 1850, em Londres. A enorme quantidade de material sobre a história da economia política que se encontra acumulada no Museu Britânico, a situação favorável de Londres como ponto de observação da sociedade burguesa e finalmente o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro na Califórnia e Austrália determinaram-me a começar tudo de novo, e estudar criticamente até o fim todo o material. Esses estudos, em parte por causa de seu próprio caráter, chegaram a disciplinas aparentemente afastadas do plano original, nas quais tive que deter-me por mais ou menos tempo. Mas foi sobretudo a necessidade imperiosa de exercer uma profissão para ganhar a vida que me reduziu o tempo disponível. Minha colaboração, já de

oito anos, com o primeiro jornal anglo-americano, o *New-York Tribune*, tem exigido uma extraordinária dispersão dos estudos, uma vez que apenas excepcionalmente me ocupo com o jornalismo propriamente dito. Contudo, artigos sobre fatos econômicos de destaque, ocorridos na Inglaterra e no continente, constituem uma parte tão significativa da minha contribuição que me vi obrigado a familiarizar-me com pormenores que ficam fora do ramo da ciência da Economia Política propriamente dita.

Este penúltimo trecho sistematizado por nós, composto por dois parágrafos, talvez seja o que mais emblematize o título de nossa seção: a apresentação fulminante do conceito de história. Nele Marx sintetiza um tipo de escrita que deliberadamente leva o seu leitor por quatorze anos de investigação e produção preocupada com o tempo presente e o ser social na história, de 1845 até 1859.

Faz referência aos Anais Franco-Alemães e ao livro de Engels, sobre a situação dos trabalhadores na Inglaterra e escreve sobre a existência de outros caminhos que os levaram as mesmas considerações sobre a Economia Política em seu tempo. Ou seja, mais uma vez é necessário enfatizar que na construção do conceito de história e tempo presente, para Marx, não cabe a consideração de uma perspectiva dogmática, mecanicista e monolítica, pois o que está apresentando é uma chave para a anatomia do macaco, não a única possível.

Faz também referências A Ideologia Alemã, não publicada e descoberta apenas no século XX, onde juntos escreveram centenas de páginas críticas e debochadas aos filósofos idealistas de seu tempo, reivindicando o materialismo histórico, antagônico ao materialismo mecanicista e a filosofia idealista. Cita o Manifesto do Partido Comunista e o Discurso Sobre o Livre-Comércio e enfatiza a primazia científica da apresentação de suas ideias no livro também publicado em vida contra Proudhon “Miséria da Filosofia” de 1847. Refere-se ainda ao texto publicado em 1849 como resultado de um trabalho de formação política desenvolvido em Bruxelas em 1847 durante a Revolução de Fevereiro e sua expulsão da Bélgica. Se refere a Nova Gazeta Renana entre 1848 e 1849 e a interrupção das investigações apenas retomadas em 1850 na Inglaterra. Identifica a grande quantidade de fontes para sua investigação acerca da economia política

e como Londres é um palco privilegiado para o estudo na sociedade burguesa e suas contradições.

O texto que, também enfatiza a relação conflituosa entre a necessidade de continuar seus estudos e as necessidades materiais para garantir a sobrevivência junto a família. É neste momento que Marx sistematicamente passa a contribuir para o jornal anglo-americano *New-York Tribune* que ao passo que lhe proverá alguma forma de renda para o sustento também o retirará o tempo necessário para ocupar-se do desenvolvimento da sua “Crítica”. Outro elemento importante é a questão das retomadas de estudos, Marx está sempre retomando suas considerações, caracterizando o pensamento de acordo com as transformações históricas cotidianas. Uma postura metodológica que o difere de um pensamento dogmático, mesmo quando poderia colocar por terra um conjunto expressivo de publicações e polêmicas já traçadas.

Todo esse itinerário que Marx apresenta ao leitor não é com o fito de esbanjar um currículo invejável como coisa do gênero, mas fundamentalmente inserir o seu leito em parte da totalidade que a sua crítica vinha se constituindo. O trabalho jornalístico diante do tempo presente, as críticas publicadas nestes jornais e revistas, a militância com trabalho de organização e formação política com trabalhadores alemães exilados, o produção de textos que se sintonizassem com a realidade concreta do seu momento histórico, a crítica ao idealismo alemão, a polêmica com parte da tradição socialista que chamará de utópica, o programa político do Manifesto do Partido Comunista, a Revolução de Fevereiro em 1848, o descenso de 1849, o exílio, a vida em Londres nos anos de 1850, as necessidades materiais, o trabalho jornalístico como forma de vender a sua força de trabalho intelectual, a falta de tempo, a familiarização com a economia política, todos estes elementos colocados, mais uma vez, deliberadamente por Marx no prefácio de seu livro tem a intenção de apresentar ao seu leitor o que claramente escreve no último trecho da apresentação do livro. Marx deixa nítido a sua perspectiva de longa duração da investigação científica e de como as questões materiais são entraves na produção do conhecimento crítico que propunha desde os anos de 1843. Como afirma no trecho final do prefácio de 1859:

[Trecho 8] Esse esboço sobre o itinerário dos meus estudos no campo da economia política tem apenas o objetivo de provar que minhas opiniões, sejam julgadas como forem e por menos que coincidam com os preconceitos ditados pelos interesses das classes dominantes, são o resultado de uma pesquisa conscienciosa e demorada. Mas na entrada para a Ciência - como na entrada do Inferno - é preciso impor a exigência:

Qui si convien lasciare ogni sospetto

*Ogni viltà convien che sia morta.*¹³⁷

O trecho final demonstra que Marx tinha consciência que o silenciamento covarde e o não enfrentamento dos seus opositores políticos-intelectuais em relação a obra poderia se concretizar. A honestidade intelectual é uma exigência para se conhecer aquilo que se coloca, concordando ou não com os resultados.

Este prefácio não se esgota em nossa leitura, pois a riqueza de cada parágrafo, de cada linha só pode aqui ser apresentado na medida também da nossa realidade concreta, que também é política e material. A apresentação de Marx é fulminante por sintetizar sua trajetória e nesta síntese muitos elementos ficaram sem a apresentação, acontecimento típico do escritor que deve estabelecer critérios de acordo com a sua perspectiva para convencer o interlocutor daquilo que se deseja apresentar.

Lamentavelmente, por motivos razoáveis de divulgação do pensamento de Marx este prefácio também é apresentado separadamente da obra. Ao analisar a mercadoria e o dinheiro Marx se ocupa em apresentar os elementos centrais deste prefácio, porem, como isso e feito em 1859 parece não convencer os interlocutores, mesmo os mais próximos de Marx do seu conceito de história e tempo presente. Nosso estudo se ocupa agora de demonstrar como é que o conceito de história e tempo presente comparece no capítulo da mercadoria e do dinheiro, neste trabalho de 1859 como o sendo a primeira manifestação do Capital de 1867. Passemos assim ao Livro Primeiro, composto pelo capítulo da Mercadoria de O Dinheiro ou a Circulação Simples, vejamos como a história comparece em sua análise e por mais que possa parecer a mercadoria e o

¹³⁷ Uma referência a Divina Comédia, de Dante Alighieri, onde se diz: “Que aqui se afaste toda a suspeita/Que neste lugar se despreze toda a covardia” (a tradução aqui também é de Edgard Malagodi).

dinheiro apenas como coisas veremos que estas coisas são mais do que objetos ou abstrações para Marx.

5.4. A manifestação do conceito de história e tempo presente nos capítulos sobre a mercadoria e o dinheiro em 1859

Retomamos, a construção do conceito de história e tempo presente é uma realização processual de Marx e que não se identifica apenas em uma obra, livro, artigo, conferências ou cartas. Este foi constituído durante a trajetória intelectual militante do autor onde pudemos mapear algumas de suas manifestações sobre estas categorias de nosso estudo sobre história e tempo presente.

A existência de textos emblemáticos não esgotam os conceitos e o texto de 1859, para além de seu prefácio, embora não seja a obra mais emblemática onde boa parte dos pesquisadores procuram entender uma das manifestações sobre o conceito de história e tempo presente. Entretanto, nossa tese apresenta agora a manifestação destas categorias no texto já apresentado e como foi abordado nas seções e capítulos anteriores, em 1859 este conceito já está amadurecido e sendo utilizado na mais rica crítica ao tempo presente como fizera em 1852 com a publicação de o “18 de Brumário de Luís Bonaparte”¹³⁸, e como sabemos, fora ainda mais aperfeiçoada nos anos de 1867, com o Capital.

O capítulo primeiro que vai tratar da mercadoria, em primeira vista, parece tratar apenas de uma coisa ou conjunto de coisas, ou seja, de objetos, de bens com determinados valores. Todavia, ao tratar da mercadoria e suas formas¹³⁹, Marx está tratando exatamente do tema central de nossos estudos, ou ainda, o autor trata da história e tempo presente sem a necessidade de ficar mencionando estas categorias ao passo que tem a necessidade de apresentar outras, sobretudo o valor.

Ao atingirmos este momento da exposição de nossa tese, para sustentarmos nossas considerações, reafirmarmos, os capítulos que

¹³⁸ Verificar na seção 1.2 de nosso capítulo I, onde apresentamos como o conceito de história aparece já em 1852.

¹³⁹ Sobre a estética da Mercadoria, há um estudo desenvolvido por Vanessa Batista Andrade da maior relevância para os que desejam entender a mercadoria e a obsolescência programada em nosso tempo presente onde a autora se preocupa em apresentar um estudo que se vincula também com a nossa proposta de problematizações que partem do presente antagônico de classes em perspectiva histórica “*Desde a Grécia Antiga, a beleza é percebida como a harmonia das formas, e essa harmonia passou a ser prerrogativa para todas as mercadorias. Ela deveria agradar os sentidos humanos e se apresentar como uma ‘promessa aparente’ embutida na mercadoria que facilitaria a troca dos produtos*” (ANDRADE, 2007, p. 27).

antecederam foram e são da maior importância para localizarmos estes dois conceitos em uma obra de Marx fora de uma chave imanente que privilegia apenas a obra de um determinado autor, apenas o texto e ignora o contexto, a totalidade que a parte expressa e é ao mesmo tempo. Continuamos, assim, a proceder a apresentação de nossos estudos sobre a obra do autor e o autor da obra em movimento associando este capítulo a todos os demais de nossa tese onde o conceito de história e tempo presente em Marx já vem sendo apresentado desde a primeira linha do capítulo I.

Considerando nossa abordagem na introdução, onde estabelecemos a não similitude entre conceito e definição, Marx conceitua ao passo que examina, e examina no passo que conceitua a constituição da mercadoria, e, ao fazer desta forma, disserta sobre o presente histórico, onde pudemos identificar o conceito construído diante da própria análise do tempo presente através da pena de Marx¹⁴⁰.

A mercadoria é entendida com a manifestação de um complexo de relações sociais onde se cristaliza de forma fetichizada as relações entre seres produtores, produtores de mercadorias, mesmo que em sua forma reificada, estranhada, estrangeira, por isso podendo ser apreendida como algo simples, absolutamente concreta e natural.

O capítulo da mercadoria trata de um processo geral, embora Marx se refira a particularidade do produtor, o seu foco central é a generalidade já estabelecida na sociedade de mercado em seu tempo presente¹⁴¹, trata da essência das relações sociais no capitalismo. E, nestas condições, as pessoas se apresentam também como coisas, como mercadorias e as relações humanas são

¹⁴⁰ Nesta época não existia nem mesmo a caneta. Marx escrevia com uma ponta de ferro molhada no tinteiro. A caneta bico de pena só fora desenvolvida depois, aperfeiçoada com uma ponta de metal e munida de um carregador de tinta em 1884, patenteado por Lewis Waterman, um ano após a morte de Marx. É muito mais recente as canetas esferográficas que conhecemos hoje no século XX e XXI, como a pioneira francesa Bic, de Marcel Bich.

¹⁴¹ O tempo todo Marx trabalha desta maneira, desde as suas considerações sobre a Filosofia do direito em Hegel, a crítica sempre é colocada em perspectiva de totalidade. Isso significa que a crítica em Marx se constituiu na sua trajetória sempre levando em consideração o seres, ontologicamente constituídos, diante da totalidade história. Assim a escrita, a análise, sempre se coloca o objeto, o sujeito, diante de um todo mais geral e complexo do que a mera manifestação fenomênica dos seres.

entendidas naquele presente histórico em sua generalidade mais ampla, porém coisificada.

Observa-se que a preocupação central é dirigida a processos sociais, e não detidamente a indivíduos, pessoas na sua imediatez. O motivo é o fato de esta imediatez ser a imediatez onde o ser não se identifica como o eixo central da história, mas as mercadorias. A mercadoria é a forma pela qual as relações sociais são identificadas, uma relação entre coisas, coisas que ganham vida altamente significativa em uma mercadoria geral que é o dinheiro, assunto que Marx aborda no capítulo II.

A história nesse momento é marcada por relações sociais altamente fetimizadas e a mercadoria é neste movimento o elemento pelo qual o capital avassala as formas anteriores a ele, de produção da vida, a seu favor, reproduzindo cada vez mais relações alienadas, onde o trabalho vivo é a cada momento no presente histórico sugado pelo trabalho morto. Este é o ponto de consideração inicial da exposição de Marx, é a forma que nota o presente histórico, por isso uma crítica da economia política e não um elogio do presente, por isso um conceito crítico de história no presente da sociedade burguesa. Retornando ao “Manifesto” de 1848, se referindo à apropriação avassaladora (subsunção) Marx nos escreve:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX & ENGELS, 2005, p. 44).

Todo este complexo violento de relações sociais é objeto de Marx em sua “Crítica”. Ao tratar das formas da mercadoria, também trata das formas de trabalho. O trabalho abstrato, geral e o trabalho simples, particular, concreto. Sua análise da história considera a constituição das mercadorias através da atividade vital que é o trabalho e as duas formas de trabalho são as que Marx identifica no

seu presente como aquelas que nos moldes da economia política capitalista determinam os homens na pré-história da humanidade. Em outras palavras, a história daquele presente era hegemonicamente constituída por seres alienados a um modo de produção da vida que ao reproduzi-la o fazia de modo fetichizado, uma história onde o personagem central é conduzido pelo capital a uma relação social onde o sujeito se transforma em objeto e o objeto em sujeito. Retomemos mais atentamente a questão da mercadoria e suas formas, assim como o conceito de trabalho apresentado deste capítulo primeiro da “Crítica” de Marx em 1959.

Marx parte das considerações já estabelecidas pela economia política acerca do que é a mercadoria. Vejamos:

À PRIMEIRA VISTA, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo de ser elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso e valor de troca*¹⁴².

Em primeiro lugar, a mercadoria e, na expressão dos economistas ingleses, "uma coisa qualquer, necessária, útil, ou agradável para a vida", objeto de necessidades humanas, meio de vida no sentido mais amplo da palavra. Esse modo de ser da mercadoria como valor de uso coincide com sua existência natural palpável. Trigo, por exemplo, é um valor de uso particular que se diferencia dos valores de uso algodão, vidro, papel etc. O valor de uso só tem valor para o uso, e se efetiva apenas no processo de consumo. O mesmo valor de uso pode ser utilizado de modos diversos. Contudo, a soma de suas possíveis utilidades está resumida em seu modo de existência como coisa com propriedades determinadas. Além disso, o valor de uso é determinado não só qualitativa como quantitativamente. Segundo sua propriedade natural, diversos valores de uso possuem medidas diferentes, como fanga de trigo, resma de papel, vara de tecido (MARX, 2005, p. 57).

Marx inicia a apresentação de suas investigações a partir da mercadoria como já estabelecida pela economia política clássica. A mercadoria seria uma coisa com utilidade para a existência e como apresenta posteriormente no

¹⁴² Ao final do parágrafo Marx faz a seguinte citação: “ARISTÓTELES. *De Republica*. Edit. I. Bekkeri Oxonii, 1837. Livro Primeiro. cap. IX. – ‘Pois todo o bem pode servir para dois usos... Um é próprio à coisa como tal, mas o outro não o é: assim, uma sandália pode servir como calçado, mas também pode ser trocada. Trata-se, nos dois casos, de valores de uso da sandália, porque aquele que troca a sandália por aquilo de que necessita, alimentos, por exemplo, serve-se também da sandália como sandália. Contudo, não é este o seu modo natural de uso. Pois a sandália não foi feita para a troca. O mesmo se passa com os outros bens’”.

Capital, é um bem. Trata-se de uma definição e como apontamos desde a introdução de nossa tese, definições não se aplicam no modo de trabalho intelectual de Marx¹⁴³. Entretanto, é importante observar que a exposição da crítica considera a definição que estabelece o que é a coisa, o bem útil à vida no sentido mais amplo do termo, mas a coisa, no caso, a mercadoria como coisa, não passa da manifestação de parte do fenômeno mercadoria. Definições históricas como esta diante do conceito de história de Marx são importantes no sentido de demonstrar que elas mesmas, as definições não são suficientes para entender a história das coisas e sujeitos, os fenômenos. Ao definir, fixa-se o que é, e, como em uma enciclopédia, o ser lá se manifesta de forma estática, como se fosse possível enquadrar o movimento das coisas sem legá-lo ao não-movimento.

Partindo deste ponto a exposição marxiana passa a questionar e ao apresentar a definição clássica da mercadoria vai ao mesmo passo problematizando desde o início a coisa: *“A primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias”*. Já sugerindo ao leitor uma segunda visão que é a sua crítica ao passo que apresenta os dois fatores da mercadoria sem se preocupar em definir ao longo de sua exposição. Marx opera desta maneira durante a construção da sua trajetória e ao historicizar parte sempre do estabelecido, do tempo presente e como as coisas se apresentam nele.

Ao tratar da mercadoria o leitor mais atento perceberá que as pessoas não são citadas em sua singularidade. O sr. Durigan não aparece como agrônomo, assim como não aparece o sr. José Carlos como capataz no interior de São Paulo, nem mesmo o sr. Navega como operário da indústria de bolachas. Aparentemente não há personagens com centralidade no palco de suas exposições. Qual o motivo que leva Marx a não falar inicialmente dos homens de carne e ossos? Se foi um intelectual, militante e dirigente político revolucionário, qual seria o propósito de logo inicialmente já não citar a concretude do tempo

¹⁴³ E aqui em total concordância com Reinaldo Carcanholo: *“Reafirmemos que o valor, como qualquer categoria da dialética marxista, não se refere a algo dado, a algo que possa ser definido de uma vez para sempre. O valor é, na verdade, um processo de desenvolvimento que, como qualquer outro, possui seu nascimento, desenvolvimento, maturidade, velhice ou senilidade e morte”* (CARCANHLO, 2011, p. 18).

presente, assim como já fizera Engels em seu livro *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra?* Ou como ele mesmo já publicara em seu *18 de Brumário de Luis Bonaparte em 1852?*¹⁴⁴

Engana-se o leitor que concordar com isso. O que Marx está fazendo é exatamente escrever de pessoas de carne e ossos, mas em uma sociedade onde estes mesmos homens, mulheres, gays, lésbicas e simpatizantes vivem e reproduzem a sua vida em estado de encantamento. Está escrevendo sobre a sociedade capitalista e necessariamente sobre a história do tempo presente. Uma história que é a crítica da história no presente.

Dissertar sobre uma história encantada no mundo do consumo identificando que essa ideia de sociedade de consumo é uma ilusão para o século XIX (e ainda atual) é um de seus grandes motivos. E para entender o poder do fetiche, até mesmo considerar que as relações são fetichizadas faz com que o autor inicie por aquilo, aquela coisa que mais é portadora do fetiche, iniciando

¹⁴⁴ Para a continuidade é necessário mais uma vez considerar como Reinaldo Carcanholo observou em seu “Capital: Essência e Aparência”: “4. Devemos advertir imediatamente sobre uma importante característica d’O capital. Não vamos encontrar nesse livro a exposição dos resultados finais de uma pesquisa terminada; algo assim como um resumo das conclusões. De certa maneira, o que ali se expõe é a trajetória da pesquisa, os passos metodológicos necessários para ir descobrindo progressivamente cada nova categoria. Veremos que, ao lermos atenta e ordenadamente cada um dos seus sucessivos parágrafos, estaremos sendo conduzidos de mãos dadas pelo autor. Ele nos levará da observação sistemática e metódica da realidade, ao descobrimento das categorias; destas e de uma nova observação do real, nos guiará para o descobrimento de novas categorias. Começaremos logo a sentir-nos como os verdadeiros descobridores das mesmas. Aceitemos o convite do autor, caminhemos sob sua condução durante algum tempo, nos passos mais simples ou nos mais difíceis. Não tardará muito e nos daremos conta de que, em alguns passos, já não necessitaremos sua mão; poderemos caminhar sozinhos. 5. No entanto, como estamos acostumados a exposições sobre resultados finais, sobre conclusões, inicialmente não entenderemos o convite do autor. Suas palavras soarão como afirmações conclusivas” (CARCANHOLO, 2011, p. 27 – 28). Considerando que nosso objeto de estudo é a Crítica publicada em 1859 e que esta é a primeira apresentação sistematizada e que durante os anos de 1860 terá a sua exposição aperfeiçoada, passando ainda nos anos de 1870 por constantes aperfeiçoamentos de exposição das investigações, sempre em andamento de Marx, estamos convencidos de que as observações de Reinaldo Carcanholo são da maior importância para a nossa exposição. Em 1859, a exposição marxiana da teoria dialética do valor ainda é pesada, densa e que fará Marx acrescentar e deixar vários momentos dessa sua exposição que em 1867 é O Capital. Para nossas problematizações e objetivos aqui, estes dois eixos (4.- 5.) de observações são relevantes no que tange ao nosso leitor acerca da compreensão do conceito de história e tempo presente, intrinsecamente ligados no “Para a Crítica da Economia Política de 1859”. No próprio Prefácio, Marx faz referência ao poeta florentino que é conduzido pelos caminhos por Virgílio, provocando uma interlocução com o leitor que nos conduz a hipótese de associação de Marx com a própria figura do poeta romano.

pela mercadoria e posteriormente o dinheiro onde o processo brutal de fetichização se realiza na sociedade capitalista.

O conceito de história está diretamente associado à necessidade de entender como funciona a sociedade capitalista através da economia política. Como os homens organizam as suas vidas, como elas são organizadas pelo capital ao ponto de não se reconhecerem no processo de produção e mesmo no ato da circulação onde o fetiche se completa.

A análise da mercadoria se preocupa centralmente em demonstrar que as relações sociais de produção, as forças produtivas da vida não são relações naturais, que os valores e tipos de trabalhos não são determinações naturalmente imanentes e que se manifestam por algum tipo de poder na história na vida dos homens. Não se trata da realização do espírito que se manifesta em parte nas coisas e nos seres, menos ainda de mistérios que se manifestam nos objetos. Marx demonstra que a produção de valor existe com critérios estabelecidos e históricos e a sua proposta durante décadas de sua vida foi procurar demonstrar como é que esta história se processa, sobretudo, em sociedade de capitalismo industrial avançado como se podia observar na Inglaterra.

Este conceito de história está ligado a uma perspectiva proponente de transformação radical do tempo presente. Não encontramos na crítica da economia política de Marx apenas um tratado de entendimento do sistema capitalista, mas um conjunto de ferramentas teóricas que ao escrever a história crítica daquele presente está também propondo a construção de outro estado de coisas, a verdadeira entrada da humanidade na história em detrimento da situação que se encontrava naquilo que classificou como pré-história da humanidade em que a regência, o grande reitor é o capital.

O conceito de história e tempo presente em Marx não é a manifestação de um epistemólogo, mas de um intelectual revolucionário, que participara como ser social, talvez de um dos momentos mais singulares de toda a história do capitalismo onde o seu conceito de história era colocado a prova a cada momento do tempo presente, seja nas barricadas na Prússia, seja através das publicações e correrias de todos os tipos que está metido um dirigente político exilado e com responsabilidade de receber outros militantes no exílio (principalmente pós

1871)¹⁴⁵.

Também é importante notar que a escolha de Marx por iniciar pela mercadoria lhe custou muitas reflexões, pois nos *Grundrisse* o dinheiro tem destaque inicial, mas logo observa que antes do dinheiro a mercadoria era o elemento que na história se manifestava de forma mais imediata. A vida é pautada por elas, o seu posicionamento social é marcado pela quantidade destes bens que se possui ou não, muito ou pouco, a posse dessas significará uma posição social. Na sociabilidade capitalista tudo é mercadoria, elas estão por toda parte e expressando uma quantidade de poder, seja ele de consumo, político ou econômico. A mercadoria mostra quem é quem no mundo do mercado e é este tempo presente altamente contraditório que Marx está apresentando como resultado de seus estudos. Neste sentido as “metáforas” apresentadas anteriormente demonstram o significado da mercadoria e do dinheiro no tempo presente, e insistimos, a essência desta relação não se alterou durante os últimos séculos.

Como dissemos, o primeiro capítulo do livro trata da mercadoria porque é ela a expressão mais imediata do mundo da produção. Da Pré-história ao século XIX. Evidentemente que é no sistema capitalista que a produção das mercadorias se intensificou, e um tipo de mercadoria específica que já existia que é a força de trabalho também intensificada e passou a ser predominante com o sistema de assalariamento durante o processo de desenvolvimento da revolução industrial.

No assalariamento, o sujeito que trabalha em troca de um salário, não fora invenção de uma mente diabólica, singular, do sistema capitalista, este já existia desde a Grécia Antiga, mas predominantemente este fenômeno acontece

¹⁴⁵ Nossa escrita pode até ser tomada como presunçosa, mas seria difícil proceder com uma estética diferente desta ao investigar parte da produção de um intelectual militante e dirigente. Por certo, há momentos, assim como também há no texto marxiano, a preocupação de que a interlocução sobre esta história não seja algo absolutamente restrita a um conjunto de cinco importantes intelectuais, mas que seja, e que seja mesmo, ao menos uma piscadela diante da luta de classes que consiga chamar a atenção do leitor para a importância da continuidade deste conjunto de problematizações apresentados até aqui. Diferente de Marx, nossa investigação se faz no universo acadêmicos e aqui temos problemas que Marx e Engels certamente não tiveram que se preocupar, assim mesmo insistimos e a esta altura da apresentação os membros da banca já devem ter amadurecido as suas considerações, cabendo a mim a sustentação em banca desta estética, desta proposta de escrita que por vários momentos teve a necessidade concreta de ousar escapadelas diante de uma estética mais tradicional para a apresentação de uma tese de doutoramento.

no sistema capitalista entre os séculos XVIII e XIX. Graças ao assalariamento temos um número maior de mercadorias e, sobretudo, mercadorias especiais, capazes de produzirem e reproduzirem mercadorias, e aqui falamos da força de trabalho como a mercadoria de todas as mercadorias.

A crítica em 1859 inicia apresentando a mercadoria em seus aspectos de uso e de troca. Estes dois temas são tensos, mesmo no Capital em 1867 onde comparece a preocupação e expor mais apuradamente a abordagem do assunto após as críticas de Engels à Marx. Ele considera a mercadoria a partir dos economistas clássicos, que mercadoria é algo benéfico ao sujeito, que tem determinados valores para o sujeito que a cria ou a consome. Estes valores Marx chamou de os dois fatores da mercadoria, que são: o valor de uso e o valor de troca, que pressupõe dois tipos de trabalho, com já adiantamos nos parágrafos anteriores. O valor de uso é o sentido mais genérico, mais cotidiano. Determinados objetos possuem seu valor de uso, que pode ser diferente variando de lugar para lugar. Quando produzo algo para o meu consumo este produto é possuidor de valor de uso. O valor de uso, ou valor simples é aquele produto que é produzido por um trabalho concreto, ou seja, a pessoa produz algo para seu próprio uso ou de outrem. A maior parte da história, para Marx, foi marcada pelo valor de uso. O valor de uso deve ser entendido como substância, e o valor de troca como grandeza. Associa valor de uso à realização do produto necessariamente para uso próprio. Quando a produção é destinada à venda, visando o mercado, este produto já não é mais um simples produto e é chamado de mercadoria e tem valor de troca. O produtor quando realiza vários produtos para vender ele então faz o produto objetivando consumi-lo, mas alcançar com este um valor de troca e essa troca irá acontecer no mercado. Os produtos que estão no mercado se chamam mercadoria. O valor de uso tem substância, “faço pois é importante para mim”, e o valor de troca tem um valor de grandeza representante do valor histórico-social produzido, ou seja é feito em quantidades para receber maior valor de troca. Esta é a forma simples de manifestação da mercadoria em seus valores de uso e valor de troca.

Na sociedade industrial, onde predomina o trabalhador assalariado a produção de produtos não é a predominante. A Inglaterra que Marx observa é o

maior laboratório do mundo industrial onde se podia observar todos os dias a hegemonia da produção de mercadorias. Produtos que vão ao mercado e lá vendidos, e, para isso, o dinheiro é o equivalente geral necessário para a realização das trocas. Todavia, o presente de Marx apresenta uma enorme quantidade de mercadorias, grandes riquezas e ao mesmo tempo grande miséria, o que chamamos aqui na tese de manifestações da questão social.

Diante do mundo da mercadoria a literatura bem retratou este momento repleto de contradições. Autores como Oscar Wilde, Charles Dickens e Emily Brontë¹⁴⁶, retrataram muito bem o tempo presente repleto de contradições na sociedade industrial. A Inglaterra vitoriana demonstra riqueza, avanços materiais, mas também leva à ruína milhares de trabalhadores, os produtores de toda esta riqueza. As condições de saúde, casas improvisadas, a hipotermia, a saúde do trabalhador, a insalubridade no trabalho, a periculosidade, acidentes de trabalho, esquiteamento de crianças trabalhadoras nas máquinas e desgraças de todos os tipos, contrastavam radicalmente na paisagem do tempo presente diante da ostentação material da classe burguesa.

Outro ponto importante é a forma que a mercadoria se manifesta no mercado, aqui falaremos apenas do valor de troca. Marx se detém principalmente ao valor de troca. Primeiramente ele apresenta o valor de uso de forma simples, genérica, que é a substância da mercadoria, e depois se detém a escrever somente do valor de troca, e ele cita apenas “valor”, mas sabemos que ele se refere ao valor de troca e que jamais pode ser aqui confundido como preço da mercadoria. Então usaremos apenas a palavra valor, e quando não estiver no sentido de valor de troca então falaremos valor de uso. Como acontecem essas trocas no tempo presente? As mercadorias possuem valores relativos umas as outros, mas podem também serem equivalentes. Exemplo: um castelo, quanto custa? Alguns bilhões de reais, já uma graxa de sapato são apenas 3 reais. A

¹⁴⁶ Todos sem uma perspectiva revolucionária no sentido de Marx, mas, com efeito, a partir de suas particulares perspectivas foram importantes na medida em que apresentavam elementos que nada interessava ao poderio da burguesia no período vitoriano. Há limites, limites de classe o que não impediram estes autores de se silenciarem diante das contradições naquele tempo presente. Para Marx a crítica tem o objetivo de superar a esperança de um bom burguês que se sensibilizasse com as manifestações da questão social, ou ainda, da busca pela liberdade na sua particularidade vaidosa ou mesmo em morros uivantes, para Marx a superação se daria pela própria classe de produtores convertidos em mercadorias.

equivalência relativa do valor, um castelo tem um valor, se desejo comprá-lo será necessário ter a quantidade de valor que ele expressa. A graxa também tem, mas os valores são distintos. Cada mercadoria possui seu valor, e eles são relativos, mas também podem ser equivalentes. A equivalência está em: se chegar para comprar um castelo com 2 bilhões em graxas, elas podem ser equivalentes, mas nas negociações, nas transações econômicas, na compra e na venda da mercadoria é muito complicado, no mundo capitalista fazer este tipo de troca, essa troca simples.

A equivalência de troca simples foi possível durante boa parte da história da humanidade, mas no sistema capitalista avançado não o é mais. Por exemplo: um caçador realiza um abate para o seu consumo e outro trabalhador, um pescador, por exemplo, para realizar a troca simples, trocar por um peixe a caça obtida por outro, que também fez o mesmo que ele, ou seja, dependendo do valor que era atribuído ao peixe, seria necessário três animais para se ter um peixe em troca. Isto é uma troca simples. Logo os homens identificaram que a troca simples atravancava a troca, pois se o pescador desejasse trocar peixe por outro animal, e o caçador não desejasse realizar a troca, a possibilidade de troca se encerrava por aqui, ou qualquer outro tipo de conflito poderia se estabelecer diante da troca inviável.

As mercadorias são relativas umas as outras, cada uma tem o seu valor de grandeza, mas ao mesmo tempo são equivalente, elas podem se equivaler, o castelo pode ser pago com certa quantidade de graxas, ou, se a referência é uma graxa vale 3 reais eu posso decompor o castelo em várias partes e uma certa parte valerá o valor da graxa. Possuem grandezas distintas, mas são equivalentes. A necessidade de criar um equivalente geral de valor sob as mercadorias, necessidade histórica, instituiu elementos como o sal, o ouro, por exemplo: um *quantum* de sal equivalem a um copo, se desejo dois copos, o dobro de sal, com os mesmos *quantum* posso comprar também outro tipo de mercadorias.

Esta é uma relação em que o equivalente geral de valor deve corresponder à outros valores. Esta relação de correspondência é uma revolução na história dos números e das relações sociais. Assim convencionou-se (não

harmonicamente) as trocas através de determinados equivalentes e evidentemente que não se tratou de um elemento qualquer, pois deveriam ser reconhecidos para além de uma comunidade, deveria ser aceito na comunidade dos mercadores e o ouro e a prata tiveram papel fundamental nesta representação fenomênica de equivalente de valores.

Historicamente de acordo com cada local se adotava um material diferente como equivalente geral, em outro espaço no lugar do sal ou outro, poderiam ser caroço de cacau. Sem a determinação de um equivalente que seja realmente geral estabelece-se um problema, pois trava também a troca da mercadoria, pois se caroço de cacau não teriam valor em determinado espaço não há troca que se efetive. Estamos esboçando aqui algumas palavras sobre parte da história da mercadoria, e, foi necessário a partir destas problematizações adotar uma outra forma de relação de troca, cada vez mais determinada por convenções maiores, mais gerais, escolhendo o equivalente na forma mais aceita. Assim, considerando que o capitalismo não é a troca simplesmente, não é o comércio particular apenas, mas um processo de relação social e que se dá a partir de determinados elementos criados historicamente em uma sociedade dividida entre proprietários dos meios de produzir e não proprietários destes meios. Capitalismo é um sistema internacional, e tem uma proposta de comércio universal, que se efetiva já no período vitoriano na Índia, China e partes da África e América.

A importância do desenvolvimento do mercado internacional, das negociações entre vendedores e compradores de mercadorias, e a importância do equivalente geral, é fundamental para entendermos o dinheiro como este equivalente, em sua forma mais abstrata, como se manifestava para Marx. Se trabalha em troca de dinheiro, e o que Marx procura demonstrar é que o dinheiro é uma expressão de valor. O dinheiro é uma representação, uma abstração de todas as mercadorias que existem no mercado. O dinheiro é uma relação social determinada, fenomenicamente representado é um papel impresso fetichizado. O papel ou a moeda podem ser uma das formas aceitas de manifestação do dinheiro, mas é necessário enfatizar que dinheiro não é a cédula de dólar ou o metal da moeda, mas uma relação socialmente aceita, normalmente pela força do

Estado e dos donos de capital à toda sociedade. O papel moeda é apenas uma forma fisiológica (física) de manifestação do dinheiro que representa valor de troca, como valor de uso as propriedades do dinheiro são outras. O dinheiro pode representar toda riqueza humana produzida, quando tenho 2 reais, não tenho apenas um papel escrito 2, além disso eu tenho uma quantidade de riqueza socialmente produzida. Esse papel expressa a riqueza produzida pelos trabalhadores, a parte abstrata deste papel que equivale a um universo rico de mercadorias porem mistificadas, olhamos para o dinheiro e não observamos um conjunto social de trabalhadores assalariados explorados e sim um sapato, uma bolsa, uma casa, livros, bananas, etc.

A mercadoria na sua forma equivalente geral de valor evoluída no papel faz com que não enxerguemos a riqueza social produzida pela classe trabalhadora; “O patrão deu o salário hoje”; esse salário representa uma troca desigual de valores, expressão em uma quantidade de equivalente geral de valor, que equivale a outras riquezas produzidas por outros trabalhadores pelo mundo a fora, e essa ideologização (fetice) não permite enxergar que se vende uma mercadoria recebendo o equivalente de outras mercadorias. Não se consegue enxergar todo processo produtivo que está inserida a classe trabalhadora. “O que a greve dos trabalhadores lá tem a ver comigo aqui”?

Quando o trabalhador não consegue enxergar o equivalente geral de valor pelo qual vendeu a sua força de trabalho. Ele não consegue entender também que essa quantidade de valor é fruto que expressa outras mercadorias produzidas por outros trabalhadores no mundo. Marx enfatiza isso porque entende que em caráter internacional a classe trabalhadora tem que entender o que ela é diante do mundo das coisas em que vivemos. O fetice aguça cada vez mais o individualismo do sujeito, o compartimenta diante do todo não identificando o valor, mas apenas o preço das relações coisificadas, seja dos sapatos, dos alimentos e do salário.

Marx dá ênfase na mercadoria porque a ela, coisificada, esconde todo um complexo de relações sociais que são interligadas. Uma vez escondida a realidade das relações sociais de produção da riqueza oculta-se o real funcionamento da sociedade capitalista, coisa que a classe burguesa se atinou

durante todo período de vida de Marx, reprimindo com todo poderio as manifestações dos trabalhadores e sua vanguarda, como procuramos demonstrar nas seções anteriores.

A proposta de Marx é destruir o fetiche da mercadoria, entender o sentido de desfetichizá-la, para que se entenda o processo de produção do valor e como neste processo o capital se apropria do trabalho mantendo a riqueza nas mãos de uma classe e a miséria nas mãos da outra. O caráter fetichicista da mercadoria é reapresentado na seção final de “O Capital”, mais claramente e também de forma mais resumida demonstrando a insistência de desvelar a mercadoria, o dinheiro e a fetichização da relação social que produz valor através da exploração de uma classe sob a outra.

Na apresentação destes dois capítulos em 1859 encontramos a manifestação da história na medida em que fala do mundo concreto, embora em sua perspectiva abstrata, essencial ou geral. Isso não significa a inexistência da história, mas a apresentação de suas investigações historicamente pautadas sobre o tempo presente daquela sociedade capitalista. Está tratando de apresentar uma explicação científica que supera a lógica greco-medieval e a moderna, pois Marx apresenta uma explicação pautada na realidade mais concreta, na imediatez, o que entendemos em nossa pesquisa como o tempo presente. Para isso não parte de formulações metafísicas ou alegorias, mas de relações sociais contraditórias que nem mesmo a própria burguesia conseguia varrer para de baixo do tapete. Tratava-se de se ocupar do mundo dos homens e este mundo gritava por todos os lados, pelas ruas, na literatura, nas fábricas, pelos bairros operários, pelos tecidos, igrejas e tabernas.

Como afirma Ivo Tonet, recentemente em um pequeno livro de divulgação, lançado pelo Instituto Lukács em 2013, que se ocupa de tratar destes apontamentos realizados no parágrafo antecedente sobre o método, ontologicamente pensado. Uma nova ontologia produzida por Marx como nos apresenta Tonet:

Não foi, porém, como se poderia pensar, por falta de tempo ou de interesse pela questão que Marx não escreveu nenhuma obra específica sobre a questão do método. Na verdade, essa atitude de Marx expressa a sua postura diante desta problemática.

Totalmente ao contrário dos pensadores modernos, seu pensamento não se instaura como uma gnosiologia, mas como uma ontologia. Isto porque ele compreende que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, vale dizer, de uma ontologia do ser social. Essa ontologia do ser social, cujos lineamentos fundamentais podem ser encontrados nas obras de juventude – especialmente nos Manuscritos econômico-filosóficos, em *Para a questão judaica*, em *A sagrada família* e em *A ideologia alemã*, – está suposta em toda a obra posterior de Marx, que terá um cunho mais acentuadamente científico. Por isso mesmo, para ele, não há um método que possa ser apreendido previamente ao ato do conhecimento (TONET, 2013, p. 70-71).

Ao tratar da mercadoria, da maneira que realiza Marx está expondo o seu método e a história é o eixo central de sua ontologia. Nos capítulos que compõe a obra de 1859 se manifesta a todo o momento as contradições de uma sociabilidade onde o ser social não se realiza plenamente e hegemonicamente é estranhado diante da atividade que lhe deveria ser vital. Marx apresenta as contradições das mercadorias, as contradições entre valor de uso e valor de troca, a contradição do dinheiro que embora muito aceitem, não põe valor nas coisas, nas mercadorias, mas o trabalho como fonte de valor, e um tipo específico de trabalho geral, que não exclui qualquer outra forma de trabalho. Marx fala de uma história em que as relações sociais no tempo presente não são apresentadas e coube à Marx a concretização da necessidade revolucionária de se debruçar sobre este funcionamento da sociedade burguesa industrial para que a organização da classe fosse substancialmente superior a de outros momentos da história onde a classe trabalhadora ficou a ver navios quando da união e apropriação política e econômica da classe burguesa, seja no “89 Francês” ou nos momentos pós fevereiro de 1848.

A publicação de 1859 se faz necessária por ser uma ferramenta teórica na mão da vanguarda do proletariado que tem o fito de revolucionar o mundo, (insistimos no termo revolução) e como já afirmamos, era necessário entender como funcionava a sociedade. A publicação da crítica à economia política tem a função de falar do tempo presente e assim o faz. Se no ano de 1859 se espera um grande êxito, já afirmamos também que não viera, pois nem os interlocutores mais próximos de Marx conseguiram entender a proposta, ao menos, no caso de Engels, a da exposição que deveria ser melhorada, como de fato foi quando da

publicação em 1867 de “O Capital”.

Ainda sobre os capítulos da mercadoria e do dinheiro é necessário enfatizarmos que Marx está escrevendo sobre o presente mais imediato, queremos dizer com isso que os capítulos da mercadoria e do dinheiro que inauguram a publicação mais aprofundada da crítica à economia política trata-se de uma escrita da história e tempo presente que não era o traço marcante da historiografia daquela época e nem das outras áreas das ciências históricas. A força de trabalho é a mercadorias das mercadorias e é desse mundo que Marx está tratando. Uma sociedade que deve agudizar ainda mais as suas contradições até que se apresente uma época de revolução social.

Sabemos que no “O Capital”, Marx aprofunda o conteúdo do livro de 1859 e uma demonstração sobre suas abordagens sobre o mundo industrial e o trabalho alienado é apresentada no capítulo 8 de “O Capital”. Com ele conseguimos observar mais claramente como é que a abordagem da mercadoria em 1859 realmente está tratando do tempo presente, da realidade concreta de sua época, descartando de uma vez por todas aquelas interpretações de que o Marx crítico da Economia Política se comporta como um economista, um cientista apenas preocupado em entender a sociedade que vive. Ou ainda do pensamento que focaliza um Marx teórico na maturidade geracional e um Marx revolucionário, mais distante de paixões políticas, por isso mais científico e objetivo. Não se trata nada disso. A análise de 1859 é exatamente o oposto destas conjecturas. Marx está preocupado em abordar a história do tempo presente e é o que confirmamos anos depois com a publicação do “Capital”, onde reaparece o capítulo da mercadoria e do dinheiro (reformulados, principalmente sobre o dinheiro) e acompanhado de uma série de exemplos históricos (vide o capítulo XXIII e XXIV) do tempo presente à um passado mais distante.

Veremos que na Crítica de 1859, além da necessidade do ser social geral, Marx também se detém a particularidade do trabalho na história do presente, porém, identificamos durante a investigação que estas características ficam mais evidentes e aperfeiçoadas no que diz respeito à apresentação de sua crítica. Vejamos como é que Marx inicia o capítulo 8 e como é impossível sustentar um Marx abstrato e generalista, no sentido vulgar destes termos, em 1859:

Partimos do pressuposto de que a força de trabalho seja comprada e vendida pelo seu valor. Seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Se, portanto, a produção dos meios de subsistência médios diários do trabalhador exige 6 horas, então ele precisa trabalhar 6 horas por dia para produzir diariamente sua força de trabalho ou para reproduzir o valor recebido por sua venda. A parte necessária de sua jornada de trabalho compreende então 6 horas e é, portanto, mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias, uma grandeza dada. Mas com isso não é dada a grandeza da própria jornada de trabalho (MARX, 1996, p. 345).

Ao tratar da jornada de trabalho ainda a singularidade do trabalhador não é apresentada, mesmo porque este não é, no momento da exposição, o objetivo de Marx. A análise da jornada de trabalho, de seres sociais mercantilizados, se coloca diretamente a problematização do tempo presente mais concreto. Principalmente quando Marx apresenta três possibilidades de jornada de trabalho na sociedade capitalistas, todas elas demonstrando como estas jornadas são flexíveis tendo como limite a capacidade do trabalhador de trabalhar por uma determinada quantidade de tempo, no caso, chegando até 18 horas diárias de jornada de trabalho. Marx demonstra isso de forma bem elaborada, deixando ao leitor uma clara manifestação daquilo que ocorria em seu tempo presente, onde a extração de mais-valia e o tempo necessário para a reprodução da própria força de trabalho compunham a jornada completa de exploração.

Interessante notar que neste capítulo, Marx retoma com mais profundidade o debate dos anos de 1848 e 1849 de “Trabalho Assalariado e Capital” e também dos anos 1865 de “Salário Preço e Lucro”¹⁴⁷, o que faz evidenciarmos elementos de permanência, e, o mais importante, que a sua construção de uma crítica histórica ao tempo presente germinava muito antes da aparição pública de 1859 e 1867, porém, cada vez mais aprofundada. Chamamos

¹⁴⁷ Trata-se de um pronunciamento de Marx, enquanto redigia “O Capital”, no Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, publicado postumamente em Londres em 1898. Outro elemento importante, evidente, é que ao passo que redige sua Crítica, que em 1867 será a sua obra máxima, Marx não deixa de militar na Internacional, demonstrando outro elemento de permanência importante: o intelectual não se separa do dirigente político revolucionário. E estamos convencidos de que este elemento deve ser enfatizado a todo o momento, principalmente para o presente do doutorando, onde cada vez mais é possível observar, por parte da tradição marxista, certo afastamento da perspectiva revolucionária marxiana que não deixa dúvidas do que poderíamos aqui chamar de constituição do ser social em perspectiva revolucionária em seu tempo presente.

assim a atenção para a questão da continuidade em Marx.

Em “O Capital” a exposição fica mais clara, porem é também necessário observar, trata-se do capítulo 8, ou seja, ainda inicio da apresentação de sua crítica mais aprofundada nos anos de 1860, porém, a exposição ainda se preocupa em desvelar a essência mais geral da sociabilidade capitalista e é isso que encontramos em 1859. Mais uma vez, entender o conceito de história e tempo presente em Marx na obra de 1859 nos exigiu avanços e recuos constantes, assim como pode observar mais uma vez o nosso interlocutor ao avançarmos na exposição da Crítica efetivada por Marx apenas anos depois.

Em 1859, a Crítica se refere à história em diversos momentos da apresentação nos dois capítulos: Sobre a “*história dos preços das mercadorias*” (Marx, 1982, p.80); “demonstração minuciosa a partir da história dos preços” (Marx, 1982, p.81); “*Toda a história da cunhagem de moedas desde o início da Idade Média até bem adentro do século XVIII se resume na história dessas falsificações bilaterais e antagônicas...*” (Marx, 1982, p.83); “*na história das falsificações do dinheiro, empreendidas pelo governo francês e inglês...*” (Marx, 1982, p.89); “*uma história clássica dos preços*” (Marx, 1982, p.116); “*A historia do papel-moeda no século XVIII serviu de fundo histórico do debate*” (Marx, 1982, p.120).

O que dignifica o parágrafo acima, recheado de citações onde comparece a palavra história no texto do capítulo sobre a mercadoria e o dinheiro em 1859 em relação ao conceito de história e tempo presente em Marx?

Se fossemos guiados por uma perspectiva quantitativista, seria possível elencarmos até mesmo gráficos sobre a obra, apresentando ao nosso interlocutor um *ranking* aritmético sobre as palavras utilizadas em 1859. Entretanto, este não é o nosso objetivo.

O conjunto de citações acima nos demonstrou que em nenhum momento da “Crítica” Marx está preocupado em apresentar o conceito de história e tempo presente, pois ele está dado para a apresentação da “Crítica” e não há a mínima preocupação em desenvolver um capítulo, sequer uma seção, para explicar o conceito de história e tempo presente. Qualquer preocupação em apresentar um sentido histórico fora formalizado no prefácio. Tratava-se agora de colocar em

prática a análise a partir de conceitos amadurecidos durante a sua trajetória e aplicados sem mais rodeios na análise da sociedade capitalista de seu tempo.

A história aparece como elemento vital nas considerações durante a constituição do capítulo da mercadoria e do dinheiro, mas o que mais importa agora para Marx é a construção de uma apresentação que tem como pressupostos estes conceitos para analisar a essência da sociabilidade capitalista no mundo industrial. Sua preocupação não é falar da história explicitamente, ela já é em 1859, um pressuposto básico e central para compreender o percurso de análise das relações de valores, tipos de trabalho e a vida coisificada, alienada diante do “deus” dinheiro.

Trataremos agora de nos referenciarmos mais diretamente aos dois capítulos, consecutivamente da mercadoria e do dinheiro para finalizarmos estes nosso estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Karl Marx na construção de sua crítica da economia política, formalmente apresentada pela primeira vez em 1859.

Marx não está preocupado neste primeiro momento em apresentar ao seu leitor as singularidades das várias manifestações do trabalho simples ou concreto como também o chama. Ele está tratando de um debate que focaliza o valor, necessariamente a substancia do valor, ou seja, a essência do valor a partir da manifestação do valor em sua forma mais vulgarizada, expressa nos preços das mercadorias, e aqui nos interessa a mercadoria força de trabalho, também expressa em um preço vulgarizado no mercado da força de trabalho onde os vendedores, os trabalhadores, colocaram a venda a sua única mercadoria a um preço médio determinado pelo mercado de seres humanos vendedores de sua força de trabalho.

Todavia, Marx, diante desta realidade concreta, nos capítulos de 1859, está preocupado com a origem do valor, como é que ele é produzido, qual é o elemento comum que faz existir um valor médio expresso em preços de mercadorias? Para isso Marx inicia sem definir nada, segue apresentando as considerações já existentes sobre as mercadorias repetimos, seu valor de uso e valor de troca.

Identifica que o valor de uso de uma mercadoria é aquele que se

relaciona a sua utilidade, a um produto mais direto de consumo e que atende as necessidades quotidianas do produtor, e que ao produzir, domina o processo de transformação e se objetiva no mesmo diante das necessidades que o colocou diante a feitura, da produção de utilidade direta em sua existência. Já problematizamos que este tipo de atividade é cada vez mais rara diante do fenômeno do capitalismo. Não queremos dizer com isso que diante do modo de produção capitalista o valor de uso deixa de existir, ao contrario, ele não só continua existindo como é de fundamental importância para a existência do outro tipo de valor: o valor de troca.

Marx enfatiza que um não existe sem o outro e que a existência destes valores representam uma contradição, superável, mas que, em termos de uma sociabilidade capitalista, com a manutenção da propriedade privada, com o assalariamento e a extração de mais-valia, esta contradição será marcante na constituição das mercadorias, portanto na vida dos trabalhadores.

Na sociedade capitalista o valor de uso representa a substância, independente da forma social, do período histórico que é produzido. Marx diz, não interessa quem o produziu, desde que o seu conteúdo seja o que dá interesse ao consumidor. A forma de trabalho, pouco importa se a substancia que faz atender as minhas necessidades são mantidas. Marx dá claros exemplos:

É impossível comprovar pelo sabor do trigo que o cultivou, servo russo, camponês parcelário francês ou capitalista inglês. Ainda que seja objeto de necessidades sociais, e estar, por isso, em contexto social, o valor de uso, contudo, não expressa nenhuma relação social de produção (MARX, 2005, p. 57-58).

Diríamos, ao consumirmos uma paçoca, pouco importa se esta paçoca foi produzida aqui ou ali, diante da minha necessidade de consumo, no caso, paçoca de morango, o que mais importa é realizar o meu desejo de consumo. Se esta paçoca é produzida na cidade de Mirassol, São Paulo ou Asunción, se as condições de trabalho de uma cidade em relação a outra são de exploração absurda dos trabalhadores que vendem a sua força de trabalho para as fábricas de paçocas, de nada vale isso, pois o que vejo diante de mim é a mercadoria que atenderá a minha necessidade de consumo. Todo o complexo da produção que faz existir a paçoca em meus lábios é indiferente se pretendo me realizar apenas

no consumo, e acrescentaríamos, poderá parecer muito estranho ao consumir uma paçoca de morango acompanhada de uma conferencia sobre o processo produtivo da paçoca para somente assim depois consumi-la.

Observamos que a história aparece como crítica das formas que se determina, na sociedade industrial, as relações sociais entre pessoas. O conceito de história e tempo presente é colocado na “Crítica” de 1859 na medida em que Marx se propõe apresentar as formas ideologizadas de relações sociais juntamente com sua crítica do presente histórico. Temos desta maneira um conceito de história que propõe a desmistificação das relações sociais, demonstrando a sua historicidade e as verdadeiras formas em que se assentam as relações sociais capitalistas.

Marx faz isso na medida em que problematiza a definição de mercadoria no mundo do trabalho, passo a passo, no capítulo primeiro. Ocupa-se ainda de promover um breve apontamento sobre a história das mercadorias onde debate com autores que também pensaram a mercadoria e a sociedade de mercado, indicando, sempre de forma crítica, suas insuficiências no que tange a explicação e compreensão do mundo industrial. Seus apontamentos históricos é um debate crítico com autores como William Petty, Boisguillenbert, Sismondi e Ricardo. São homens de carne e osso, intelectuais que receberam de Marx a crítica histórica e uma proposta de superação e isso é feito a partir das proposituras já existentes destes autores, o que chamamos de critica interna. O diálogo marxiano não permite uma cena de genuflexão diante de seus interlocutores, pois se tratava de produzir uma compreensão sobre o presente imediato que fosse muito clara e com um propósito necessário: a revolução.

A história é abordada de modo materialista, a realidade comporta a fantasia, mas a fantasia apenas, não permite o entendimento da realidade. E, é também diante deste problema que a “Crítica” fará sempre referências gerais, mas sem perder de vistas imediatricidade que chamamos de tempo presente. Trata-se de uma história necessariamente humana, realizada socialmente diante de condições determinadas, e no caso de Marx, o momento histórico possibilitou um conceito singular de história, porque as condições objetivas permitiam a expressão da subjetividade do autor na construção conceitual. Não se tratou e

uma necessidade determinada pela vontade subjetiva do sujeito, mas de relações entre objetivo e subjetivo em um tempo e espaço determinado.

Quando trata do dinheiro, o tempo presente é apresentado em sua imediatez, com eventos históricos rapidamente localizados fora do idealismo. Marx apresenta problematizações a partir do mundo concreto, embora a análise central seja ainda geral sobre a mercadoria e o dinheiro, pois em 1859 o que temos acesso é apenas parte da constituição de sua crítica à economia política. Quando avançamos é possível observar um todo organizado por Marx na constituição da crítica e o que concretamente se observa na obra de 1859 é ainda predominantemente a crítica mais geral às formas de sociabilidade, com momentos em que o particular comparece com a necessidade de exposição concreta da investigação. No “Capital” a lógica aparece mais clara, entre o universal, o particular e o singular.

Marx propõe uma história explicativa, que consiga demonstrar a explicação, que supere as dificuldades de análise de até então. O presente trata-se de “*um processo histórico a ser explicado*” (MARX, 2005, p. 93) e esta característica também constitui o seu conceito de história sobre a própria história.

Na análise do dinheiro, a lógica dialética mantém-se como linha expositiva, todavia, fica cada vez mais evidente a preocupação em historicizar apresentando o particular. Queremos dizer com isso que ao apresentar ao seu leitor sua análise no que se refere a medida dos valores, o faz considerando o presente histórico e o processo que constitui esse mesmo presente. Marx é farto de exemplos históricos quando apresenta as teorias sobre a unidade e medida do dinheiro. Sobre a circulação, sua exposição não se detém a uma abstração qualquer, as ruas londrinas são citadas, as lojas, as vitrines e as relações destas mercadorias com outras partes do mundo, como a Índia e Rússia. A história é apresentada a partir da conexão de múltiplas relações entre particularidades distintas, mas interligadas pelo capital.

A abstração se faz e é apresentada, necessariamente, a partir de uma processualidade histórica, onde se explora um conjunto de fatos, não como coleção, mas como elementos sociais, imprescindíveis para a compreensão do presente. A história não é um pano de fundo, mas o cimento onde Marx se propõe

a construção de uma explicação em processo de crítica que necessita considerar a existência das partes que constituem um complexo de complexos, possíveis de serem explicados a partir de seu tempo.

Assim, o conceito de história e tempo presente, comparece em cada página de sua “Crítica”, como pressuposto básico para a análise da sociedade capitalista. Negar ou mesmo marginalizar a história seria desconsiderar o fundamento central do pensamento de Marx e Engels sobre a nova concepção de mundo que juntos, embora o destaque aqui seja para Marx, realizaram.

O materialismo histórico-dialético, e o conceito de história e tempo presente em Marx, continuarão em construção após a publicação de “Para a Crítica da Economia Política”. Como apresentamos, em momentos anteriores da tese, após esta publicação, Marx retomará os seus estudos. Realizando o que chamamos de “balanço” acerca de suas análises e caracterizações a partir do tempo presente sobre a história em constante movimento.

Nosso estudo apresentou até aqui um conjunto possível de inferências acerca de dois conceitos tratados como sendo de centralidade na constituição do pensamento de Marx e esperamos termos atingido os objetivos colocados inicialmente. Sem a pretensão de escrever uma história sobre a história em Marx, nossa investigação buscou contribuir para o debate, sobretudo entre História e Ciências Sociais, embora não tenhamos, repetidamente, anunciado esta proposição, pois se entendeu que ela se manifesta ao passo que debatemos com um autor que está pra além de qualquer determinação departamental do conhecimento.

Encaminhamos desta maneira a finalização deste nosso estudo sobre o conceito de história e tempo presente em Marx, através da sua crítica à economia política, publicada pela primeira vez em 1859. Esperamos com isso não termos encerramos absolutamente nada, pois os resultados que obtivemos mais nos abrem novos caminhos do que coloca portas estreitas sobre os estudos acerca de Karl Marx e tempo presente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Concluímos” retomando parte dos parágrafos iniciais da introdução da tese, onde apresentamos aos leitores a perspectiva desta pesquisa ser realizada sob diversas problematizações a partir da sociedade de classes que ainda vivenciamos. Tivemos como sujeito central de pesquisa: Karl Marx. Como objeto de nossa investigação: o livro *“Para a Crítica da Economia Política”* de 1859. Como problemas centrais: o conceito de história e tempo presente na construção desta crítica, sobretudo como estes dois conceitos comparecem na construção da ontológica que atravessa a obra de 1859. Proposta esta que nos possibilitou caminhar por outros momentos da trajetória marxiana e sua produção, já que não há um Marx teórico, cientista, e outro, o Marx político, revolucionário, pois ao passo que investiga, o faz para transformar o seu tempo presente e a transformação visa a superação que necessita da compreensão da totalidade em que se insere o ser social, uma coisa não se desvincula da outra, assim como a raiz não se desvincula do tronco e estes do solo, acrescentando que neste caso a totalidade da árvore não possui partido, nem questiona o seu devir, menos ainda cria constantemente novas necessidades e nem se utiliza da capacidade teleológica, pois não lhe é possível.

Para isso não pudemos nos selar apenas no objeto livro uma vez que constatamos que esta crítica publicada no ano de 1859 é o resultado de décadas de investigação e militância onde ontologicamente se processava a construção dos conceitos de história e tempo presente. Desta maneira entendemos que a perspectiva de Marx exige a tentativa de acompanhar a construção conceitual a partir daquilo que ele mesmo chamou de processo histórico, isso quer dizer, procurar compreender o movimento dialético da construção dos conceitos a partir

de uma chave que operava o pensamento marxiano e nos convencemos que esta chave, atenção, uma delas, centralmente é a história e o tempo presente, pois é diante desta chave de compreensão que outras também são centralmente identificadas, sobretudo o trabalho como atividade vital, e enfatizamos, como atividade vital na história e para a análise e intervenção de Marx, no tempo presente.

O conceito de história e tempo presente é construído a partir de uma perspectiva que se movimenta diante da particularidade do autor diante da própria história. Consideramos que o pensamento de Marx sobre o devir foi se constituindo desde a sua juventude e concretizando ao passo que foi vivenciando o tempo presente. Da Gazeta Renana até a publicação de 1859, constituiu-se um conceito de história materialista, diferente do materialismo mecânico, mas dialético.

A realização de um estudo sobre o conceito de história e tempo presente é também um debruçar-se sobre o que a tradição marxista, e o próprio Marx chamou de materialismo histórico dialético. Diferente do que parte da tradição marxista adota, o materialismo histórico não é separado da dialética. A reparação da história e da dialética é resultado da vulgarização do pensamento de Marx. Separar um do outro não pode ser mais do que uma necessidade pedagógica, ainda assim, de elevado risco, pois sugere a divisão do indivisível. E, com efeito, se consideramos a tradição gnoseológica que comparece hegemônica na formação intelectual esta divisão pode ganhar formas antipedagógicas, mesmo com a preocupação propedêutica de quem a promove.

Consideramos que história e dialética, em dada medida, devem ser encaradas como sinonimais, na medida em que o devir é movimento e é um movimento histórico só possível entre seres sociais. Mas esta é uma problematização que ficou para uma futura investigação, como um ponto aberto pelo presente estudo que nos parece se sustentar, importante de atenção e que será desenvolvido em outra oportunidade.

O conceito de história e tempo presente em Marx é apresentado sempre, mais particularmente, fora da obra que tivemos como fonte central. Nos Manuscritos de Paris, nos artigos dos Anais Franco-Alemães, na Sagrada Família,

na Ideologia Alemã, na Miséria da Filosofia, no Manifesto, no Trabalho Assalariado x Capital, no 18 de Brumário, na Guerra Civil, nos artigos para o jornal nos Estados Unidos, o conceito de história é colocado diante da caracterização dos próprios eventos do presente. Marx realiza um tipo de escrita que reivindica a história necessariamente como fio condutor das caracterizações, para demonstrar o limite do alvo e o alcance que o alvo da crítica pretende ter. Dizemos com isso que o conceito de história é apresentado ao passo que Marx cobra de seus interlocutores, de forma crítica, um conceito de história para além de alegorias e abstrações que não são capazes de explicar o presente histórico.

Para Marx o presente é entendido como história, uma história presente em que o autor se coloca como partícipe, não como espectador. Escreve uma história crítica não por diletantismo, mas por necessidade de superação do conceito de história e tempo presente de sua época. Uma história que observa o presente é capaz de entender, mas para Marx o conceito de história não deve apenas observar e compreender o presente, mas transformá-lo. Trata-se do caráter revolucionário do pensamento de Marx, portanto, também de seu conceito de história e tempo presente. Esta é uma característica que grande parte da tradição marxista se esqueceu, negou ou mesmo não compreendia de Marx. Para Marx as revoluções é que dá vida a história. A luta de classes marca a história da humanidade, não porque nela há um devir, mas porque os antagonismos criam, solicitam, a continuidade do movimento de uma classe diante da outra. A história da sociedade industrial não é observada e vivida sem estas considerações.

Marx percorre parte da Europa Ocidental e é obrigado a viver o resto de seus dias em Londres, no coração da sociedade industrial em pleno desenvolvimento e desenvolvimento histórico para Marx é repleto de contradições, crises e conflitos. A Inglaterra derrama na formação de Marx elementos fundamentais para o aprofundamento de seu conceito de história e tempo presente. Seja através da sociedade industrial que se colocava diante de seus próprios olhos da forma mais empírica, pelo acervo disponível para estudo nas bibliotecas, pelas informações que Engels lhe enviava a partir da sua experiência no mundo industrial que vinha do lado de dentro do capital é possível

a Marx um conjunto de elementos fundamentais para que o seu conceito de história naquele tempo presente não fosse apenas uma abstração razoável, mas um conceito que se realiza no mundo social porque é ele próprio uma construção que se fez considerando a imediatividade e os elementos fundantes deste tempo presente imediato que deveriam ser desvelados.

O amadurecimento dos conceitos que chamamos aqui de história e tempo presente é apresentado em forma de publicação em 1859, mesmo que não exista uma só linha da obra “Para a Crítica da Economia Política” que se preocupe em apresentar e definir estes conceitos, eles estão presentes e são da maior valia na constituição da “Crítica” de Marx.

Escrevemos que nos anos cinquenta, estes conceitos já estavam suficientemente amadurecidos para Marx e um dos elementos que nos convence disso é exatamente o fato de não existir a preocupação de tratar detidamente da singularidade, não por estar fora das preocupações de Marx, mas por estar preocupado em apresentar a escrita de uma crítica que dará, em um primeiro momento, atenção a essência velada da sociedade, demonstrando que as definições históricas não são suficientes para o entendimento do tempo presente, por isso vai tratar dos elementos gerais, em uma exposição lógica da crítica que exige a história como elemento central, mas que não faz a opção pelo particular ao apresentar o desvelamento das definições da Economia clássica.

O conceito de história e tempo presente é ainda singular ao da historiografia de sua época. Marx não participou dos círculos acadêmicos para poder formular o conceito de história e tempo presente como uma necessidade colocada aos profissionais da época de organização acurada dos documentos. A necessidade que faz ser construído um conceito de história e tempo presente em Marx é a necessidade criada através das próprias contradições da sociedade industrial de seu tempo e fundamentalmente do posicionamento que Marx vai se encontrando diante do presente, preocupado, desde uma preocupação liberal à revolucionária de transformação da realidade histórica.

Não há espaço para linearidade e nem mesmo evolucionismo nesta concepção da história, pois o devir não é a evolução positiva nem o alinhamento de fatos históricos sucessivos que preenchem uma linha cronológica no tempo e

no espaço. O devir é algo identificado no conceito de história de Marx, mas um devir que se movimenta por complexos de complexos, onde não é possível estabelecer um único traço ou uma única entidade que faz a história. A história é a manifestação consciente ou não de seres humanos diante de um dado momento deste devir histórico onde se faz escolhas, mas a partir de determinações históricas pré-estabelecidas, fora do desejo e vontade daqueles que vivem.

Há no conceito de história o entendimento de que existem determinações, mas que estas não são absolutas, ou naturais, mas históricas, sociais, portanto, qualquer determinação pode ser transformada, superada, o que não significa que o conceito de história em Marx afirme que tudo é possível quando se quer, mas que há possibilidades concretas de superação de tudo o que for histórico. A crítica do presente não significa a sua superação, mas a sua superação significa a necessidade da crítica histórica do presente e é exatamente isto o que Karl Marx realiza. O conceito de história de Marx apresenta a possibilidade de superação do presente em um momento que grande parte dos intelectuais realizam o elogio do presente. Marx constrói um conceito, não uma definição, por isso o fato de não aparecer em 1859 e mais aprofundado ainda em 1867 qualquer linha que se detenha a definir o que é história e tempo presente.

Marx, não foi um historiador, menos ainda um cientista social. Marx foi um crítico do seu tempo presente, mas não aos moldes do crítico analítico. Marx constrói um conceito de história e tempo presente a partir da necessidade revolucionária de apresentar a crítica como ferramenta para o entendimento e luta revolucionária na perspectiva da classe trabalhadora. A história é movimento concreto de ideias e fatos e sua proposta de superação indica uma verdadeira entrada na história humana, onde as relações sociais não sejam mercantilizadas, em que o trabalho não seja estranho e que a produção seja regida pelo homem, não pelo capital.

Nestes termos, o filisteu poderia arregalar os olhos, pois acusaria de tratar-se de uma filosofia da história teleológica, mas nosso estudo sobre história e tempo presente pode evidenciar que estes termos são concretos e exequíveis, que a superação é algo necessário e possível. Marx não diz em momento algum que a superação no devir histórico se manifesta no presente como algo fácil, claro

e pacífico.

Não há uma sucessão linear dos modos de produção na história, procuramos problematizar esta questão quando apresentamos o “Prefácio” de 1859. Por mais que a vulgarização realizada por Stálin afirme uma sucessão de modos de produção e mesmo a existência de novos modos de produzir a vida como o socialista e o comunista, isto é da lavra de Stálin, não de Marx. É verdade que Marx considera a existência de modos de produzir a vida, e, que, de certa forma, apresenta uma nova periodização do devir histórico a partir dos modos de produção, mas isso se aplica em “*Em grandes traços*” (MARX, 2005, p. 52), não de forma absoluta, isso que dizer que os modos de produção apresentados no prefácio são aqueles que Marx identifica, não que são os únicos identificáveis em todo o devir. Uma afirmação diversa desta carece de maior atenção para o conceito de história em Marx, pois proporia o estabelecimento de momentos necessariamente sucessivos no devir o que não encontra respaldo nos textos de Marx, mas sim em uma tradição que chamamos aqui por stalinista.

Do século XIX ao tempo presente do doutorando as permanências históricas identificadas no presente marxiano são radicalmente atuais. A sociedade capitalista avança de modo cada vez mais contraditória; as taxas de suicídios se elevaram; a ocultação do valor ainda é concreta; e, a realidade da classe trabalhadora, essencialmente, ainda é a mesma. Isso não significa afirmar que a história também o seja, pois a realidade de Marx até este tempo presente ganhou novas manifestações, das Ligas aos sindicatos, das Associações aos partidos, da indústria nacional às corporações imperiais; dos armazéns de secos e molhados aos hipermercados. O mercado ainda é o espaço imposto de sociabilidade, portanto a atualidade do pensamento de Marx, e, especificamente, de seu conceito de história e tempo presente. Há na história, ainda, a regência da vida pelo capital, ainda não saímos da pré-história humana. Isso significa a continuidade de múltiplas determinações, não o fim da história, mas a manutenção de uma necessidade histórica para a emancipação do homem identificada por Marx no século XIX, e o que poderia ser localizado como derrota, o conceito de História em Marx aponta para acúmulos e desafios de organização. A classe trabalhadora não é mais a mesma, todos que estavam vivos na época de

Marx também já foram enterrados, mas as contribuições ontológicas, no caso de Marx, continuam vivas e acesas. A maior prova disso são os ataques desesperados aos que se colocam em perspectiva marxiana, o corre-corre em períodos da manifestação das crises inevitáveis do capital e o sapatear que gasta uma grande quantidade de saliva para difamar um homem falecido há mais de um século. Todos sabemos da morte de Marx em 1883, e os seus principais críticos, vivos através das perspectivas históricas, sabem muito bem que não se trata de atacar Marx, mas o seu conceito e história e tempo presente uma vez que se entende o devir atravancado pelas contradições entre avanço das forças produtivas e das relações sociais que se estabelecem da forma mais violenta que a História já pode registrar.

Ainda constata-se sobre o mundo da mercadoria, em nossas palavras, o devir da sociedade na qual Marx se dedicou a entender e superar nos legando um conceito de história a fetichização das relações sociais. O mundo da mercadoria hoje é também o motivo que faz muitos ainda se debruçarem sobre a realização no consumo alienado e na produção estrangeira ao trabalhador.

Hoje, aquela realidade do século XIX se apresenta muito mais destrutiva e reificada. O número de mortes, de suicídios é brutal (OMS, 2006)¹⁴⁸, até mesmo a revista Exame (DANIELE, 2015) de representação da classe dominante, executiva e empreendedora, admite que de cada cinco mortes no mundo uma está ligada ao desemprego. Vejam, até a revista exame! Evidentemente que na mesma matéria que admite esta realidade histórica apresenta também receitas mágicas ao seu leitor como: "*15 frases para inspirar o seu trabalho em 2015*"¹⁴⁹.

Em recente entrevista ao Jornal da Unicamp, Ricardo Antunes afirma algumas palavras sobre o mundo do trabalho e a sociabilidade capitalista, linha que se inscreve nossa pesquisa de doutoramento, quando questionado sobre o cenário global do trabalho desregulamentado e terceirizado:

¹⁴⁸ De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 800mil pessoas dão fim a própria vida no mundo.

¹⁴⁹ Matéria assinada por Adeline Daniele.

Há uma empresa na China, a Foxconn, que tem até atividade no Brasil, que é emblemática: ela não tem produtos próprios, é uma terceirizada global, que monta aparelhos, por exemplo, para a Apple. A Foxconn, em 2010, teve cerca de 17 tentativas de suicídio na China, isso está documentado pela organização Sacom (Students and Scholars Against Corporate Misbehaviour, “Estudantes e Estudiosos contra o Mau Comportamento Empresarial”) e por vários pesquisadores do tema. Dessas tentativas, sete resultaram em morte. Por que isso? Porque havia intensa exploração do trabalho, assédio moral, físico e até assédio sexual... Esses suicídios lembram um pouco a escravidão: o suicídio era uma forma de luta individual contra a escravidão, de quem não tinha mais nada a perder. Entre morrer pelo exaurimento corpóreo e psíquico no trabalho, o suicídio podia abreviar a tragédia. E são jovens chineses, jovens operários. A intensidade da exploração era tão completa que houve uma intensa campanha de denúncia e a Apple foi obrigada a pressionar a Foxconn, para impedir que sua imagem fosse maculada. E todos sabem que um dos segredos do sucesso da Apple é a montagem de seus produtos nas plantas asiáticas. Essa é a sociedade global, com suas cadeias produtivas globais... (ANTUNES, 2015).

Diante desta manifestação da questão social, o conceito de história e tempo presente de Marx ainda é fundamental para entendermos a sociedade capitalista em sua essência e também suas particularidades. Evidentemente há existências de novas particularidades e singularidades na atual sociedade mercantil capitalista financeirizada, entretanto, a constituição destes conceitos permitiram a Marx a formulação da primeira crítica à economia política com base em conceitos que são de sua lavra. A primeira crítica publicada em 1859 e aprofundada com “O Capital” se mantém atual, diferente das formulações também críticas de outros autores, como Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, que não se sustentaram no tempo. O pensamento marxiano que apresentamos em nosso estudo se mantém de pé mesmo após mais de um século de críticas, que estamos convencidos que continuará presente enquanto a regência da vida for deliberada pelos interesses do capital, e, nisso, Marx é único na história.

Nossa tarefa de investigação foi apresentar parte deste movimento que não se esgota nesta pesquisa, mas que se coloca como um estudo sobre estes conceitos tão fundamentais para a crítica da sociedade capitalista realizada por

Marx. Durante nossa investigação, nos deparamos com muitas dificuldades, pois há limites em uma pesquisa realizada sem condições materiais básicas e cronologicamente ditada. Assim mesmo assumimos todas as responsabilidades, não sem a devida crítica, desta pesquisa.

FONTES

I - FONTES DOCUMENTAIS

a) Impressas:

Marx & Engels, Works, vol. 41, pg. 561. *Collected works. New York: International*, 1975.

MARX, Carlos y ENGELS, Frederico. *CORRESPONDENCIA: Seleccionada, comentada y anotada por el Instituto Marx-Engels-Lenin, (Leningrado)*. Editorial Problemas – Buenos Aires, Argentina, 1947.

REVISTA MARXISMO VIVO, NOVA ÉPOCA. Traduções de Paulo Maffei e Jéssica Augusti. Revista Teórica da Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional, julho de 2015.

b) Digitalizadas:

MARX, Karl. *Marx To Engels In Manchester, Correspondence 1859*. MECW Volume 40, p. 472; First published: in *Der Briefwechsel zwischen F. Engels und K. Marx*, Stuttgart, 1913. Disponível in: <https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1859/letters/59_07_22.htm>. Acesso em: 01/04/2015.

MARX, Karl. Marx: Imagem. 1861. Coleção de imagens digitalizadas (Karl Marx). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/album_fotos/marx/marx03.htm>. Acesso em: 12 maio 2015.

II - FONTES BIBLIOGRÁFICAS

MARX, K. (1859), *A Contribution to the Critique of Political Economy*, traduzido para o inglês por Ryazanskaya, S.W. e editado por Dobb, M., Progress Publishers, Moscow, 1970.

MARX, Karl - *Zur Kritik der Politischen Oekonomie*, Herausgegeben Karl Kautsky; Stuttgart, Verlag Dietz, 1897.

MARX, Karl (1859). *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução de Edgard Malagodi. Coleção: Os Pensadores. Nova Cultural, São Paulo, 2005.

MARX, Karl. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Franz Duncker, Berlin, 1859.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes, 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular: 2008.

III - REFERÊNCIAS DISPONIBILIZADAS ELETRONICAMENTE

ANTUNES, Ricardo. Entrevista em: *Jornal da UNICAMP*. Campinas, 11 de maio

de 2015 a 17 de maio de 2015 – ANO 2015 – Nº 624. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/624/pl-4330-institucionaliza-burla-diz-ricardo-antunes>. Acesso em: 25 jun de 2015.

Novack, George. A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade, 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/cap01.htm#ti1>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

ARCHIVO LEÓN TROTSKY. *Livros, Imagens, documentos*. Disponível em: <<https://www.archivoleontrotsky.org/home.php>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

CONLUTAS, CSP. Trabalhadores ameaçam suicídio coletivo em fábrica de X360 na China. Conlutas, Central Sindical e Popular de 2012. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2012/01/trabalhadores-ameacam-suicidio-coletivo-em-fabrica-de-x360-na-china/>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

CRUZ COSTA, J. O positivismo na República (notas sobre a história do positivismo no Brasil). Revista de História, São Paulo, v.7, n.15, p.97-132, jul./set. 1953. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/015/A006N015.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2015.

DANIELE, Adeline. Desemprego causa 1 em cada 5 suicídios no mundo, diz estudo. Revista Exame, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/desemprego-causa-1-em-cada-5-suicidios-no-mundo-diz-estudo>>. Acesso em 28 jun de 2015.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil, 2008. Disponível em: <[http://www.gife.org.br/publicacao-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-\(fasfil\)-d23543a904f46f80.asp](http://www.gife.org.br/publicacao-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil-(fasfil)-d23543a904f46f80.asp)>. Acesso em: 02 jan de 2015.

JORNAL PRAVDA. Lênin, n. 50 (254), 14 -1.º de março de 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/01.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

KYRIAKIDOU, Dina. Crise econômica aumenta casos de depressão e suicídio na Grécia. Reuters Brasil, 2011. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE76A0AA20110711>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LENIN, Vladimir (1913); As três fontes e as três partes constituintes do Marxismo, 1ª Edição: Prosvechtchénie, nº 3, Março de 1913. In: Obras Completas de LENIN, V.I., 5.edição em russo, tomo 23, pp.40-48. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/tresfont.htm>. Acesso em: 11 out. 2013.

LÊNIN, Vladimir. Materialismo e Empirocriticismo - Editorial Calvino Ltda., Rio, 1946, pág. 546-548. A presente edição foi traduzida do original russo "Materialismo Dialético", Moscou, edição da Academia de Ciências da URSS, 1954. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/03/01.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Werke, Band 23, "Das Kapital", Bd. I, Erster Abschnitt, S. 49 – 98, Dietz Verlag, Berlin/DDR 1968. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me23/me23_049.htm#Kap_1_4. Acesso em 10 mar. 2015.

MARX, Karl. Marx To Engels In Manchester, Correspondence 1859. MECW Volume 40, p. 472; First published: in Der Briefwechsel zwischen F. Engels und K. Marx, Stuttgart, 1913. Disponível em: <https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1859/letters/59_07_22.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

MARX, Karl. Marx: Imagem. 1861. Coleção de imagens digitalizadas (Karl Marx). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/album_fotos/marx/marx03.htm>. Acesso em: 12 mai. 2015.

MARX, Karl. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Geschrieben August 1858 bis Januar 1859. Erschienen 1859 bei Franz Duncker, Berlin. Disponível em: <http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_003.htm>. Acesso em: 27 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção do suicídio um recurso para conselheiros., Genebra, 2006.

REVISTA TEORIA E DEBATE. Jacob Gorender. Entrevista, sedida em 01 de julho de 1990 para Alipio Freire e Paulo de Tarso Venceslau, edição 11. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/jacob-gorender>>. Acesso em 01 mai. 2015.

SILVA, Nady Moreira Domingues da. Positivismo no Brasil. Revista Filosofia em Revista, 85.3-4, 1982. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/positivismobrasilcsc.html>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

STÁLIN, Josef. Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico. Edições Horizonte, Rio, 1945. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

STRAUD / Seção Técnica de Referência e Atendimento ao Usuário e Documentação. Ajuda para pesquisa de doutoramento [mensagem pessoal]. Mensagem recebida <por fafica_95@yahoo.com.br> em 10 de dez. 2012.

IV – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max; Dialética do Esclarecimento: Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

AMORIM, Henrique José Domiciano. *A máquina e o tempo*: dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx. 2010. Dissertação – Ciências Sociais, Unesp, Marília, 2010.

ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1989.

ANDRADE, Vanessa Batista de. Estética da mercadoria e obsolescência: um

estudo da indução ao consumo no capitalismo atual. ARARAQUARA - SP, Unesp, dissertação de mestrado, 2007.

ARISTÓTLES. Órganon: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas. Trad de Edson Bini/ Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

AYALA, Ricardo & RICCI, Francesco. O teórico da "inevitabilidade" do socialismo é o renegado Kautsky (não Marx). In: **Revista Marxismo Vivo, Nova Época**, n. 05, p. 53-75, jul de 2015.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulações. Trad. De Maria João da Costa Pereira. Relógio D'água Editores, Lisboa - Portugal, 1991.

BERTERO, José Flávio. Gênese da sociabilidade capitalista: uma leitura de a Miséria da Filosofia de Karl Marx. Revista de Estudo de Sociologia, Araraquara - SP, v. 19, n. 37, 2014.

BROUÉ, Pierre. O Partido Bolchevique. São Paulo: Sundermann, 2014.

CARCANHOLO, Reinaldo. (Org.) Capital: essência e aparência. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia. Ensaios; Bauru-SP, EDUSC, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Posfácio de José Paulo Netto, 2. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DOSSE, François. Entrevista realizada em 19 de Março de 2007, pela historiadora Ana Carolina Fiuza F. na *Ecole de Haute Etudes*, Paris, França. Tradução: Célia Torres. Revisão Técnica: Pedro Henrique C. Torres. **História Agora - revista de História do Tempo Presente - ISSN 1982-209X** - n. 07

EAGLETON, Terry. Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Tradução de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa, Presença; Brasil, Martins Fontes, 1974. (Coleção Síntase).

ENGELS, Friedrich (1981) [1844]. Esboço de uma crítica da economia política. In: Friedrich Engels: política. José Paulo Netto (org.)/Florestan Fernandes (coord.). São Paulo: Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais, nº17)

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da economia política. In: Revista Temas de Ciências Humanas. Tradução de Maria Filomena Viegas e revisão de José Paulo Netto. São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1979.

ENGELS, Friedrich. Para a História da liga dos Comunistas [1885]. Obras escolhidas. Tradução: José Barata-Moura. Editorial Avante-Edições Progresso Lisboa - Moscovo, Tomo III, 1982.

ENGELS, Friedrich. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. Segunda reimpressão, Editora Unesp, São Paulo, primeira edição de 1997.

FILEISCHER, Helmut. *Concepção marxista da história*. Lisboa: Edições 70, 1969.

FREDERICO, Celso. Nas trilhas da emancipação – prefácio à MARX, Karl. Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Trad. de Aluysio Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. 1ª Ed. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

GABRIEL, Mary. Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOMES, Marcelo. Humanismo e estranhamento: estudo da liberdade pela autopoiesis na teoria marxiana. Tese - - Campinas, SP, 2011.

GORZ, André. Adeus ao Proletariado - para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da história. 5ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. A dinâmica da crise : um estudo sobre o conceito de crise na crítica da economia política de Marx. Tese de doutorado, Departamento de Filosofia, Unicamp, 1994.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

HOBBSBAWM, Eric John. A era das revoluções: 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Paz e Terra, 22 edição, São Paulo, 2007.

HOBBSBAWM, Eric John. A era do capital: 1848 – 1875. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

HOBBSBAWM, Eric John. Como mudar o mundo: Marx e o Marxismo, 1840-2011. Trad. de Donaldson M. Garschagen – São Paulo: CIA das Letras, 2011.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Organizador), Leopold Von Ranke: história. S. Paulo, Ática, 1979.

HORÁCIO. Odes. Tradução de Pedro Braga Falcão. Lisboa: cotovia, 2008.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KONDER, L. (2002) A questão da ideologia, São Paulo: Companhia das letras, 2002.

KONDER, Leandro. Intelectuais Brasileiros & Marxismo. Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1991.

KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LE GOFF, J. (Org.). *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques (dir.). *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 5. ed. São
- LEFÉBVRE, H. (1969), *Lógica formal/ lógica dialética*, Coleção Perspectivas do Homem, Ed. Civilização Brasileira, 1979, 2ª edição.
- LEFÉBVRE, Henri & GUTERMAN, Norbert. *Introdução aos cadernos sobre dialética à LENIN*, Vladimir. *Cadernos Sobre Dialética de Hegel*. Tradução de José Paulo Netto. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LEFÉBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- LEFÉBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.
- LEFÉBVRE, Henri. *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*. Lisboa, Edições 70, 1975.
- LEFÉBVRE, Henri. *Pour connaître la pensée de Karl Marx*. Bordas, Paris, 1966.
- LEFÉBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1979.
- LENIN, V. I (1915) *Obras completas*. Moscú: Progresso, v.29, 1986. ("Resumen del libro de Hegel 'Ciencia de la Logica'", escrito en septiembre-diciembre de 1914, p. 75 a 216) ("Resumen del libro de Hegel 'Lecciones sobre la filosofía de la Historia'", escrito en 1915, p.281 a 291); ("Plan de la dialectica (logica) de Hegel", escrito en 1915, p.298 a 303); ("Sobre el problema de la dialectica", escrito en 1915, p.321 a 328).
- LÊNIN, Vladimir Ilitch [1902]. *Que Fazer?* Tradução: Hucitec. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo, SP: Hucitec, 1979.
- LÊNIN, Vladimir. *Materialismo e Empirio-crítico* - Editorial Calvino Ltda., Rio, 1946, LENINE, Vladimir I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, Tomo I. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo, 1986.
- LÊNIN, W. *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo, Global, 1989.
- LENINE, Vladimir I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, Tomo I. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo, 1986.
- LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. 3. ed. rev. e amp. Ijuí. Ed: Unijui, 2007.
- LESSA, Sergio. *A centralidade ontológica do trabalho em Lukács*. Serviço Social e Sociedade, Ed. Cortez, nº52, 1996.
- LESSA, Sergio. *A Ontologia de Lukács*. Editoria UFAL, Maceió, 1997.
- LESSA, Sergio. *Lukács: método e ontologia* - Cadernos de Serviço Social, UFPE, V.11, 1995.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. Cortez Editora, São Paulo, 2007.

LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento Humano. Trad. De Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro, 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LOWY, Michael. A Teoria da Revolução no Jovem Marx. Trad. de Anderson Gonçalves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LOWY, Michael. As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchhausen: ensaios de sociologia do conhecimento. Cortez. São Paulo. 2009.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista, São Paulo: Editora, 1985.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Revista Temas e Ciências Humanas**. Nº 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do ser social, Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAFFESOLI, Michel. Notas sobre a Pós-Modernidade: o lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Ed. Atlantica, 2004.

MANDEL, Ernest. A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital. Trad. de Carlos Henrique de Escobar, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

Marx & Engels, Works, vol. 41, pg. 561. Collected works. New York: International, 1975.

MARX, Carlos y ENGELS, Frederico. CORRESPONDENCIA: Seleccionada, comentada y anotada por el Instituto Marx-Engels-Lenin, (Leningrado). Editorial Problemas – Buenos Aires, Argentina, 1947.

MARX, K. (1857), Para a Crítica da Economia Política, Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 2005.

MARX, K. (1859), A Contribution to the Critique of Political Economy, traduzido para o inglês por Ryazanskaya, S.W. e editado por Dobb, M., Progress Publishers, Moscow, 1970.

MARX, Karl & ENGELS Friedrich. A sagrada família. Trad. Marcelo Bakes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã I. Trad. Conceição Jardim e Marx, Karl & Engels, Friedrich. Luta de classes na Alemanha. Trad. Nélcio Schneider. 1 ed. São Paulo : Editorial Boitempo, 2010.

Marx, Karl & Engels, Friedrich. Manifesto Comunista. Trad. Álvaro Pinha. 4 reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

- MARX, Karl (1844), Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl (1851), 18 de Brumário de Luis Bonaparte. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARX, Karl (1859). Para a Crítica da Economia Política. Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo, 2005.
- MARX, Karl (1867), O Capital: crítica da economia política, Coleção os Economistas, Nova Cultural, São Paulo, 1985.
- MARX, Karl [1859]. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Florestan Fernandes, 2ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular: 2008.
- MARX, Karl. A miséria da filosofia. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl. As lutas de classes na França: de 1848 a 1850. Nélío Schneider: São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Trad. de Maria Helena Barreiro Alves; Editorial Estampa; 3 edição, Lisboa, 1974.
- MARX, Karl. Miséria da filosofia. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone. 2004. (Coleção fundamentos de filosofia)
- Marx, Karl. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: 2009.
- MARX, Karl. O Capital – Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. vol. 1.
- MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital & salário preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Trad. De Nélío Schneider. São Paulo , Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, Karl.; ENGELS, F. Luta de classes na Alemanha. Trad. de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (I- Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCLELLAN, David. As Idéias de Marx. Tradução: Aldo Bocchini Neto. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- MENEZES, Jean Paulo Pereira de. Os Intelectuais, a política e suas perspectivas [...]. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2009.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. Conversas com historiadores brasileiros. São Paulo: Editora 34, 2001.
- NASCENTES, Antenor. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Depositário: Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro 1955.

NETTO, J.P. "Introdução", Marx, K., Miséria de Filosofia. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

OLIVEIRA, Tatiana Fonseca. *Hegel, Marx e Gramsci: confluências e divergências do conceito de sociedade civil*. 2003. Dissertação – Ciências Sociais, Unesp, Marília, 2003.

OLIVEIRA, TATIANA FONSECA. *Hegel, Marx e Gramsci: confluências e divergências do conceito de sociedade civil*. 2003. Dissertação – Ciências Sociais, Unesp, Marília.

PAULA, João Antonio de. Roman Rosdolsky (1898-1967): um intelectual em tempos de extremos. *Revista Nova Economia*, vol.17 no.2 Belo Horizonte May/Aug. 2007.

REVISTA MARXISMO VIVO, NOVA ÉPOCA. Traduções de Paulo Maffei e Jéssica Augusti. *Revista Teórica da Liga Internacional dos Trabalhadores - IV Internacional*, julho de 2015.

RIAZÁNOV, David. *Marx y Engels*. Editorial Claridad, Buenos Aires, 1962.

RICARDO, David. (1817), Versão de P. Sraffa (1951); *Princípios de Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

ROSDOLSKY, Roman – *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad. de César Benjamin; Contraponto, RJ, 2001.

ROUSSO, Henry. *SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: Entrevista realizada por: Silvia Maria Fávero Arend (Universidade do Estado de Santa Catarina) e Fábio Macedo (École des Hautes Études em Sciences Sociales)*. **Tempo e Argumento**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v.1. n1. p. 201 -216, jan/jun. 2009.

SCHEIDL *et al.* *Dois Séculos de História Alemã (Sociedade, Política e Cultura)*. Trad. de Paulo Quintela. Coimbra, Ed. Minerva, 1996.

SHAW, William H. *Teoria marxista da história*. São Paulo: Zahar, 1979. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais)

SMITH, Adam. (1776); *A Riqueza das Nações*, Coleção Os Economistas, Nova Cultural, 1986.

TEIXEIRA, Kleber Garcia. *A máquina e o tempo: dialética das forças produtivas e do tempo de trabalho em Marx*. UNESP, 2010.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: EDUSC, 2000.

TONET, Ivo & LESSA, Sérgio. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: expressão Popular, 2008.

TROTSKY, Leon. *A moral deles e a nossa*. In: *Revista Marxismo Vivo, Dossiê*, n. 13, 2006.

TROTSKY, Leon. *A moral deles e a nossa*. Trad. De Diego Siqueira E Daniel Oliveira: São Paulo: Sundermann, 2009.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.

TROTSKY, Leon. Stálin, o grande organizador de derrotas: a III Internacional depois de Lenin. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2010.

VIEIRA, Rosângela de Lima. Fernand Braudel: A relação do método historiográfico e o conhecimento histórico. Unesp de Assis. Tese de Doutorado. Assis, SP, 2002.

WHITE, Hayden. Metahistória: A imaginação Histórica do Século XIX (tradução de José Laurênio de Melo), São Paulo: EDUSP, 1995.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abram Lincohn: 92
 Adam Smith: 41, 117, 118, 181, 182, 196.
 Adorno: 67, 230.
 Perry Anderson: 65, 230.
 André Gorz: 59
 Antenor Nascentes: 40.
 Antônio Carlos Mazzeo: 115.
 Aristóteles: 214.
 August Comte: 88, 89, 183.
 José Flávio Bertero: 189, 230.
 Camilo José Teixeira Lima Domingues: 173.
 Carlos Nelson Coutinho: 61, 76.
 Ciro Flamarion Cardoso: 64.
 Daniel Aarão Reis Filho: 173.
 Dante Alighieri: 210.
 Darwin: 178.
 David McLellan: 183.
 David Riazanov: 175.
 David Ricardo: 41, 119, 181, 182, 196.
 Demócrito: 190.
 Dimitris Christoulas: 57.
 Dina Kyriakidou: 56.
 Edgar Malagodi: 185,
 Emile Durkheim: 56, 201.
 Epicuro: 81, 190, 231, 239.
 Eric John Hobsbwan: 129.
 Ernest Mandel: 179
 Ferdinand Lassalle: 98, 160, 183.
 Florestan Fernandes: 125, 228, 231, 233.
 François Dosse: 96, 100.
 Franz Mehring: 175, 180, 181, 183.

Frederico Guilherme Iv: 52, 190
 Fukuyama: 65, 231.
 Georg Girvinus, 87.
 Godelier: 63.
 Goethe: 172
 Gorender: 115, 127-129, 230.
 Gramsci: 66, 231, 234.
 Gustav Droysen: 87.
 Guy Bourdé: 100.
 Hannah Arendt: 98.
 Heder: 172.
 Hegel: 44, 52, 70- 72, 80, 82, 83, 85, 88, 90, 91, 95, 116, 120, 191, 200, 207, 212, 231, 232, 234, 239, 240.
 Helmut Fleischer: 103-105.
 Henry Rousso: 97.
 Hermano Tavares, 81.
 Hervé Martin: 100.
 Horácio: 55, 232.
 Horkheimer: 67, 230.
 Jacob Gorender: 115, 127, 128, 229.
 Jacques Le Gof: 95, 98, 130, 131.
 Jean Baudrillard: 65.
 Jean Chesneaux: 100.
 Jean François Lyotard, 59, 60, 65, 75, 76, 233.
 Jean Lacouture: 96
 Jenny Marx: 110, 177.
 João Cruz Costa: 90.
 Johannes Miquel: 184.
 John Locke: 141.
 John Ronald Reuel Tolkien: 142.
 John Wilkes: 169.
 Jonathan Sperber: 183
 José Paulo Netto: 61, 197, 198, 230, 231, 233, 234.

Josef Stálin: 48, 50, 104, 125, 126-129, 131-134, 204, 229, 235.

Karel Kosík: 77, 83, 199.

Karl Liebknecht: 184.

Keynes: 41

Kyriakidou: 56, 229.

Leandro Konder: 42.

Lefebvre: 39, 51, 63, 102, 136, 138, 183, 232.

Leon Trotsky: 27, 35, 93, 116, 133-135, 155, 158, 228, 235.

Leopold Von Ranke: 63, 91, 92, 116, 136, 232.

Lévi-Strauss: 63.

ANEXOS

a)- Esboço biográfico em 1914 por Lênine. In: LENINE, Vladimir I. Obras escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, Tomo I. Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo, 1986.

“Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818, em Treves (Prússia Renana). Seu pai, advogado israelita, converteu-se, em 1824, ao protestantismo. Sua família, abastada e culta, não era revolucionária. Terminando os estudos no Liceu de Treves, Marx entrou para a Universidade de Bonn, indo depois para Berlim, onde estudou direito e, sobretudo, história e filosofia. Em 1841, terminava os seus estudos, sustentando uma tese de doutorado sobre a filosofia de Epicuro. Eram, então, as concepções de Marx as de um hegeliano idealista. Fez parte, em Berlim, do círculo dos "hegelianos de esquerda" (Bruno Bauer e outros), que procuravam extrair da filosofia de Hegel conclusões ateias e revolucionárias.

Saindo da Universidade, Marx fixou-se em Bonn, onde contava com uma cadeira de professor. Mas a política reacionária do mesmo governo que, em 1832, afastara Ludwig Feuerbach de sua cátedra, e que, em 1836, recusava o seu retorno à Universidade, e ainda, em 1841, proibia ao jovem professor Bruno Bauer realizar conferências em Bonn, obrigou a Marx a renunciar à carreira universitária. Nessa época, o desenvolvimento das idéias hegelianas de esquerda estava em franco progresso na Alemanha.

Particularmente, a partir de 1836, começou Ludwig Feuerbach a criticar a teologia e a se orientar para o materialismo que, em 1841, já aceitava inteiramente, como se verifica em a Essência do cristianismo; em 1843, eram publicados os seus Princípios da Filosofia do Futuro.

‘É preciso ter experimentado em si mesmo a ação libertadora deste livro. Nós, isto é, os hegelianos de esquerda, inclusive Marx, fomos todos, em dado momento, "feuerbachianos”.

Nessa época, os burgueses radicais da Renania, que tinham certos pontos de contacto com os hegelianos de esquerda, fundaram, em Colônia, um jornal de oposição, a Gazeta Renana, que apareceu a partir de 1.º de janeiro de 1842. Marx e Bruno Bauer foram os seus principais colaboradores e, em outubro de

1842, Marx tornou-se o seu redator chefe, mudando-se então de Bonn para Colônia.

Sob a direção de Marx, a tendência democrático revolucionária acentuou-se cada vez mais e, em consequência, o governo submeteu o jornal a uma dupla e mesmo tripla censura, chegando a ordenar a sua suspensão definitiva a partir de 1.º de abril de 1843. Marx viu-se, então, obrigado a abandonar seu posto de redator, mas isso não foi suficiente para salvar o jornal, que se viu obrigado a desaparecer em março do mesmo ano. Entre os artigos publicados por Marx na Gazeta Renana, Engels cita um a respeito das condições dos viticultores do vale de Mosela. Suas atividades de jornalista bastaram para mostrar a Marx que os seus conhecimentos de Economia Política eram insuficientes, levando-o a estudá-la com ardor.

Em 1843, Marx desposou, em Kreuznach, Jenny von Westphalen, que já era sua conhecida desde criança e com a qual já se havia comprometido desde o seu tempo de estudante. Sua esposa pertencia a uma família nobre e reacionária da Prússia. O irmão mais velho de Jenny foi Ministro do Interior, na Prússia, em uma das épocas mais reacionárias, de 1850 a 1858.

No outono de 1843, Marx foi a Paris para editar uma revista radical ao lado de Arnold Ruge, hegeliano de esquerda, aprisionado de 1825 a 1830, emigrado depois de 1848 e partidário de Bismarck de 1866 a 1870.

Mas apareceu somente o primeiro número desta revista intitulada Os Anais Franco-Alemães. Foi suspensa, devido à dificuldade de sua difusão clandestina na Alemanha e das divergências com Ruge. Nos artigos de Marx, publicados na revista, ele já nos aparece como um revolucionário que proclama 'a crítica implacável de tudo o que existe' e, em particular 'a crítica das armas' e apela às massas e ao proletariado.

Em setembro de 1844, Frederico Engels veio a Paris por alguns dias e tornou-se o amigo mais íntimo de Marx. Tiveram ambos a parte mais ativa na vida agitada dos grupos revolucionários da época, em Paris. A doutrina mais importante era a de Proudhon com que Marx acertou contas, categoricamente, na A Miséria da Filosofia, publicada em 1847. Numa luta cerrada contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, Marx e Engels elaboraram a teoria e a tática do socialismo proletário revolucionário, ou o comunismo (marxismo). Em 1845, por

exigência do governo prussiano Marx foi expulso de Paris como revolucionário perigoso.

Seguiu para Bruxelas. Na primavera de 1847, Marx e Engels filiaram-se a uma sociedade secreta de propaganda, a Liga dos Comunistas e tomaram parte preponderante no 2.º Congresso desta Liga em Londres, 1847. A pedido do Congresso, redigiram o imortal Manifesto do Partido Comunista, publicado em fevereiro de 1848. Esta obra expõe, com clareza e precisão geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente, que abrange também o domínio da vida social, a dialética apresentada como a ciência mais vasta e mais profunda da evolução, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário, histórico, mundial, do proletariado, criador de uma sociedade nova, a sociedade comunista.

Deflagrada a revolução de fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Regressou a Paris, de onde saiu depois da revolução de março, para voltar à Alemanha e se fixar em Colônia. Foi aí que apareceu, de 1º de junho de 1848 a 19 de maio de 1849, a Nova Gazeta Renana da qual foi redator-chefe.

A nova teoria foi brilhantemente confirmada pelo curso dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849, e, em seguida, por todos os movimentos proletários e democráticos em todos os países do mundo. A contra-revolução vitoriosa vingou-se de Marx, tendo ele sido detido em 9 de fevereiro de 1849 e expulso, em 16 de maio do mesmo ano, da Alemanha.

O mesmo aconteceu em Paris, de onde foi igualmente expulso, depois da manifestação de 13 de junho. Partiu então para Londres, onde viveu até o fim de seus dias.

As condições dessa sua vida de emigrado eram extremamente penosas, como o revela, com uma clareza particular, a correspondência entre Marx e Engels, editada em 1913. Marx e sua família viviam literalmente esmagados pela miséria; sem o apoio constante e devotado de Engels, Marx não só não teria podido completar O Capital, como ainda teria sucumbido à miséria.

Sem dúvida, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não proletário em geral, obrigavam Marx a manter uma luta implacável, incessante, que chegava às vezes aos ataques pessoais mais furiosos e mais absurdos como no caso Herr Vogt. Mantendo-se á margem dos

círculos de emigrados, Marx elaborou, numa série de trabalhos históricos, sua teoria materialista, aplicada sobretudo à economia política.

A época do recrudescimento dos movimentos democráticos, do fim da década 1850-1860, chamou Marx ao trabalho prático. Foi, em 28 de setembro de 1864 que se fundou, em Londres, a Primeira Internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores. Marx foi a alma, e igualmente o autor de seu primeiro apelo e de um grande número de resoluções, declarações e manifestos. Agrupando o movimento operário de diversos países, procurando orientar, pela via comum da atividade, as diferentes formas do socialismo não proletário, pré-marxista (Mazzini, Proudhon, Bakunine, o tradeunionismo liberal inglês, as oscilações para a direita dos lassallianos, na Alemanha, etc.), combatendo as teorias de todas as seitas e escolas, Marx forjou uma tática única para a luta proletária da classe operária nos diferentes países. Depois da queda da Comuna de Paris (1871), sobre a qual Marx na Guerra Civil em França, se pronunciou em termos tão penetrantes, felizes e brilhantes, como revolucionário e como homem de ação, e depois da cisão da Internacional, por obra dos bakuninistas, ela não pôde subsistir na Europa. Em seguida ao Congresso de 1872, em Haia, Marx conseguiu a transferência do Conselho Geral para Nova York. A Iª Internacional tinha cumprido sua missão histórica e cedia lugar a uma época de desenvolvimento incomparável do movimento operário em todos os países - época de seu desenvolvimento em amplitude, com a formação de partidos operários socialistas de massa, nos limites dos diversos Estados Nacionais. A intensa atividade na Internacional e seus trabalhos teóricos, que lhe exigiam esforços ainda maiores, afetaram a saúde de Marx. Continuou sua obra de transformação da economia política e a finalização de O Capital, acumulando num volume quantidade imensa de documentos novos e estudando várias línguas (o russo, por exemplo). Mas a moléstia o impediu de terminar esse seu livro. Em 2 de dezembro de 1881, faleceu sua esposa. Em 14 de março de 1883, morreu placidamente em sua poltrona. Foi enterrado, com sua mulher e sua devotada empregada, Helena Demuth, que se tinha tornado quase que um membro da família, no Cemitério de Highgate, em Londres”.

Lênin, julho/ novembro de 1914.

b)- Capa e sumário digitalizados da primeira edição de “*Zur Kritik der...*”, fornecido pel *Bayerischen Staatsbibliothek* (Biblioteca Estadual da Baviera) Munique – Alemanha, durante o levantamento de fontes da pesquisa:

Zur Kritik

der

Politischen Oekonomie

von

Karl Marx.

Erstes Heft.

Berlin.

Verlag von Franz Duncker.
(W. Besser's Verlagshandlung.)

1859.

Inhalt des ersten Hefts.

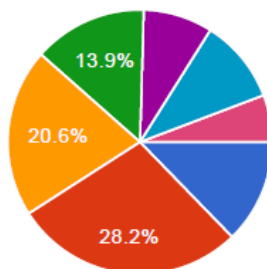
Erstes Buch. Vom Kapital.

	Seite
Abchnitt I. Das Kapital im Allgemeinen.	
Erstes Kapitel. Die Waare	3
A. Historisches zur Analyse der Waare	29
Zweites Kapitel. Das Geld oder die einfache Circulation	41
1) Maaß der Werthe	42
B. Theorien von der Maaßeinheit des Geldes	53
2) Circulationsmittel	64
a. Die Metamorphose der Waaren	65
b. Der Umlauf des Geldes	76
c. Die Münze. Das Werthzeichen	86
3) Geld	101
a. Schatzbildung	104
b. Zahlungsmittel	117
c. Weltgeld	129
4) Die edeln Metalle	133
C. Theorien über Circulationsmittel und Geld	138

c)- Breve levantamento quantitativo sobre Marx e seu pensamento através das redes sociais:

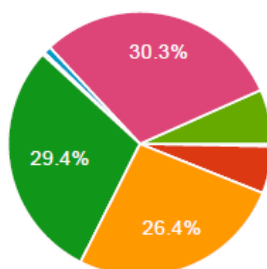
Summary

Qual é a sua idade?



Até 20 anos	42	12.7%
De 20 a 25 anos	93	28.2%
De 25 a 30 anos	68	20.6%
De 30 a 35 anos	46	13.9%
De 35 a 40 anos	28	8.5%
De 40 a 50 anos	34	10.3%
Mais de 50 anos	19	5.8%

Qual a sua escolaridade?

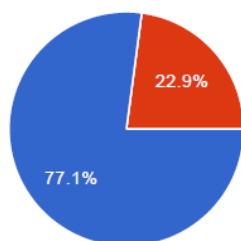


Ensino fundamental	1	0.3%
Ensino médio	19	5.8%
Superior	87	26.4%
Pós-graduação	97	29.4%
Ensino fundamental incompleto	1	0.3%
Ensino médio incompleto	3	0.9%
Superior incompleto	100	30.3%

01/06/2015 Breve questionário de pesquisa de doutorado em Ciências Sociais sobre o Conceito de História em Karl Marx. Unesp de Marília. Menezes, Jean ...

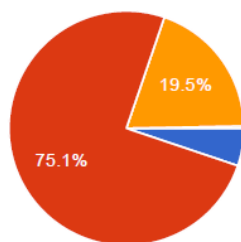
Pós-graduação incompleta	22	6.7%
Não sou escolarizado	0	0%

Que instituição Estuda/trabalha?



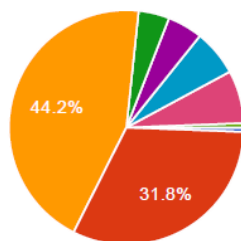
Pública	249	77.1%
Privada	74	22.9%

Já leu alguma obra de Karl Marx?



Não	17	5.2%
Sim	247	75.1%
Pouco	64	19.5%
Não o conheço	1	0.3%

Qual foi o primeiro local que teve contato com as obras de Marx?

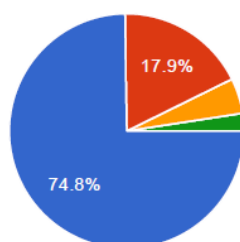


Local de trabalho	2	0.6%
Escola	105	31.8%

01/06/2015 Breve questionário de pesquisa de doutorado em Ciências Sociais sobre o Conceito de História em Karl Marx. Unesp de Marília. Menezes, Jean ...

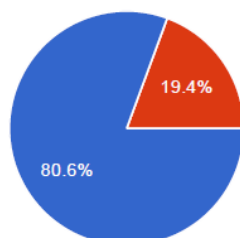
Faculdade	146	44.2%
Internet	14	4.2%
Partido Político	16	4.8%
Movimento Social	21	6.4%
Outros	24	7.3%
Nunca tive contato	2	0.6%

Para você qual é a relevância das obras de Marx atualmente?



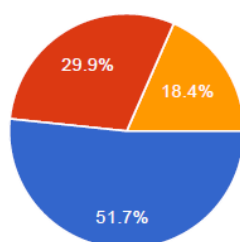
Alta relevância	246	74.8%
Média relevância	59	17.9%
Baixa relevância	16	4.9%
Sem relevância	8	2.4%

É de seu conhecimento o significado do conceito de história nas obras de Marx?



Sim	262	80.6%
Não	63	19.4%

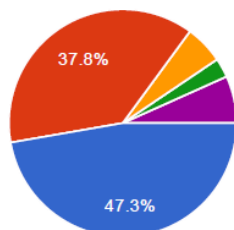
É de seu conhecimento o livro de Marx chamado "Para a Crítica da Economia Política"?



01/06/2015 Breve questionário de pesquisa de doutorado em Ciências Sociais sobre o Conceito de História em Karl Marx. Unesp de Marília. Menezes, Jean ...

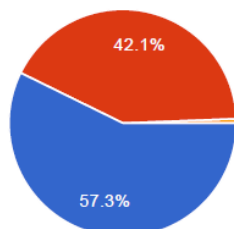
Só por nome	171	51.7%
Sim, já realizei a leitura	99	29.9%
Não conheço	61	18.4%

Você concorda com Marx no que se refere a transformação do mundo pela via revolucionária?



Sim, concordo	155	47.3%
Concordo em partes	124	37.8%
Não concordo	18	5.5%
Acho um absurdo	9	2.7%
Concordo mas acho impossível	22	6.7%

Você relaciona Marx as manifestações sociais ocorridas no Brasil nos anos de 2013 e 2014?



Sim	189	57.3%
Não	139	42.1%
Desconheço tais manifestações	2	0.6%

Number of daily responses

